

**Quando as sombras ofuscam a luz.
Luísa e Ângela Sigeia: estórias e histórias de vida
no Portugal de Quinhentos**

Catarina Cunha Monteiro
Aluna nº 37968

Dissertação de Mestrado em História
Especialização em História Moderna e dos Descobrimentos

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Novembro, 2018

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História, área de especialização em História Moderna e dos Descobrimentos, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Ana Isabel Buescu

[DECLARAÇÕES]

“Tantos riscos corridos para vir a descobrir, no final da aventura, que o verdadeiro tesouro não são os dobrões e os cequins, mas as culturas de que os mesmos são a expressão. Deste modo [...], no misterioso atol das Caraíbas, Jim [Hawkins] compreende, graças a uma inútil curiositas, que aquelas gravações das moedas têm muito mais valor do que a sua cotação venal, porque, além de representarem várias expressões artísticas, documentam também momentos memoráveis das vidas de povos e reinos”¹.

¹ ORDINE, Nuccio (2016), *A Utilidade do Inútil*, s. l., Faktoria K de Livros, p. 44.

AGRADECIMENTOS

As palavras que escrevo não chegam para agradecer cada personalidade enunciada com o merecido agradecimento que lhes devo. Tentarei ser breve, correndo o risco de deixar de parte nomes importantes. Corrirei esse risco. Independentemente de tudo, a estes, e a tantos outros, expresso, aqui, o meu mais sincero *obrigada*.

Em primeiro lugar, quase como num lugar óbvio, quero agradecer à minha família pela oportunidade única que me deu. Aos meus pais, por carregarem muitos dos fardos, à minha irmã, por aturar tantas explicações sobre História, e à minha avó que, mesmo sem ter ido à escola – ou talvez por isso mesmo –, sempre me incentivou, me ouviu e me pôs a pensar nas questões mais básicas que, por vezes, me fugiam. Não mais me esquecerei da metáfora que usei para lhe explicar o tema da minha tese. Sem vocês, nada disto existia. À restante família, pelo interesse com que me ouviam.

Um colossal *obrigada* à minha orientadora, a Professora Doutora Ana Isabel Buescu, por tudo. Desde a minha indecisão – quando o tema era outro – às minhas sugestões e buscas por ajuda, aos meus receios de fazer, pensar e dizer, às minhas ansiedades e pânicos, ela esteve sempre lá para me fazer descer à Terra, orientando-me pela floresta de espinhos que sempre se apresentava no meu caminho. A partilha de conhecimentos, críticas, inspirações e reprimendas ajudaram-me a crescer (e a conhecer-me) a nível académico. Os seus elogios, sempre sentidos, permitiram-me o orgulho e as suas palavras mais amargas, quando existiam, obrigaram-me a reagir, a fazer melhor; no fundo, a aperfeiçoar-me. A nível pessoal, ambas sabemos o que vencemos e o caminho que percorremos para aqui chegar. Muito obrigada por esta relação que construímos.

Obrigada ao Professor Doutor João Alves Dias e à Professora Doutora Isabel Drumond Braga, possíveis orientador e co-orientadora, por me terem apoiado quando o meu objectivo era estudar padres e Inquisição e por não me terem renegado quando alterei o meu tema de tese. Obrigada aos Professores Pedro Cardim e Jorge Pedreira, do ano curricular do Mestrado, pela transmissão de conhecimentos e ferramentas indispensáveis ao meu sucesso académico. Obrigada aos Professores da Licenciatura em História, por todas as razões possíveis e imaginárias, em especial ao Professor Miguel Gomes Martins (tenho tantas saudades das suas aulas!) e à Professora Maria João Branco, pelas palavras de incentivo à minha veia literária, palavras que nunca serão

esquecidas. À Professora Inês de Ornellas e Castro, pelo Latim, mas também pelo *vulgar* (não olvidarei aquela conversa no final do ano lectivo).

Obrigada às Professoras Doutoradas Carla Alferes Pinto, Maria Barreto Dávila e Isabel Almeida pelas diferentes visões do mundo e outros gestos que me permitiram seguir em frente. Obrigada à Professora Doutora Mafalda Soares da Cunha, e Professores Doutores Vítor Serrão, Amândio Barros e José Antonio Guillén Berrendero, pelas ajudas e respostas aos meus pedidos e dúvidas.

Obrigada aos funcionários da Biblioteca Nacional de Portugal (nomeadamente, ao Sr. Leonel Viegas), Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Municipal de Torres Novas (nas pessoas das Dr.^{as} Helena Domingues e Cláudia Plácido) e Biblioteca da FCSH/UNL. Obrigada também às Dr.^{as} Isabel Aguirre Landa, chefe do Departamento de Referências do Archivo General de Simancas, pelo envio de documentação, e Carmen Toribio, da Biblioteca de Castilla La-Mancha, por nos ter enviado fotografias dos retratos das irmãs Sigeia.

Por fim, a todos os outros que me acompanharam neste percurso. A construção de uma dissertação prende-se tanto com o que ganhamos com ela como com aquilo que perdemos por causa dela. É uma escolha feita em plena consciência mas sem noção das consequências, do impacto que terá nesses meses da nossa vida. Escolher produzir uma dissertação pode significar optar entre uma vida académica e uma vida pessoal; pode significar eleger quatro estações de aprisionamento voluntário em detrimento de uma liberdade próspera e completa. Ao preferir uma dissertação, estamos a preferir uma vida de reclusão que, mesmo que positiva, pode deixar as suas marcas. Porém, nem tudo é escuridão, pois nunca estamos sós nesta caminhada. Há outros como nós, que escolhem estudar em vez de apenas existir, e são esses que, grande parte das vezes, nos dão alento para prosseguir. É a essas almas que quero dedicar estas páginas.

Um ‘muito obrigada’ não é suficiente para compensar todo o tempo canalizado para este projecto. Inevitável foi a perda de grandes e bons momentos num mundo de liberdade, sem regras, margens ou prazos. Obrigatórias foram as horas vividas no mítico G15 da Sala de Leitura da Biblioteca Nacional. Indispensáveis foram os poucos minutos permitidos de enriquecimento solar e contaminação tabágica passiva. Fundamentais foram as conversas sobre épocas que em nada me dizem respeito, mas que tanto contribuíram para a manutenção e crescimento da minha paixão pelo século XVI.

Essenciais revelaram-se os olhares e sorrisos de “vai correr tudo bem”, fosse de amigos, colegas, conhecidos ou até mesmo de anónimos.

Aos meus «irmãos», Henrique, Joana e Joaninha; a vossa existência basta-me para continuar este caminho complexo que é a vida. Sem vocês, sou um coração vazio.

Ao Leonardo. Por tudo o que és e por tudo aquilo em que me fizeste tornar. Pela companhia quase eterna na Biblioteca, pelas gargalhas e preocupações partilhadas, pela troca de palavras sobre as teses e derivados, mas também pelos *cortes na casaca*, pelos momentos de desconstracção e de moral desviante que tanto precisávamos para espairar as ideias. Pelos cafés sinceros e reveladores, pela troca de experiências pessoais, pelo acompanhar de uma situação menos animadora. Obrigada pelas exposições, feiras do livro, colóquios, idas a Coimbra e tantas outras coisas impossíveis de enumerar. És demasiado especial para me esquecer de ti.

À Joana Rocha e à Raquel Lourenço, pela companhia feminina num *gang do lanche* repleto de homens. Obrigada pelas vossas palavras, carinhos e incentivos em seguir com isto, e pelas vossas personalidades tão diferentes; aprendi muito convosco. Ao André Pita, por aturares os meus ataques de pânico que surgiam por razões tão simples como formatação de notas de rodapé. Ao Gil Gonçalves, pelo apoio em momentos tão específicos (e pelas palavras-cruzadas). Ao Artur Gonçalves, pelas conversas diversas (essencialmente sobre gastronomia transmontana) e pela troca de ideias entre teses tão diferentes (havemos de invocar demónios, um dia). Ao Henrique Pereira, pela tão peculiar sabedoria e sentido de humor. Ao António Teixeira, pelas conversas sinceras que tivemos. À Joana Beato Ribeiro, pelo teu interesse e por me maneres na tua vida. Ao Rodrigo Martins e à Camila Campino, pela partilha de mundos tão belos. À Mariana Pereira, pelas gargalhadas exageradas e pelas conversas sérias sobre tudo.

Aos meus colegas modernistas: Henrique Neto, Elisabete Vasconcelos, Diogo Andrade Cardoso, Andreia Louro, André Godinho e Miguel Saraiva (surpreendeste-me). Aos que entraram mais tarde na minha vida, mas que tanto contribuíram para este projecto: Inês José, Inês Domingues, João Santos, Hélder Carvalhal e Ana Sofia Ribeiro. Por fim, obrigada a ti, Ana Catarina, por nos termos conhecido há dezoito anos. Ainda que, durante tanto tempo, tenhamos estado longe, é bom saber que a bióloga marinha que há em ti se interessa pela vida da historiadora que há em mim. Estás convidada para tudo o que acontecer daqui por diante.

Quando as sombras ofuscam a luz.
Luísa e Ângela Sigeia: estórias e histórias de vida no Portugal de
Quinhentos.

Catarina Cunha Monteiro

RESUMO

A presente dissertação apresenta-se como um projecto de desconstrução e construção historiográfica de duas figuras femininas do Portugal de Quinhentos: Luísa (1522-1560) e Ângela Sigeia (†1608). As duas nasceram em Tarancón (Toledo), filhas de pai francês, o humanista Diogo Sigeu, e mãe castelhana, a nobre D. Francisca de Velasco, nos finais do primeiro quartel do século XVI. Em tenra idade, mudaram-se para Portugal com a mãe e os dois irmãos, Diogo e António, para se juntarem ao pai, que fugira para terras lusas no rescaldo da vitória de Carlos V sobre a revolta das *Comunidades*, acompanhando María Pacheco, a líder da resistência toledana. Uma vez em Portugal, as duas irmãs contactaram com o mundo da corte, primeiro no Paço Ducal de Vila Viçosa, na corte de Bragança e, mais tarde, em Lisboa, na Casa da rainha D. Catarina, mulher de D. João III, e na da infanta D. Maria, irmã do rei.

A erudição de Luísa, conhecida pela sua carta poliglota ao papa Paulo III, enviada em 1546, transformou-a numa figura exaltada pela historiografia, ao contrário da irmã música, Ângela, de quem pouco se sabe. O facto de Luísa ter falecido numa idade bastante jovem levou a uma construção ilusória da sua imagem, construção que principiou com os seus contemporâneos, mas que a historiografia aproveitou e moldou. Pretendemos, por isso, desmontar essa caracterização e procurar desenhar um quadro biográfico mais próximo da realidade. A este objectivo, junta-se outro: o de transformar Ângela numa figura independente, criando, para ela, uma narrativa cronológica que permita posicioná-la na historiografia como um objecto próprio.

Em suma, pretendemos introduzir, na esfera da historiografia portuguesa, o estudo de duas figuras tão excepcionais, mas, ao mesmo tempo, tão comuns para a sua época, cuja actuação enquanto figuras históricas e a representação enquanto mulheres permanecem distanciadas do debate historiográfico e, por consequência, também da crescente corrente da História das Mulheres e de Género.

Palavras-chave: Século XVI, Portugal, Espanha, Corte, Humanismo, Sigeia.

When the shadows dim the light.
**Luísa and Ângela Sigeia: stories and histories of life in sixteenth
century Portugal**

Catarina Cunha Monteiro

ABSTRACT

This dissertation presents a project of deconstruction and historiographical construction of two female figures of sixteenth century Portugal: Luísa (1522-1560) and Ângela Sigeia († 1608). They were born in Tarancón (Toledo), daughters of French father, the humanist Diogo Sigeu, and Castilian mother, the noblewoman D. Francisca de Velasco, in the early sixteenth century. At a young age, they moved to Portugal with their mother and two brothers, Diogo and António, to join their father, who had fled to Portuguese territory in the aftermath of Carlos V's victory over the revolt of the *Comunidades*, accompanying María Pacheco, leader of the Toledo resistance. Once in Portugal, the two sisters contacted with the courtly world, first in the Paço Ducal of Vila Viçosa, at the Bragança court, and later in Lisbon, in the Households of Queen D. Catarina, wife of D. João III, and infanta D. Maria, the King's sister.

Luisa's erudition, known by her polyglot letter to Pope Paul III, sent in 1546, made her a figure exalted by historiography, unlike her musician sister, Angela, of whom little is known. The fact that Luisa died at a very young age led to an illusory construction of her image, a construction that began with her contemporaries, but which historiography took advantage of and shaped. We intend, therefore, to dismantle this characterization and seek to draw a biographical picture closer to reality. To this aim, another is added: that of transforming Ângela into an independent figure, creating for her a chronological narrative allowing us to place her in historiography as an own object.

In short, we intend to introduce, in the sphere of Portuguese historiography, the study of two exceptional figures but at the same time common to their time, whose performance as historical figures and representation as women remain distanced from the historiographic debate, consequently, also of the growing current of the History of Women and Gender.

Keywords: 16th Century, Portugal, Spain, Court, Humanism, Sigeia.

LISTA DE ABREVIATURAS

a.AAAA/d.AAAA	antes de ANO/depois de ANO
ADLSB	Arquivo Distrital de Lisboa
AGI	Archivo General de Indias
AGS	Archivo General de Simancas
AHN	Archivo Histórico Nacional
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
ARCV	Archivo de la Real Chancillería de Valladolid
AUC	Arquivo da Universidade de Coimbra
CC	Corpo Cronológico
cf.	conferir
fl./fls.	fólio/fólios
lv./lvs.	livro/livros
mrs	maravedis
n.	nota
nº	número
p./pp.	página/páginas
rs	reais

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
Quando as sombras ofuscam a luz: tema(s), objectivos e metodologias.....	1
Sigueu, Sigé, Sygea: nota sobre os nomes e apelidos	11
PARTE I. Duas irmãs, uma família	14
1. O ano e lugar de nascimento de Luísa Sigéia, uma revisão necessária.....	15
2. As origens familiares.....	24
2.1. O pai, Diogo Sigueu	24
2.2. Uma figura esquecida: a mãe, D. Francisca de Velasco	49
2.3. Os irmãos, Diogo e António	70
3. Luísa: percursos de uma mulher humanista	78
3.1. A mudança da família Sigéia para terras lusas	78
3.2. A vida na corte: Vila Viçosa e Lisboa	84
3.3. Criações e epistolário: reconstrução de uma vida repleta de sentimentos mistos	93
3.4. De volta a Espanha: uma nova família e os últimos anos de vida.....	106
PARTE II. Ângela Sigéia	122
4. Uma biografia? Reflexões em torno do género biográfico	123
5. Silêncios sobre uma figura ausente.....	128
5.1. Ângela nas fontes	128
5.2. Ângela na historiografia.....	132
6. Primeiras linhas para a construção de uma figura	142
CONCLUSÃO.....	152
FONTES E BIBLIOGRAFIA	156

ANEXOS	179
Lista de árvores genealógicas.....	180
<i>Corpus Sigeiano</i>.....	181
Cronologia	183
Anexo Documental	195
Anexo Iconográfico	213

INTRODUÇÃO

Quando as sombras ofuscam a luz: tema(s), objectivos e metodologias

O caminho que percorreremos até chegar ao tema da dissertação que seguidamente se apresenta foi sinuoso e hesitante. Contudo, no meio da indecisão, o segundo semestre do ano curricular do 2º ciclo, no distante ano lectivo de 2015/2016, mais precisamente o Seminário «Sistema dos Saberes na Época Moderna», introduziu-nos ao (quase totalmente inexplorado) discurso anti-cortesão, na figura de frei Antonio de Guevara (c. 1480-1545). Na tentativa de reunir informações para elaborar uma dissertação que procuraria estudar o discurso cortesão e anti-cortesão em Portugal nos séculos XV e XVI, o nome de Sigeia surgiu como um elemento feminino atípico e pouco aprofundado, razão que nos levou a debruçarmos um pouco mais sobre ele. Autora de um tratado anti-cortesão², Luísa apenas se assumia como mulher pelo nome com que fora baptizada. Sobre ela, enquanto indivíduo, a historiografia portuguesa pouco sabia. Assim, o projecto inicial seria compreender de que forma, aquela mulher escrevera uma obra que se inseria na corrente de pensamento de Guevara³; por outras palavras, iríamos estudar o discurso anti-cortesão de Sigeia.

Inevitavelmente, e em pouco tempo, a própria figura de Luísa tornou-se o objecto exclusivo da nossa dissertação. Em poucas semanas, compreendemos que Sigeia era muito mais do que uma tratadista, cuja obra foi já investigada com profundidade⁴. Sendo de origem castelhana, a historiografia espanhola já a tinha resgatado há vários anos, transformando-a numa personagem histórica, num indivíduo definido, em suma, numa mulher. Luísa era objecto central de diversos estudos, desde dissertações a pequenos artigos, desde sítios na *internet* a nomes de ruas. A historiografia do país vizinho já cimentara – e com qualidade – esta existência feminina. Portugal pouco ou nada sabia sobre ela. Apenas os grandes chavões, e uma ou outra investigação mais crítica, a iluminavam, e (quase) nunca em obras gerais. Procurar Luísa, em Portugal, seria um trabalho complexo e pouco frutuoso, mas frutuoso. Contudo, e sabendo do avanço que beneficiava a historiografia espanhola, parecia

² *Duarum virginum colloquium de vita aulica et privata* (1552).

³ Referimo-nos ao seu *Menosprecio de Corte y Alabanza de Aldea*, publicado em 1539, em Valladolid.

⁴ Cf. SIGEA, 1970, e, mais recentemente, MAREÑÀ, 2014, e SANTOS, 2017.

imperativo trazer este tema à ordem do dia, inserindo-o no movimento de História das Mulheres (e de Género) em que a historiografia portuguesa se encontra hoje profundamente empenhada. Pretendíamos, assim, introduzir um novo olhar de natureza historiográfica que, achámos, poderia beneficiar esta corrente.

O desafio adensou-se quando, depois de algumas descobertas, decidimos olhar para Ângela, irmã de Luísa. A figura da música suscitou o nosso interesse pela pouca informação que sobre ela surgia. Parcamente mencionada, Ângela era uma figura obliterada, ainda mais do que a irmã. Porém, e curiosamente, os autores portugueses atribuíam-lhe algum (pequeno) destaque, talvez pelo simples facto de por cá ter casado e deixado descendência. Se pusermos de lado a obra de Artur Gonçalves⁵, a figura de Ângela corresponde a três linhas ou três parágrafos em cada texto sobre Luísa. A historiografia espanhola faz menos, interessando-se apenas por Luísa. Além de esquecida pela historiografia, Ângela fora ofuscada pela irmã. Artur Gonçalves resgatou-a do esquecimento em 1933, mas não conseguiu o impacto que talvez pretendesse. Ninguém lhe seguiu as pisadas, a fim de trazer a lume uma personagem, afinal, complexa como esta.

Sem nos darmos conta, e ao fim dos primeiros meses de investigação, surgiu a pergunta: Luísa ou Ângela? Ambas estavam envoltas em muitas perguntas; talvez, até demasiadas. Duas mulheres da mesma família, com percursos de vida semelhantes, mas com desfechos tão distintos, careciam de quem pudesse tornar mais nítidas estas personalidades independentes, embora ligadas por laços de sangue, na historiografia portuguesa. No entanto, se avançássemos com o tema, qual seria a justificação para tal investigação? Qual era o motivo principal para estudarmos estas duas figuras? Que relevância tinham para a historiografia? Que papel importante era esse que haviam desempenhado, para que fossem objecto de estudo numa dissertação de Mestrado? Poderiam ser atribuídas várias respostas a estas questões, mas talvez aquela que mais faria sentido seria aquela que se retribuiria com uma pergunta: porque não? Porque não estudar duas figuras femininas do Portugal de Quinhentos? Porque não estudar duas irmãs que receberam uma educação humanista, da qual fizeram o maior usufruto na corte portuguesa, junto da rainha D. Catarina, mulher de D. João III, e da infanta D. Maria, filha de D. Manuel e de D. Leonor de Áustria? Porque não estudar duas figuras que se inseriram num meio social específico, a corte, que dela apreenderam as lógicas

⁵ Cf. GONÇALVES, 1933.

clientelares e de sociabilidade tão características da Época Moderna e que nelas souberam vingar, de uma forma ou de outra? Porque não estudar duas mulheres como actores independentes, inseridas, embora, no seu tempo? As perguntas nunca findam.

As irmãs Sigeia viveram num mundo muito próprio e do melhor dele fizeram a sua vida. Luísa casou com um nobre de uma família prestigiada de Burgos e a sua única filha uniu-se num matrimónio ainda mais favorável, deixando uma descendência invejável. Ângela casou com um escudeiro fidalgo da Casa real, desencadeando uma linhagem que apenas terminou no início do século XX. É relativamente simples compreender a história que estas irmãs viveram. Mais complexo é conhecer o seu passado, quer pela escassez de fontes, quer pela conjuntura que caracteriza o início do século XVI. Enquanto personalidades, estas mulheres tiveram um passado comum: são filhas dos mesmos pais, irmãs dos mesmos irmãos, netas dos mesmos avós. E as questões recomeçam nestes aspectos mais simples. A ambas foi atribuído um idêntico percurso de vida, mas a ambas foi pintado um futuro de olvido.

Por isso, parece-nos importante explicar como foi historiograficamente recuperada a figura de Luísa Sigeia, que tantos anos permaneceu adormecida. Em meados do século XVII, foi publicada uma obra literária, em espanhol, mas traduzida para latim, chamada *Aloisiae Sigeae Toletanae Satyra Sotadica de arcanis Amoris et Veneris*. A obra era publicada sem indicação de autor, portanto, de forma anónima, mas, no título, surgia o nome de *Luísa Sigeia Toledana*, o que levou a uma errada atribuição da autoria do livro erótico à poliglota quinhentista. A obra teve algum impacto, tendo sido alvo de várias edições, algumas destas revistas, e traduções, principalmente para francês e inglês.

De facto, o autor era Nicolas Chorier (1612-1692), o mesmo que compôs uma história do Delfinado em dois volumes⁶. A verdadeira autoria foi revelada por Paul Allut, no século XIX, no seu estudo pioneiro sobre Luísa Sigeia, elaborado, precisamente, com o objectivo de ilibar o nome da poliglota da feitura dessa composição⁷. Apesar de ter fixado uma imagem negativa da erudita, a polémica autoral permitiu uma recuperação da figura da própria Luísa. Chorier, ao atribuir o nome da poliglota à composição erótica, perpetuou uma informação errada, mas obrigou a comunidade crítica a reagir. A reacção contra a falsa autoria iniciou-se, precisamente,

⁶ Cf. CHORIER, 1661-1672.

⁷ Cf. ALLUT, 1862.

com Allut, e, tornando-se um assunto polémico, fez ainda correr muito tinta entre os estudiosos, sendo que, hoje, a comunidade historiográfica já aceitou a liberação de Luísa da composição do livro de Chorier⁸, como bem esclareceu Américo da Costa Ramalho⁹.

Como frisámos, o caminho para a definição do tema desta dissertação foi complexo. Num primeiro momento, escolhêramos estudar Luísa, procurando criar uma biografia una e sólida; por razões que apresentaremos adiante, alterámos o foco da nossa dissertação para a irmã, Ângela, avistando, no horizonte, uma investigação inédita; no final, acabámos por reconsiderar as nossas opções e decidimos aglomerar ambas as visões, conjugando-as de forma a complementarem-se uma à outra.

Para estudar Luísa, começámos por ler as obras de Silvestre Ribeiro¹⁰, Manuel Serrano y Sanz¹¹ e de P. Allut¹², que se apresentam como marcos historiográficos para o estudo desta figura; explorámos os estudos de Léon Bourdon e Odette Sauvage¹³, Américo da Costa Ramalho¹⁴ e Ana Maria Alves¹⁵; e os textos de Maria Teresa Nascimento¹⁶, Maria Helena Rocha Pereira¹⁷ e Joaquim Pereira Gomes¹⁸ foram também alvo de leituras atentas. Para nos inteirarmos da vida de Luísa na corte da infanta D.

⁸ Infelizmente, tal não sucedeu no campo literário, visto que as editoras mantêm vivo esse erróneo legado da erudita. De que tenhamos conhecimento, todas as edições contemporâneas desta obra de Chorier apresentam o francês como autor, mas o título surge acompanhado pelo nome de Luísa (em inglês, *The Dialogues of Luisa Sigea*, feito repetido por editoras francesas, alemãs e até espanholas).

⁹ Na última página do seu artigo sobre Luísa, Ramalho dedica três parágrafos à polémica Chorier, frisando que esta é uma “história [que] foi há muito esclarecida, no que diz respeito à inocência de Sigéia”. No entanto, destaca que, em termos literários, a questão mantém-se por corrigir, como já referimos: “Ainda não há muito, fui encontrá-lo [o *Satira Sotadica*] incluído no material de que o erudito alemão Friedrich Karl Forberg se servira na elaboração do seu *De figuris Veneris*, publicado inicialmente em latim, em 1824, e reeditado uma vez mais, em «paperback» e tradução inglesa, por uma casa editora americana (Los Angeles, 1967). Aliás, Forberg esclarece que a Sigéia nada tem a ver com a *Satira Sotadica*, mas o *De figuris Veneris*, passado o esclarecimento inicial, cita a toledana continuamente, acabando a humanista por constituir a mais permanente fonte do bibliotecário de Coburgo” (RAMALHO, 1983, p. 195). O autor acaba por concluir que Luísa “passou injustamente à categoria de escritora pornográfica”, tendo, no entanto, ficado a dever-se a essa errada atribuição o facto de a erudita ser hoje lembrada.

¹⁰ Cf. RIBEIRO, 1880.

¹¹ Cf. SERRANO Y SANZ, 1903-1905, vol. 2 (1905), pp. 349-671.

¹² Cf. ALLUT, 1862.

¹³ Cf. BOURDON e SAUVAGE, 1970 e SIGEA, 1970.

¹⁴ Cf. RAMALHO, 1983.

¹⁵ Cf. ALVES, 1990.

¹⁶ Cf. NASCIMENTO, 1995.

¹⁷ Cf. PEREIRA, 1995.

¹⁸ Cf. GOMES, 2003.

Maria, meia-irmã de D. João III, seguimos os trabalhos de Carla Alferes Pinto¹⁹, Paulo Drumond Braga²⁰ e, obviamente, a obra de Carolina Michaëlis de Vasconcelos²¹. Por fim, e ainda directamente ligada a Luísa, lemos o artigo de Nieves Baranda²², a recente edição castelhana das cartas latinas da poliglota, por María R. Prieto Corbalán²³ e a dissertação da catalã Immaculada F. Mareñà²⁴. Alcançada uma base sólida sobre a vida individual de Luísa Sigeia, procurámos informações sobre os familiares, nomeadamente o pai, Diogo Sigeu, recorrendo aos estudos de Luís de Matos²⁵, Silva Dias²⁶ e Gonçalves Cerejeira²⁷, e sobre os contextos em que essa vida se desenrolou, estudando as investigações de Joseph Pérez²⁸, Manuel Fernández Álvarez²⁹ e Ana Isabel Buescu³⁰, entre outros³¹.

Com todas estas leituras presentes, e com toda aquela informação, percebemos que o objectivo da nossa investigação passava não só por procurar situar a figura de Luísa na historiografia portuguesa, como por resgatá-la das deduções que a rodeavam e delineá-la definitivamente, tentando pôr um fim a um conjunto de impasses que envolvem esta figura. Com facilidade, estruturámos o nosso estudo. Falaríamos, num primeiro momento, do debate historiográfico que envolve Luísa, para depois nos focarmos nas suas origens e, por fim, na sua própria vida. Almejávamos, portanto, escrever a primeira biografia portuguesa de Luísa Sigeia.

Porém, encontrámos um outro estudo de Nieves Baranda, intitulado “De investigación y bibliografía. Con unas notas documentales sobre Luisa Sigea”³², onde vislumbrámos a primeira documentação respeitante a esta figura, que incluía, entre outros, dois assentos no *Livro de moradias* da rainha D. Catarina³³. Contudo, essa documentação fazia parte de uma dissertação defendida na Universidade Complutense

¹⁹ Cf. PINTO, 1996.

²⁰ Cf. BRAGA, 2012.

²¹ Cf. VASCONCELOS, 1994 [1902].

²² Cf. BARANDA, 2005.

²³ Cf. PRIETO CORBALÁN, 2007.

²⁴ Cf. MAREÑÀ, 2014.

²⁵ Cf. MATOS, 1952 e 1956.

²⁶ Cf. DIAS, 1969, vol. 1.

²⁷ Cf. CEREJEIRA, 1974-1975, vol. 2.

²⁸ Cf. PÉREZ, 1970.

²⁹ Cf. FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, 1999.

³⁰ Cf. BUESCU, 2007b.

³¹ Deixámos, de parte, a historiografia alemã e inglesa, por razões linguísticas e de falta de acesso, respectivamente. Faça-se menção aos estudos de THIEMANN, 2006 e GEORGE, 2002.

³² Cf. BARANDA, 2006.

³³ Cf. *ibidem*, p. 5.

de Madrid, em 1955, com o título *Luisa Sigea Toledana*³⁴. Sendo uma dissertação dedicada à erudita, era, portanto, uma biografia, que, para além disso, contava com bases documentais bastante sólidas. Na procura por esse estudo, que se mantém inédito (e ao qual, infelizmente, não tivemos acesso³⁵), deparámo-nos com mais duas «dissertações» dedicadas à toledana, inseridas na obra *Melchor Cano y Luisa Sigea: dos figuras del Renacimiento Español*, coordenada por Miguel Ángel Pérez Priego³⁶. Os dois longos artigos remetiam para grande parte das obras que já tínhamos analisado e reuniam todo esse conhecimento, acrescentando algumas novidades³⁷. Portanto, existiam já três complexos estudos biográficos sobre Luísa Sigeia: uma dissertação inédita de 1955³⁸ e dois extensos artigos, publicados em 2008. Após esta tardia descoberta, decidimos reponderar o objecto de estudo desta dissertação, sem nunca, porém, suspender a investigação.

Foi então que, numa obra de história local da autoria de Artur Gonçalves³⁹, encontrámos abundantes informações sobre a família Sigeia em Portugal. Ângela, irmã de Luísa, era apresentada com grande destaque e com bastantes remissões para várias fontes documentais. Depois de verificarmos algumas dessas fontes⁴⁰ e de reunirmos alguma informação, percebemos que poderia existir um outro objecto de estudo possível, pois a figura de Ângela estava quase totalmente inexplorada na historiografia. Apresentavam-se-nos assim duas hipóteses: ou mantínhamos o tema inicial, que se perfilava agora mais como uma edição portuguesa da historiografia espanhola sobre Luísa, ou enveredávamos por um caminho inexplorado, personificado na figura de Ângela. A segunda opção, para além de aliciante pela novidade e originalidade, tinha uma vantagem fundamental: a base documental encontrava-se, na sua maioria, nos arquivos portugueses pelo facto de Ângela, tal como a irmã, ter casado em Portugal, mas, ao contrário desta, ter-se fixado em Torres Novas (Santarém), onde viveu, gerou descendência e acabou por falecer. Optámos, então, pela segunda hipótese. Começava, assim, o segundo grande momento da definição do tema desta dissertação.

³⁴ Cf. GARRIDO MARCOS, 1955.

³⁵ Apenas conhecemos uma listagem da documentação que compõe a dissertação de Garrido Marcos, lista disponibilizada por Nieves Baranda, no pequeno artigo que referenciámos (cf. BARANDA, 2006).

³⁶ Cf. AMORES PÉREZ, 2008; BARANDA, 2008. Disponível apenas nas bibliotecas espanholas, apenas tivemos acesso a esta obra através do serviço de empréstimo interbibliotecas da FCSH/UNL, deixando, aqui, o nosso agradecimento à equipa da Biblioteca.

³⁷ Curiosamente, a dissertação de Garrido Marcos é raramente referenciada nestes dois artigos.

³⁸ À qual não conseguimos aceder, como já referimos.

³⁹ Cf. GONÇALVES, 1933.

⁴⁰ Entre outras, encontrámos registo paroquiais que remetem para a descendência de Ângela (cf. «Segunda Parte: Ângela Sigeia»).

Uma vez alterado o objecto de estudo, também o rumo da investigação teve de ser reconfigurado. Em poucas semanas, as leituras focadas em Luísa foram alvo de uma revisitação orientada para Ângela, obrigando a releituras e novas leituras, alargando o horizonte historiográfico anteriormente seguido. A nossa atenção passou a centrar-se na figura da jovem música no âmbito dos círculos sociais, políticos e familiares onde a irmã era referida. Toda a historiografia sobre Luísa – que acima referimos – mencionava Ângela, permitindo-nos reunir informações que, apesar de muito dispersas e, por vezes, incompatíveis, nos elucidaram sobre alguns aspectos e momentos da sua vida. Escassos parágrafos ou, muitas vezes, apenas algumas linhas pareciam evocar uma vida rica em erudição, intelectualidade, poder e sociabilidades que pareciam ter existido no dia-a-dia de Ângela.

Porém, a falta de interesse acerca da figura reflectia-se na inexistência de qualquer obra ou artigo exclusivamente dedicados à música. O mais próximo dessa problemática específica era o livro de Artur Gonçalves, com um capítulo inteiro dedicado à família, como já referimos nesta Introdução. Surgia-nos, desta forma, todo um manancial de informação raramente referenciado por outros estudiosos⁴¹, que, para além de conter «novidades»⁴² sobre Ângela, o pai e a irmã, incluía um conjunto de referências documentais que remetia para variadíssimas fontes, umas por nós conhecidas, outras nem imaginadas. Por algumas semanas, esse capítulo tornou-se uma base essencial para a nossa investigação. Foi estudado com atenção, lido e relido, anotado e desconstruído. Separou-se a historiografia da documentação e organizaram-se ambas em listas distintas, somando-lhes aquelas que já detínhamos.

Depois dessa organização, o passo seguinte foi confirmar se, de facto, a documentação existia e se permitia a elaboração desta (nova) dissertação. Infelizmente, as portas voltaram a fechar-se-nos. Por um lado, grande parte da documentação referida por Artur Gonçalves já não podia ser confirmada, pelo simples facto de não se conhecer o seu paradeiro. Por outro, mesmo os dados documentais que conhecíamos não eram suficientes para enquadrar a figura de Ângela antes do seu casamento, obrigando-nos a estudar apenas metade da sua vida, o que não faria sentido. Revelava-se, por isso,

⁴¹ Apenas Luís de Matos (cf. MATOS, 1952), Carla Alferes Pinto (cf. PINTO, 1996), Américo da Costa Ramalho (cf. RAMALHO, 2003) e Paulo Drumond Braga (cf. BRAGA, 2012) remetem para este autor local. Num contexto diferente, também Vítor Serrão faz larga referência a esta obra (cf. SERRÃO, 2012).

⁴² Relembramos que a obra data de 1933.

necessária, uma reapreciação global da estrutura que pretendíamos seguir nesta dissertação.

Esse terceiro momento da definição do tema iria ser o derradeiro. Avaliámos a quantidade e qualidade da informação que seleccionámos para estudar Luísa e para conhecer Ângela e constatámos que, de facto, seria possível juntar os dois lados da investigação, cada um com os seus traços próprios, por forma a evitar repetições ou falhas. Fixou-se, assim, o objecto desta dissertação: numa primeira parte, desconstruiríamos historiograficamente a figura de Luísa, apresentando novas hipóteses relativas aos seus dados biográficos, reinterpretando as fontes, sempre que possível, e propondo novos olhares para as conjunturas padronizadas ao longo dos anos; numa segunda parte, desenharíamos linhas biográficas para a figura de Ângela, de uma forma pouco aprofundada, é certo, mas que se pretendia basilar para futuros trabalhos.

Ainda antes de fecharmos esta questão metodológica, façamos um apontamento sobre as fontes documentais de que fizemos uso para empreender esta dissertação. É curioso (ou talvez seja expectável) que seja feita pouca menção às irmãs Sigeia na documentação que vimos. É certo que Luísa surge muito mais do que Ângela, como era de supor, mas, mesmo assim, são notas pouco aprofundadas, exceptuando alguns casos.

Começamos por dizer que excluímos da análise os autores latinos (isto é, que escreveram em latim), apesar de fazermos breves e raras referências a alguns deles, sempre que se revelava necessário⁴³. Do que pudemos constatar, não seria necessário abordá-los com profundidade, pois os que lhes seguiram, e que escreveram em vernáculo, colhiam as informações dos seus estudos. Procurámos, então, essas notícias, nas grandes obras, como a *Corografia Portuguesa*⁴⁴ ou a *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*⁴⁵, em que encontrámos muitas páginas dedicadas à família Sigeia, dando especial destaque ao pai, Diogo, e às filhas, Luísa e Ângela. Alargámos, depois, o espectro a outras obras que se revelaram importantes⁴⁶, acrescentado, por vezes,

⁴³ As irmãs são mencionadas, de forma conjunta ou individual, pelos seguintes autores: cf. SCHOTT, 1603, p. 593; ANTONIO, 1963 [1672], vol. 1, pp. 89-90, vol. 2, pp. 71-72; CERDÀ Y RICO, 1781, pp. 27, 311; BONILLA Y SAN MARTÍN, 1901, pp. 280-308.

⁴⁴ Cf. COSTA, 1706-1712, t. III (1712), pp. 284-287.

⁴⁵ Cf. SOUSA, 1735-1748, t. III (1737), pp. 461-463, 464, 465, t. VI (1739), p. 3.

⁴⁶ Cf. CARVALHO, 1937-1944, vol. 3, t. I (1944), pp. 139, 152, 236 [informações datadas de 1551]; LEÃO, 2002 [1610], pp. 304-305; ANJOS, 1999 [1626], pp. 240-241; MACEDO, 1631, p. 69v; CASTRO, 1716, p. 65; TOSCANO, 1733, pp. 398-400; AZEVEDO, 1734, pp. 71-72; PERIM, 1736, t. I, p. 102, t. II, pp. 16-17; VASCONCELOS, 1740, vol. 2, pp. 326-330; MONFORTE, 1754, pp. 477, 715; CONCEIÇÃO, 1818-1831, t. II (1818), p. 313; VIEIRA, 1900, vol. 2, p. 295.

informações úteis ao que estava já estabelecido⁴⁷, ou, como se verificou algumas vezes, dando conta de erros facilmente identificáveis⁴⁸.

Entre os autores não portugueses, contámos, para o século XVI, com o redactor da resposta nas línguas orientais à carta poliglota de Luísa Sigeia ao papa Paulo III, em 1546, Guillaume Postel, autor da *Les Très-Merveilleuses Victoires des Femmes du Nouveau Monde*⁴⁹, Fernández de Madrid, Arcediago de Alcor, na sua *Silva Palentina*⁵⁰, e Jean Sarrazin, embaixador dos Países-Baixos, que compôs uma relação da sua embaixada à Península Ibérica, no início do período de união dinástica, em 1582⁵¹. Também Francisco de Pisa, quando descreveu a cidade de Toledo, não se esqueceu de referir que foi nessa cidade que veio ao mundo Luísa Sigeia⁵², tal como o biógrafo da infanta D. Maria, Frei Miguel Pacheco, que faz larga menção às duas irmãs⁵³. Por último, destacamos também o autor da *Historia genealógica y heráldica de la Monarquía española y Casa Real*, Fernández Béthencourt, que apresenta muitos dados sobre a filha de Luísa, Juana, e dos seus descendentes⁵⁴.

Para as fontes em arquivo, explorámos, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, as Chancelarias de D. João III e de D. Sebastião e D. Henrique, o Corpo Cronológico, as Gavetas, os Registos Paroquiais do Arquivo Distrital de Lisboa e os fundos da Casa Real e dos Contos do Reino e Casa, ambos pertencentes ao Núcleo Antigo. No Arquivo Municipal de Torres Novas, em Santarém, consultámos o Espólio Pessoal de Artur Gonçalves, autor crucial para a nossa investigação sobre Ângela. Também recolhemos dados (apenas um documento) no Arquivo da Universidade de Coimbra. No que respeita aos arquivos espanhóis, a consulta foi feita, essencialmente,

⁴⁷ Gomes de Brito, por exemplo, quando traz à luz as tenças testamentárias da infanta D. Maria, dedicada uma longa nota a uma das beneficiárias, Juana de Cuevas, filha de Luísa Sigeia (cf. BRITO, 1907-1910, vol. V (1907), pp. 123-124). O conde de Sabugosa, por sua vez, edita o *Syntra* em versão portuguesa (cf. SABUGOSA, 1903, pp. 106-108, 255-257).

⁴⁸ Augusto Soares de Pinho Leal, por exemplo, escreve o seguinte: “D. Angela, veio para Portugal na comitiva da rainha D. Maria, filha dos reis catholicos, e que foi 2.^a mulher do nosso rei D. Manoel, e mãe de D. João III [...]” (LEAL, 1873-1890, t. IX (1880), p. 627).

⁴⁹ Cf. POSTEL, 1553, p. 19.

⁵⁰ Cf. FERNÁNDEZ DE MADRID, 1932 [1561], vol. 2, p. 312.

⁵¹ Cf. CAVEREL, 1860 [1582], p. 339.

⁵² Cf. PISA, 1617, pp. 61-61v.

⁵³ Cf. PACHECO, 1675, cap. III, fl. 94v-99, cap. IV, fl. 98v.

⁵⁴ Cf. FERNÁNDEZ BÉTHENCOURT, 1897-1920, t. III (1901), pp. 93-98.

online, visto que muita da documentação foi digitalizada e está disponível em acesso aberto⁵⁵, sendo que encontrámos, também, muita documentação publicada⁵⁶.

No entanto, dado que grande parte da nossa investigação se centra, sobretudo, na desconstrução historiográfica da figura de Luísa, o uso destas fontes (exceptuando as de arquivo) foi relegado para segundo plano (mas nunca esquecido). Para Ângela, como a abordagem é contrária, isto é, existindo a necessidade de construção historiográfica, então, a utilização das fontes é essencial para enquadrar a figura da música nos seus contextos.

Se nos propúnhamos dissertar sobre a historiografia sigeiana, a estrutura que compunha o «esqueleto» da nossa investigação teria de ser configurada com objectivos muito bem definidos, para que esta não se tornasse um longo estado da arte sobre o tema. Essa configuração passava por combinar a organização cronológica dos eventos da vida de Luísa, definindo uma linha biográfica que podia ser seguida, com a análise historiográfica aliada à sua desconstrução, procurando dissecar os discursos e as concepções vigentes de forma crítica. Quanto a Ângela, que, ao contrário da irmã, carece, ainda, de uma investigação profunda, era necessário criá-la enquanto objecto de análise, pintando-lhe uma biografia que a enquadrasse na conjuntura histórica (e, em última análise, no debate académico).

Assim, decidimos dividir a nossa dissertação em duas partes, além desta Introdução, que compreende, no final, uma nota sobre a grafia dos nomes e apelidos desta família. Essas duas partes são dedicadas, cada uma, às duas irmãs, sendo que a divisão da economia de análise crítica não foi, propositadamente, feita de forma equitativa. A Primeira Parte foi idealizada por forma a corresponder à desconstrução que pretendíamos fazer da figura de Luísa Sigeia. Fazia, por isso, sentido, iniciar a nossa dissertação com a discussão historiográfica, que se prolongou durante vários anos, sobre a determinação da data e do local de nascimento da poliglota⁵⁷. Como teríamos,

⁵⁵ Contudo, também nos deparámos com documentação indisponível. Sempre que possível, e que se revelasse importante, transcrevemos os documentos espanhóis.

⁵⁶ Cf. entre outros, GARCÍA RÁMILA, 1958-1959, nº 145 (1959) e nº 147 (1959).

⁵⁷ Cf. Capítulo 1: “O ano e lugar de nascimento de Luísa Sigeia, uma revisão necessária”.

obrigatoriamente, que abordar os seus ascendentes familiares, comuns a ambas, elaborámos um capítulo totalmente dedicado às suas origens⁵⁸, separando o pai⁵⁹ da mãe⁶⁰ e introduzindo os irmãos⁶¹. Por fim, o terceiro capítulo desta Primeira Parte é consagrado a Luísa, focando-nos nela, sem nunca descurar os outros membros da sua família⁶². Debatemos, primeiro, sobre a vinda da sua família para Portugal⁶³; visitamos os primeiros anos de Luísa ao serviço da(s) corte(s)⁶⁴, explorando os outros em que se manteve nesse círculo de poder, baseando-nos, essencialmente, no seu epistolário⁶⁵, e, por fim, vislumbramos a sua vida após o regresso a Espanha, já casada, onde terminaria a sua breve existência⁶⁶.

A Segunda Parte é exclusivamente dedicada a Ângela. Visto ser uma figura lacunar na historiografia, organizámos o segundo bloco da dissertação em três conjuntos, sendo que o primeiro procura reflectir sobre o carácter biográfico desta Segunda Parte⁶⁷. O segundo conjunto⁶⁸, dividido em dois subcapítulos, foca-se em encontrar Ângela nas fontes⁶⁹ e na historiografia sigeiana⁷⁰. Este estado da arte sobre Ângela revelava-se necessário para enquadrar a música na historiografia portuguesa, visto ser um campo ainda por explorar, ao mesmo tempo que precisava encontrar uma figura que viveu toda a «vida historiográfica» na sombra da irmã. Por fim, apresentamos alguns dados biográficos, condensados num texto relativamente curto, que, ainda que parcos e referentes a uma baliza cronológica limitada, permitirão, certamente, resgatar a figura de Ângela do esquecimento a que foi remetida⁷¹.

Sigueu, Sigé, Sygea: nota sobre os nomes e apelidos

No decurso desta investigação, demos conta de um pormenor que afectava, directa e indirectamente, a pesquisa historiográfica e documental, e até mesmo a

⁵⁸ Cf. Capítulo 2: “As origens familiares”.

⁵⁹ Cf. Subcapítulo 2.1.: “O pai, Diogo Sigueu”.

⁶⁰ Cf. Subcapítulo 2.2.: “Uma figura esquecida: a mãe, D. Francisca de Velasco”.

⁶¹ Cf. Subcapítulo 2.3.: “Os irmãos, Diogo e António”.

⁶² Cf. Capítulo 3: “Luísa: percursos de uma mulher humanista”.

⁶³ Cf. Subcapítulo 3.1.: “A mudança da família Sigeia para terras lusas”.

⁶⁴ Cf. Subcapítulo 3.2.: “A vida na corte: Vila Viçosa e Lisboa”.

⁶⁵ Cf. Subcapítulo 3.3.: “O epistolário: reconstrução de uma vida repleta de sentimentos mistos”.

⁶⁶ Cf. Subcapítulo 3.4.: “De volta a Espanha: uma nova família e os últimos anos de vida”.

⁶⁷ Cf. Capítulo 4: “Uma biografia? Reflexões em torno do género biográfico”.

⁶⁸ Cf. Capítulo 5: “Silêncios sobre uma figura ausente”.

⁶⁹ Cf. Subcapítulo 5.1.: “Ângela nas fontes”.

⁷⁰ Cf. Subcapítulo 5.2.: “Ângela na historiografia”.

⁷¹ Cf. Capítulo 6: “Primeiras linhas para a construção de uma figura”.

elaboração desta dissertação. Esse pormenor prendia-se com a grafia dos apelidos dos personagens principais: a família Sigeia e, num caso muito mais pontual, a família Mogo de Melo. De facto, devido à pluralidade de grafias, começaram a surgir-nos dúvidas em relação a qual delas seria a mais próxima da realidade, e, portanto, qual seria a mais adequada. Por isso, e de forma a organizar coerentemente a nossa investigação neste aspecto, decidimos elaborar esta nota, onde indicamos as várias grafias por nós detectadas na historiografia⁷² para escrever os nomes destas famílias e qual aquela por nós escolhida e seguida ao longo da investigação.

Em relação à família Sigeia, a multiplicidade de grafias traduz-se na livre e diversificada utilização dos «ea», «éa» e «eia», existindo também variantes masculinas, usadas, principalmente, para o nome do pai, onde se incluem as formas alatinadas⁷³. Em casos mais específicos, há também o uso da partícula «de» para ambos os géneros. A escolha da grafia a utilizar também se prende com a documentação trabalhada e, naturalmente, com a própria língua em que está escrito o estudo.

Assim, as obras em espanhol, como as de Serrano Y Sanz, Baranda Leturio e Amores Pérez, privilegiam a fórmula «Sigea», que, no entanto, também é usada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Bourdon e Sauvage e Ana Maria Alves. Silvestre Ribeiro (que soletra «Luiza», sinal dos tempos) e Artur Gonçalves optam pelo apelido «Sigéa», enquanto Costa Ramalho e Carla Alferes Pinto escrevem «Sigeia»⁷⁴. Só Allut regista «Sygea», pelo facto de usar uma adaptação do seu apelido latino, «Sygaeae»⁷⁵.

⁷² Para não alongar muito esta nota explicativa, faremos apenas referência às grafias usadas por um espectro exemplificativo de autores-base. Ao mesmo tempo, as vertentes gráficas encontradas na documentação não serão por nós apontadas ou «corrigidas» pelo simples facto de traduzirem um discurso próprio da época (e do sujeito que o escreve). Decidimos, no entanto, transcrever uma anotação feita por Bourdon e Sauvage sobre a questão:

“Dans un document de 1552 publié par L. de Matos, *Les Portugais en France*, pp. 322-323, il est appelé «Diogo (=Jacques) de Sige», et il signe lui-même «Diogo de Syge». Dans le même document, Luisa Sigea est appelée «de Sige». Dans la *Relacion sumaria...*, pp. 39-40, il se présente comme «Diego de Sygi», et le nom de son fils António est orthographié «de Sigi» ou «de Sygy» dans divers documents de chancellerie: cf. SOUSA VITERBO, *Isabel Carreira... A mulher de Antonio de Sygy de Velasco*, in *Archivo historico portuguez*, I (1903), pp. 78-79; J. A. da SILVA DIAS, *A Universidade na sua história – A propósito da edição dos Estatutos de 1559*, in *Biblos*, XL (1964), pp. 366, 377; voir aussi A. J. ANSELMO, *op. cit.*, p. 324, n°s 1162, 1163, 1165. «Sigi, Sygy» ne sont sans doute que de simples variantes phonétiques de «Sige». Moins facilement explicable est la forme «de Sigis» sous laquelle Diogo Sigeo est désigné par un témoin d’une enquête effectuée en Espagne en 1621: cf. SERRANO Y SANZ, *op. cit.*, p. 401. Mais, dans un document portugais de 1545, publié par Mário BRANDÃO, *Actas dos Conselhos da Universidade de 1537 a 1557*, I, p. 125, son autre fils, Diogo, est lui aussi appelé «de Sizis» (BOURDON e SAUVAGE, 1970, p. 39, n. 22).

⁷³ Falaremos desta questão no subcapítulo 2.1.: “O pai, Diogo Sigeu”.

⁷⁴ Tal como MAGALHÃES, 1987, SOARES, 1994, e GOMES, 2003.

⁷⁵ Na sua obra, Allut escolhe usar a forma “Aloysia” para se referir à erudita.

Para o nome do pai, a lógica é semelhante. Os autores espanhóis referem-se-lhe como «Diego Sigeo»; os portugueses, que lhe traduzem o nome para «Diogo», apelidam-no de «Sigeu», à excepção de Vasconcelos (que usa a forma espanhola, com «o»). Allut repete o «y» que usa para Luísa, escrevendo «Jacques Sygée», e Bourdon e Sauvage introduzem a partícula «de», nomeando-o «Jacques de Sige».

De forma a termos coerentes, iremos usar os apelidos «Sigeu», para o pai e irmãos, e «Sigeia» para as duas irmãs, pelo facto de que nos parece, por bem, uma versão portuguesa do patronímico desta família. Relativamente à família de Antão, marido de Ângela, as únicas variantes que encontrámos prendem-se com a acentuação do primeiro «o» em Mogo e com a duplicação do «l» em Melo. Desta forma, escreveremos «Mogo» e «Melo».

PARTE I.

Duas irmãs, uma família

1. O ano e lugar de nascimento de Luísa Sigeia, uma revisão necessária

Este capítulo tem como objectivo dar a conhecer o debate historiográfico, que se prolongou por muitos anos, sobre a data e o local de nascimento de Luísa Sigeia. Se, hoje, este intrincado problema se encontra ultrapassado, tanto o ano de nascimento como a sua naturalidade fizeram correr muita tinta durante, pelo menos, um século e meio. Não havendo ainda certezas, há hipóteses muito plausíveis, com as quais concorda a mais recente historiografia. A importância destes dados, até hoje controvertidos, deriva da necessidade de estabelecer, de forma rigorosa, o percurso de uma vida marcada pela eventual e extraordinária precocidade da actividade literária e erudita desta personagem, que foi, talvez, o facto mais incessantemente invocado a propósito de Luísa. Consideramos, por isso, que só um balanço, como o que se segue, poderá dar conta das incertezas que rodearam esta questão (desde o próprio século XVI), e que tiveram por consequência a fixação da característica mais notável desta mulher: a sua singular precocidade intelectual.

Contemporâneo de Luísa, André de Resende (1500-1573) foi o primeiro autor a apontar uma data para o nascimento da erudita. Aquando da publicação do seu poema dirigido à infanta D. Maria⁷⁶, em 1551⁷⁷, Resende registara que “Luísa Sigeia ainda não completara os 21 anos”⁷⁸, e, por isso, “ela teria nascido em 1530”⁷⁹. Indirectamente, Resende declarava Luísa nascida em 1530.

Em 1553, o humanista francês Guillaume Postel (1510-1581)⁸⁰, na sua obra *Les Très-Merveilleuses Victoires des Femmes*⁸¹, escrevia o seguinte:

“C’est la Signora o Dueña Luigia Sigea Damoyselle d’honneur de la Signora Dona Maria seur du Roy de Portugal, laquelle l’an 22 de son aage l’an 1548 par experience monstra, escripvant au Pape Paule [...]”⁸².

⁷⁶ A infanta D. Maria (1521-1577) era filha de D. Leonor de Áustria (1498-1558) e de D. Manuel (1469-1521), rei de Portugal, e irmã de D. João III (1502-1557), monarca que sucedeu ao pai.

⁷⁷ O poema intitula-se *D. Emmanuelis. P. F. inuicti Filiae. D. Ioannis. III. P. F. Inuicti Sorori Marine, principi eruditissimae* e foi reeditado e traduzido por Gabriel de Paiva Domingues (cf. DOMINGUES, 1975-6, pp. 60-69).

⁷⁸ DOMINGUES, 1975-1976, p. 56.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 56.

⁸⁰ Sobre Guillaume Postel, cf. LESTRINGANT, 1993 e PETRY, 2004.

⁸¹ Cf. POSTEL, 1553.

⁸² *Ibidem*, p. 19.

Se fizermos as contas, Postel declarava que Luísa teria nascido em 1526 e, aos 22 anos, teria escrito a epístola poliglota a Paulo III⁸³. Postel foi o segundo autor a atribuir, também indirectamente, um ano de nascimento à nossa erudita. Seria, também, o último a fazê-lo até ao século XIX.

Nas outras fontes analisadas que mencionam a figura (vinte e sete itens)⁸⁴, impera o silêncio quanto a esta questão biográfica. Mais nenhum autor aponta uma data que possa transmitir uma ideia sobre o assunto. Não encontramos mais referências à sua idade quando escreveu a tão famosa carta poliglota ou à idade que tinha quando entrou ao serviço da corte portuguesa. Contudo, todos sublinham a sua erudição, destacando a sua tenra idade e a proeza do seu sexo⁸⁵.

Postel poderia ter sido seguido por outros. Sendo uma das fontes mais recuadas que possuímos⁸⁶, não se compreende o motivo para tal não ter acontecido, pois foi Guillaume Postel quem redigiu a resposta pontifícia à carta de Luísa nas línguas orientais⁸⁷. Ele saberia, com certeza, a idade da jovem humanista. Postel, porém, equivocou-se, pois a carta poliglota foi escrita em 1546, e não em 1548⁸⁸. Estando ou não certa (e, talvez, por ser posterior), a proposta de Postel não foi admitida pelos seus pares, nem pela primeira vaga historiográfica sobre o tema. A de André de Resende sim. Tomando como certa a data da publicação do poema de Resende, a historiografia acolheu o ano de 1530 como o ano de nascimento de Luísa Sigeia.

Na época contemporânea, o primeiro a assinalar a data que estes eruditos seguem (1530) foi Paul Allut, em 1862⁸⁹, num estudo que pretendeu resgatar a erudita da mancha deixada por Nicolas Chorier, no século XVII⁹⁰. Seguiram-lhe, por ordem cronológica, José Silvestre Ribeiro (1880)⁹¹, Bonilla y San Martín (1902)⁹², Carolina

⁸³ Esta carta, que a faria famosa, foi escrita em latim, grego, hebraico, sírio (ou caldeu, como era apelidada na época) e árabe.

⁸⁴ Aqui, excluímos o epistolário de Luísa, por nos estarmos a referir a fontes indirectas.

⁸⁵ Desenvolveremos este assunto mais adiante, mas, a título de exemplo, Diogo Azevedo assentava que Luísa “escrevia com perfeição grande, e bordava com igual primor” (AZEVEDO, 1734, p. 72).

⁸⁶ Exceptuando a *Ulysbonae regiae Lusitaniae vrbis, carmen*, de Girolamo Britonio, que apenas refere o pai, Diogo, e a filha, Luísa, muito brevemente (cf. BRITONIO, 1546) e o poema de André de Resende, já citado.

⁸⁷ Cf. ALVES, 1990, p. 61.

⁸⁸ Cf. PRIETO CORBALÁN, 2007, pp. 97-99.

⁸⁹ Cf. ALLUT, 1862.

⁹⁰ Como já explicámos na «Introdução».

⁹¹ Cf. RIBEIRO, 1880.

⁹² Cf. BONILLA Y SAN MARTÍN, 1902.

Michaëlis de Vasconcelos (também em 1902)⁹³, o conde de Sabugosa (1903)⁹⁴, Manuel Serrano y Sanz (1905)⁹⁵, Luís de Matos (1952)⁹⁶ e María Dolores Gomez Molleda, num artigo assinado em 1955⁹⁷. Acompanhando esta datação, vinha a ideia de que Luísa era muito nova para escrever aquela carta. Uma vez que os seus contemporâneos enfatizaram reiteradamente a sua extraordinária erudição, a historiografia foi incorporando e dando como certo que, de facto, Luísa tinha 16 anos quando escreveu a carta poliglota e, por isso, teria de ser um génio, uma menina-prodígio. Um feito para a época, principalmente pelo facto de ser mulher.

Sem questionar as fontes, foi essa a imagem que a historiografia fixou sobre esta figura: Luísa Sigeia era a menina-prodígio das letras no século XVI. Para a perpetuação desta representação também terá certamente contribuído a própria conjuntura em que surgiu a fixação dessa data. Nos finais do século XIX, inícios do século XX, parecia existir uma necessidade de exaltação de figuras fora do comum, em que se incluiu, entre outras tantas personagens, Luísa Sigeia. Quando Allut publicou o seu estudo em 1862, talvez não tivesse a menor ideia de que o seu trabalho se tornaria um marco para os historiadores que se lhe seguiram. O certo é que, assentando o ano de 1530 e aliando as informações e suposições sobre a educação e erudição da latinista, Allut iniciou uma narrativa-base que foi sendo acrescentada até se tornar na imagem prodigiosa reproduzida, sem interrupções, até 1970.

A década de 70 do século XX tornou-se um marco por pôr em causa esta cronologia e, portanto, a imagem que se criara da erudita. Foram propostas duas novas datas para situar o nascimento de Luísa, ambas baseadas em pilares diferentes. Uma delas foi formulada por Léon Bourdon e Odette Sauvage, num artigo publicado em conjunto em 1970⁹⁸, no mesmo ano em que Sauvage publicara o *Colloquium* numa versão bilingue (latim e francês)⁹⁹, com uma introdução crítica. A outra partiu de Gabriel de Paiva Domingues, dada à estampa em meados da década¹⁰⁰.

⁹³ Cf. VASCONCELOS, 1994 [1902]. Apesar de nos referirmos à primeira edição da obra (1902), citamos a edição de 1994, prefaciada por Américo da Costa Ramalho, pela importância do seu contributo.

⁹⁴ Cf. SABUGOSA, 1903.

⁹⁵ O autor aceita o ano de 1530, apesar de ter algumas dúvidas quanto à sua veracidade (cf. SERRANO Y SANZ, 1903-1905, vol. 2 (1905), p. 394).

⁹⁶ Cf. MATOS, 1952.

⁹⁷ Cf. GOMEZ MOLLEDA, 1955.

⁹⁸ Cf. BOURDON e SAUVAGE, 1970.

⁹⁹ Cf. SIGEA, 1970.

¹⁰⁰ Cf. DOMINGUES, 1975-1976.

No seu artigo, Bourdon e Sauvage percorrem, em primeiro lugar, os autores que os precederam (Serrano y Sanz, P. Allut, José Silvestre Ribeiro, Bonilla y San Martín, Carolina Michaëlis de Vasconcelos e Luís de Matos), demonstrando a predominância do ano de 1530, para, depois, passarem às fontes. Os autores contestam a assertividade de Michaëlis de Vasconcelos, que se baseia na carta de André de Resende à infanta D. Maria, publicada em 1551, para determinar, com certezas, o nascimento de Luísa Sigeia em 1530, defendendo que “ce n’est pas parce qu’elle fut imprimée [...] en juillet 1551 [...] qu’on s’estime autorisé [...] à la considérer comme écrite cette année-là”¹⁰¹. Com esta ideia em mente, mas sem a desenvolverem, Bourdon e Sauvage expõem o testemunho de Postel, esclarecendo que o autor se enganara a datar a carta poliglota que Luísa enviou ao Sumo Pontífice. Segundo as suas informações, para Postel, Luísa teria nascido em 1526, pois o humanista julgava que fora em 1548 que a erudita redigira a epístola. Bourdon e Sauvage assinalam o erro e esclarecem que se devem adiantar as datas em dois anos, ou seja, a carta em 1546 e o ano de nascimento em 1524.

Contudo, os dois autores apontam o ano de 1522, com base num trabalho de Luís de Matos¹⁰², mais especificamente, num anexo de três páginas por ele editado¹⁰³. Trata-se da publicação parcial da *Relación sumaria del comienzo y suceso de las guerras civiles que llamaron las Comunidades de Castilla*¹⁰⁴, obra assinada por Diogo Sigeu, pai de Luísa Sigeia, depois da morte de D. María Pacheco, relatando os acontecimentos da revolta das *Comunidades*, entre os anos de 1520 e 1521¹⁰⁵. Na *Relación*, Diogo Sigeu escreve que D. María Pacheco entrou em Portugal em Fevereiro de 1521¹⁰⁶, sendo que Luís de Matos o corrige, em nota de rodapé, para 1522¹⁰⁷.

¹⁰¹ BOURDON e SAUVAGE, 1970, p. 38.

¹⁰² Cf. MATOS, 1956. Quatro anos antes, em 1952, o autor seguira a datação aceite pela primeira vaga historiográfica (1530). Porém, quando publicou *A Corte literária dos Duques de Bragança no Renascimento* (onde se inclui o excerto usado por Bourdon e Sauvage), optou por não reforçar a data de nascimento da erudita, mas também não apresentou outra proposta (cf. MATOS, 1956).

¹⁰³ Cf. *Ibidem*, pp. 39-41.

¹⁰⁴ O título completo da obra é *Relación sumaria del comienzo y suceso de las guerras civiles que llamaron las Comunidades de Castilla, de cuya causa se recogió la muy ilustre señora Doña María Pacheco, que fue casada con Juan de Padilla, a Portugal, [con quien yo Diego de Sygi vino]* (doravante, mencionada apenas como *Relación*). Existem duas versões da obra: uma publicada por Luís de Matos, (cf. MATOS, 1956, pp. 39-41) e outra por Raúl Amores Pérez (cf. AMORES PÉREZ, 2008, pp. 190-202). Sendo que a edição de Luís de Matos apresenta apenas um pequeno excerto da obra, servimo-nos maioritariamente da edição integral feita por Amores Pérez, já referenciada, salvo exceções devidamente assinaladas. Sobre esta obra, cf. o Subcapítulo 2.1. «O pai, Diogo Sigeu».

¹⁰⁵ Desenvolveremos este tópico no Subcapítulo 2.1. «O pai, Diogo Sigeu».

¹⁰⁶ “Entró la señora Doña María en Portugal en el mes de Hebrero del año de 1521 que fué el primero del reinado del Rey Don Juan III deste nombre [...]” (MATOS, 1956, p. 39).

¹⁰⁷ Amores Pérez parece ter-se esquecido de fazer o mesmo na sua publicação integral, pois não corrige a data (cf. AMORES PÉREZ, 2008, p. 200). Mais adiante, porém, contradiz-se, registando o seguinte:

Bourdon e Sauvage argumentam que, se Diogo Sigeu saiu de Espanha em inícios de 1522, não mais voltando, então Luísa teria que ter nascido “au plus tard en 1522”¹⁰⁸, firmando, assim, uma nova data de nascimento para Sigeia.

Com as novas informações proporcionadas por Bourdon e Sauvage, Gabriel de Paiva Domingues, poucos anos depois, aprofunda a questão ao confrontar a data da epístola poética de Resende, publicada em 1551, e o testemunho de Postel de 1553, com a nova data de 1522. Tal como os anteriores, o autor defende que o ano de publicação da carta de Resende pode não ser o mesmo ano em que a obra foi produzida e, portanto, a data de nascimento de Luísa seria diferente. Relembremos que Resende refere que Luísa ainda não tinha completado os 21 anos quando o humanista assinou a carta à infanta e, admitindo que 1551 foi o ano de produção e publicação da epístola, então a erudita teria nascido em 1530, como já explicitámos.

Admitindo que as datas não fossem as mesmas, os resultados seriam naturalmente díspares. Domingues esclarece que Postel “lança no nosso espírito uma confusão enorme quando diz que essa epístola [a carta poliglota de Luísa ao Papa] foi escrita em 1548”¹⁰⁹, uma vez que se sabe que o ano certo é 1546. Porém, se Luísa tinha 22 anos em 1548, então a carta de Resende dedicada à infanta teria sido escrita em 1547 e a erudita teria nascido em 1526. Retirando os dois anos que Postel acrescentou por engano, nesse caso, a carta de Resende foi escrita em 1545 e Luísa nasceu em 1524. Se aceitarmos o ano proposto por Bourdon e Sauvage, então a epístola de Resende teria de ter sido escrita em 1543.

Contudo, Domingues esclarece que “nenhum documento prova não ter Diogo Sigeu ido visitar sua família à Espanha, como é natural”¹¹⁰, e que os versos que dão a entender a existência de um futuro enlace matrimonial da infanta D. Maria referem-se ao recém viúvo Filipe II¹¹¹, e não ao seu pai Carlos V, ao contrário do que defendem Bourdon e Sauvage¹¹². Esta hipótese também é sustentada pelo poema *Syntra*, escrito em 1546, dedicado pela própria Luísa à infanta, em que a erudita escreve: “*Haec reget*

“Además, sabremos que Diego Sigeo saldrá de España a finales de 1521 (dice él, aunque sería más exacto desde el 3 de febrero de 1522, según la «Relación Sumaria») [...]” (*Ibidem*, p. 224).

¹⁰⁸ BOURDON e SAUVAGE, 1970, p. 39.

¹⁰⁹ DOMINGUES, 1975-1976, p. 56.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 57.

¹¹¹ A sua primeira mulher, a infanta D. Maria, filha de D. João III e D. Catarina, morreu em 1545, dias após dar à luz o príncipe D. Carlos.

¹¹² Cf. BOURDON e SAUVAGE, 1970, pp. 41-43.

*imperium felix, quum nupserit, orbis*¹¹³”. Portanto, a produção de Resende pode ser de 1545 “ou pouco depois”¹¹⁴, o que aliado com outras observações, leva o autor à conclusão de que Luísa nasceu em 1524, podendo ser acrescentados ou subtraídos, sem problemas, dois anos a cada data. Desta forma, Domingues sustenta, indirectamente, o testemunho de Postel, colocando-o como uma alternativa ao ano 1522 muito plausível.

Apesar de diferentes, ambas as alternativas trouxeram uma novidade. Confirmando-se qualquer uma das hipóteses, então, grande parte da construção historiográfica acerca desta figura cairia por terra, pois perderia uma das suas bases mais fortes, desenhada pela primeira vaga: a da imagem da menina-prodígio.

Entrando na década de 80 do século XX, tínhamos, portanto, três propostas de datação do nascimento de Luísa: 1530, 1522 e 1524. A historiografia espanhola assimilou, logo muito rapidamente, a data sugerida por Bourdon e Sauvage¹¹⁵. A portuguesa foi mais tardia, sendo que, em 1991, Eduardo Bento¹¹⁶ ainda considerava o ano de 1530, tal como Joaquim Rodrigues Bicho¹¹⁷, já no ano 2000. As excepções são raras, mas existem¹¹⁸, por exemplo, Carla Alferes Pinto, ainda antes do novo milénio¹¹⁹, ou Paulo Drumond Braga, em 2012¹²⁰. Contudo, e apesar dos desvios iniciais, a data de 1522 é hoje unanimemente aceite pela generalidade da historiografia que estudou esta questão. A maior consequência desta redefinição da cronologia de vida de Luísa Sigeia não é, pois, uma minudência erudita, mas um dado fundamental que obriga à releitura não dos seus dotes intelectuais, mas da sua excepionalidade em termos etários.

Passemos, agora, à questão do lugar de nascimento de Luísa Sigeia. No terceiro tomo da sua *Historia Genealógica*, Fernández Béthencourt afirmava, sem dúvidas, que

¹¹³ “Depois, feliz, quando casar, terá o império do mundo” (SABUGOSA, 1903, p. 257).

¹¹⁴ DOMINGUES, 1975-1976, p. 58.

¹¹⁵ Das múltiplas obras espanholas pós anos oitenta que consultámos (e a que conseguimos ter acesso), apenas uma não seguia a datação de Bourdon e Sauvage: Pérez Ramírez que, em 1994, apresentava o ano de 1527 (cf. PÉREZ RAMÍREZ, 1994, p. 162), sem argumentar (o autor afirma seguir VIÑAS e PAZ, 1963). Amores Pérez afirma, por duas vezes, que Asunción Rallo Gruss, em 1987, apresentava o ano de 1525 para o ano de nascimento da Sigeia (cf. AMORES PÉREZ, 2008, pp. 223 e 238), o que não é verdade (cf. RALLO GRUSS, 1987, p. 21). Em relação a outra historiografia estrangeira, a maior parte também aceita o ano de 1522, sendo que encontrámos opiniões pontuais que mantinham o ano de 1530 (cf. CAMMARATA, 1991, p. 313) e, noutro caso, sugeriam um intervalo temporal entre os anos de 1526 e 1530 (cf. KAMINSKY, 1996, p. 78).

¹¹⁶ Cf. BENTO, 1991.

¹¹⁷ Cf. BICHO, 2000.

¹¹⁸ Ana Maria Alves aceita a data de “c. 1520, proposta por Bourdon e O. Sauvage” (ALVES, 1990, p. 58, n. 4), o que se torna um pouco confuso, pois a proposta francesa é, como vimos, de 1522. J. Pereira Gomes também apresenta a data c. 1520 (cf. GOMES, 2003, p. 1105). Antonio Rey Hazas escreve “en torno a 1520”, seguindo a mesma linha (cf. REY HAZAS, 2008, p. 1686).

¹¹⁹ Cf. PINTO, 1996.

¹²⁰ Cf. BRAGA, 2012.

Luísa “nació en Tarancón”¹²¹, pois era a naturalidade que constava nas provas de nobreza e limpeza de sangue, datadas de 1622 e 1626, de dois dos seus netos, Francisco e Gonzalo Ronquillo¹²², filhos da sua única filha, Juana, para ingressar na Ordem Militar de Santiago.

As questões sobre a exactidão do local de nascimento de Luísa, porém, só surgiram quando Serrano y Sanz trouxe a lume alguns fragmentos das provas a que aludira Fernández Béthencourt¹²³. Ora, nos seus escritos, Luísa refere-se a si mesma como «Toledana». No entanto, as informações sobre a ascendência familiar, com o intuito de escrutinar a limpeza de sangue dos candidatos (seus netos), foram procuradas em Tarancón, e não em Toledo. Serrano y Sanz esclarece que a província de Tarancón, localizada a cerca de 100 km do centro de Toledo, ainda fazia parte desse reino, no princípio do século XVI, e que, certezas quanto ao local de nascimento, só da mãe de Luísa, D. Francisca de Velasco, “nacida en Tarancón, de noble familia arraigada en aquel país”¹²⁴. Sem concluir a questão, o estudioso dá a entender que talvez a verdadeira pátria de Luísa fosse Tarancón e não Toledo¹²⁵.

Antes de Serrano y Sanz, a informação aceite era a da naturalidade toledana¹²⁶. Contudo, a dúvida lançada pelo autor não despoletou uma acção em cadeia. Manteve-se Toledo como a cidade que vira nascer a poliglota. As excepções começaram a surgir 50 anos mais tarde. Em 1955, Gomez Molleda escrevia que Luísa “nació posiblemente en Tarancón, incluído por entonces en el reino de Toledo, por eso se nombra a sí misma «Sigea Toletana»”¹²⁷. Bourdon e Sauvage ainda referiram a questão, mas não a

¹²¹ Cf. FERNÁNDEZ BÉTHENCOURT, 1897-1920, t. III (1901), p. 93.

¹²² Os documentos a que se refere Fernández Béthencourt são os seguintes: “Pruebas para la concesión del Título de Caballero de la Orden de Santiago de Francisco Ronquillo de Cuevas, natural de Arévalo” (1622) e “Pruebas para la concesión del Título de Caballero de la Orden de Santiago de Gonzalo Ronquillo de Cuevas, natural de Burgos” (1626). Os expedientes do primeiro dos dois documentos, referentes a D. Francisco, foi publicado, na íntegra, por Ismael García Rámila (cf. “Expediente de pruebas de nobleza y limpieza de sangre, incoado para el ingreso en la Orden Militar de Santiago de los hermanos D. Francisco e D. Gonzalo Ronquillo de Cuevas” in GARCÍA RÁMILA, 1958-1959, nº 147 (1959), pp. 577-581), edição de que aqui nos servimos também para outros documentos.

¹²³ Cf. SERRANO Y SANZ, 1903-1905, vol. 2 (1905), pp. 401-403.

¹²⁴ *Ibidem*, p. 395.

¹²⁵ Cf. *ibidem*, pp. 394-395.

¹²⁶ Tanto Allut, como Silvestre Ribeiro e Carolina Michaëlis de Vasconcelos indicavam que Luísa nascera em Toledo, assim como os autores contemporâneos (e posteriores) à erudita.

¹²⁷ GOMEZ MOLLEDA, 1955, p. 192. Em 1987, Isabel Allegro de Magalhães ainda a dizia nascida em Toledo (cf. MAGALHÃES, 1987, p. 132). A citação apresenta a nomeação geográfica com «t» e Luísa assinava mesmo «Toletana», como vemos, por exemplo, na sua carta enviada ao papa Paulo III, em 1546 (cf. PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 99). Tal justifica-se pelo facto de *toletana* ser a derivação feminina do latim *toletanus*, epíteto assumido pelo seu pai, Diogo, nas suas obras (cf. Subcapítulo 2.1. «O pai, Diogo Sigeu»).

concluíram. Fazem a formulação do problema da mesma forma que Serrano y Sanz, terminando com a indicação que a sua mãe era natural de Tarancón, “qui dut s’y retirer après le départ de Diogo Sigeo pour le Portugal”¹²⁸. Deixam, portanto, a questão em aberto. Pérez Ramírez, em 1994, afirmava que Luísa nascera em Tarancón, filha de mãe *taranconera*¹²⁹. A questão só foi definitivamente respondida no presente século¹³⁰.

Em 2005, Nieves Baranda definia como local de nascimento da poliglota a cidade de Tarancón, em Toledo¹³¹. Em 2007, María Regla Prieto Corbalán lançou a sua edição espanhola do epistolário latino de Luísa¹³², com um importante estudo crítico, onde aprofunda a discussão, sempre acompanhando as provas que Fernández Béthencourt exumara¹³³. No ano seguinte, Amores Pérez, que também assina um artigo no mesmo livro que Nieves Baranda, defende o lugar de Tarancón, em Cuenca, como sendo o berço da erudita¹³⁴. Álvarez Cifuentes, que, curiosamente, opta por não escolher apenas uma possível data de nascimento para a poliglota, também defende Tarancón, em Toledo, como a cidade onde nasceu Luísa Sigeia¹³⁵, assim como Carlos Margaça Veiga¹³⁶ e Immaculada Font Mareña¹³⁷.

Tal como acontece para a determinação do seu ano de nascimento, não se encontrando o assento de baptismo de Luísa, não se pode declarar, com toda a certeza,

¹²⁸ BOURDON e SAUVAGE, 1970, p. 44.

¹²⁹ Cf. PÉREZ RAMÍREZ, 1994, p. 162. Dois anos depois, em 1996, Amy Kaminsky também punha essa hipótese, escrevendo que Luísa nascera “probably in Tarrancón [*sic*]” (KAMINSKY, 1996, p. 120).

¹³⁰ Contudo, em 2006, Martínez Góngora ainda naturaliza Luísa como toledana (cf. MARTÍNEZ GÓNGORA, 2006, p. 423).

¹³¹ Cf. BARANDA, 2005, p. 220. Num artigo anterior, redigido em 2003, também aponta Tarancón, mas apenas parafraseando Serrano y Sanz (cf. BARANDA, 2003, p. 3). Embora destaque a polémica num longo artigo escrito em 2008, ao contrário do texto citado, não toma uma posição, como fizeram Bourdon e Sauvage, em 1970, o que nos baralha um pouco em relação à sua verdadeira opinião (cf. BARANDA, 2008, pp. 131-132). Ainda (ou já?) em 2003, J. Pereira Gomes identifica Luísa como natural de Tarancón (cf. GOMES, 2003, p. 1105).

¹³² A filóloga inclui, também, uma *opera minima*, composta por “dos poema muy dificiles de encontrar de Luisa Sigea” (PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 143), razão pela qual a autora os reproduz (cf. *ibidem*, pp. 143-146).

¹³³ Cf. *Ibidem*, pp. 54-55. Faça-se destaque à nota 193, da página 55, que explica a integração de Tarancón no reino de Toledo, assim denominado aquando do estabelecimento do bispado.

¹³⁴ A forma assertiva como principia a defesa da sua teoria merece ser transcrita: “Por más que pudiera parecernos curioso, Luisa Sigea de Velasco nos mostró siempre en sus escritos y rúbricas el apelativo de «toledana», topónimo que emplearon sus contemporáneos y que acabará reproduciéndose hasta la saciedad incluso aún hoy, y que ha servido para desvirtuar en algunos la referencia cierta de su lugar de nacimiento, que no es otro que Tarancón (Cuenca)” (AMORES PÉREZ, 2008, pp. 209-210). O autor desenvolve a sua ideia nas doze páginas seguintes.

¹³⁵ Cf. ÁLVAREZ CIFUENTES, 2009, p. 47. Curiosamente, o *Dicionário de Escritoras Portuguesas* dita a “toledana de nascimento, mas portuguesa pela cultura” (FLORES, DUARTE e MOREIRA, 2009, p. 169).

¹³⁶ Cf. VEIGA, 2011, p. 43.

¹³⁷ Cf. MAREÑA, 2014, p. 120.

qual a sua terra natal. Contudo, e conhecendo-se as fontes que indicámos, consideramos seguro afirmar que a cidade de Tarancón é o seu mais provável local de nascimento. Além do mais, o argumento de que a sua mãe, D. Francisca de Velasco, era *taranconera* leva-nos a acreditar que a família se tenha mantido nessa localidade até à partida para Portugal.

2. As origens familiares

2.1. O pai, Diogo Sigeu.

Também os ascendentes de Luísa estão envoltos numa corrente de incerteza. Ou, melhor dizendo, também a origem das figuras materna e paterna tem sido questionada pelos estudiosos. Começamos pelo pai, Diogo Sigeu, cuja naturalidade, tal como a da filha, foi já muito discutida. A questão ainda não está, contudo, fechada, pois não existe até hoje um consenso entre a origem francesa ou espanhola do humanista. Nesta questão, comparando com as que encontrámos para Luísa, as fontes são mais prolíficas. Procuraremos, de seguida, dilucidar esta questão.

No segundo volume da sua história de Palencia, Alonso Fernández de Madrid declara Luísa como filha de “padre francés de nación”¹³⁸. Já António Carvalho da Costa, na *Corografia Portuguesa*, escrevia ser Diogo “dos Sigéos de Toledo, ella [mãe] da illustre familia dos de Velasco”¹³⁹, assim como António Caetano de Sousa, que o dizia simplesmente “natural de Toledo”¹⁴⁰. Damião de Fróes Perim voltava a escrever que o pai das irmãs Sigeia era “Francez por nascimento”¹⁴¹, ao passo que Piedade e Vasconcelos considerava os dois progenitores como “consórtes de illustres prosápias em Castella”¹⁴², sendo Diogo “dos fidalgos Sigéos de Toledo”¹⁴³ e a mãe “da esclarecida família dos Velasco”¹⁴⁴. Em 1781 e 1783, Cerdà y Rico e Nicolau António registavam, respectivamente, que Diogo Sigeu era originário da Gália¹⁴⁵. Francisco de Pisa¹⁴⁶ e Frei Miguel Pacheco¹⁴⁷ não definem a sua naturalidade, enquanto Augusto Pinho Leal aparenta atribuir-lhe dupla nacionalidade: “D. Diogo Sigéu, de Toledo [...] francez”¹⁴⁸. Não há, portanto, consenso entre os antigos sobre as raízes do pai das irmãs Sigeia.

¹³⁸ FERNÁNDEZ DE MADRID, 1932 [1561], vol. 2, p. 312.

¹³⁹ COSTA, 1706-1712, t. III (1712), p. 285.

¹⁴⁰ SOUSA, 1735-1748, t. VI (1739), p. 3.

¹⁴¹ PERIM, 1736-1740, t. I (1736), p. 102.

¹⁴² VASCONCELOS, 1740, t. II, p. 325.

¹⁴³ *Ibidem*, p. 325.

¹⁴⁴ *Ibidem*, p. 325.

¹⁴⁵ Cf. CERDÀ Y RICO, 1781, p. XXIII; e ANTÓNIO, 1783, p. 90.

¹⁴⁶ Cf. PISA, 1617, pp. 61-61v.

¹⁴⁷ Cf. PACHECO, 2007 [1675], vol. 2, p. 152.

¹⁴⁸ LEAL, 1873-1890, vol. 9 (1880), p. 627.

Mais uma vez, é Allut quem primeiro escreve que Diogo Sigeu era “français de nation et peut-être originaire de Nîmes, où ce nom de Sygée se retrouvait encore il y a peu d’années”¹⁴⁹, acrescentando que “[il] se maria à Tolède avec une femme de qui le nom n’est pas parvenu jusqu’à nous”¹⁵⁰, após “ses affaires ou l’espoir de s’enrichir avaient conduit en Espagne”¹⁵¹. O autor fixa, assim, as origens do humanista em França, sendo replicado por Abílio Pinto¹⁵², José Silvestre Ribeiro¹⁵³, Fernández Béthencourt¹⁵⁴ e Carolina Michaëlis de Vasconcelos¹⁵⁵. Sousa Viterbo opta por adicionar um «provavelmente» à identidade francesa de Diogo¹⁵⁶ e Serrano y Sanz escolhe a expressão verbal «pensa-se» para determinar a nacionalidade do humanista¹⁵⁷. Artur Gonçalves declara-o “francês de nação, pois foi nascido na cidade de Nîmes, nos fins do século XV”¹⁵⁸, tal como Luís de Matos, ao referir a sua amizade com Jean Nicot, diplomata francês (1530-1600)¹⁵⁹. Gomez Molleda apenas o caracteriza como um “hombre de profundos conocimientos clásicos”¹⁶⁰.

García Rámila, por seu turno, afirma, de forma veemente, que “Don Diego de Sigis no fué oriundo, sino nativo de la vecina Francia”¹⁶¹, baseando-se nas provas de nobreza e limpeza de sangue dos netos de Luísa (a que já fizemos referência¹⁶²). Silva

¹⁴⁹ ALLUT, 1862, p. 6.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p. 7.

¹⁵¹ *Ibidem*, p. 7.

¹⁵² O humanista era “natural de Nîmes” e “casara com uma dama do appellido de Velasco” (PINTO, 1879, p. 23).

¹⁵³ Ribeiro explica que os “negócios, ou a esperança de enriquecer, o [Diogo] trouxeram à Hespanha”, o que sugere que o autor o considera nascido fora de Espanha e, por isso, em França, a única outra hipótese proposta (cf. RIBEIRO, 1880, p. 9).

¹⁵⁴ O autor escreve mesmo “francés de nación” (FERNÁNDEZ BÉTHENCOURT, 1897-1920, t. III (1901), p. 93).

¹⁵⁵ Vasconcelos diz que Luísa é “francesa de origem, mas castelhana pela mãe, dos Velascos de Toledo”, naturalizando Diogo como francês (cf. VASCONCELOS, 1994 [1902], pp. 38-39).

¹⁵⁶ O autor escreve: “francez, provavelmente de origem, a ajuizar pela partícula *de*, e assignava-se Toledano por ter vindo, da sua pátria, fixar residência em Toledo, onde constituiria família, casando-se com huma dama hespanhola” (VITERBO, 1903, p. 7).

¹⁵⁷ A frase original é: “se le juzga oriundo de Nimes” (SERRANO Y SANZ, 1903-1905, vol. 2 (1905), p. 395). É curioso que Serrano y Sanz revele esta dúvida e não se apoie nos documentos que ele mesmo publica, quando tenta esclarecer a naturalidade de Luísa (pp. 401-403). Explicaremos melhor este aspecto mais adiante.

¹⁵⁸ GONÇALVES, 1933, p. 219.

¹⁵⁹ Matos esclarece que esta amizade terá beneficiado do facto de Diogo ser “semble-t-il, originaire de Nîmes, et, qui plus est, homme de lettres” (MATOS, 1952, p. 109). Noutro trabalho, Matos sublinha a naturalidade francesa de Diogo: “Nascendo em França mas vivendo em Toledo [...]” (MATOS, 1956, p. 17).

¹⁶⁰ GOMEZ MOLLEDA, 1955, p. 192.

¹⁶¹ GARCÍA RÁMILA, 1958-1959, nº 144 (1958), p. 313.

¹⁶² Cf. “Expediente de pruebas de nobleza y limpieza de sangre, incoado para el ingreso en la Orden Militar de Santiago de los hermanos D. Francisco e D. Gonzalo Ronquillo de Cuevas” in GARCÍA RÁMILA, 1958-1959, nº 147 (1959), pp. 577-581.

Dias também diz que Diogo era francês¹⁶³. Bourdon e Sauvage são mais cuidadosos, sustentando que o humanista descendia de uma família francesa, provavelmente de Nîmes ou dos arredores dessa cidade. Contudo, esclarecem que “on ne saurait affirmer qu’il naquit en France”¹⁶⁴, acrescentando que “s’il en fut ainsi, il dut être amené tout jeune encore en Espagne, vraisemblablement à Tolède, ainsi que le suggère l’épithète de «Toletanus» dont il fit suivre son nom”¹⁶⁵.

Gonçalves Cerejeira escreve apenas “Diogo Sigeu de Toledo”¹⁶⁶, não esclarecendo se se refere à sua naturalidade ou à sua linhagem. Paul Teyssier, num texto publicado nas actas do XXI Colóquio Internacional de Estudos Humanistas, em 1984, sustenta que Diogo era “originário de Toledo”¹⁶⁷. Ana Maria Alves afirma seguir o estudo de Bourdon e Sauvage, escrevendo que Diogo era “oriundo de uma família francesa, provavelmente de Nîmes, mas nasceu ou foi de muita tenra idade para Toledo”¹⁶⁸. Embora registe o nascimento de Luísa em 1530, Eduardo Bento caracteriza Diogo como “humanista francês”¹⁶⁹. Pérez Ramírez refere a polémica em torno do assunto, mas di-lo “de origen francés, casado en Tarancón con doña Francisca de Velasco”¹⁷⁰. Carla Alferes Pinto apenas o apelida de “francês”¹⁷¹ e Joaquim Bicho define-o como um “fidalgo francês de nascimento e notável humanista”¹⁷².

Mais recentemente, tentando desenhar um fim na discussão, Prieto Corbalán assinala que “actualmente se acepta su origen francés”¹⁷³, remetendo, para nota de rodapé, algum apoio documental sustentando a sua tese. Nieves Baranda corrobora este parecer, assinalando que Diogo “procedía de Francia, concretamente de Nîmes, pero se trasladó muy joven a Toledo”¹⁷⁴. Amores Pérez ainda escreve que “si realmente fue

¹⁶³ Cf. DIAS, 1969, p. 337.

¹⁶⁴ Um dos motivos de reserva para fazerem essa afirmação é o facto de os documentos citados se contradizerem no que respeita a essa questão (cf. BOURDON e SAUVAGE, 1970, p. 40, n. 27).

¹⁶⁵ *Ibidem*, 1970, p. 40.

¹⁶⁶ CEREJEIRA, 1974-1975, vol. 2, p. 116.

¹⁶⁷ TEYSSIER, 1984, p. 823.

¹⁶⁸ ALVES, 1990, p. 59. Já referimos esta contradição de Ana Maria Alves quando averiguámos a data de nascimento de Luísa, no capítulo 1, «O ano e lugar de nascimento de Luísa Sigeia, uma revisão necessária».

¹⁶⁹ BENTO, 1991, p. 30.

¹⁷⁰ PÉREZ RAMÍREZ, 1994, p. 161.

¹⁷¹ PINTO, 1996, vol. 1, p. 138.

¹⁷² BICHO, 2000, p. 106. Também Américo da Costa Ramalho defende a origem francesa do humanista: “Apesar de D. S. [Diogo Sigeu] se intitular de «toledano», era quase certamente de origem francesa” (RAMALHO, 2003, p. 1107).

¹⁷³ PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 43.

¹⁷⁴ BARANDA, 2008, p. 131.

francés, [Diogo] debió venir con muy poca edad a España”¹⁷⁵. Álvarez Cifuentes volta a proclamar a origem francesa de Sigeu¹⁷⁶, enquanto Carlos Margaça Veiga o declara toledano¹⁷⁷.

O último registo bibliográfico deste debate cinge-se à nota de rodapé feita por Mareñà, na sua tese de doutoramento em Ciências Humanas e da Cultura, defendida em 2014. A autora apresenta Sigeu como francês, elucidando o leitor de que a nomeação da pátria do humanista não é consensual e remetendo para a dita nota o seguinte:

“No està clar si Diego Sigeo fou en realitat francès, espanyol o fins i tot lusità, perquè tot i que ell es reconeixia com a toledà, tal com hem vist en el títol de la seva obra, autors coetanis a ell, i també posteriors, situen els seus orígens a França. Tanmateix, aquests autors no aporten arguments convincents, tan sols referències indirectes”¹⁷⁸.

Se recuarmos aos documentos que temos referido por diversas vezes – as provas de nobreza e limpeza de sangue do século XVII – encontramos Diogo Sigeu referenciado como “un caballero natural de Francia”¹⁷⁹. Tendo em conta a forma rigorosa com que estas inquirições eram conduzidas, é muito provável que a informação estivesse correcta. Além do mais, a maioria das fontes que apresentámos declaram o humanista francês de nascimento. Assim, seguimos a hipótese de que Diogo Sigeu era francês e que, a certa altura (talvez quando se inscreveu na Universidade de Alcalá de Henares), se mudou para Espanha, onde incorporou o epíteto de «toledano»¹⁸⁰.

Pondo agora de lado as suas origens pátrias, sabe-se que o humanista terá nascido em finais do século XV, desconhecendo-se os seus progenitores. Em 1510¹⁸¹,

¹⁷⁵ AMORES PÉREZ, 2008, p. 187.

¹⁷⁶ Cf. ÁLVAREZ CIFUENTES, 2009, p. 47.

¹⁷⁷ O autor escreve: “Diogo Sigeu de Toledo” (VEIGA, 2011, p. 26).

¹⁷⁸ MAREÑÀ, 2014, pp. 119, 120, n. 321: “Não é claro se Diogo Sigeu foi na realidade francês, espanhol ou mesmo português, porque embora ele se reconheça como toledano, tal como vimos no título da sua obra, autores contemporâneos, e também posteriores, situam as suas origens em França. No entanto, esses autores não fornecem argumentos convincentes, apenas referências indirectas” (tradução da nossa responsabilidade).

¹⁷⁹ “Expediente de pruebas de nobleza y limpieza de sangre, incoado para el ingreso en la Orden Militar de Santiago de los hermanos D. Francisco e D. Gonzalo Ronquillo de Cuevas” in GARCÍA RÁMILA, 1958-1959, nº 147 (1959), p. 580.

¹⁸⁰ Outro elemento que suporta a ideia de que o humanista nasceu em França é o seu próprio apelido, que surge, nas fontes, várias vezes grafado com *núances* francesas, como vimos na «Introdução» (cf. «Sigeu, Sigé, Sygea: nota sobre os nomes e apelidos»).

¹⁸¹ Pérez Ramírez é o único autor que aponta uma data para o matrimónio do humanista (cf. PÉREZ RAMÍREZ, 1994, p. 161), sendo seguido por Amores Pérez (cf. AMORES PÉREZ, 2008, p. 204).

casou com D. Francisca de Velasco, oriunda da nobreza castelhana¹⁸². O enlace gerou dois filhos e duas filhas: Diogo, António, Luísa e Ângela¹⁸³.

Sigueu teve formação universitária (línguas clássicas e orientais), como já referimos, em Alcalá de Henares, onde poderá ter conhecido André de Resende, que frequentou a mesma universidade¹⁸⁴. Foi aluno de grandes nomes do meio humanista, como Antonio de Nebrija (1442-1522), o grego Demetrio Ducas (1480-1527) e o judeu converso Alonso de Zamora (c. 1476-1544), professor de hebraico. Estes três mestres¹⁸⁵ instalaram-se na Universidade de Alcalá entre os anos de 1512 e 1514¹⁸⁶. Logo, Sigueu, que, segundo as suas próprias palavras, teve como preceptores estes três eruditos¹⁸⁷, terá frequentado a universidade durante esses anos. Confirmando-se a data do seu casamento em 1510, então a sua formação universitária esteve ligada aos seus primeiros anos de matrimónio com D. Francisca.

Desconhece-se o ano em que o humanista entrou ao serviço de D. María Pacheco (c. 1496-1531), uma mulher oriunda da mais alta nobreza castelhana que se revelaria uma destacada protagonista dos tumultos políticos e sociais ocorridos em Castela, na segunda década de Quinhentos.

¹⁸² Sobre D. Francisca dissertamos no subcapítulo que se segue a este.

¹⁸³ Aprofundaremos os dados sobre a descendência masculina do casal no subcapítulo 2.3.: «Os irmãos, Diogo e António».

¹⁸⁴ Cf. TEYSSIER, 1984, p. 825.

¹⁸⁵ Os três foram autores da *Biblia Poliglota Complutense*, projecto levado a cabo por Francisco Jiménez de Cisneros, mais conhecido como cardeal Cisneros, para elaborar uma Bíblia multilingue. O projecto começou em 1502/1503 e a primeira impressão data de 1514 (cf. MANZANO GARCÍA, 2002, p. 188). O projecto juntou também outros nomes, como Pablo Coronel ou Diego de Zúñiga/Estúñiga (cf. PÉREZ RAMÍREZ, 1994, p. 161).

¹⁸⁶ Zamora começou como catedrático de hebraico em 1512 (cf. GARCÍA CASAR, María Fuencisla, “Alonso de Zamora” in *Real Academia de la Historia: Diccionario electrónico*; <http://dbe.rah.es/biografias/6393/alonso-de-zamora>) e Nebrija, já numa idade bastante avançada, tomou posse da cátedra de Retórica em 1513 (cf. RALLO GRUSS, 1987, p. 22). Desconhecemos o ano em que Demetrio Ducas entrou ao serviço da Universidade de Alcalá, mas poderá ter sido em 1514 ou num ano anterior, pois, como já referimos, também ele esteve ligado ao projecto linguista de Cisneros, cuja primeira impressão saiu precisamente nesse ano de 1514.

¹⁸⁷ Estas suas palavras, citadas por Asenjo Barbieri, integram uma obra sua publicada em 1560 e dedicada ao cardeal-infante D. Henrique, irmão de D. João III. Esta obra é um género de opúsculo ou adenda a uma outra obra da sua autoria, assinada em 1557. A referida citação é a seguinte: “Tratando de los autores á quien sigue, cita entre los latinos: «*Nebrissensem praeceptorem meum*»; nombra despues algunos griegos, y añade: «*Et vivae vocis praeceptorem meum in schola Complutensi Demetrium Ducam natione graecum, patria Cretensem*»; finalmente, cita los hebreos, añadiendo: «*Sed vivae vocis Praeceptores Zamoram, Paulum Cornelium Burgensem, Stunicam Doctores Complutenses*»” (BARBIERI, 1880, p. 54). O título completo da obra é o seguinte: *De ratione accentuum, commatum, colorum, sectionum, ac diversorum apicum: quibus Regiae Portugalliae Capellae libri denuo recogniti, atque emendati, in lucem prodeunt, Diego Sygaeo Toletano observatore*, Lisboa, João Blávio, 1560. Ao que parece, este opúsculo foi oferecido a Barbieri pelo português Fernando Pereira Palha, quando o primeiro esteve em Lisboa (cf. BARBIERI, 1880, p. 53).

D. María Pacheco nasceu em Granada, filha de Francisca Pacheco (†1507) e de Íñigo López de Mendoza (c. 1442-1515), II conde de Tendilla, I marquês de Mondéjar e vice-rei de Granada desde 1492. Do lado materno, era também sobrinha do marquês de Villena, Juan Pacheco de Luna. Ao lado da irmã e dos irmãos, D. María teve uma esmerada educação humanista, proporcionada por mestres que o seu pai trouxera do estrangeiro para a instrução dos seus filhos, como Pedro Mártir de Anghiera (c. 1456-1526)¹⁸⁸ e Hernán Núñez de Toledo (c. 1478-1553)¹⁸⁹. Ao que parece, D. María Pacheco e a sua irmã, D. María de Mendoza¹⁹⁰, participavam num círculo literário influenciado pelo ideal de educação feminina despertado por Isabel I de Castela (1451-1504)¹⁹¹, conhecida como Isabel a Católica¹⁹². Em 1515, casou com Juan de Padilla (1490-1521), filho de Pedro López de Padilla e sobrinho do comendador maior de Calatrava, Gutierre López de Padilla, um enlace que começara a ser pensado ainda antes de 1511, ano em que se efectivou o noivado¹⁹³.

D. María, o seu marido e o único filho de ambos, Pero López de Padilla (1516/7-1523)¹⁹⁴, mudaram-se de Granada para Toledo em 1518 e poderá ter sido nessa altura – e talvez querendo encontrar um possível mestre de línguas clássicas para o filho – que os futuros líderes *comuneros* incluíram Sigeu na sua Casa. À sua senhora, Diogo ensinou latim (que era já familiar a D. María) e grego¹⁹⁵, matérias que ensinaria anos

¹⁸⁸ Humanista italiano trazido por Íñigo López de Mendoza, seu patrono, para Castela, onde serviu na corte dos Reis Católicos durante largos anos. Sobre a sua vida, cf. ARRANZ MÁRQUEZ, Luis, “Pedro Mártir de Anglería” in *Real Academia de la Historia: Diccionario electrónico*; <http://dbe.rah.es/biografias/10770/pedro-martir-de-angleria>.

¹⁸⁹ De acordo com o seu próprio testemunho, Hernán Núñez tinha ligações com Aires Barbosa, catedrático de Grego na universidade de Salamanca, e Antonio de Nebrija, a quem já nos referimos. O conde de Tendilla chamou-o para educar o seu primogénito, D. Luis Hurtado de Mendoza, o irmão mais velho de D. María Pacheco, nomeando-o seu preceptor em 1499. Segundo consta, Hernán Núñez serviria também como um agente cultural, tendo feito duas viagens a Itália, “que le sirvieron para completar su formación humanística y para comprar libros [...] a su protector”. Em 1513, foi para a universidade de Alcalá de Henares, onde colaborou na feitura da *Biblia Poliglota*. Em 1519, sucedeu a Demetrio Ducas, na cátedra de Grego da mesma universidade (cf. JIMÉNEZ CALVENTE, Teresa, “Hernán Núñez de Guzmán” in *Real Academia de la Historia: Diccionario electrónico*; <http://dbe.rah.es/biografias/21505/hernan-nunez-de-guzman>).

¹⁹⁰ Condessa de Monteagudo, pelo seu casamento com Antonio de Mendoza.

¹⁹¹ Cf. BACKER, 2004, p. 72. É elucidativa a nota referente a esta questão, onde se evidencia a diferença no propósito da educação das mulheres: “While Isabelline model called for a feminine, passive, and private learned woman, María Pacheco did not follow this path. It is in part because of her transgression of the cultural norm set by Isabel for aristocratic women that María was so highly criticized by male contemporaries for «acting like a man»” (*Ibidem*, p. 85, n. 8).

¹⁹² Filha de Juan II de Castela e D. Isabel de Portugal.

¹⁹³ Cf. *ibidem*, pp. 73-75.

¹⁹⁴ Cf. *ibidem*, p. 80.

¹⁹⁵ “Fue mi Señora Doña María Pacheco muy docta en latín y en griego y matemática [...]” (AMOREZ PÉREZ, 2008, p. 202).

mais tarde em Vila Viçosa, na corte da Casa de Bragança, aos filhos do duque D. Jaime (1479-1532)¹⁹⁶.

Infelizmente, são estas as únicas informações que temos sobre a vida do humanista até 1522, ano marcado pelo seu exílio forçado de Castela. Referimo-nos à sua vinda para Portugal no séquito da fugitiva D. María Pacheco, aquando do desenlace da revolta das *Comunidades*¹⁹⁷.

Aquilo que começou como um movimento que exprimia o descontentamento geral da população face à situação política, económica e social do reino, rapidamente se tornou numa revolta urbana anti-senhorial, caracterizada na sua génese por uma oposição entre várias cidades castelhanas (Toledo, Valladolid, Segóvia e outras) contra o rei-imperador, Carlos V (1500-1558)¹⁹⁸, e os nobres flamengos que o acompanhavam.

Os princípios do século XVI foram, a vários títulos, difíceis em Castela. O reino foi assolado por más colheitas, fomes e epidemias, factores que resultaram numa subida abrupta e contínua dos preços, alcançando os valores máximos em 1521, sofrendo apenas um decréscimo entre os anos de 1510 e 1515. A juntar a esta tríade económica e socialmente devastadora, a situação política complexificou-se após a morte de Isabel I, em 1504, e de Fernando de Aragão, em 1516, culminando na eleição de Carlos I de Espanha – considerado, por muitos, um rei estrangeiro, apesar da sua legitimidade dinástica – como Carlos V do Sacro Império Romano-Germânico, em 1519. Na ausência do rei, que viajou para o coração do Império a fim de receber o seu novo título, foi instituída a regência, ao lado do Conselho Real, do cardeal Adriano de Utrecht, preceptor do jovem monarca, eleito papa, mais tarde, em 1522.

Durante estes anos, Castela manteve-se em efervescência. Com a ausência de Carlos V do reino, o descontentamento em várias cidades desencadeou motins contra os procuradores, corregedores, cobradores de impostos e outros cúmplices do séquito do novo rei. A comunidade revolucionária que tomara conta de Toledo dirigiu uma circular às cidades, a fim de estas enviarem os seus procuradores a uma Junta, com o objectivo

¹⁹⁶ Falaremos desta figura mais adiante.

¹⁹⁷ Para explicar, de forma breve, os inícios da revolta das *Comunidades*, seguimos a síntese elaborada por Joseph Pérez, José Antonio Maravall e Julio Valdeón Baroque (cf. PÉREZ, MARAVALL e VALDEÓN BARUQUE, 1978). Contudo, mantém-se indispensável a consulta do pioneiro e aprofundado estudo de Joseph Pérez sobre as *Comunidades* (cf. PÉREZ, 1970), ao qual recorremos.

¹⁹⁸ Filho de Juana de Castela e de Filipe, o Belo. Viria a casar com a infanta portuguesa, D. Isabel, filha de D. Manuel.

de protestarem contra a situação em que ficara o reino. Ao seu chamamento, compareceram Segóvia, Salamanca e Toro.

Pela primeira vez, o Conselho Real tomou a primeira atitude de resposta contra estas movimentações, encarregando o chefe do exército de se apoderar dos canhões posicionados em Medina del Campo. Desconfiando de que as armas serviriam para combater Segóvia, uma das cidades revoltadas, a população de Medina resistiu a entregá-las ao exército real. Nesta disputa, um grande incêndio devastou parte da cidade¹⁹⁹. O desastre daria um início violento à *verdadeira* revolta, servindo como resposta à indecisão de certas cidades, que, após o acidente, decidiram unir-se a Toledo.

A Junta deslocou-se, então, para Tordesilhas, onde residiam a rainha Juana (1479-1555) e a sua filha mais nova, a infanta Catarina (1507-1578)²⁰⁰, aí se instalando em Setembro²⁰¹. Foi durante a ocupação de Tordesilhas que se formaram dois sectores opostos dentro da revolta: o sector revolucionário, que ambicionava seguir com a rebelião, aproveitando o forte embalo que levava, para romper definitivamente com o passado, a fim de constituir um governo insurrecto; e o sector moderado, que pretendia conter o movimento, receando as diferentes perspectivas políticas inauguradas pelos revolucionários²⁰².

A nobreza castelhana, que, até então, se mantivera neutral, apesar de alguns sectores serem logo de início hostis a Carlos V, começava a sentir-se ameaçada por um movimento que se expandira e tomara uma dinâmica difícil de controlar. Entretanto, o monarca nomeou o condestável e o almirante de Castela, Íñigo Fernández de Velasco (†1528) e Fadrique Enríquez (1460-1538), respectivamente, como co-regentes do cardeal Adriano, enquanto a Junta se constituía como governo revolucionário, sob o nome de *Cortes y Junta General del Reino*²⁰³.

Esta Castela que se queria revolucionária rapidamente procurou apoios externos, como o monarca do reino vizinho. Em Outubro de 1520, D. Manuel recebeu na corte portuguesa uma missão diplomática da Junta, liderada por D. Alonso de Pliego, deão de Ávila²⁰⁴. O objectivo desta embaixada seria esclarecer o rei português sobre o que acontecia no reino castelhano, obtendo, ao mesmo tempo, a sua neutralidade. Este não

¹⁹⁹ Para mais detalhes sobre este acontecimento, cf. FERNÁNDEZ MARTÍN, 1993.

²⁰⁰ Irmã mais nova de Carlos V, viria a casar com o rei D. João III.

²⁰¹ Sobre a estadia da Junta em Valladolid, cf. BUESCU, 2007a, pp. 73-101, que aqui seguimos.

²⁰² Cf. PÉREZ, 1970, p. 197. Sobre as características particulares destes sectores, cf. pp. 197-204.

²⁰³ Cf. BUESCU, 2007a, p. 83.

²⁰⁴ Cf. *ibidem*, p. 84.

foi, porém, o primeiro contacto entre os *comuneros* e a Coroa portuguesa. Já em Setembro do mesmo ano, alguns membros da revolta haviam-se reunido com o embaixador português, João Rodrigues, em Valladolid, sob a iniciativa do conde de Benavente²⁰⁵. No entanto, em Outubro desse ano, possivelmente após a visita da embaixada da Junta a Portugal, D. Manuel prestou apoio financeiro a Carlos V “para la paz y sosiego de los dichos Reynos”²⁰⁶, no valor de 50.000 cruzados em ouro, empréstimo que seria devolvido em 1521²⁰⁷, deixando bem clara a sua tomada de posição sobre estes sucessos²⁰⁸. No último mês desse turbulento ano, o exército real castelhano conseguiu recuperar Tordesilhas²⁰⁹. A revolta começava a perder a sua força.

Após a expulsão da Junta de Tordesilhas, desenrolaram-se várias acções bélicas que culminaram na derrota *comunera* de Villalar, a 23 de Abril de 1521, onde, no dia seguinte, foram «julgados», condenados à morte e executados os três principais líderes da revolta: Juan Bravo (c. 1484-1521)²¹⁰, Francisco Maldonado (c. 1480-1521)²¹¹ e Juan de Padilla.

²⁰⁵ Cf. COSTA, 2007, p. 361. Segundo João Paulo Oliveira e Costa, a missiva enviada por João Rodrigues a D. Manuel, informando o soberano sobre estes assuntos, esclarecia que as forças revolucionárias ansiavam por uma resposta sobre uma possível intervenção manuelina no conflito e que consideravam necessário a concretização de um casamento entre o rei *estrangeiro* (Carlos V) e a infanta portuguesa D. Isabel, podendo também entregar a regência do reino ao monarca português. Contudo, Joseph Pérez, um dos principais especialistas nesta matéria, argumenta que esta última condição não existiu, ou melhor, que nunca houve intenções, por parte da Junta, de oferecer a regência do reino a D. Manuel e que essa oferta foi ficticiamente criada por Damião de Góis, na *Crónica do felicissimo rei dom Emanuel* (Lisboa, 1566) e por Jerónimo Osório, na sua *De rebus Emmanuelis*, na edição de 1586, impressa em Colónia (cf. PÉREZ, 1970, pp. 233-234), presente também na edição de Lisboa de 1571 (cf. OSÓRIO, 1571, p. 450). As suas palavras exactas são esclarecedoras: “Dernière remarque sur l’ambassade du doyen d’Avila: la Junta se borne à informer le roi de Portugal de la situation; il n’est pas question de d’offrir la couronne de Castille à Manuel ou à un prince portugais, comme on l’a dit quelque fois” (PÉREZ, 1970, p. 233).

²⁰⁶ CARNEIRO, 1937, p. 240.

²⁰⁷ Esta dívida ainda estava por cobrar em 1526, quando Fernando Álvarez acompanhou a infanta D. Isabel a Castela, imperatriz pelo seu casamento com Carlos V (cf. *ibidem*, pp. 233-240).

²⁰⁸ D. Manuel iria tornar-se mediador político do conflito, trocando correspondência entre os dois lados da discórdia, a fim de evitar o conflito armado, ao mesmo tempo que velava pelos interesses da Coroa portuguesa, quer a nível político, quer a nível económico. Para mais informações sobre o papel de D. Manuel como mediador, cf. COSTA, 2007, pp. 359-364.

²⁰⁹ Cf. BUESCU, 2007a, p. 88.

²¹⁰ Juan Bravo era primo de D. María Pacheco, pelo lado materno. Filho de Gonzalo Bravo de Lagunas, alcaide, e de María de Mendoza, filha do conde de Monteagudo, sobrinha do cardeal Mendoza (cf. PÉREZ, Joseph, “Juan Bravo” in *Real Academia de la Historia: Diccionario electrónico*; <http://dbe.rah.es/biografias/9121/juan-bravo>).

²¹¹ Francisco Maldonado era neto de Rodrigo Maldonado de Talavera, catedrático da Universidade de Salamanca e um dos negociadores do Tratado de Alcáçovas-Toledo, de 1479 (cf. PÉREZ, Joseph, “Francisco Maldonado” in *Real Academia de la Historia: Diccionario electrónico*; <http://dbe.rah.es/biografias/12972/francisco-maldonado>).

“[...] rien n’est joué à Villalar; Tolède conserve le flambeau de la révolution [...]”²¹². Como expôs Joseph Pérez, Toledo foi o coração, o cérebro e o corpo da revolta *comunera*, sentindo, planeando e executando, sempre no comando, o movimento de sublevação. Portanto, e apesar da execução dos três dirigentes *comuneros* em Villalar, a revolta das *Comunidades* mantinha-se em curso, agora sob a forma de uma resistência revolucionária, em vez da revolução de resistência com que fora iniciada. A liderar essa resistência estava D. María Pacheco, mulher de Juan de Padilla. O casal fazia parte do sector revolucionário do movimento, numa oposição ao sector mais moderado, representado por D. Pedro Laso de la Vega²¹³.

A resistência toledana havia começado ainda antes de Villalar, aquando da sucessão no arcebispado de Toledo, após a morte do cardeal Guillaume de Croÿ (1498-1521), em Janeiro de 1521²¹⁴. Contudo, foi depois da execução do marido que D. María Pacheco ganhou um protagonismo mais explícito. Esse activismo foi acompanhado de um acontecimento que permitiu a manutenção desta resistência: a invasão francesa de Navarra, que forçou a Coroa castelhana a combater, em duas frentes, dois inimigos diferentes ou, como aconteceu, a minimizar a insurreição *comunera*²¹⁵. Aliás, as duas incursões de França no norte da Península, distando apenas alguns meses entre si, obrigaram os vice-reis a concentrarem as forças militares nesse ponto, descurando a convulsão interna que se reafirmava em Toledo.

A liderança de D. María Pacheco foi praticada com mão firme, num exercício de “autorité accrue, presque dictatoriale”²¹⁶. Foi D. María quem designou autoridades municipais, aumentou impostos e contribuições forçadas, liderou negociações e acordou a rendição da cidade até a resistência se ter tornado insustentável. “Jusqu’à l’émeute du 3 février 1522, doña María Pacheco est maîtresse de la ville; en elle s’incarne la flamme vacillante du mouvement *comunero*”²¹⁷. As tentativas por parte dos vice-reis em pôr termo à resistência toledana falharam. Toledo não cedia nas suas reivindicações, como, por exemplo, a de conservar as instituições que eles mesmos haviam criado no decorrer

²¹² PÉREZ, 1970, p. 321.

²¹³ Relembremos que a polarização da revolta em dois grupos aconteceu depois da instalação da Junta em Tordesilhas (cf. *ibidem*, pp. 197-204).

²¹⁴ Os *comuneros*, apoiados pela maioria da população, apresentaram um candidato ao cargo vacante: D. Francisco de Mendoza, irmão de D. María Pacheco, formado em Teologia na universidade de Salamanca e camareiro do papa Leão X. Sobre esta questão, cf. *ibidem*, pp. 322-340.

²¹⁵ Sobre a invasão de Navarra e o papel de D. María Pacheco nessa ocasião, em que manteve contacto com os franceses, cf. *ibidem*, pp. 355-365.

²¹⁶ *Ibidem*, p. 365.

²¹⁷ *Ibidem*, p. 365.

da revolta. Do lado oposto, os representantes do poder real – pressionados a obter um resultado positivo neste diálogo – apenas reforçavam a sua autoridade para com os resistentes, recusando-se a aceder às importantes exigências dos *comuneros*²¹⁸.

O ponto fulcral nesta conjuntura negocial, testemunhada em Maio de 1521, centrava-se na imputação de responsabilidades: “Les voice-rois envisagent de frapper une vingtaine de personnes, dont les biens seraient confisqués, et d’exiler cinquante autres responsables. Les Tóledans réclament une amnistie totale”²¹⁹. Intercedendo pela irmã, a líder *comunera*, o marquês de Mondéjar, D. Luis Hurtado de Mendoza, sugeriu aos vice-reis que, se estes renunciassem ao confisco dos bens de Juan de Padilla, D. María não se oporia à rendição da cidade. Em Junho, D. María voltava a tomar as rédeas da situação e recusava a render-se. Seria assim durante alguns meses: negociava-se a rendição de Toledo, discutiam-se os termos, umas vezes mais favoráveis do que outras, e D. María resistia, recusando ardentemente a rendição da última cidade ainda insurgida²²⁰. Ao mesmo tempo, incursões militares de ambos os lados pontilhavam a urbe e os seus arredores, nunca se observando um vislumbre de cedência por parte de D. María, que ordenou, inclusive, que se cunhasse moeda com o ouro e prata dos mosteiros para custear as operações *comuneras*²²¹.

A 25 de Outubro, surge o primeiro acordo, relativamente favorável aos rebeldes, dando início ao regresso à «legalidade» da cidade de Toledo. No entanto, o primeiro sol de Novembro renasceu com incidentes, sendo o acordo de Outubro classificado como inadmissível pelos três vice-reis, nos primórdios de Dezembro. A solução, decretada no dia 19 do último mês do ano, foi a de conseguir uma capitulação de Toledo, sem permitir qualquer discussão de possíveis termos de rendição. O diálogo transformou-se em repressão, personificada na figura de Zumel, o nome escolhido para a dirigir. A resistência evaporou-se²²².

D. María Pacheco, o último símbolo da revolução, tinha agora a cabeça a prémio. Após tentativas para evitar a execução da líder *comunera*, que permanecia na

²¹⁸ Cf. *ibidem*, pp. 366-367.

²¹⁹ *Ibidem*, p. 367.

²²⁰ As negociações eram incitadas por várias partes, entre elas, a duquesa de Maqueda, D. Teresa Enríquez (c. 1450-1529), que tentou interceder duas vezes (a primeira a pedido dos *comuneros*) para alcançar a rendição de Toledo. Ambas as vezes, a voz de D. María Pacheco falou mais alto e o insucesso materializou-se (cf. *ibidem*, pp. 365-369).

²²¹ Cf. *ibidem*, pp. 370-371.

²²² Cf. *ibidem*, pp. 373-381.

casa que convertera em fortaleza militar, a solução foi a fuga para Portugal²²³. Nesta evasão, foi acompanhada por vários dos seus servidores, onde se incluía o seu preceptor, Diogo Sigeu²²⁴. A entrada em território português foi feita por Castelo Branco, a 3 de Fevereiro de 1522²²⁵, tendo a comitiva de D. María percorrido, durante cerca de três meses, as cidades da Guarda, Viseu e Porto. Por fim, a viúva e o seu séquito foram acolhidos em Braga, por D. Diogo de Sousa, arcebispo da cidade, onde permaneceram “tres o cuatro años [estando D. María] muy doliente”²²⁶.

Por esta altura, já a Coroa castelhana decretara um perdão geral a membros participantes e/ou coniventes com a revolta²²⁷, numa tentativa de reconciliação com a nobreza e a oligarquia urbana, reconciliação necessária para a legitimação do novo rei Habsburgo. Muitos servidores de D. María Pacheco lograram os perdões oferecidos pelo rei-imperador e regressaram a Castela, abandonando a líder *comunera*. Simultaneamente, o novo monarca emitia decretos exigindo a deportação de elementos insurrectos que se tivessem evadido para terras lusas, procurando refúgio no reino vizinho.

Apesar da insistência por parte de Carlos V, D. João III (1502-1557), que, entretanto, subira ao trono por morte do pai, D. Manuel, falecido em Dezembro do ano anterior, não agiu activamente para extraditar os exilados políticos, como D. María Pacheco, do reino²²⁸. O monarca português assinou um decreto que proibia o acolhimento destes fugitivos, mas nunca terá tido intenções de aplicá-lo, atitude sustentada pelas cartas particulares que escreveu às cidades para que ninguém fosse

²²³ Cf. *ibidem*, pp. 381-383.

²²⁴ D. María foi uma das muitas personalidades a procurar refúgio em terras lusas, no término da revolta (cf. *ibidem*, pp. 618-622).

²²⁵ Como já referimos, Sigeu escreve 1521, mas depois acrescenta que a entrada foi no primeiro ano de reinado de D. João III, o que nos leva ao ano de 1522 (cf. AMORES PÉREZ, 2008, p. 200).

²²⁶ *Ibidem*, p. 201. Outra das figuras das *Comunidades* também acolhida sob a alçada do arcebispo de Braga foi Hernando de Ávalos (cf. PÉREZ, 1970, p. 621), que terá falecido em Castelo Branco, a 4 ou 5 de Março de 1533, onde foi enterrado (cf. VAQUERO SERRANO, María del Carmen, “Hernando Dávalos” in *Real Academia de la Historia: Diccionario electrónico*; <http://dbe.rah.es/biografias/127835/hernando-davalos>).

²²⁷ Assinado em Valladolid em Janeiro de 1522, o *Perdón General* incluía elementos efectivamente nomeados e excluía outros. Para os excluídos, o perdão teria de ser comprado, como várias vezes sucedeu (cf. PÉREZ, 1970, pp. 589-633). Diogo Sigeu é explícito nas suas palavras quando se refere aos servidores que obtiveram o perdão real por meios financeiros: “[...] que para todos los criados y paniaguados que con ella vinieron y se quisieron tornar a Castilla les hubo perdón comprado a dinero [...]” (AMORES PÉREZ, 2008, p. 201).

²²⁸ Recordemos que o pai de D. João prestara auxílio financeiro (e não só) a Carlos V e que o monarca Habsburgo demoraria a saldar essa dívida. Além disso, também D. Manuel não acedeu ao pedido de Carlos V, neste aspecto (cf. COSTA, 2007, pp. 364-365).

perseguido²²⁹. Ao contrário do que fizera com outros personagens da revolta das *Comunidades* (onde se incluíam servidores da *comunera*), Carlos V nunca concedeu o perdão a D. María Pacheco.

Não havendo melhoras do seu estado de saúde, a mulher de Padilla mudou-se, novamente, para o Porto, albergando-se nas casas do bispo da cidade, D. Pedro da Costa. D. Pedro era capelão da infanta D. Isabel (1503-1539), filha de D. Manuel, desde 1521. Quando, em 1526, a irmã mais velha de D. João III casou com Carlos V, tornando-se imperatriz, o seu capelão acompanhou-a para Castela, onde alcançaria grande influência no meio cortesão. O bispo do Porto regressaria à diocese portuense apenas uma vez, em 1534, voltando, no mesmo ano, para a corte castelhana. Em Espanha, foi bispo de León, entre 1535 e 1539, e bispo de Osma, entre 1539 e 1563, ano da sua morte²³⁰. Era, portanto, uma figura que detinha algum poder nos círculos próximos da monarquia carolina.

Segundo Sigeu, D. Pedro da Costa tentou interceder por D. María Pacheco junto de Carlos V, por intermédio do confessor do monarca, a fim de obter um perdão régio para a *comunera*, mas sem sucesso. Por esta altura, apenas permaneciam a seu lado Diogo Sigeu, Diego de Figueroa, o bacharel Juan de Sosa (seu capelão) e “la más familia [que] tomó acá en Portugal”²³¹. Sabemos que um dos seus irmãos, D. Diego Hurtado de Mendoza (1503/4-1575), poeta e futuro embaixador castelhano em Itália, a terá visitado no Porto, a partir de finais de 1525 e talvez até à sua morte, mas Sigeu não nos dá qualquer registo desta visita na sua *Relación* (talvez para não comprometer o jovem Mendoza). Nesta sua visita ao Porto, D. Diego Hurtado de Mendoza fez-se acompanhar por Mariangelo Accursio, um erudito italiano com ligações indirectas a Portugal²³². Foi nesta estadia em Portugal que Hurtado de Mendoza conheceu o bispo de Viseu, D. Miguel da Silva, que voltara a Portugal, vindo de Roma, no ano de 1525. Apenas não temos conhecimento de quando terá deixado terras lusas, sendo uma possibilidade tê-lo feito após a morte da irmã, em 1531²³³.

²²⁹ Cf. ALVES, 1990, p. 59; PRIETO CORBALÁN, 2007, pp. 45-46.

²³⁰ Para mais detalhes sobre a vida de D. Pedro da Costa, veja-se SANTOS, C., 2004.

²³¹ AMORES PÉREZ, 2008, p. 201.

²³² Cf. BARROS, 2018, pp. 226-228. Aproveitamos para deixar aqui expresso o nosso profundo agradecimento ao Professor Doutor Amândio Barros, pela disponibilização imediata do seu artigo, que aqui citamos.

²³³ Cf. DESWARTE-ROSA, 1989, p. 97; BUESCU, 2010b.

Terá sido nos últimos anos de vida da sua senhora que Diogo Sigeu começou a receber convites particulares para ensinar línguas clássicas. Em 1530, D. María deu-lhe ordem de aceitação de um cargo na Casa de Bragança, a segunda mais poderosa do reino, para instruir os filhos do duque D. Jaime (1479-1532)²³⁴, IV titular da Casa. No ano seguinte, a saúde de D. María agravou-se rapidamente e a *comunera* redigiu o seu testamento, deixando expresso o desejo de ser enterrada na Sé do Porto e, quando a carne estivesse sumida, que os seus ossos se trasladassem para o sepulcro do marido, em Villalar²³⁵.

Sigeu esclarece que o capelão de D. María, Juan de Sosa, numa tentativa de concretizar esta sua última vontade, ainda antes de esta sucumbir à enfermidade que a minava, se dirigiu a Castela, solicitando esta diligência aos irmãos da *comunera*, D. Luis Hurtado de Mendoza (1489-1566), II marquês de Mondéjar²³⁶, e D. Bernardino Hurtado de Mendoza (1501-1557), mas os nobres não acederam ao seu pedido, voltando o capelão para o Porto, onde permaneceu, servindo a Sé. D. María Pacheco acabaria por morrer no exílio, no Porto, em Março de 1531²³⁷, sempre excluída dos perdões reais (desde 1522) e para sempre condenada à morte (desde 1524)²³⁸.

Quando Diogo Sigeu entrou ao serviço da Casa de Bragança, era ainda titular o duque D. Jaime²³⁹. Apesar de se ter vindo a repetir que os serviços do humanista se iniciaram em Vila Viçosa no ano de 1530, existe a possibilidade de essa data ser antecipada para o ano anterior, em 1529. A dúvida é incitada pelo próprio Diogo quando, na *Relación*, escreve que serviu D. Jaime “tres años, y despues 17 al Duque Don Theodosio mi señor, su hijo primogénito”²⁴⁰. Ora, D. Jaime faleceu em 1532, o

²³⁴ D. Jaime era filho do III duque de Bragança, D. Fernando (1430-1483), e de D. Isabel de Viseu (1459-1521), irmã do falecido rei D. Manuel I, o que fazia de D. Jaime primo directo de D. João III, rei de Portugal.

²³⁵ “[...] siendo yo cometido dalgunos príncipes deste reino para enseñar sus hijos las lenguas y letras de humanidad, por su mandado della asenté en la casa de Graganza [*sic*], que es la mayor deste reino después de la del rey y una de las principales de España; a cabo de un año, estándose aún mi Señora Doña María en el Porto, e en las casas del Obispo, adoleció de dolor de costado; y siéndole declarado por los médicos que aquella era dolencia mortal, se lo agradeció mucho e se despuso varonil e christianamente para morir [...]. Dexó mandado en su testamento que pues la Magestad de César no le diera lugar para ir viva a acabar la vida en Villalar, adonde está sepultado el cuerpo de Juan de Padilla, su marido, que enterrasen su cuerpo en la See do Porto, delante del altar de San Hierónimo, que está detrás de la capilla mayor; y comido el cuerpo, llevasen sus huesos a sepultar con los de su marido en dicha villa de Villalar, donde yace” (AMORES PÉREZ, 2008, pp. 201-202).

²³⁶ Sobre D. Luis Hurtado de Mendoza, cf. MARÍAS MARTÍNEZ, 2014.

²³⁷ Cf. AMORES PÉREZ, 2008, p. 202.

²³⁸ Cf. PÉREZ, 1970, pp. 621-622; BARROS, 2018, pp. 226-228.

²³⁹ Sobre D. Jaime, cf. MATOS, 1956; ROSA, 1998; GONÇALVES, 2013; LOPES, 2016.

²⁴⁰ MATOS, 1956, p. 40.

que, contando os três anos que o humanista serviu o duque, demarca a data para o início desse serviço em 1529²⁴¹. É certo que poderá haver a hipótese de Sigeu se ter enganado, mas parece-nos pouco provável, tendo em conta a forma como o escreve. Além disso, quando não tem certezas, Sigeu faz questão de o demonstrar explicitamente²⁴².

Portanto, a proposta poderá ter sido feita em 1529 e Sigeu, depois de aceitá-la, poderá ter assentado – expressão verbal usada pelo próprio – em Vila Viçosa em 1530²⁴³. Assim, se o humanista aceitou a proposta do duque em 1529, mas só chegou a Vila Viçosa em 1530, então, os seus anos de serviço contariam a partir da aceitação do cargo e não da mudança para o Paço brigantino, certamente para atribuir mais prestígio a si próprio. Em suma, a sua actividade como professor dos filhos de D. Jaime poderá ter começado em 1529, mas apenas se materializou em 1530.

Admitindo a data de 1530 como o início da actividade prática de Diogo Sigeu como preceptor em Vila Viçosa, permanece uma dúvida: com uma plêiade de humanistas em florescimento pela Península Ibérica (e não só), por que recaiu a escolha de D. Jaime em Diogo, um nome pouco (re)conhecido, um homem que pertencera ao séquito de uma exilada política? A nossa hipótese sugere que talvez o seu nome não fosse totalmente desconhecido de D. Jaime, um duque educado na corte da culta Isabel a Católica. As circunstâncias dessa educação poderão ajudar-nos a perceber se, de facto, haveria algum tipo de ligação entre D. Jaime e Diogo. Vejamos esta possibilidade mais de perto.

Em 1483, D. Fernando, III duque de Bragança, marido de D. Isabel de Viseu e pai de D. Jaime, foi executado a mando do rei D. João II (1455-1495), obrigando a sua prole a exilar-se em Castela²⁴⁴, na corte de Isabel a Católica, no poder desde 1474²⁴⁵. Durante os treze anos que viveram exilados na corte castelhana, D. Jaime e o seu irmão mais novo, D. Dinis (1481-1516), foram educados num círculo de poder que não era o

²⁴¹ Silva Dias e Ana Maria Alves questionaram a data de 1530 (cf. DIAS, 1969, p. 337; ALVES, 1990, p. 59), enquanto Léon Bourdon e Odette Sauvage apresentam-na como certa, sem rodeios. Contudo, indicam que Sigeu serviu os Bragança até 1549, o que contradiz as suas próprias afirmações (cf. BOURDON e SAUVAGE, 1970, p. 45). Esta incongruência repete-se com outros, incluindo Prieto Corbalán (cf. PRIETO CORBALÁN, 2007, pp. 9-10, 46-48).

²⁴² Por exemplo, quando diz que D. María Pacheco, quando no exílio, esteve três ou quatro anos em Braga, ou quando refere a morte da sua senhora, não se recordando do dia (cf. AMORES PÉREZ, 2008, pp. 201-202).

²⁴³ Sigeu refere que estava ao serviço da corte brigantina um ano antes do falecimento de D. María, o que indica que estava, efectivamente, na cidade alentejana.

²⁴⁴ D. Jaime tinha apenas quatro anos.

²⁴⁵ Isabel a Católica era sobrinha de D. Beatriz, a mãe da duquesa de Bragança, Isabel de Viseu, o que fazia delas primas. Por isso, a rainha castelhana era prima em segundo grau de D. Jaime.

seu, numa corte humanista que albergava, por esses anos, a presença de intelectuais como Pedro Mártir de Anghiera (c. 1456-1526) e Lucio Marineo Sículo (c. 1444-1536)²⁴⁶, com quem o futuro duque de Bragança teve a sua formação inicial²⁴⁷. Ambos os mestres vieram de Itália para a corte isabelina pelas mãos de nobres que detinham poder e influência no núcleo próximo dos Reis Católicos²⁴⁸. O primeiro foi trazido pelo conde de Tendilla, como já vimos, e o segundo veio no séquito do almirante de Castela, Fadrique Enríquez (1460-1538), futuro co-regente do reino, no período da revolta das *Comunidades*.

Restaurada a Casa de Bragança por D. Manuel, em 1496, D. Jaime e D. Dinis regressaram a Portugal, onde continuariam os seus estudos, pelo menos D. Dinis, que foi discípulo de Cataldo Parísio Sículo (1455-1517?), na corte portuguesa²⁴⁹. Aqueles treze anos de educação na corte castelhana criaram ligações políticas, sociais e afectivas entre o jovem duque e vários elementos do círculo cortesão e humanista. Lucio Marineo Sículo poderá ser uma das ligações que D. Jaime manteve viva no reino vizinho.

Sabemos que Cataldo Parísio foi professor de latim de D. Teodósio (1505?-1563), filho do primeiro casamento do duque com D. Leonor de Mendoza (c. 1489?-1512), filha dos duques de Medina Sidonia²⁵⁰, mas é também sabido que a educação dos nobres não se restringia a um único mestre, pelo que D. Jaime poderá ter procurado conselho junto dos seus antigos professores, nomeadamente Lucio Marineo Sículo, a fim de atribuir outros mestres a D. Teodósio e aos filhos do seu segundo casamento com D. Joana de Mendonça (†1580)²⁵¹. Sículo poderá ter indicado o nome de Sigeu ao duque²⁵², uma vez que o humanista de origem francesa, além de se encontrar em Portugal no pós-*Comunidades*, perdera aquele que seria, muito provavelmente, o seu primeiro aluno, Pero López de Padilla, filho único de D. María Pacheco, que falecera

²⁴⁶ Debruçamo-nos sobre esta figura no subcapítulo 2.2.: «Uma figura esquecida: a mãe, D. Francisca de Velasco».

²⁴⁷ Cf. SILVA, 1992, p. 7; BUESCU, 2016, p. 230.

²⁴⁸ Esta era a nomenclatura pela qual se tornou conhecido o casal reinante Isabel I e Fernando II, reis de Castela e Aragão, respectivamente. O casal teve cinco filhos: Isabel (1470-1498), Juan (1478-1497), Juana (1479-1555), María (1482-1517) e Catalina (1485-1536).

²⁴⁹ Cf. MATOS, 1956, p. 14.

²⁵⁰ D. Isabel de Velasco (†1496) e D. Juan de Guzman (1464-1507), III duque de Medina Sidonia. O matrimónio celebrou-se nos primeiros anos de 1500, mas em virtude da curta idade de D. Leonor só foi consumado mais tarde.

²⁵¹ D. Jaime e D. Joana casaram-se em 1520.

²⁵² Confirmando-se a hipótese por nós desenvolvida no subcapítulo 2.2., acerca da ascendência da mãe das Sigeia (D. Francisca de Velasco), Sículo e Sigeu provavelmente conheceram-se em Burgos nos anos de 1511/1512, tempos em que o primeiro exerceu as funções de preceptor dos filhos do contador maior de Castela, onde se incluía D. Francisca (cf. subcapítulo 2.2.: «Uma figura esquecida: a mãe, D. Francisca de Velasco»).

em 1523, e, por isso, estaria disponível para assegurar a educação humanística dos filhos de D. Jaime²⁵³.

Uma vez no Paço de Vila Viçosa, Diogo Sigeu começou por complementar a educação literária de D. Teodósio, ensinando-lhe grego e hebraico²⁵⁴. Em 1532, morreu D. Jaime, sucedendo-lhe na Casa o primogénito, D. Teodósio, como V duque de Bragança. O novo duque manteve Sigeu ao seu serviço, com a tarefa de preparar os seus irmãos para o futuro ingresso na Universidade²⁵⁵. O serviço prestado ao V duque de Bragança desenvolveu-se durante dezassete anos, permitindo a estabilização financeira tão necessária para a família de Sigeu²⁵⁶ e desenvolvendo uma reputação humanística que lhe permitiu garantir um futuro menos preocupado.

Os irmãos de D. Teodósio tiveram, portanto, uma sólida preparação humanista. D. Jaime estudou Cânones em Coimbra e tornou-se vice-reitor da mesma universidade, em 1537. D. Fulgêncio e D. Teotónio formaram-se no Colégio do Mosteiro de Santa Cruz, onde tiveram os mesmos mestres, e foram alunos no Colégio das Artes, onde tiveram professores como o prestigiado latinista Diogo de Teive. A formação universitária de D. Fulgêncio começou em Coimbra, onde se tornou “bacharel, licenciado e mestre em Artes em 1548-9”²⁵⁷ e bacharel em Teologia em 1556. Em 1573, fez o doutoramento na mesma área, mas na universidade de Lovaina. D. Teotónio, mais novo, tornar-se-ia arcebispo de Évora, obtendo, em 1559, o grau de mestre em Artes, no Collège de Bourgogne, e em 1574, o grau de doutor em Teologia, em Bordéus²⁵⁸.

Foi porventura durante estes anos em Vila Viçosa que Sigeu escreveu a sua *Relación*, lembrando os anos de serviço junto de D. María Pacheco, a quem o humanista dedicou a obra, compondo um epitáfio em latim²⁵⁹. Como esclarece Luís de Matos, a *Relación* tem duas versões, que poderão distar entre si alguns anos, ambas

²⁵³ Além disso, Sigeu poderia ter boa reputação no seu meio, ou, pelo menos, desenvolveria bem o seu ofício, pois Sículo elogia os dotes linguísticos de D. María Pacheco, na sua obra *De rebus Hispaniae memorabilibus*, publicada em 1530 (cf. subcapítulo 2.2.: «Uma figura esquecida: a mãe, D. Francisca de Velasco»).

²⁵⁴ Complementando a formação em latim que o jovem recebera de Cataldo Parísio.

²⁵⁵ Cf. MATOS, 1956, p. 17; BUESCU, 2016, p. 284.

²⁵⁶ Sobre a vinda da família Sigeia para Portugal, cf. subcapítulo 3.1.: «A mudança da família Sigeia para terras lusas».

²⁵⁷ MATOS, 1956, p. 15

²⁵⁸ Cf. *ibidem*, pp. 15-16. Faça-se menção à notável biblioteca da Cartuxa de Évora, a quem D. Teotónio ofereceu a sua “«Livreria», constituída por livros impressos de edições raras, manuscritos gregos e livros chamados de sabedoria arábica, siríaca e de outras línguas orientais” (HESPANHOL, 1993, p. 361).

²⁵⁹ Cf. RODRÍGUEZ VILLA, 1879, p. 58, n. 1; MATOS, 1956, p. 38; AMORES PÉREZ, 2008, p. 202.

manuscritas e apenas uma delas com autoria²⁶⁰. A primeira versão foi, muito provavelmente, escrita em Vila Viçosa, entre 1539 e os anos da saída de Sigeu para a corte lisboeta. Esta primeira versão encontra-se na Biblioteca do Escorial, em Madrid, e foi publicada pela primeira vez em 1879, por Rodríguez Villa, que atribuiu a sua possível autoria (o manuscrito está anónimo) a um secretário de D. María Pacheco²⁶¹. Raúl Amores Pérez republicou-a, recentemente, na íntegra, completando-a com anotações de contexto²⁶².

Esta versão (do Escorial) terá sido escrita depois de Sigeu ter aceitado entrar ao serviço do duque de Bragança, D. Jaime, mas ainda sem perspectivas de futuro. Contudo, podemos apontar para uma data posterior a 1539, pois quando Diogo Sigeu se refere ao bispo do Porto, D. Pedro da Costa, que acolheu a *comunera* e o seu séquito, o pai das Sigeia esclarece que o mesmo “agora es Obispo de Osma”²⁶³, posição que D. Pedro ocupou entre 1539 e 1563, ano da sua morte²⁶⁴. Portanto, esta versão da *Relación* terá sido escrita quando Sigeu ainda estava em Vila Viçosa, na corte dos duques de Bragança (até 1549/1550).

A segunda versão poderá ter sido escrita já em Lisboa, entre 1549/50 e 1563, ano da morte do duque D. Teodósio. Esta segunda versão encontra-se no Museu Britânico, em Londres, com o título *Memórias dos Sucessos de Portugal compilado por Fernão Duarte de Monterroyo*, sendo mais completa nos aspectos biográficos e profissionais do seu autor. Luís de Matos publicou um excerto desta versão, que inclui os vinte anos que Sigeu esteve ao serviço da Casa de Bragança²⁶⁵. É este dado – os vinte anos de serviço na corte de Vila Viçosa – que nos faz crer que esta segunda versão, posterior, terá sido escrita na corte régia, em Lisboa, e, por isso, fora do círculo cortesão da Casa de Bragança.

Apesar de diferentes, ambas servem o mesmo propósito: relatar os acontecimentos da revolta das *Comunidades* de Castela pela perspectiva de quem participou, de forma mais ou menos directa, na preparação da revolução. Diogo Sigeu foi um dos escolhidos para fazer um inventário das escrituras do Arquivo da Casa do *Ayuntamiento* de Toledo, referentes a queixas feitas, de tempos antigos, contra a

²⁶⁰ Cf. MATOS, 1956, pp. 37-38.

²⁶¹ Cf. RODRÍGUEZ VILLA, 1879.

²⁶² Cf. AMORES PÉREZ, 2008, pp. 190-202.

²⁶³ *Ibidem*, p. 201.

²⁶⁴ Cf. SANTOS, C., 2004, pp. 13-14, 17-21.

²⁶⁵ Cf. MATOS, 1956, pp. 39-41.

imposição da *alcabala*²⁶⁶, documentos que queimou, posteriormente, em Portugal²⁶⁷. É também neste seu testemunho que ficamos a conhecer a relação próxima que mantinha com D. María Pacheco, pois Sigeu foi uma das pessoas que assistiu ao momento em que a sua senhora recebeu a notícia da detenção e execução de Juan de Padilla, em Abril de 1521.

Infelizmente, não dispomos de dados concretos, além das hipóteses que apresentámos, sobre o(s) ano(s) em que a *Relación* foi escrita, nem sobre o local onde Sigeu a compôs, informações que ajudariam a caracterizar a vida do humanista na corte dos duques de Bragança. Durante duas décadas, Diogo Sigeu permaneceu em Vila Viçosa, ligado às letras e humanidades, ofício que viria a repetir em Lisboa.

Em 1549/1550, D. João III convidou-o para professor dos seus moços-fidalgos, convite aceite pelo humanista²⁶⁸. Ao mesmo tempo (ou anteriormente), poderá ter sido um dos mestres do príncipe D. João (1537-1554)²⁶⁹, o então único filho sobrevivente do casal real²⁷⁰, mas sem certezas²⁷¹. Foi também na corte de Lisboa que ensinou as filhas

²⁶⁶ Imposto; espécie de sisa.

²⁶⁷ Esta sua participação aconteceu depois da formação da Junta, já com Juan de Padilla na liderança de Toledo. Sigeu descreve-a da seguinte maneira:

“En este tiempo se levantaron en los pueblos ya dichos hombres alborotadores que indujeron al pueblo, que la alcabala, derecho antiguo de los Reyes de Castilla, que no se debía pagar por haber sido impuesto violentamente y sin voluntad de los pueblos y della haber reclamado en tiempos pasados según se decía, para lo cual hicieron abrir el Archivo de la Casa del Ayuntamiento de Toledo, y yo fui uno de los que para esto fueron nombrados, y aún así hice un sumario de todas las escrituras que allí se hallaron por mi mano, el cual con otros papeles de aquel tiempo y negocios después estar en Portugal quemé; más bien se me acuerda que no se halló allí la imposición de la alcabala ni reclamación ni protestación alguna contra ella” (AMORES PÉREZ, 2008, p. 193).

²⁶⁸ Não temos certezas quanto ao ano em que entrou ao serviço de D. João III, mas sabemos que, em 1551, já era mestre dos moços-fidalgos, tendo já um nome sonante na corte portuguesa. O documento que nos atesta esta informação refere-se a um dos seus filhos, António Sigeu de Velasco, nomeando-o escrivão da câmara, o que sugere que o pai, Diogo Sigeu, detinha já uma posição social de grande destaque no círculo de poder da corte (cf. ANTT, Chancelaria de D. João III, *Doações e Mercês*, liv. 66, fol. 248v. Ver **Anexo Documental nº 1**. Surgindo no grupo dos letrados e físicos, Diogo auferia 375 reais de moradia (cf. SOUSA, 1739-1748, t. VI (1748), p. 620). O nome de Diogo Sigeu surge numa quadra de um poema escrito por Girolamo Britonio, impresso em Veneza, em 1550 (cf. ASENSIO, 1972, p. 551). Britonio, poeta italiano, terá estado na corte portuguesa entre inícios de 1540 e até 1546, ano em que, em Roma, é publicado o seu poema sobre Lisboa, *Ulysbonae regiae Lusitaniae vrbis carmen*. Girolamo é o intermediário de Luísa, na sua entrega de cartas ao papa Paulo III (cf. subcapítulo 3.2.: «A vida na corte: Vila Viçosa e Lisboa»).

²⁶⁹ D. João viria a casar, em 1552, com Juana de Áustria (1537-1573), sua prima direita, filha da rainha-imperatriz D. Isabel de Portugal, irmã do seu pai, e de Carlos V, irmão da sua mãe. Deste casamento, nasceu D. Sebastião, único filho, póstumo.

²⁷⁰ D. João III e D. Catarina de Áustria tiveram numerosa prole, mas foram-na perdendo para a morte consecutivas vezes, como acontecia, em simultâneo, com os irmãos do monarca. A única filha que chegara à adolescência, D. Maria, casada com Filipe, herdeiro da coroa castelhana, morrera de parto em 1545.

²⁷¹ Sabemos que, em 1545, o mestre do príncipe era D. António Pinheiro (cf. BUESCU, 2008, p. 34), de quem falaremos mais adiante. António Carvalho da Costa foi um dos autores que escreveu, erradamente,

da infanta D. Isabel (a.1512-1576), irmã do duque D. Teodósio, casada com o infante D. Duarte (1515-1540), irmão de D. João III: as infantas-duquesas D. Maria (1538-1577) e D. Catarina (1540-1614)²⁷² e o seu único varão, D. Duarte (1541-1576)²⁷³.

As dinâmicas da sua passagem para a corte de Lisboa não são claras. Da mesma forma, a vinda da sua família para Portugal permanece uma incógnita. Não sabemos quando é que Sigeu se reuniu com a mulher e a sua descendência, nem se ela se mudou primeiro para Vila Viçosa e só depois para a corte régia. A historiografia espanhola já lançou algumas luzes sobre o assunto, mas fê-lo com pouca assertividade, devido à escassez de documentação. Contudo, conseguimos formular uma hipótese, que apresentaremos mais adiante²⁷⁴, com base nessas luzes e noutros dados.

Após alguns anos de serviço na corte régia, onde terá recebido mercês²⁷⁵, Sigeu abandonou Lisboa e ter-se-á retirado para Torres Novas, em Santarém. Essa saída tem sido fixada em 1555. Esta data foi apontada, primeiramente e de forma implícita por Allut, que escreveu que, após treze anos de serviço, a família Sigeia, na corte desde 1542, se mudara para Torres Novas, apontando o ano de 1555 como a data dessa mudança²⁷⁶. Por ser o estudo pioneiro sobre Luísa Sigeia, os dados de Allut foram seguidos por outros autores, perdurando até hoje²⁷⁷. Contudo, temos certezas de que, em

que Diogo Sigeu foi mestre do rei D. João, e não do príncipe: “Foy seu pay [de Ângela Sigeia] Diogo Sigéio Mestre del-Rey D. Joaõ o Terceyro, & do Duque de Bragança D. Theodosio, & do senhor D. Duarte, & da senhora D. Catherina, & D. Maria Duqueza de Parma suas irmãas, filhas do Infante D. Duarte, & depois o foy dos moços Fidalgos da Corte del-Rey D. Joaõ o Terceyro” (COSTA, 1706-1712, t. III (1712), p. 286). Artur Gonçalves refere os outros eruditos que seguem a mesma ideia (cf. GONÇALVES, 1933, pp. 224-227).

²⁷² A sua inscrição sepulcral atesta-o apenas como mestre da infanta D. Catarina (cf. **Anexo Iconográfico nº 1**), mas podemos supor que também o foi da irmã, D. Maria, que “da lingua Grega teve bastante conhecimento” (cf. SOUSA, 1735-1748, t. III (1737), p. 446).

²⁷³ Diogo Sigeu surge como mestre de latim no *Rol de moradores da Casa do Senhor D. Duarte, filho do Infante D. Duarte*: “Diogo de Sige Mestre de Latim” (SOUSA, 1739-1748, t. II (1742), pp. 617-618).

²⁷⁴ Cf. subcapítulo 3.1.: «A mudança da família Sigeia para terras lusas».

²⁷⁵ Apenas temos conhecimento de uma mercê de 25.000 reais, atribuída pela rainha a Diogo, mas que se destinavam à filha, Luísa, para o seu casamento com Francisco de Cuevas (cf. ANTT, CC, Parte I, mç. 88, doc. 100. Ver **Anexo Documental nº 2**).

²⁷⁶ Cf. ALLUT, 1862, pp. 10-12.

²⁷⁷ Excluindo os autores que não referem o ano desta mudança, seja explícita ou implicitamente, apenas Teresa Barros (cf. BARROS, 1924, p. 62) e Pérez Ramírez (cf. PÉREZ RAMÍREZ, 1994, p. 161) sugerem uma data diferente: 1554 e 1552, respectivamente. Amores Pérez confunde-nos quando, num primeiro momento, aceita a data de 1555 (cf. AMORES PÉREZ, 2008, p. 241), mas, mais tarde, indica o ano de 1552 para a ida da família para Torres Novas (cf. AMORES PÉREZ, 2017, p. 38). Os outros autores que consultámos seguem a data de 1555 (cf. ALLUT, 1862, pp. 10-12; RIBEIRO, 1880, pp. 10-12; VASCONCELOS, 1994 [1902], p. 40; SERRANO Y SANZ, 1903-1905, vol. 2 (1905), p. 396; MATOS, 1952, p. 11, n. I; TEYSSIER, 1984, p. 823; GONÇALVES, 1986, p. 38; ALVES, 1990, p. 60; BENTO, 1991, p. 31; PINTO, 1996, vol. 1, pp. 139-140; KAMINSKY, 1996, p. 78; BICHO, 2000, p. 107; GREGÓRIO, 2003, p. 19; PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 67; ÁLVAREZ CIFUENTES, 2009, p. 49; MAREÑÀ, 2014, p. 121).

1556, Sigeu ainda permanecia em Lisboa, a ensinar os jovens da corte e outros que aguardavam filhamento²⁷⁸, por isso, a sua ida para Torres Novas teria acontecido mais tarde.

Em 1557, pouco antes de falecer, D. João III encomendou-lhe aquela que seria a segunda obra do humanista, um *Missal* com 160 entradas²⁷⁹. A encomenda, que o monarca não chegou a ver terminada, seria concluída em 1563, já sob a regência do cardeal-infante D. Henrique, o que significa que a produção do *Missal* se prolongou entre o final do reinado de D. João III, atravessou a regência da rainha D. Catarina (1557-1562) e se consumou nos primeiros anos do governo de D. Henrique. Tal só faria sentido se a obra – uma encomenda régia dedicada a uma pessoa régia – tivesse sido desenvolvida em ambiente cortesão, logo, se Sigeu residisse com a corte, em Lisboa. Além disso, o próprio autor esclarece que a feitura deste volume foi executada segundo as indicações de D. António Pinheiro (1510?-1582?)²⁸⁰, mestre do príncipe D. João²⁸¹.

Apesar de, aparentemente, ter permanecido manuscrita, esta segunda composição do humanista foi ricamente adornada. Por fora, o *Missal* foi encadernado

²⁷⁸ António Caetano de Sousa publica o documento nas *Provas da História Genealógica*, mas não transcreve as notas que surgem no original (cf. SOUSA, 1739-1748, t. II (1742), pp. 382-384). No documento original, as anotações são feitas nas margens por uma segunda mão que continua o rol de apontadores com a nomeação dos “outros mossos fidalgos, que andão na Escolla e não vem neste Rol dos apontadores” (*Lista das matrículas dos moços fidalgos que aprendiam a ler, a escrever e a gramática latina* in ANTT, Gavetas, Gav. 2, mç. 4, n.º 33. Cf. **Anexo Documental n.º 3**).

²⁷⁹ Esta obra é mencionada apenas por Luís de Matos (cf. MATOS, 1952, pp. 112-113) e Prieto Corbalán (cf. PRIETO CORBALÁN, 2007, pp. 50-51), que recolheu o testemunho do livro do conde de Tovar, que mencionaremos adiante. O título completo da obra é o seguinte: *Sacerdotale volumen ad ritum Sanctae Romanae Ecclesiae scriptum. In quo habentur CXL Missae: quibus Portugal. Reges interesse soleniter consuevere prae Epistolas, et Evangelia quae separatim sunt de industria excripta, ad faciliorem Subdiacc. ac Diaconor usum, emendata omnia exactiss. Pientiss. Iohānis III Regis Ductu atque imperio.*

²⁸⁰ António Pinheiro foi um dos bolseiros de D. João III, tendo feito a sua formação universitária em Paris, no Colégio de Santa Bárbara. Em 1541, foi nomeado capelão e pregador régio, além de mestre dos moços-fidalgos. Ficou encarregue da oração solene de 1544, na abertura das cortes de Almeirim, onde o príncipe D. João foi jurado herdeiro. No ano seguinte, em 1545, foi nomeado mestre do mesmo príncipe, cargo que consolidava a sua ascensão política junto do monarca. A sua presença na corte manteve-se activa, mesmo durante as regências de D. Catarina e D. Henrique. Em 1562, orou na abertura das primeiras cortes de D. Sebastião, de quem obteve os bispados de Miranda (1564), por influência da rainha-avó, e de Leiria (1579). Sem surpresas, D. António optou por apoiar as pretensões de Filipe II à Coroa portuguesa, tendo falecido nos primeiros anos de 1580 (cf. BUESCU, 2008, p. 259). O conde de Tovar escreve que D. António faleceu em 1585 (cf. TOVAR, 1880, p. 305).

²⁸¹ No título do prefácio do *Missal*, o humanista apelida-se “Diegus Sygeus Toletanus Senior”, uma nomenclatura interpretada por María R. Prieto Corbalán como prova de que o seu filho primogénito, que recebera o mesmo nome, era conhecido no mundo letrado e que poderia, tal como o pai, escrever, o que obrigava a uma distinção entre os dois (cf. PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 50). Desenvolveremos esta ideia no subcapítulo 2.3.: «Os irmãos, Diogo e António».

com marroquim²⁸² vermelho e lavrado a ouro. No seu interior, os 173 fólhos em pergaminho foram todos tarjados a ouro. As iniciais foram embelezadas com cores e ouro e o texto em duas colunas está povoado de “miniaturas e ornamentos iluminados, de uma harmonia e viveza de colorido admiráveis”²⁸³. Pelo meio, tem quase trinta fólhos com “música”²⁸⁴ (leia-se, pautas musicais?).

Não temos ideia do valor desta decoração (mais do que a obra), mas ostentava, claramente, e apesar de simples, uma pequena riqueza digna de uma biblioteca real. Em muitos dos casos, eram os elementos externos, ou melhor, os elementos complementares ao próprio livro, de que são exemplo as iluminuras, que lhe davam valor e não o seu conteúdo propriamente dito. Portanto, quando, a um livro, mesmo que manuscrito, se acrescentavam elementos decorativos ricos, o seu valor aumentava, sendo que o trabalho dessa decoração traduzia a vontade régia da exaltação do poder. Assim, entende-se que a encomenda de D. João III nunca tenha sido esquecida pela Coroa, mesmo quando esta passou *por e para* outras mãos, o que indica que o seu autor esteve, de forma contínua, senão mesmo permanente, nos círculos da corte.

Contudo, estes dados não chegam para afirmar, com certezas, que Diogo Sigeu permaneceu em Lisboa até 1563. No entanto, temos outras informações que apontam para fortes indícios de que, de facto, o humanista não se mudou de forma permanente para Torres Novas nos anos de 1550.

Ainda antes de terminar o *Missal*, Sigeu publicou outra obra (a terceira²⁸⁵), impressa na tipografia régia de João Blávio, a 13 de Setembro de 1560, na cidade de Lisboa²⁸⁶. Esta, uma espécie de gramática, serviria como uma adenda a uma futura reedição do *Missal* encomendado por D. João III e de outros livros litúrgicos, segundo esclarece Luís de Matos²⁸⁷. A acompanhar o texto latino do pequeno livro, dedicado ao *sereníssimo príncipe*²⁸⁸, o cardeal-infante D. Henrique, surgem apontamentos de

²⁸² Proveniente de Marrocos (ou de outras partes da Berbéria), o marroquim era pele de cabra tingida de várias cores (azul, amarelo ou vermelho), destinada a forrar ou encadernar objectos (cf. BLUTEAU, 1712-1728, vol. 5 (1777), p. 344).

²⁸³ TOVAR, 1932, p. 306.

²⁸⁴ *Ibidem*, p. 306.

²⁸⁵ Já aqui referenciámos esta obra, aquando da formação universitária do pai das Sigeia.

²⁸⁶ Pelo menos, a dedicatória foi firmada nesta data, em Lisboa (cf. SERRANO Y SANZ, 1903-1905, vol. 2 (1905), p. 395).

²⁸⁷ Cf. MATOS, 1952, p. 112. Prieto Corbalán segue a mesma ideia, sem, porém, referenciar o autor (cf. PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 50).

²⁸⁸ A dedicatória presente no cólofon é a seguinte: “Ad Serenissimum Principem Enricum, Portugalliae Infantem, Sanctae Romanae Ecclesiae Cardinalem”. Na primeira folha, escrito à mão, lê-se “Pera o Cardeal Infante” (BARBIERI, 1880, p. 54; SERRANO Y SANZ, 1903-1905, vol. 2 (1905), p. 395).

caracteres hebraicos, manuscritos a preto e vermelho. Segundo Barbieri, o estudioso que apresentou a obra de Sigeu ao mundo, neste opúsculo, o humanista teve a ajuda de, pelo menos, dois oficiais da capela real na correcção dos textos litúrgicos: Bartolomeu Trosiglio (Trosilho²⁸⁹) e Em. (Emílio?) Cardoso, mestre de coro e director de canto, respectivamente²⁹⁰.

Durante estes anos na corte, Sigeu poderá ter conhecido vários nomes do humanismo europeu que por lá passaram e com quem terá contactado de forma próxima. Até nós, apenas chegaram dois registos desses contactos. Trata-se de duas cartas latinas, ambas assinadas em Lisboa, uma delas desconhecida da historiografia, que nos fornecem dados muito específicos sobre o momento da sua redacção.

A primeira, datada de 1561, foi endereçada a Jean Nicot (1530-1600), embaixador francês na corte portuguesa entre 1559 e 1561, de quem o humanista terá sido próximo²⁹¹. Essa carta²⁹² seguiu acompanhada do poema de Luísa Sigeia, que enaltece a paisagem de Sintra, nome que coroa a composição poética. Junto ao poema, foram também enviados vários epigramas dedicados à poliglota, que falecera no ano anterior, a 13 de Outubro de 1560. Nesta epístola, Sigeu explica que, três dias antes, tentara entregar-lhe pessoalmente o poema da filha e despedir-se do amigo, mas que o pajem de Nicot lhe dissera que o embaixador estava ocupado com a sua correspondência diplomática, pelo que o humanista, depois de aguardar um pouco, desistiu do contacto.

Passados os referidos três dias, e sabendo Diogo que o diplomata iria partir brevemente, decidiu escrever-lhe esta carta, sendo muito directo nas suas palavras:

“Así pues, he aquí la obrita de la pequeña alma de nuestra Sigea. Te pido a ti, hombre ilustrísimo, que, como me prometiste, decidas librarte de la aversión que tienes a la travesía [...], con la lectura de la obrita. Luego que atraques sano y salvo en Francia, lo que espero y pido a Dios, procura dar a conocer dicha obrita. Adiós, y que seas feliz”²⁹³.

Nota-se, nestas palavras do humanista, com alguma clareza, a proximidade entre os dois interlocutores. Ao que parece, Nicot sabia da existência do *Syntra*, o poema da

²⁸⁹ Segundo Hugo Teles Porto, em 1535, Bartolomeu Trosilho recebia uma tença anual de 3 moios de trigo (cf. PORTO, 2014, p. 166).

²⁹⁰ Cf. BARBIERI, 1880, pp. 54-55; PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 51.

²⁹¹ Cf. MATOS, 1952, pp. 109, 113-115.

²⁹² “Carta de Diego Sigeu a Jean Nicot” (01.10.1561) in PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 152.

²⁹³ *Ibidem*, p. 152.

filha poliglota do amigo, mas ainda não o tivera em mãos²⁹⁴. Sigeu ter-lhe-á entregue uma reprodução manuscrita, talvez até feita por si (à falta de mais cópias), acompanhando-a com os referidos epigramas.

A resposta a esta carta, escrita também em latim, foi assinada por Nicot, em Paris, no primeiro de Junho de 1566²⁹⁵. Nela, o embaixador fazia saber ao amigo que o poema da sua filha, “tu Luisa, mi Sigea”²⁹⁶, o deleitou durante a sua viagem até França. O diplomata francês pretendia devolver a obra de Sigeia ao pai, com anotações de Cl. Monselli, nome alatinado de Claude Monsel, “el más experto de los oradores”²⁹⁷. Pelas suas palavras, o poema da erudita terá causado impacto em terras francesas: “Procura que la Infanta doña María aprecie esta opinión en lo que vale, pues nunca se sostuvo en Francia un juicio de tal clase con respecto a una criada suya”²⁹⁸. Por fim, Nicot felicitou Sigeu por ter resgatado o nome da filha de um aparente esquecimento que, para ele, nunca seria permanente, graças ao zelo com que Luísa ocupara o seu estudo, que o embaixador classificou como *amor pelas letras*:

“Luisa, mi Sigea, ha nacido de nuevo gracias a ti, aunque en verdade antes nunca murió del todo. Vivirá innumerables siglos gracias a la belleza exquisita de ese arte que ella cultivó con tanto cello. Y ahora, como una antorcha aún más resplandeciente, [ela, Luísa] ilumina a las mujeres hispanas y a todas las demás con su asombroso amor a las letras”²⁹⁹.

Não sabemos, porém, se Diogo recebeu esta resposta de Nicot. Não temos conhecimento de que ela tenha sido sequer enviada. Pensamos que poderá ter ficado, desde sempre, em terras francesas, onde foi publicada por Cerdà y Rico nos finais do século XVIII³⁰⁰ e por Allut, em meados do século XIX³⁰¹. As razões para essa conservação em França são, por nós, desconhecidas, mas podem prender-se, talvez, com a morte de Diogo Sigeu. Talvez o diplomata francês tenha tido conhecimento do

²⁹⁴ Seria Nicot quem iria publicar, pela primeira vez, o *Syntra*, em 1566. Sobre as várias edições do poema de Luísa, cf. VASCONCELOS, 1994 [1902], p. 88, n. 154; PINTO, 1996, vol. 1, p. 138, n. 450, e GOMES, 2003.

²⁹⁵ Cf. “Carta de Jean Nicot a Diego Sigeo” (01.06.1566) in PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 152-153.

²⁹⁶ *Ibidem*, p. 152.

²⁹⁷ *Ibidem*, p. 152.

²⁹⁸ *Ibidem*, p. 152.

²⁹⁹ *Ibidem*, pp. 152-153.

³⁰⁰ Cf. CERDÀ Y RICO, 1781, p. 258.

³⁰¹ Cf. ALLUT, 1862, p. 6. É a partir desta edição que Prieto Corbalán faz a edição traduzida para castelhano, que aqui seguimos.

falecimento do amigo e, não tendo ligações pessoais que justificassem o envio da carta³⁰², deixou-a por expedir, fazendo-a cair no olvido.

A segunda carta que temos de Sigeu, assinada a quatro dias dos idos de Fevereiro de 1562³⁰³ (dia 10), foi endereçada a Miguel de Cabedo (1525-1577)³⁰⁴ e escrita no último ano da regência de D. Catarina. Como referimos, esta carta é quase ignorada pela historiografia, talvez por ser difícil de encontrar³⁰⁵. Foi impressa na *De Antiquitatibus Lusitaniae* de Resende³⁰⁶, de onde fizemos a transcrição³⁰⁷, e, segundo Sousa Viterbo, numa outra obra editada por um familiar de Miguel de Cabedo³⁰⁸.

Com a conclusão do *Missal* encomendado por D. João III, em 1563, terminam os registos da vida do humanista, de quem não conhecemos mais nenhum escrito, epistolar ou de outro tipo. Poderá ter falecido nos anos entre 1563, data do término do *Missal*, e 1566, ano da resposta de Jean Nicot e da primeira publicação do *Syntra* em França. Tendo em conta de que terá nascido nos finais do século XV, não seria de esperar que sobrevivesse muito para além destes anos.

Todos estes apontamentos foram firmados em Lisboa, o que pode significar que Diogo Sigeu permaneceu na capital, junto da corte, durante os últimos anos da sua vida³⁰⁹. A sua ida para Torres Novas³¹⁰, comumente fixada em 1555, pode, por isso,

³⁰² O poema, pelo contrário, foi impresso nesse ano em Paris e reeditado algumas vezes.

³⁰³ “Dat. Olyssipponen. iiii. Idus Febr. ann. salut. M. D. LXII” (RESENDE, 1597, p. 515).

³⁰⁴ Miguel de Cabedo era filho de D. Teresa Pinheiro, irmã do bispo de Viseu, D. Gonçalo Pinheiro, e de Jorge de Cabedo, embaixador na corte francesa. Era irmão de João Pinheiro, que esteve presente no Concílio de Trento. Teve formação superior nas universidades de Bordéus e Tolosa, mas também em Coimbra, nos anos de 1540, onde foi discípulo de Martín Azpilcueta Navarro (1492-1586). Depois de Coimbra, voltou a França, passando pelas universidades de Orleães e Paris, onde publicou a primeira de várias obras, em 1547. Em 1554, já se encontrava em Portugal, ano da publicação de uma outra obra sua, em Coimbra. Em 1559, tomou posse do cargo de Desembargador da Casa da Suplicação e, em 1565, foi nomeado ouvidor dos feitos crimes da mesma Casa (cf. CRUZ, 1992, vol. 1, pp. 157, 158, 169). Em 1575, terá sido nomeado Desembargador dos Agravos. Casou com D. Leonor Pinheiro, sua prima materna direita, de quem teve numerosa prole. (cf. MACHADO, 1741-1759, t. III (1752), pp. 467-469).

³⁰⁵ Prieto Corbalán, por exemplo, refere esta carta na sua lista epistolar, mas não a edita. Muito provavelmente, teve conhecimento dela na bibliografia que consultou, mas não teve acesso à carta propriamente dita (cf. PRIETO CORBALÁN, 2007, pp. 49, 51 e 88.) Decidimos incluir, em anexo, a transcrição desta carta (cf. **Anexo Documental nº 4**).

³⁰⁶ Cf. RESENDE, 1597, pp. 514-515. Mencionada por VASCONCELOS, 1994 [1902], p. 89, n. 161 e MATOS, 1952, p. 111.

³⁰⁷ Cf. **Anexo Documental nº 4**.

³⁰⁸ Cf. VITERBO, 1903, p. 76, n. 1. A obra, assinada por Gonçalo Mendes de Vasconcelos e Cabedo, intitula-se *Diversorum juris argumentorum* e foi impressa em Coimbra, por António de Barreira, em 1594. Foi publicada uma segunda edição em Roma, em 1598. Infelizmente, não conseguimos encontrar a carta em nenhuma das edições desta obra.

³⁰⁹ Silva Dias considera que o *Missal* e a «gramática» foram da autoria do filho de Diogo, com o mesmo nome (cf. DIAS, 1969, p. 340).

³¹⁰ Mencione-se, a título de curiosidade, que a Câmara Municipal de Torres Novas atribuiu o apelido das filhas de Diogo – Sigea – a uma rua, relativamente próxima do centro (cf. **Anexo Iconográfico nº 2**).

ter servido apenas para fixar residência para a filha, Ângela, que por lá terá casado e onde teve a sua descendência³¹¹. Diogo Sigeu jaz sepultado na igreja do convento do Carmo, em Torres Novas, ao lado da mulher e de uma neta, Maria Magdalena de Velasco, filha de Ângela³¹².

Sigeu foi, portanto, um homem que viveu *da e para* a corte, preferindo, contudo, os bastidores que envolviam o estudo, prática e ensino das letras aos palcos da política portuguesa de Quinhentos.

2.2. Uma figura esquecida: a mãe, D. Francisca de Velasco

A mãe das Sigeia aparenta ser apenas uma figurante necessária, sem qualquer papel, numa aclamada peça que se mantém em cena. Parece ser apenas a mulher que deu à luz aquela outra que a ultrapassou largamente na memória. Nada de substancial sabemos sobre ela. Os únicos dados de que dispomos são o seu nome, Francisca de Velasco, e a sua naturalidade, Tarancón (Toledo)³¹³. O seu apelido traduz uma ligação com uma família da alta nobreza de Castela, a família Velasco, o que sugere, portanto, que a matriarca da família possuía sangue nobre. Segundo o seu apelido, Francisca descenderia, assim, de uma importante linhagem da Castela dos inícios da modernidade.

Contudo, e como já fizemos notar, as informações acerca da figura são muito parcas. Talvez D. Francisca pertencesse a um ramo secundário da família, o que explicaria, em parte, a ausência de documentação que a poderia ligar a tão alta linhagem. No entanto, a partir das poucas informações de que dispomos, procuraremos elaborar duas hipóteses sobre as suas origens.

D. Francisca poderia descender de dois ramos familiares distintos, pertencentes à mesma família Velasco. Por um lado, e numa suposição mais remota, porque menos explorada, temos a opção de descendência pelo prior de Uclés, D. Juan de Velasco,

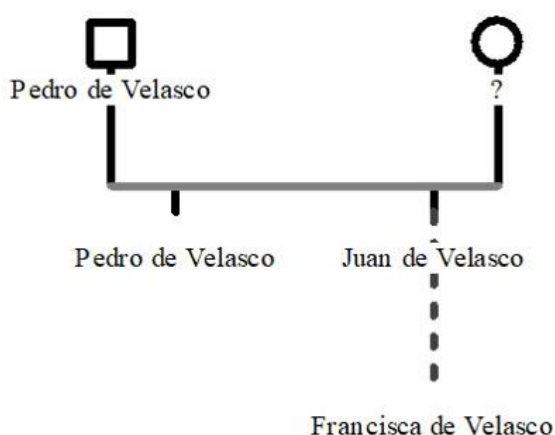
³¹¹ Sobre a descendência de Ângela, cf. a Segunda Parte desta tese, principalmente o capítulo 6: «Primeiras linhas para a construção de uma figura».

³¹² Sobre a sepultura, a que já nos referimos, cf. **Anexo Iconográfico nº 1**. Depois da trasladação dos ossos de Diogo Sigeu, verificou-se que, na sua sepultura, encontraram-se ossadas de três pessoas, possivelmente a mulher e a neta do humanista (cf. GONÇALVES, 1933, pp. 230-234).

³¹³ Como vimos atrás, as opiniões divergem um pouco sobre a sua naturalidade, mas defendemos a hipótese de que Francisca era *taranconera*.

natural de Tarancón. Por outro, Francisca poderia ser uma das seis filhas de D. María de Velasco, camareira-mor da rainha D. Catarina de Áustria (1507-1578).

A primeira hipótese (**Árvore Genealógica nº 1**) foi sugerida unicamente por Dimas Pérez Ramírez, no subcapítulo sobre a família Sigeia³¹⁴. Segundo este autor, D. Juan de Velasco (c. 1420-1492) surge como um possível antepassado da mãe das Sigeia. Nascido em Tarancón, de onde também era natural o seu pai, D. Juan era filho de D. Pedro de Velasco, nomeado, em 1440, comendador da rainha D. Isabel de Portugal (1428-1496), mulher de Juan II de Castela (1405-1454).



Árvore Genealógica nº 1: Francisca de Velasco, descendente de Juan de Velasco, prior de Uclés (cf. PÉREZ RAMÍREZ, 1994)³¹⁵

Entre 1464 e 1472, D. Juan foi *soprior* de Montalbán e, mais tarde, prior de Uclés, pela mão do seu pai, até 1492, sucedendo, assim, a D. Juan Díaz de Coronado. D. Juan foi também testamentário de Rodrigo Manrique (1406-1476), grão-mestre da Ordem de Santiago nos dois últimos anos de vida. O seu irmão, D. Pedro de Velasco (com o mesmo nome que o pai), foi alcaide de Belinchón e, mais tarde, comendador. Nos anos da crise sucessória castelhana, D. Juan foi partidário da infanta Isabel (1451-1504), futura rainha de Castela, filha de Isabel de Portugal e Juan II, e a ela sempre se manteve fiel, tendo-a recebido, possivelmente, em sua casa, quando esta, governante desde 1474, fez uma curta estadia em Tarancón, nos anos de 1476-1477. Em 1480, os

³¹⁴ Cf. PÉREZ RAMÍREZ, 1994, p. 161.

³¹⁵ Todas as árvores genealógicas por nós apresentadas são de laboração própria.

Reis Católicos concederam-lhe 3.000 maravedis de juro sobre umas rendas, para ajuda de uma capela que o prior idealizara na igreja de Santa María de los Llanos³¹⁶.

Pérez Ramírez considera que foi desta “familia [que] saldrían en el siglo XVI las famosas Luisa y Angela Sigea de Velasco”³¹⁷, reforçando a ideia no subcapítulo que lhes dedica, ao escrever que D. Francisca era “natural de Tarancón, de la distinguida familia de los Velasco, de los cuales ya nos hemos ocupado al hablar del siglo XV”³¹⁸. Assim, as irmãs Sigéia seriam descendentes de D. Juan de Velasco, prior de Uclés, pelo lado da mãe, D. Francisca, ambos de Tarancón. Contudo, não há forma de comprovar esta hipótese, que aparenta basear-se, apenas, no local de nascimento dos dois personagens.

A segunda hipótese sugere que D. Francisca poderia ser filha de D. María de Velasco, camareira-mor da rainha D. Catarina de Áustria.

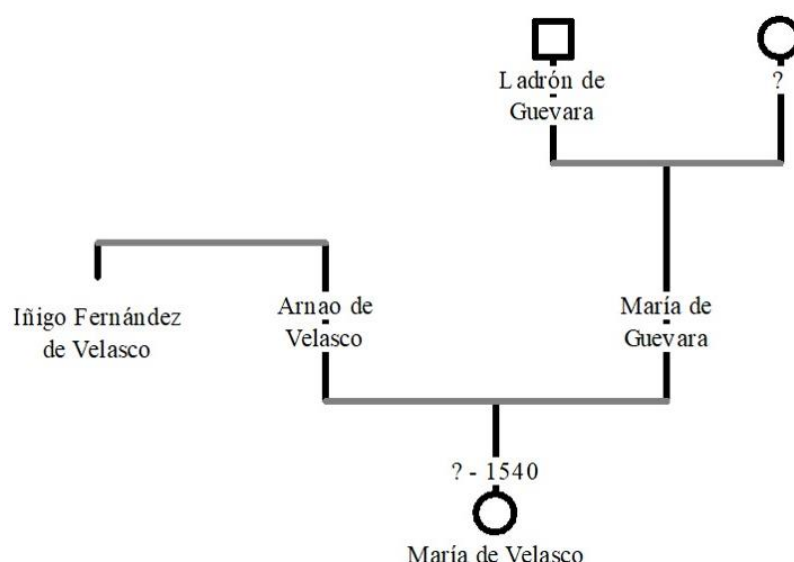
D. María de Velasco (?-1540)³¹⁹ era filha de D. Arnao de Velasco e D. María de Guevara. Pelo lado paterno, era sobrinha do condestável D. Iñigo Fernández de Velasco e, pelo lado da mãe, era neta de D. Ladrón de Guevara (**Árvore Genealógica nº 2**) e familiar de Iñigo de Loyola (Ignacio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus). Era casada com Juan Velázquez de Cuéllar (**Árvore Genealógica nº 3**), uma figura-chave para o desenvolvimento desta nossa hipótese.

³¹⁶ Cf. PÉREZ RAMÍREZ, 1994, pp. 97-102; e RODRÍGUEZ LLOPIS, 1996, p. 71.

³¹⁷ PÉREZ RAMÍREZ, 1994, p. 102.

³¹⁸ *Ibidem*, p. 161.

³¹⁹ Para uma biografia de D. María de Velasco, acompanhada da sua correspondência, ver VIAUD, 1994, pp. 207-248.



Árvore Genealógica nº 2: María de Velasco (cf. VIAUD, 1994)³²⁰

Juan Velázquez de Cuéllar (c. 1470³²¹-1517) era filho da portuguesa Catarina Franca de Castro³²² († c. 1500?), criada ou dama de D. Isabel de Portugal (1428-1496), que terá ido no seu séquito para Castela³²³, e de Gutierre Velázquez de Cuéllar († c. 1490)³²⁴, mordomo-mor da mesma rainha. Sendo o filho primogénito, era também

³²⁰ María de Velasco tinha quatro irmãos que não surgem na árvore (simplificada) pelo facto de apenas conhecermos os seus nomes: Juan, Leonor, Sancha e Teresa (cf. ARCELUS ULIBARRENA, 2005, p. 303).

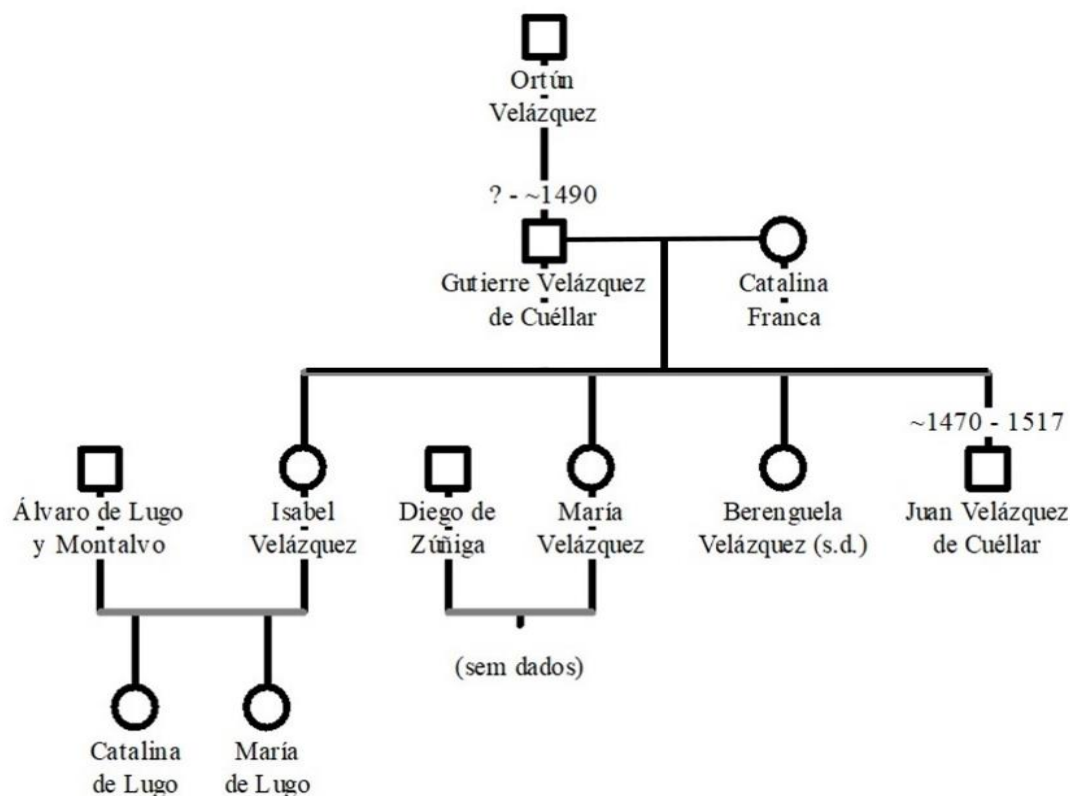
³²¹ Desconhece-se a data de nascimento deste personagem, sabendo-se, apenas, que terá nascido na segunda metade do século XV e que seria mais velho do que o príncipe das Astúrias, homónimo, nascido em 1478. Contudo, a existência de um alvará de 1486, com dados sobre o seu serviço como pajem de Isabel I de Castela, serviço esse iniciado aos dez anos, dá a entender que o seu nascimento se situaria na década de 1470 e, pelo menos, até 1476 (cf. PELAZ FLORES, 2017, p. 176; e DIAGO HERNANDO, 2009, p. 163). Porém, Aude Viaud refere que, em 1487, Juan participou no cerco e conquista de Málaga (cf. VIAUD, 1994, p. 210), acção militar a que não teria certamente comparecido um rapaz de apenas 11 anos, não sendo, contudo, impossível. Por isso, e descartando essa possibilidade, admitimos os primeiros anos da década de 1470 como a sua data de nascimento. Não tendo certezas acerca do ano exacto, grafamos como ‘c. 1470’, esperando que, futuramente, seja possível esclarecer esta questão.

³²² Diana Pelaz Flores é a única que lhe acrescenta o ‘de Castro’ (cf. PELAZ FLORES, 2017).

³²³ Cf. *ibidem*, p. 117.

³²⁴ Gutierre era filho de Ortún Velázquez, corregedor de Sevilha no reinado de Juan II de Castela (cf. SALVÁ e SAINZ DE BARANDA, 1851, p. 474). Aude Viaud diz que Catalina é mãe de Gutierre e não sua mulher (cf. VIAUD, 1994, pp. 209-210). Nomeando-a por vezes apenas como “Franca” ou “doña Franca”, a documentação di-la esposa de Gutierre Velázquez e, por isso, mãe de Juan Velázquez. Veja-se, por exemplo, as ajudas de casamento que Isabel I de Castela concedeu às suas netas, María e Catalina de Lugo, cujo resumo é o seguinte: “Concesión de ayuda de casamiento en cuantia de setecientos cincuenta mil maravedis, respectivamente, a María y Catalina de Lugo, hijas de don Álvaro de Lugo y doña Isabel Velázquez, difuntos, y nietas de doña Franca, viuda del licenciado Gutierre Velázquez, miembro del consejo de la reina Isabel de Portugal, madre de la Reina Católica, librados en las rentas de Arévalo y Madrigal de las Altas Torres” (cf. “Ayuda de casamiento para María y Catalina de Lugo” in AGS: CCA,CED,4,125,2).

irmão de Isabel³²⁵ e María³²⁶, damas de D. Isabel de Portugal, e de Berenguela Velázquez, que enveredou pela vida conventual, “profesando como monja en el monasterio de Nuestra Señora de Gracia, de Cuéllar”³²⁷.



Árvore Genealógica nº 3: Juan Velázquez de Cuéllar (cf. DIAGO HERNANDO, 2009; PELAZ FLORES, 2017)³²⁸.

O seu pai Gutierre, natural de Cuéllar, em Segóvia, havia entrado cedo no ambiente cortesão, tendo começado a sua carreira política nos tempos de Juan II de

³²⁵ Isabel Velázquez casou, em 1483, com o regedor Álvaro de Lugo y Montalvo, um membro da oligarquia de Medina del Campo, com um dote de 800.000 mrs. Deste casamento, teve duas filhas, Catalina e María de Lugo, esta última criada de D. Isabel de Portugal (Catalina também deverá ter sido, mas não há documentação a atestar essa suposição). Ambas receberam ajudas de casamento no valor de 750.000 mrs, traduzidos em rendas das vilas de Arévalo e Madrigal (cf. DIAGO HERNANDO, 2009, p. 163; e PELAZ FLORES, 2017, p. 287). Sabemos da existência de um Álvaro de Lugo, muito próximo de Carlos V, em 1516, que poderia ser este cunhado (e não sobrinho, como declara o autor) de Juan Velázquez, pois numa carta do monarca para este último, Carlos escreve “[...] y oí lo que Alvaro de Lugo de vuestra parte me dixo [...]” (GARCÍA-VILLOSLADA, 1986, p. 102).

³²⁶ María Velázquez, dama da rainha em 1495, casou com o regedor Diego Zúñiga, também membro da oligarquia urbana, neste caso de Salamanca, não se conhecendo a sua descendência (cf. PELAZ FLORES, 2017, p. 301; e CAÑAS GALVEZ, 2008, p. 146).

³²⁷ DIAGO HERNANDO, 2009, p. 163.

³²⁸ No caso de Berenguela, «s.d.» significa «sem descendência». José Damián González Arce indica-nos que Juan Velázquez tinha um irmão chamado Álvaro de Lago (cf. GONZÁLEZ ARCE, 2016, p. 184).

Aragão (1398-1479)³²⁹, quando este era ainda infante, servindo-o como chanceler-mor durante vários anos. Contudo, depois da batalha de Olmedo, em 1445³³⁰, Juan II de Aragón abandonou Castela, mas Gutierre manteve-se na corte, servindo um novo rei, Juan II de Castela (1405-1454)³³¹ e convivendo com personagens influentes como Álvaro de Luna (c. 1390-1453)³³².

Após o afastamento deste último da corte castelhana, Gutierre foi nomeado membro do Conselho Real, ainda em finais do reinado de Juan II de Castela, tendo mantido o cargo na governação de Enrique IV, por largos anos. No entanto, a concessão régia, em 1464, do senhorio de Cuéllar a Beltrán de la Cueva (vila que havia sido sinalizada no testamento de Juan II como senhorio a atribuir à sua filha, a infanta Isabel, futura Isabel I, nascida em 1451, meia-irmã de Enrique IV), provocou uma reacção negativa por parte de Gutierre, que liderou um movimento de resistência anti-senhorial a fim de evitar essa apropriação. O movimento, porém, fracassou e, como consequência dos seus actos, Gutierre foi expulso da corte e obrigado a mudar-se para Arévalo, como governador e mordomo-mor da Casa da rainha viúva, D. Isabel de Portugal, onde poderia ter já uma posição preeminente (o que explicaria a sua ascensão célere a um cargo de tão elevada importância)³³³.

Contudo, ao contrário do que seria de esperar, o licenciado Gutierre (como é frequentemente designado³³⁴) não estaria a ser afastado de um centro político efervescente, mas sim a ser deslocado para um outro que, brevemente, começaria a dar sinais de crescimento e importância políticos notáveis, onde a sua linhagem iria criar raízes durante o reinado de Isabel a Católica. De facto, após a expulsão de Gutierre da corte, Arévalo converter-se-ia num espaço nevrálgico da vida política do reino, dando

³²⁹ Filho de Fernando I de Antequera (1380-1416) e Leonor de Albuquerque (1374-1435), reis de Aragón.

³³⁰ Nesta batalha, as forças reais castelhanas enfrentaram as hostes da nobreza, saindo vencedoras, o que levaria a Coroa de Aragón a abandonar as suas pretensões em Castela (cf. GODINHO, 2004, p. 92).

³³¹ Juan II de Castela era filho de Enrique III (1379-1406) e Catalina de Lancastre (1373-1418), reis de Castela.

³³² Álvaro de Luna foi uma alta figura (controversa) da corte castelhana de Quatrocentos. Filho ilegítimo do nobre aragonês Álvaro Martínez de Luna e de María Fernández Jaraba “La Cañeta”, entrou ao serviço de Juan II de Castela como seu pajem, pelo intermédio do seu tio, o arcebispo de Toledo, Pedro de Luna, começando nesse momento uma carreira política repleta de altos e baixos que, não obstante o poder que colectou, culminariam na sua queda em desgraça. Quando na corte, foi condestável de Castela, mordomo-mor da primeira mulher de Juan II, María de Aragón, e privado do mesmo rei (cf. PELAZ FLORES, 2017, p. 237).

³³³ Cf. DIAGO HERNANDO, 2009, pp. 159-160. Também Pelaz Flores defende esse contacto prévio com a rainha viúva, “activa defensora en los años que siguieron a la muerte de Juan II de los derechos de la infanta sobre el señorío cuellarano” (PELAZ FLORES, 2017, p. 42).

³³⁴ Era licenciado em Decretos (cf. PELAZ FLORES, 2017, p. 41).

início a uma das etapas mais difíceis do reinado de Enrique IV, que culminaria, após a sua morte, na crise sucessória.

Em 1465, em Arévalo, o infante Alfonso (1453-1468), filho mais novo de Isabel de Portugal, foi proclamado rei de Castela por um sector da alta nobreza castelhana, fixando a sua corte nesta vila, senhorio da sua mãe, de quem tinha sido afastado quatro anos antes, por ordem do seu meio-irmão, Enrique. As bases de apoio de Alfonso eram, contudo, bastante frágeis, faltando, sobretudo, poder financeiro para consolidar a sua posição. A fim de conseguir um empréstimo por parte de D. Álvaro de Zúñiga, conde de Placência, o infante ponderou oferecer-lhe a vila de Arévalo. Sem confirmação nem veto por parte do infante, Álvaro de Zúñiga apoderou-se da vila e da sua fortaleza, obrigando Isabel de Portugal a abandonar o senhorio e a mudar-se para Madrigal, outra das suas terras, onde Gutierre controlava a tenência da fortaleza³³⁵.

Aproveitando o impasse da oficialização da troca financeira entre o infante Alfonso e o conde de Placência, Enrique IV, também com falta de apoios, decidiu ceder a Álvaro de Zúñiga, em 1469, o senhorio da vila de Arévalo, por um ano, até que pudesse efectivar-se a mercê do senhorio de Trujillo que lhe havia outorgado anteriormente. Findo esse prazo, porém, Zúñiga manteve-se no controlo da vila e esta só seria restituída a Isabel de Portugal no reinado da sua filha, Isabel a Católica, em 1476, ficando na sua posse até a morte a levar, em 1496³³⁶.

Durante este tempo, e até à sua morte, na década de noventa³³⁷, Gutierre manteve-se politicamente activo, servindo como *guardián* e assumindo tarefas de governo e de administração de justiça nos senhorios de Arévalo, Madrigal e Soria, onde, por exemplo, “desde al menos septiembre de 1474, desempeñaba el oficio de justicia

³³⁵ Cf. DIAGO HERNANDO, 2009, pp 160-161.

³³⁶ Cf. PELAZ FLORES, 2017, pp. 89-90; e DIAGO HERNANDO, 2009, p. 161.

³³⁷ São sugeridas várias datas para determinar o ano da sua morte, mas todas se mantêm na década de 1490. Aude Viaud escreve que Gutierre faleceu em 1492, tendo sido enterrado no convento da Encarnação (cf. VIAUD, 1994, p. 210, n. 7), assim como Garcia-Villoslada (cf. GARCIA-VILLOSLADA, 1986, p. 78), enquanto Diago Hernando aponta o ano de 1493 (cf. DIAGO HERNANDO, 2009, p. 162). Cañas Gálvez indica-nos que o licenciado já havia falecido em Julho de 1495, segundo uma carta dos Reis Católicos, assinada em Burgos, a 20 de Julho desse ano (cf. CAÑAS GÁLVEZ, 2008, p. 173). Pelaz Flores afirma, apenas, que este já teria falecido em 1499, “año en le que su mujer aparecía citado sólo como Franca, mujer de Gutierre Velázquez, ya difunto” (PELAZ FLORES, 2017, pp. 301-302).

mayor”³³⁸, tendo sido conselheiro da rainha viúva (entre 1475 e 1480) e dos Reis Católicos³³⁹.

Graças aos fortes vínculos que alcançou com a Casa real, o licenciado conseguiu construir, para a sua família, uma posição muito favorável na corte³⁴⁰. A sua mulher, Catalina, manteve-se ao serviço de Isabel de Portugal até à morte desta, serviço esse que lhe valeu, em 1500, a atribuição, por parte de Isabel a Católica, dos bens (roupa e móveis) que pertenceram à rainha, sua mãe, para que Catalina os tivesse durante o resto da sua vida³⁴¹. Quando esta falecesse, esses bens deveriam ser legados a D. María de Velasco, também ela dama e criada de Isabel de Portugal, mulher de Juan Velázquez de Cuéllar e, portanto, nora de Catalina³⁴². O primogénito Juan Velázquez de Cuéllar³⁴³ nascera, pois, numa família que assentara a sua semente no coração político da família real castelhana. Juan iria fazer crescer essa semente e transformá-la naquela que seria uma das árvores mais próximas daquela que representava os Reis Católicos³⁴⁴.

Gutierre enviou o filho Juan com apenas dez anos para a corte de Isabel a Católica para servir como pajem³⁴⁵, cargo que marcaria o início de uma carreira muito mais influente do que a do seu pai. A década de 1490 foi de especial mobilidade social para essa construção. Durante estes anos, foi secretário de Isabel de Portugal (até à sua morte)³⁴⁶ e escrivão na vila de Arévalo, pelo menos, entre os anos de 1492 e 1495³⁴⁷. Em 1490, foi nomeado tenente da fortaleza de Trujillo, tendo-se mantido no seu domínio até à sua morte, em 1517. Em 1489, era já mestre-sala do príncipe das Astúrias,

³³⁸ DIAGO HERNANDO, 2009, p. 161.

³³⁹ Cf. PELAZ FLORES, 2017, p. 66, n. 149, e p. 301.

³⁴⁰ Já vimos os destinos das suas três filhas: Isabel, María e Berenguela.

³⁴¹ Cf. DIAGO HERNANDO, 2009, p. 163; e PELAZ FLORES, 2017, p. 279. Entre 1508 e 1515, recebeu, anualmente, 20.000 mrs, de acordo com uma nómina de criados de Arévalo (cf. PELAZ FLORES, 2017, pp. 279-280).

³⁴² Cf. PELAZ FLORES, 2017, p. 301.

³⁴³ Frei Prudêncio de Sandoval, na segunda parte da sua *Historia de la Vida y Hechos del Emperador Carlos V*, retrata-o da seguinte maneira: “Fue Juan Velazquez muy privado del Principe Don Juan, y de la Reyna Doña Isabel, tanto que quedò por testamentario dellos. Fue hombre cuerdo, virtuoso, de generosa condición, muy Christiano, tenía buena prefencia, y de conciencia temerosa. [...] Tratava á los naturales muy bien, procuravales su cómodo con gran cuydado, y que no les echassen huedpedes, ni emprestidos, ni gente de guerra, ni otras imposiciones, con que fuesen ser molestados los pueblos. Dava acostamientos á muchos, de suerte que en toda Castilla la vieja no avia lugares mas bien tratados (SANDOVAL, 1681, II, p. 62).

³⁴⁴ Pelaz Flores faz uma excelente síntese do currículo político de Juan (cf. PELAZ FLORES, 2017, p. 175).

³⁴⁵ Existe um alvará de 1486 que nos reporta dados sobre o serviço de Juan como pajem, documento a que já fizemos referência quando apontámos a sua data de nascimento.

³⁴⁶ Pelaz Flores diz que também foi seu conselheiro (cf. PELAZ FLORES, 2017, p. 66, n. 149).

³⁴⁷ Também era detentor das *caserías* de Arévalo e Madrigal de las Altas Torres desde 1500 (cf. *ibidem*, p. 302).

D. Juan, com quem iria desenvolver laços de amizade muito fortes³⁴⁸. Em 1495, tornou-se contador maior do príncipe e, em 1496, seria um dos dez moços de câmara mais próximos de D. Juan. Nos inícios de 1497, é integrado no Conselho criado pelos Reis Católicos a fim de familiarizar o herdeiro nos afazeres político-administrativos do reino. Contudo, o príncipe das Astúrias faleceu nesse mesmo ano de 1497 e Juan, ao lado de outros membros da Casa do herdeiro, foi incorporado no Conselho régio, mantendo os seus cargos e influência³⁴⁹.

Conselheiro régio a partir de 1497, Juan Velázquez foi nomeado, no ano seguinte, aio e contador maior do príncipe D. Miguel³⁵⁰, recém-nascido da união de D. Isabel (1470-1498)³⁵¹, primogénita dos Reis Católicos (que faleceu depois de dar à luz), com D. Manuel I (1469-1521)³⁵², rei de Portugal desde 1495. Morto aquele que foi conhecido como D. Miguel da Paz, Juan foi renomeado contador maior, em 1502, desta vez, da infanta D. Juana (1479-1555), futura Juana I, segunda filha da Coroa, casada desde 1496 com Filipe, o Belo (1478-1506)³⁵³, arquiduque de Áustria e duque da Borgonha³⁵⁴.

Quando, em 1503, em Alcalá de Henares, nasceu o neto D. Fernando (1503-1564), Isabel a Católica encarregou Juan Velázquez e a sua família de ficarem com o infante ao seu cuidado, no palácio de Arévalo, onde permaneceu até ao ano de 1506³⁵⁵,

³⁴⁸ Juan Velázquez recebeu 50.000 mrs de quitação como mestre-sala em 1489, tal como em 1492. Em 1493, o valor triplica, recebendo os mesmos 150.000 mrs no ano de 1494 e 1495 (cf. GONZÁLEZ ARCE, 2016, pp. 225-227).

³⁴⁹ Ao mesmo tempo que compunha a Corte do príncipe, Juan manteve o posto de *justicia mayor* da vila de Soria e seu termo (posto que abandonou em Março de 1517, meses antes de falecer) e continuou à frente do palácio de Arévalo, onde acolheria o infante D. Fernando, filho de D. Juana e neto de Isabel a Católica (cf. DIAGO HERNANDO, 2009, pp. 164-165).

³⁵⁰ Pelaz Flores indica o ano de 1502 para esta nomeação, o que causa alguma confusão, visto que o príncipe morreu em 1500 (cf. PELAZ FLORES, 2017, p. 175).

³⁵¹ D. Isabel era viúva do príncipe D. Afonso (1475-1491), filho de D. João II (1455-1495) e de D. Leonor (1458-1525), irmã de D. Manuel I. Casou em segundas núpcias com D. Manuel em 1497, tendo falecido após dar à luz o príncipe D. Miguel da Paz (1498-1500).

³⁵² D. Manuel I era filho de D. Fernando (1433-1470), duque de Viseu e Beja, irmão do rei D. Afonso V (1432-1481), e D. Beatriz (1429-1506), filha do infante D. João (filho de D. João I) e de D. Isabel, filha do primeiro duque de Bragança, D. Afonso (D. Beatriz era, portanto, neta do rei D. João I e bisneta do condestável D. Nuno Álvares Pereira).

³⁵³ Filipe era filho do imperador Maximiliano I (1459-1519) e de Maria da Borgonha (1457-1482).

³⁵⁴ Cf. DIAGO HERNANDO, 2009, pp. 165-166.

³⁵⁵ Foi também em 1506 que o casal Velázquez-Velasco recebeu, na sua Casa, o filho mais novo de D. Marina Sáenz de Licona, aparentada com os Guevara (família de D. María de Velasco), e do seu marido, D. Beltrán de Loyola, a fim de lhe dar uma educação de corte, ao lado dos doze filhos. Esse jovem era Iñigo, o futuro fundador da Companhia de Jesus, Ignacio de Loyola. Não nos querendo alongar muito nesta nota, mas considerando-a útil, digamos apenas que Iñigo permaneceu na Casa do contador e da sua mulher até ao ano da morte do patriarca, em 1517. Lá, terá sido educado como um igual, no meio dos seis varões do casal, tendo recebido uma formação que teria como destino a corte régia. Durante esses onze anos, Iñigo terá contactado frequentemente com o mundo cortesão, pois ele e os seus «irmãos de criação»

quando os seus pais, Juana e Filipe, regressaram da Flandres. Este recebimento do infante, ordenado pela rainha Isabel a Católica, que morreria no ano seguinte, e de quem Juan seria testamenteiro, apenas consolidou definitivamente a elevada posição de confiança e, por isso, sociopolítica, do contador e da sua família junto da Casa Real castelhana³⁵⁶.

Após a morte de Isabel, em 1504, Juan Velázquez manter-se-ia ao lado de Fernando o Católico, que casou, em 1506, com Germana de Foix (1488-1536), sobrinha do rei francês Luís XII (1462-1515), num momento de grande tensão política, aquando da sucessão da Coroa de Castela. Como forma de agradecimento pela sua lealdade, Fernando atribuiu-lhe várias mercês ao longo dos primeiros anos de 1500 até 1513, ano em que o monarca encarregou o contador de assumir as funções de “encomendero de algunas villas de behetría, [...] que había escogido como su encomendero al príncipe Carlos [...] «en voz y nombre del príncipe»”³⁵⁷. Estas mercês, a que se foram acrescentando outras tantas, traduziram-se num património avaliado em 14 milhões de maravedis, transmitido em morgado, em 1514³⁵⁸, a favor do primogénito de Juan, que levava o nome do avô, Gutierre, casado então com María Enríquez, filha do almirante de Castela, D. Fadrique Enríquez³⁵⁹. Materializava-se, assim, o apogeu de uma carreira política iniciada uma geração antes, no distante reinado de Enrique IV, e que estaria para terminar, no iminente governo de Carlos I de Espanha, futuro Carlos V do Sacro Império Romano-Germânico.

Com a morte de Fernando o Católico em 1516, desapareciam os apoios internos para a manutenção de uma influência política de Juan Velázquez. As opções governativas passavam por uma rainha dita incapaz (Juana, filha de Fernando) ou por um primogénito que nunca visitara terras ibéricas e junto de quem preponderavam então os seus conselheiros e validos flamengos (Carlos, neto mais velho do monarca).

actuavam como pajens sempre que os monarcas visitavam Arévalo ou outras possessões do contador (cf. GARCÍA-VILLOSLADA, 1986, pp. 72-77). Numa troca de correspondência com Juan del Mercado, um licenciado de Valladolid, remetente que lhe envia uma saudação do regedor da cidade, que era o quarto filho de Juan Velázquez (chamado também Juan), Iñigo reconheceu esses anos da sua primeira juventude, relembrando-os com saudade e gratidão, referindo, inclusive, Gutierre, o pai do contador, com quem, decerto, também terá contactado antes da sua morte, nos inícios da década de 1490 (cf. *ibidem*, p. 106).

³⁵⁶ Cf. DIAGO HERNANDO, 2009, pp. 166-167.

³⁵⁷ *Ibidem*, p. 172.

³⁵⁸ O testamento apresentava, anos mais tarde, uma cláusula que (re)criava o morgado no segundogénito, D. Miguel de Velasco (cf. “Juro a favor de don Miguel Velasco, aposentador mayor del Príncipe” in AGS: CME,87,28. Ver **Anexo Documental nº 5**).

³⁵⁹ Cf. DIAGO HERNANDO, 2009, pp. 170-171. A mulher deste almirante, Ana Cabrera, foi elogiada pelo humanista Lucio Marineo Sículo numa das suas obras (cf. BARANDA, 2007, p. 433).

Contudo, Fernando, nos seus últimos anos, alimentara uma terceira escolha política, personificada no seu neto mais novo, infante homónimo, Grão-Mestre das Ordens Militares. De facto, causadas pelo rumo que Castela parecia seguir, as esperanças depositadas numa regência do infante que se queria rei cresceram até se tornarem uma facção defensora de uma governação castelhanista do reino³⁶⁰.

A decisão de nomear o prestigiado cardeal Cisneros como regente da Coroa de Castela, em nome da rainha titular D. Juana, agitou o círculo de cortesãos que se haviam posicionado, desde cedo, ao lado do infante D. Fernando, e que não tardaram a minar a pouca estabilidade do reino. A resposta que chegou de Bruxelas, onde permanecia o herdeiro de Juana e Filipe, Carlos, passou por ordenar a total remodelação da Casa do infante, a fim de evitar a cristalização de uma corte fernandina, oposicionista a Carlos, que pudesse transgredir os limites políticos da resistência. Juan Velázquez não estaria incluído nesta remodelação (pelo menos, não existe documentação a atestar a sua substituição), mas a sua reacção perante a decisão do futuro imperador de ceder os senhorios de Olmedo, Arévalo, Madrigal e Santa María de Nieva à viúva do avô, Germana³⁶¹, precipitou a sua queda em desgraça³⁶².

De facto, esta decisão, tomada por Carlos contra os conselhos do cardeal-regente, terá sido sentida por Juan Velázquez como um ataque pessoal, sendo que

“sus actuaciones a partir de entonces fueron arrastrándole hacia una posición de creciente enfrentamiento tanto con la Corte de Bruselas como con la de Madrid, que terminó por arruinar su carrera política”³⁶³.

Juan tornou-se o artífice e líder de uma resistência às autoridades castelhana, representada por Cisneros, e flamenga, na pessoa de Carlos, que continuava na Flandres, para impedir a tomada de posse de Germana dos senhorios que já haviam sido decretados como seus. Esta desobediência civil poderá ter obrigado a movimentações

³⁶⁰ O segundo casamento de Fernando o Católico com a jovem Germana, 35 anos mais nova, não deu frutos, tendo nascido apenas uma criança (Juan de Aragão) que faleceu horas depois do parto (cf. DE SALAZAR Y ACHA, Jaime, “Germana de Foix” in *Real Academia de la Historia: Diccionario electrónico*; <http://dbe.rah.es/biografias/10658/germana-de-foix>).

³⁶¹ No seu testamento, Fernando o Católico tinha decretado uma renda anual de 30.000 escudos de ouro sobre o reino de Nápoles à sua segunda rainha, Germana. Porém, o neto, Carlos, ao reconhecer as dificuldades dessa cobrança em terras que se encontravam longe e em guerra (as Guerras de Itália haviam começado em 1494), decidiu substituí-las pelos senhorios de Arévalo, Olmedo e Madrigal, durante a sua vida, e por outra renda sobre as vilas e cidades de Salamanca, Ávila e Medina del Campo (cf. GÓMEZ RODRÍGUEZ, 1891, p. 6).

³⁶² Cf. SANDOVAL, 1681, vol. 1, p. 62; DIAGO HERNANDO, 2009, pp. 173-174; GARCIA-VILLOSLADA, 1986, pp. 102-104.

³⁶³ DIAGO HERNANDO, 2009, p. 174.

militares de ambos os lados, onde, em Fevereiro de 1517, teria perdido a vida o primogénito do contador, Gutierre³⁶⁴. A resistência durou largos meses, até as negociações terminarem em consenso³⁶⁵. Semanas depois de levantar armas, Juan Velázquez de Cuéllar morreu, a 12 de Agosto de 1517, em Madrid³⁶⁶.

O casal Velázquez-Velasco teve doze filhos, seis raparigas e seis rapazes³⁶⁷ (**Árvore Genealógica nº 4**). Das suas seis filhas, quatro foram damas de Isabel a Católica, tendo todas recebido mercês no valor de 27.000 mrs cada uma (Isabel Velázquez e María de Guevara entre os anos de 1500 e 1503, enquanto Magdalena de Velasco e Francisca de Guevara apenas são mencionadas no ano de 1504)³⁶⁸. Das outras duas filhas, Luisa e Catalina, apenas se sabe que a segunda casou com D. Bernardino de Velasco, seu primo, filho natural do condestável D. Bernardino Fernández de Velasco y Mendoza³⁶⁹.

³⁶⁴ Não há consenso sobre a causa de morte de Gutierre, se em combate ou não, pois há autores que defendem que, durante o período de resistência, não houve quaisquer acções militares (cf. DIAGO HERNANDO, 2009, p. 176; GARCÍA-VILLOSLADA, 1986, pp. 104-105).

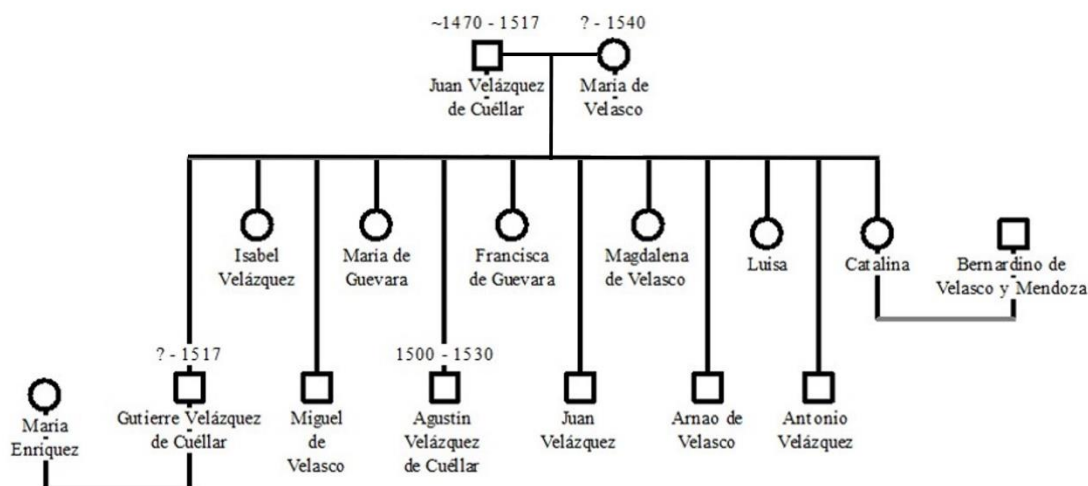
³⁶⁵ Não se compreendem, na totalidade, os motivos que terão levado a esta rebelião, que seria, mais tarde, entendida como um prenúncio da revolta das *Comunidades*. Existem até opiniões que direccionam o foco de inspiração da revolta para a mulher de D. Juan, D. María de Velasco, que, após ter um início de relação muito positivo com a nova rainha, Germana, se desentendeu tumultuosamente com a mesma. Contudo, certo é que, após este acontecimento, ao clima de tensão que ainda se mantinha em Castela, iria ser acrescentada uma constante insatisfação de alguns sectores da nobreza do reino, onde se incluíam indivíduos próximos de Juan (cf. DIAGO HERNANDO, 2009, pp. 177-181).

³⁶⁶ Cf. *ibidem*, pp. 176-177.

³⁶⁷ A maior parte das datas de nascimento e morte desta prole são, por nós, desconhecidas. Quando encontramos esse tipo de informação, apresentamo-las. Contudo, e se desconhecemos grande parte desses dados, apenas temos a hipótese de que estes doze filhos poderão ter nascido entre os anos finais de 1480, ou iniciais de 1490, e 1517, ano da morte do pai, Juan Velázquez de Cuéllar.

³⁶⁸ Cf. GONZÁLEZ MARRERO, 2008, pp. 880-881. Em Dezembro de 1501, o casal Velázquez-Velasco recebeu uma mercê no valor de um conto de mrs, sendo que metade dessa quantia se destinava a ajudas para o casamento da sua filha, Isabel Velázquez, e a outra metade contava como mercê à sua mãe, D. María (cf. “Ayuda de casamiento a Isabel, dama de la Reina, y merced a María de Velasco” in AGS: CCA,CED,5,332,2). Dois anos mais tarde, em 1503, Isabel a Católica atribuí uma mercê a duas das filhas do casal (Isabel e María) para ajudas de vestuário (cf. “Ayuda de vestuario a Isabel Velázquez y a María de Guevara, damas de la reina” in AGS: CCA,CED,6,74,4).

³⁶⁹ Cf. VIAUD, 1994, p. 211.



Árvore Genealógica nº 4: descendência do casal Velázquez-Velasco (cf. DIAGO HERNANDO, 2009; PELAZ FLORES, 2017; VIAUD, 1994)

Quanto aos filhos varões (Agustín, Antonio, Arnao, Gutierre, Juan e Miguel)³⁷⁰, também estes se mantiveram ligados aos círculos da corte. Arnao (†1527/1528³⁷¹), o primogénito Gutierre (†1517) e Juan (filho)³⁷² foram pajens de Isabel a Católica, auferindo 9.400 mrs de mercê³⁷³. Antonio Velázquez foi capelão também na Casa da rainha³⁷⁴.

³⁷⁰ Aude Viaud menciona um sétimo filho de D. María, chamado Alonso de Velasco (ou Afonso, como o nomeia numa nota da p. 324). D. Alonso era casado com uma filha de Lope Hurtado de Mendoza, embaixador castelhano na corte portuguesa, que escreve a Carlos V, em 1529, a pedir uma mercê para o genro (cf. VIAUD, 2001, p. 345). Não conseguimos corroborar nem refutar esta informação.

³⁷¹ Numa carta em resposta a Carlos V, D. María de Velasco refere que soube da morte do filho Arnao pelo imperador, em Janeiro de 1528 (cf. “Carta de D. María de Velasco a Carlos V” (01.02.1528) in VIAUD, 1994, p. 216).

³⁷² Há um testamento da segunda metade do século XVI feito por um Juan de Velázquez que poderia ser descendente de um destes filhos do contador (Gutierre ou Juan), pois o testado, além de levar o mesmo apelido, havia sido casado, duas vezes, com mulheres de famílias próximas à sua. O primeiro casamento foi com D. María de Velasco, filha de Luís de Medina, com quem teve, entre outros filhos, Juan Velázquez e D. María Enriquez. Do segundo casamento, com D. María de Zúñiga, teve, entre outros, outro Juan Velázquez e um Luís Velázquez, religioso (cf. “Juro a favor de Ana de la Vega” in AGS: CME, 131, 29).

³⁷³ Os assentos individuais datam todos do ano de 1498, com a indicação de término em 1503. Destes três filhos de Juan Velázquez, Arnao surge com o apelido materno, ‘de Velasco’, enquanto os irmãos Gutierre e Juan (filho) carregam o apelido do pai, ‘Velázquez’. Curiosamente, apenas o alvará atribuído a Juan (filho) declara a anuidade da sua mercê: “[...] paje en cada año 9.400 mrs [...]” (DE LA TORRE, 1954, p. 68). Diago Hernando acrescenta que o primogénito foi nomeado pajem do príncipe das Astúrias, Juan, em 1496, recebendo, pouco tempo depois, “la merced del oficio de pregonero mayor de Castilla” (DIAGO HERNANDO, 2009, p. 166). O mesmo autor não apresenta Arnao como pajem, mas sim como clérigo (cf. *ibidem*, p. 182). Estes três irmãos constam de um documento de isenção de direitos datado de 29 de Julho de 1504, e surgem nesta ordem: “gutjerre / velazquez e Juan velazquez e Arnao de velasco hijo[s] de Juan ve-/lazquez de mi conseJo” (cf. “Exención de derechos a la merced hecha a los hijos de Juan Velázquez” in AGS: CCA,CED,9,176,1.). No mês anterior, em Junho do mesmo ano, Arnao e Gutierre

Agustín Velázquez de Cuéllar (1500-1530) foi pajem do infante D. Fernando, irmão de Carlos V. Sendo mais velho do que o infante apenas três anos, Agustín tornou-se próximo de Fernando³⁷⁵. Quando este, a mando do seu irmão Carlos, partiu para territórios austríacos, o terceiro filho de Juan³⁷⁶ seguiu-o para a corte de Viena, onde foi nomeado *Mundschenk* (copeiro). Porém, a morte encontrou-o na capital do Império em 1530 e aí seria sepultado³⁷⁷.

Por seu turno, Miguel de Velasco foi nomeado em Fevereiro de 1518 escrivão-mor de rendas do bispado de Osma e, em Março, escrivão-mor de Arévalo. Mais tarde, Carlos V nomeia-o *contino del rey*, com uma quitação de 50.000 mrs³⁷⁸. Após o casamento da irmã do imperador, D. Catarina de Áustria, com o rei de Portugal, D. João III, em 1525, Miguel vem com a sua mãe, D. María de Velasco, para a corte portuguesa, tornando-se mensageiro entre ambas as cortes³⁷⁹. Em 1542, já como aposentador-mor do príncipe Filipe, herdeiro de Carlos V, recebeu um juro de 100 dobras em ouro³⁸⁰.

Portanto, a morte do pai, Juan Velázquez de Cuéllar, não parece ter prejudicado a carreira dos filhos, pelo menos no que respeita à atribuição de mercês por parte da Coroa.

D. María de Velasco parece manter-se à parte de todas as convulsões que envolviam o nome do marido, percorrendo, contudo (e como não podia deixar de ser),

receberam mercês, respectivamente, por via da mãe, María de Velasco, e da avó, Catalina Franca, que apenas é referida como Franca (cf. “Merced a Arnao de Velasco” in AGS: CCA,CED,9,140,3. Ver **Anexo Documental nº 6**).

³⁷⁴ Nomeado em Maio de 1504, recebia, anualmente, 8.000 mrs (cf. DE LA TORRE, 1954, p. 36).

³⁷⁵ No Archivo General de Simancas, existe um documento atribuidor de uma mercê no valor de 38.300 mrs, datado de 19 de Agosto de 1524, que achamos referir-se a este filho do contador (cf. “Juro a favor Agustín Velázquez” in AGS: CME,8,9). Infelizmente, desconhecemos a que mercê se remete este juro.

³⁷⁶ A ordem de nascimento de três dos seis varões é-nos apresentada por Diago Hernando, começando pelo primogénito Gutierre, surgindo Agustín como terceiro filho e Juan como o quarto. Contudo, não compreendemos se esta hierarquia diferencia o género, ou seja, se a ordem de nascimento se resume aos filhos varões ou se inclui as mulheres, no total dos doze filhos (cf. DIAGO HERNANDO, 2009, pp. 183-184). Pensamos que se refere apenas aos filhos varões, mas sem certezas completas. Na cláusula de testamento de Juan Velázquez de Cuéllar, documento a que já fizemos referência, depois de Miguel de Velasco, vêm nomeados Agustín e Antonio, o que pode sugerir que estes seriam, respectivamente, o terceiro e quarto filhos, confirmando, em parte, a ordem apresentada por Diago Hernando (cf. “Juro a favor de don Miguel Velasco, aposentador mayor del Príncipe” in AGS: CME,87,28 [a partir do fl. 6]. Ver **Anexo Documental nº 5**).

³⁷⁷ Cf. VIAUD, 1994, p. 211; e DIAGO HERNANDO, 2009, p. 184.

³⁷⁸ Cf. DIAGO HERNANDO, 2009, p. 183.

³⁷⁹ Cf. VIAUD, 1994, p. 60. D. Miguel surge em várias cartas trocadas entre os monarcas ibéricos e os seus correspondentes (cf. VIAUD, 1994).

³⁸⁰ Cf. “Juro a favor de don Miguel Velasco, aposentador mayor del Príncipe” in AGS: CME,87,28. Ver **Anexo Documental nº 5**.

um caminho político ao seu lado. No reinado de Isabel a Católica, enquanto Juan pertencia ao seu Conselho, D. María participava activamente na gestão da Casa e Corte da rainha, “como eran la concesión de limosnas o la compra de imágenes”³⁸¹, serviços pelos quais recebia 40.000 mrs de quitação, pelo menos nos últimos anos do seu reinado (1502, 1503 e 1504)³⁸². Sabemos que também terá servido Germana de Foix, mas não há dados suficientes para comprová-lo³⁸³. Contudo, os primeiros anos de viuvez de D. María de Velasco revelaram-se algo difíceis.

Após o falecimento do marido, em 1517, D. María é obrigada a entregar as tenências de fortalezas que haviam pertencido a Juan, sendo que nenhum dos seus seis filhos varões herdou esse ofício. Exemplo disso é a tenência da fortaleza de Trujillo, que, a partir de Maio de 1518, andou por várias mãos até chegar a Francisco de Vargas, em meados de 1520. Também a fortaleza de Arévalo teve de ser abandonada, assim como o cargo de contador-mor, que foi entregue ao então grande valido do jovem Carlos de Habsburgo, Guillaume de Croÿ (1458-1521), senhor de Chièvres³⁸⁴.

Devido à elevada quantia de dívidas que Juan havia contraído, D. María terá tido uns primeiros tempos de viuvez muito complicados, a nível financeiro³⁸⁵, conturbações a que Carlos V, já governante, não foi alheio. De entre várias mercês com que continuou a agraciar D. María, na década de 1520, é de destacar uma, no valor de 525.000 mrs,

³⁸¹ DIAGO HERNANDO, 2009, p. 166.

³⁸² Cf. GONZÁLEZ MARRERO, 2008, p. 879. Sabemos que também recebeu os ditos 40.000 mrs em 1500 (cf. “Quitaciones a María de Velasco y sus hijas, damas de la casa de la Reina” in AGS: CCA,CED,4,31,1. Ver **Anexo Documental nº 7**). Aquando da morte de Isabel, D. María adquiriu parte dos livros e dos bens móveis que haviam pertencido ao príncipe Juan e que, na morte desse, haviam sido integrados na Casa da rainha (cf. ARCELUS ULIBARRENA, 2005).

³⁸³ O único indício desta provável passagem para a Casa de Germana (que não seria uma passagem, pois Germana era rainha e D. María servia na Casa da Rainha) é a expressão, ou melhor, a ideia, várias vezes repetida, de que D. María de Velasco organizaria festas e banquetes em honra (ou a pedido) da segunda mulher de Fernando o Católico, tal era a forte amizade que criara com a nova rainha, que apreciaria esse género de convívio (cf. GARCIA-VILLOSLADA, 1986, pp. 79-80). Sabemos que, em 1509, foram feitos pagamentos atrasados à mulher do contador, atrasos esses relativos aos anos de 1505, 1506, 1507 e 1508 (cf. “Atrasos debidos a María de Velasco” in AGS: CCA,CED,7,184,4. Ver **Anexo Documental nº 8**). Contudo, as ditas somas não remetem para nenhuma posição específica na Casa da rainha, nem apresentam mais informação além do nome do marido, por isso não podemos ter certezas de que esses pagamentos se relacionassem com serviços prestados na Casa da (nova) rainha, apesar de ser bastante provável.

³⁸⁴ Cf. DIAGO HERNANDO, 2009, pp. 182-183. Mais tarde, em 1520, venderia este posto ao duque de Béjar, Álvaro de Zúñiga y Guzmán (†1531), por 30.000 ducados (cf. COSTA, 2007, p. 360). Iñigo de Loyola também foi (naturalmente) forçado a abandonar Arévalo. Segundo consta, D. María de Velasco encaminhou-o para o duque de Nájera e vice-rei de Navarra, D. Antonio Manrique de Lara (c. 1470-1535), entregando-lhe 500 escudos e cavalos para a viagem do jovem (cf. GARCÍA-VILLOSLADA, 1986, pp. 107-108).

³⁸⁵ Segundo escreve Diago Hernando, Juan Velázquez teria deixado por pagar cerca de 16 milhões de mrs, não tendo muitas certezas sobre onde ou em quê o contador terá gasto esse valor (cf. DIAGO HERNANDO, 2009, p. 185).

que serviria para compensar as vendas que a mulher do contador teria feito de forma a proporcionar um destino matrimonial às suas filhas³⁸⁶. Porém, a sua vida terá estabilizado em 1524, quando se tornou oficialmente camareira-mor da infanta D. Catarina³⁸⁷, futura rainha de Portugal, residente em Tordesilhas, junto da mãe, D. Juana, rainha titular de Castela³⁸⁸.

Voltemos, contudo, a uma das filhas do casal, Francisca de Guevara. De facto, é curioso notar que, como vimos, Francisca herdou o apelido da avó materna (María de Guevara), assim como outra irmã, herdeira do nome próprio das mães de família, contrariamente a duas outras suas irmãs: Isabel, que recebeu o apelido do pai, e Magdalena, que acolheu o apelido da mãe. Não conhecemos os apelidos de solteira de Luisa (a irmã sobre a qual nada sabemos) e Catalina, que, certamente, não teria o apelido materno, visto que o seu marido ostentava Velasco no nome.

Como sabemos, era comum nas famílias nobres dos reinos peninsulares escolher-se o apelido que se pretendia usar consoante o prestígio ou influência que esse conjunto de letras consigo carregava. Sabemos que a ordem de nascimento transmitia importância e, por isso, faria sentido atribuir os apelidos segundo essa mesma ordem³⁸⁹. Assim, Isabel poderá ter sido a primeira das filhas a nascer, recebendo Velázquez do pai, seguindo-se-lhe a irmã, Magdalena, com o sobrenome da mãe; María e Francisca foram afortunadas com o apelido da avó, Guevara³⁹⁰.

Estes apelidos não eram, no entanto, permanentes e podiam muito facilmente ser alterados em qualquer momento da vida. É este aspecto que nos leva a pensar que

³⁸⁶ O monarca tinha-lhe permitido vender bens e terras para fazer face às suas despesas (cf. *ibidem*, p. 185).

³⁸⁷ Diago Hernando escreve que a sua passagem para Tordesilhas foi feita a pedido da duquesa de Denia (cf. *ibidem*, p. 185). Contudo, é possível que o autor se tenha equivocado, visto que o ducado de Denia era ainda apenas marquesado; Diago Hernando deveria querer referir-se, muito provavelmente, à marquesa de Denia, Francisca Enríquez, prima de Fernando o Católico, mulher do marquês de Denia, Bernardo Sandoval y Rojas (†1536).

³⁸⁸ É bem provável que D. María já servisse a rainha e a infanta, sua filha, anos antes desta nomeação como camareira-mor de D. Catarina. Talvez a sua mudança para Tordesilhas tivesse acontecido logo após a morte do marido, em 1517, construindo, assim, uma ligação afectiva e política com a futura rainha de Portugal, que duraria até à sua morte, em Maio de 1540 (cf. GARCÍA-VILLOSLADA, 1986, p. 107). No ano de 1526, D. María de Velasco recebia, pelo seu serviço como camareira-mor de D. Catarina, a quantia de 120.000 reais (cf. SANTOS, M., 2004, p. 26).

³⁸⁹ Cf. MONTEIRO, 2011, principalmente pp. 151-158.

³⁹⁰ Não sendo conhecidos os assentos de baptismo destas seis mulheres, é praticamente impossível saber-se quais eram as mais velhas e quais eram as mais novas. Esta é uma proposta da hierarquia de nascimentos baseada nos apelidos que cada uma ostentava, mas é apenas isso – uma proposta – porque, como vimos, os sobrenomes poderiam ser atribuídos como se bem entendesse.

Francisca de Guevara poderá ter trocado de apelido quando se casou, preferindo o apelido materno para caracterizar a sua identidade social. O motivo que a levaria a trocar ‘Guevara’ – um sobrenome com um relevo político pouco notório – pelo ‘Velasco’ da mãe – um apelido que caminhava regular, fiel e longamente ao lado da Casa Real – poderia prender-se com o facto de se casar com alguém que pudesse ter uma posição social inferior à sua e, por isso, o seu apelido elevaria o prestígio da sua futura família. Assim, Francisca de Guevara poderia ser Francisca de Velasco, após o seu casamento com Diogo Sigeu, daí que as suas filhas, Luísa e Ângela, e filhos, Diogo e António, levem o sobrenome ‘de Velasco’, apesar de esta ser uma informação muito pouco conhecida³⁹¹.

Porém, esta hipótese seria muito fácil de refutar, e com uma simples pergunta: por que razão casaria uma filha da nobreza castelhana (ao mesmo tempo, filha da oligarquia urbana) com um humanista aparentemente desconhecido dos ramos cortesãos da Coroa? O casamento por amor estava destinado, na grande maioria dos casos, aos membros menos abastados da sociedade, portanto, poderíamos excluir, à partida, esta suposição (ainda que ela pudesse verificar-se). Sobra, então, a ideia de um casamento arranjado, hipótese que aparenta, também, ser um pouco rebuscada. Ignorando as razões do matrimónio, existe, no entanto, outra pergunta que se impõe: como se teriam conhecido os dois membros do casal?

Sabemos pouco da vida de D. María de Velasco antes do seu casamento com Juan Velázquez de Cuéllar. Porém, sabemos que a sua educação teve os requisitos mínimos para uma mulher da nobreza daquela época. D. María sabia latim e talvez até com alguma desenvoltura. A razão que nos leva a fazer tal afirmação é o facto de Lucio Marineo Sículo (c. 1444-1536)³⁹², humanista italiano trazido de Itália pelo conde de

³⁹¹ Das filhas, temos certezas, pois chegaram até nós alguns documentos que atestam esta afirmação. No expediente de provas de um dos seus netos, filhos da sua única filha, Juana de Cuevas, Luísa surge sempre como “Doña Luisa Sigea de Velasco” (“Expediente de pruebas de nobleza y limpieza de sangre, incoado para el ingreso en la Orden Militar de Santiago de los hermanos D. Francisco e D. Gonzalo Ronquillo de Cuevas” in GARCÍA RÁMILA, 1958-1959, nº 147 (1959), pp. 579-580). Quanto a Ângela, por exemplo, no assento de baptismo de uma das suas filhas, chamada Luísa (não será certamente coincidência), o nome da mãe surge grafado, na margem direita, como “Angella de Vellasco” (ANTT, ADLSB, Registos Paroquiais, Paróquia de São Salvador (Torres Novas), Mistos nº 2 (1569-1588), fl. 6. Ver **Anexo Documental nº 9**). Dos filhos, Diogo e António, apenas temos documentação para o segundo, que, aquando da confirmação da sua nomeação como escrivão da câmara de D. João III, em 1551, surge como “antonýo de sygy de vellasco” (ANTT, Chancelaria de D. João III, *Doações e Mercês*, lv. 66, fl. 248v. Ver **Anexo Documental nº 1**).

³⁹² Para informações biográficas mais completas, cf. RAMOS SANTANA, María del Carmen, “Lucio Marineo Sículo” in *Real Academia de la Historia: Diccionario electrónico*; <http://dbe.rah.es/biografias/11677/lucio-marineo-siculo>.

Tendilla para a corte de Isabel a Católica, lhe ter dirigido uma carta em latim, na sua obra *Epistolarum familiarium*³⁹³, o que nos leva a crer que se a carta lhe foi dirigida na língua clássica, então, a matriarca teria conhecimentos para a ler sem dificuldades. Não se compreende a importância desta epístola se não enquadrarmos o humanista no seu contexto.

Apesar de ter iniciado tardiamente a sua carreira académica, Sículo foi professor de Gramática, em Palermo, ao mesmo tempo que serviu como aio e preceptor de diversos alunos, entre os anos de 1479 e 1484. Nesses cinco anos, o seu nome tornou-se reconhecido no círculo humanista e conhecido no mundo cortesão. Foi neste ambiente que terá interagido com Fadrique Enríquez, filho do almirante de Castela, em Palermo desde 1482. Ao fim de dois anos na cidade italiana, Enríquez decide voltar a Castela, convidando o humanista a formar parte do seu séquito de regresso, convite que Sículo aceitou com agrado.

Uma vez em Castela, de onde não mais voltou a sair³⁹⁴, o humanista professou as cátedras de Oratória e Poesia na Universidade de Salamanca, entre 1485 e 1497, onde conviveu com a elite humanista da época. Após esses doze anos de ensino universitário, Sículo transferiu-se para a corte dos Reis Católicos, onde serviu até ao seu falecimento, em 1536. Nesse círculo de poder, foi nomeado capelão da rainha (1497), mestre dos capelães e dos pajens régios (1501) e cronista, a quem Fernando o Católico, em 1500, encomendou a redacção da biografia do seu pai, Juan II. Contudo, Sículo manteve o preceptorado como actividade paralela.

Numa estadia curta em Zaragoza (1508), desenvolveu a sua actividade de cronista, frequentou o círculo erudito da cidade e beneficiou da protecção do mecenas

³⁹³ Publicada em Valladolid, em 1514, o título completo da obra é o seguinte: *Ad illustrissimum principem Alfonsum Aragoneum Ferdinandi regis filium, Caesaraugustae et Valentiae Archiepiscopum Aragoniaeque praesidentem Lucii Marinei Siculi epistolarum familiarium libri decem et septem. Orationes quinque (oratio ad Ferdinandum regem et Helisabellam reginam; oratio ad Ferdinandum regem de laudibus historiae; oratio ad Ioannem Gothomanum Methymne Sidonie ducem clarissimum: oratio ad Rodoricum Pementellum Benauenti comitem magnanimum; Ad Alfonsum Aragoneum Alfonsi a Segura oratio de laudibus et pontificatus et regni diligentissime eius gubernationis). De Parcís liber unus. Repetitio de uerbo fero et eius compositis liber unus. Carminum libri duo*. As outras destinatárias das suas cartas eram Juana Contreras, Ana Cervató, Lucía de Medrano e Ana Cabrera (cf. BARANDA, 2007, p. 433). Esta última era a mulher do almirante Fadrique Enríquez, figura a que já fizemos referência, a algumas páginas atrás. Fadrique Enríquez era pai de D. María Enríquez, mulher de Gutierre Velázquez, o primogénito do casal Velázquez-Velasco, o que fazia de Ana Cabrera sogra de Gutierre e, por isso, comadre de D. María de Velasco. Portanto, este vínculo permite-nos afirmar que ambas se conheciam bem e este matrimónio poderia ser o resultado desses anos de ligação.

³⁹⁴ Lucio apenas voltou à Península Itálica em 1506, pela ocasião de uma viagem oficial de Fernando o Católico, que o humanista acompanhava, regressando a Castela no ano seguinte.

Alfonso de Aragón (1470-1520), filho ilegítimo de Fernando o Católico³⁹⁵, a quem, mais tarde, dedicou o seu epistolário e outras obras que publicou em 1514³⁹⁶. Seguindo a itinerância da corte, Sículo trasladou-se para Burgos, em 1511, onde, durante um ano, exerceu como tutor dos filhos de Juan Velázquez de Cuéllar, residindo na sua casa. Essa estadia valeu-lhe a concessão régia de dois cargos de natureza clerical perto de Salamanca, proporcionada pela intercessão do contador Velázquez.

Portanto, Lucio Marineo Sículo, figura humanista de cimeira importância na corte isabelina, como vimos, foi mestre dos filhos do casal Velázquez-Velasco³⁹⁷, onde também poderiam estar incluídas as filhas. Não era assim tão incomum as mulheres nobres também serem iniciadas (e realmente ensinadas) nas línguas clássicas. É certo que os propósitos eram diferentes daqueles a que se destinavam os homens, mas, como veio a demonstrar a corte de Isabel a Católica, que educou as suas filhas com a mesma erudição com que educou o seu único varão, ou, no caso português, a tão aclamada corte da infanta D. Maria, filha mais nova de D. Manuel, onde foram integradas as irmãs Sigeia, ao lado de outras mulheres instruídas da alta nobreza, a igualdade de oportunidades em termos de saber poderia ser alcançada, até se chegar ao patamar final dos objectivos desse conhecimento: a esfera espiritual e religiosa³⁹⁸.

Compreende-se, assim, a importância da carta latina destinada a D. María de Velasco, inserida na *Epistolarum familiarium* (1514). Nessa epístola, além de outros temas, Sículo demonstrava o seu desejo em escrever uma obra sobre mulheres ilustres – obra essa que nunca terá levado a cabo – onde incluiria escritos sobre as virtudes do espírito e dos excelentes dotes naturais de D. María³⁹⁹. Esta informação interessa-nos, porque, numa outra obra, anos mais tarde⁴⁰⁰, Sículo volta a evocar o nome de D. María de Velasco, ao lado de outras mulheres, que incluem as filhas do seu protector, Íñigo López de Mendoza y Quiñones, II Conde de Tendilla: D. María de Mendoza, condessa

³⁹⁵ A sua mãe chamava-se Aldonza Iborra.

³⁹⁶ Também Alfonso de Aragón lhe dedicou algumas cartas em latim, não se conhecendo o seu destino, nem havendo conhecimento de alguma vez terem sido impressas (cf. SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis, “Alfonso de Aragón” in *Real Academia de la Historia: Diccionario electrónico*; <http://dbe.rah.es/biografias/9239/alfonso-de-aragon>).

³⁹⁷ Cf. BARANDA, 2007, p. 433; e RAMOS SANTANA, 2018.

³⁹⁸ Cf. GOMEZ MOLLEDA, 1955; e BARANDA, 2008, pp. 133-137.

³⁹⁹ Cf. JIMÉNEZ CALVENTE, 2012, p. 560.

⁴⁰⁰ Referimo-nos à obra publicada em Alcalá de Henares, em 1530, intitulada *De rebus Hispaniae memorabilibus*.

de Monteagudo⁴⁰¹, e D. María Pacheco, mulher do líder *comunero* Juan de Padilla⁴⁰². Ora, como bem sabemos, D. María Pacheco teve um preceptor para as línguas clássicas (latim e grego): Diogo Sigeu, marido de Francisca de Velasco. É, pois, bem provável que os nubentes se tenham conhecido neste meio nobre cortesão e humanista.

Contudo, há outros factores que nos fazem crer que Francisca de Guevara seja a mãe das irmãs Sigeia. Voltemos, ainda, aos anos de viuvez de D. María de Velasco que precederam a sua estabilização financeira. Das várias licenças que requereu a Carlos V para vender alguns dos bens que haviam sido incluídos no morgado que herdaria o seu filho Gutierre, contava-se a venda das casas principais da família em Arévalo, ao afamado alcaide D. Rodrigo Ronquillo (1471-1552)⁴⁰³. Porém, esses bens não se perderiam para um homem qualquer. O nome Ronquillo era já familiar aos Velázquez de Cuéllar, e há muito tempo.

Quando o pai de Juan Velázquez faleceu, este sucedeu-lhe na maior parte dos cargos concelhios que Gutierre detinha, como o corregimento da cidade de Soria. Com as redes de influência que o seu pai criara, Juan nomeou pessoas da sua confiança para desempenhar os ofícios de justiça, por delegação sua. Entre essas pessoas encontrava-se Rodrigo Ronquillo, alcaide de Soria em 1500, em substituição de Juan Velázquez; o mesmo Ronquillo que, anos mais tarde, participaria nas *Comunidades*, como apoiante de Carlos V, orquestrando o cerco a Segóvia, no Verão de 1520⁴⁰⁴.

Este alcaide Ronquillo era casado e teve larga descendência⁴⁰⁵. Um dos seus netos, que porta o mesmo nome e apelido, casou, em 1580, com Juana de Cuevas (1557-

⁴⁰¹ D. María era casada com Antonio Hurtado de Mendoza, I conde de Monteagudo. Segundo consta, o casamento era infeliz (cf. BACKER, 2004, p. 73).

⁴⁰² Em *De rebus Hispaniae memorabilibus* (1530), Lucio Marineo Sículo faz alusão àquelas mulheres a quem destinara cartas suas, uma quinzena de anos antes, na *Epistolarum familiarum* (1514), e acrescenta outras como Beatriz Galindo, as filhas do Conde de Tendilla, que já mencionámos, Ângela Carlet, uma prima que se chamaria Leonor, e Isabel Vergara, excluindo, desta feita, Ana Cervató (cf. BARANDA, 2007, p. 433).

⁴⁰³ Licenciado em Leis, Rodrigo Ronquillo foi regedor de Arévalo (de onde era natural) e membro do conselho dos Reis Católicos, dos reis Juana I e Filipe, o Belo, e de Carlos V, a quem o alcaide foi fiel durante a revolta das *Comunidades*, entre 1520 e 1521 (cf. FERNÁNDEZ BÉTHENCOURT, 1897-1920, t. III (1901), p. 92, n. 1; e ÁVILA SEOANE, Nicolás, “Rodrigo Ronquillo” in *Real Academia de la Historia: Diccionario electrónico*; <http://dbe.rah.es/biografias/5178/rodrigo-ronquillo>).

⁴⁰⁴ Cf. DIAGO HERNANDO, 2009, p. 179, n. 84; e PÉREZ, 1970, pp. 179-181. Essa participação fiel ao rei-imperador valeu-lhe, em Março de 1523, a nomeação para o cargo de regedor de Segóvia, no lugar de Juan de Solier (cf. PÉREZ, 1970, pp. 652-653).

⁴⁰⁵ Para mais pormenores acerca da vida e descendência de D. Rodrigo Ronquillo, cf. FERNÁNDEZ BÉTHENCOURT, 1897-1920, t. III (1901), pp. 92-98, e ÁVILA SEOANE, 2018.

1593), a filha de Luísa Sigeia e do seu marido Francisco de Cuevas (1519/20-1599). Nessa altura, o marido da única filha de Luísa, Rodrigo Ronquillo (†1616), era regedor de Arévalo, vila com a qual a sua família tinha uma relação antiga, como já vimos.

Como forma de construção de uma linhagem e de um património familiar que se queria sempre acrescido, os membros da nobreza casavam as suas filhas com membros masculinos de famílias que provassem alcançar uma ascendência poderosa ou, como era mais comum, com varões de famílias com as quais já teriam relações anteriores, mantendo o seu património e prestígio longe de ser alterado e sempre perto dos seus descendentes. Ora, descendendo (ambos os progenitores) de linhagens nobres, o casal Sigeia-Cuevas não iria casar a sua única filha com um elemento totalmente alheio à sociedade aristocrática. O casamento de Juana com Rodrigo Ronquillo mostra-nos, pois, que os pais da nubente conheciam o seu futuro marido e os seus ancestrais.

Como privado de Juan Velázquez, o alcaide Ronquillo terá, certamente, visto crescer Francisca de Guevara que, após casar com um humanista, desviando-se do padrão matrimonial da sua família, poderá ter tentado que a sua descendência se voltasse a ligar a grandes famílias oligárquicas. Não tendo provas nem certezas, sabemos apenas que Juana não casaria certamente com alguém de uma condição inferior à sua, como se veio a verificar. Além disso, no expediente de um dos seus filhos (Francisco), a sua mãe, Luísa Sigeia, é nomeada “Doña Luisa Sijea de Velasco”⁴⁰⁶, como já referimos, e descrita como “hija de algo”, filha de “Doña Francisca de Velasco”⁴⁰⁷. No seu testamento, Juana deixa expressa a sua vontade de ser sepultada em Santa María la Real de Arévalo, mosteiro a que a rainha D. Catarina também faz alusão no seu testamento⁴⁰⁸.

Por último, mas não menos importante, importa destacar um pormenor sobre a entrada na corte portuguesa das irmãs Sigeia. Sabe-se que a sua vinda para Lisboa, acompanhando o pai, foi feita para a Casa da Rainha e não directamente para a Casa da infanta D. Maria⁴⁰⁹. Essa transferência, que, para o pai, foi feita da corte da Casa de Bragança para o círculo cortesão da Coroa, poderia ter sido facilitada por D. María de

⁴⁰⁶ “Expediente de pruebas de nobleza y limpieza de sangre, incoado para el ingreso en la Orden Militar de Santiago de los hermanos D. Francisco e D. Gonzalo Ronquillo de Cuevas” in GARCÍA RÁMILA, 1958-1959, nº 147 (1959), p. 579.

⁴⁰⁷ *Ibidem*, p. 579.

⁴⁰⁸ Assim como também refere o Mosteiro da Encarnação, na mesma vila de Arévalo (cf. MENDES, 1989).

⁴⁰⁹ Cf. PINTO, 1996, vol. 1, p. 19.

Velasco, no caso de esta ser avó das duas irmãs. Esta conjectura é formulada apenas com base na hipótese de, nos dois pólos, a Francisca de Velasco ser a mesma, pois não há documentação que refira nenhuma filha da camareira-mor⁴¹⁰. Além disso, apesar de não haver certezas de que a mãe das Sigeia se tenha mudado para terras lusas aquando da vinda da sua prole, esta poderá ser uma hipótese muito plausível, visto haver registo de que foi sepultada em Torres Novas⁴¹¹.

As ligações que aqui desenhámos entre estas três famílias, nunca antes exploradas, são, portanto, várias e, na maioria das vezes, muito subtis, mas existem. Os Velázquez de Cuéllar têm relações matrimoniais definitivamente confirmadas com um ramo de uma das mais altas famílias nobres de Castela, os Velasco. Os Ronquillo apresentam laços políticos e económicos com o lado paterno/varonil desta união e, mais tardiamente, elos matrimoniais com o lado materno/feminino. Estes vínculos são construídos e consolidados durante quatro gerações, desde Juan Velázquez de Cuéllar aos filhos de Juana de Cuevas. Contudo, não consideramos totalmente seguro afirmar, de forma definitiva, que a mãe das irmãs Sigeia é filha da camareira-mor da rainha a qual ambas serviram. Porém, e como aqui procurámos demonstrar, seguindo uma linha não antes explorada pela historiografia sigeiana, esta hipótese é realmente plausível e é a primeira hipótese aprofundada, de que tenhamos conhecimento, sobre a mãe destas duas eruditas.

2.3. Os irmãos, Diogo e António.

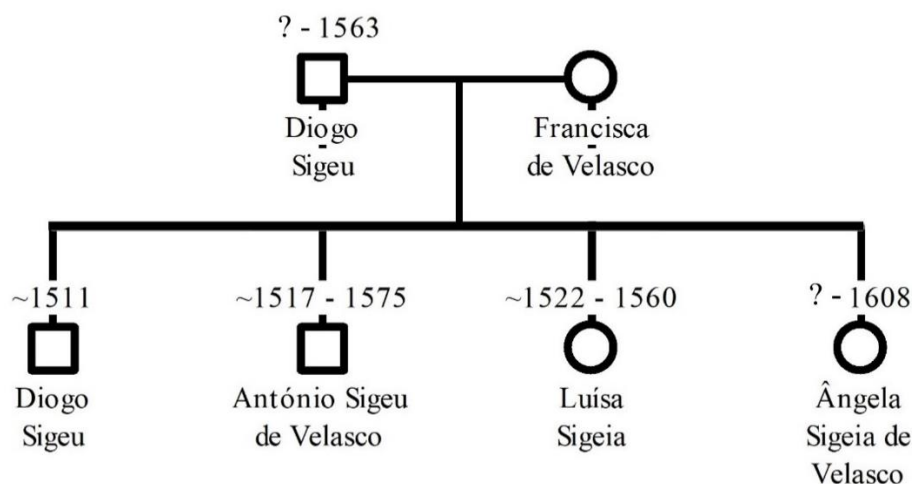
Casados desde 1510⁴¹², Diogo Sigeu e Francisca de Velasco tiveram quatro filhos (**Árvore Genealógica nº 5**): Diogo, António, Luísa e Ângela. A historiografia

⁴¹⁰ Há registo de uma neta (homónima) de D. María de Velasco ter servido na Casa da rainha, assim como um outro neto seu, Francisco de Velasques, pai de Francisca de Mendonça, donzela castelhana com assento num livro de moradias de D. Catarina de 1542 (cf. LOURENÇO, 2012, pp. 44-45).

⁴¹¹ Artur Gonçalves refere, mais do que uma vez, que Francisca jaz sepultada no jazigo do marido, na igreja do Carmo de Torres Novas, o mesmo jazigo onde foi sepultada a sua neta, D. Maria Magdalena de Velasco, filha de Ângela (cf. GONÇALVES, 1933, pp. 228-229, 232, 234 e 496). Ver também COSTA, 1706-1712, t. III (1712), p. 287.

⁴¹² Cf. PÉREZ RAMÍREZ, 1994, p. 161.

sobre os varões é parca, ainda que maioritariamente concordante. Sobre Ângela, a escassez manifesta-se nos múltiplos silêncios que à volta dela persistem⁴¹³.



Árvore Genealógica nº 5: os filhos do casal Sigeu de Velasco

As informações sobre o filho primogénito são dispersas e, por vezes, um pouco confusas. Segundo Pérez Ramírez, Diogo nasceu em 1511, um ano depois da consagração do matrimónio entre o pai e Francisca de Velasco⁴¹⁴. Estudou Teologia em Alcalá de Henares e em Coimbra⁴¹⁵, tendo iniciado a sua formação, pelo menos, em 1526⁴¹⁶. Pertenceu ao Conselho da Universidade de Coimbra em 1545⁴¹⁷. Foi capelão dos duques de Bragança⁴¹⁸ e, em 1552⁴¹⁹, foi nomeado vigário da igreja de São

⁴¹³ Neste pequeno subcapítulo, dedicar-nos-emos apenas aos filhos varões. Para Ângela, a segunda parte desta dissertação procura construir um esboço de biografia que traga luzes ao seu nome (cf. «Segunda Parte: Ângela Sigeia»).

⁴¹⁴ Cf. PÉREZ RAMÍREZ, 1994, p. 161.

⁴¹⁵ Cf. VASCONCELOS, 1994 [1902], p. 90, n. 173; SERRANO Y SANZ, 1903-1905, vol. 2 (1905), p. 395; PÉREZ RAMÍREZ, 1994, p. 161.

⁴¹⁶ Cf. BOURDON e SAUVAGE, 1970, p. 46; ALVES, 1990, p. 59.

⁴¹⁷ Cf. BOURDON e SAUVAGE, 1970, p. 46, n. 60. Prieto Corbalán considera que foi o pai quem pertenceu ao Conselho da Universidade, entre 4 de Maio de 1545 e 21 de Fevereiro de 1546, e não o filho homónimo (cf. PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 48). Contudo, defendemos que foi, efectivamente, o filho Diogo quem fez parte do Conselho, tendo em conta que o pai, nestes anos, estava em Vila Viçosa, a servir o duque de Bragança, D. Teodósio (provavelmente a escrever a sua *Relación*). Luís de Matos, para sustentar esta hipótese, argumenta que o «truque» para distinguir os dois Diogos é o facto de o pai assinar 'Diogo de Sige' (e derivados) e o filho assinar 'Diogo Sigeu', como comprovam as assinaturas numa lista de matrículas dos moços-fidalgos da corte lisboeta e numa acta do Conselho da Universidade, respectivamente (cf. MATOS, 1952, p. 110, n. I). No entanto, ambas as grafias surgem na frutífera documentação conimbricense, sendo que a atribuição do grau de bacharel em Teologia, em 1550, apresenta o apelido que inclui a partícula 'de' ao invés do 'Sigeu' (cf. AUC, Actos e Graus, 1550-1554, vol. 4, fl. 2v. Ver **Anexo Documental nº 10**).

⁴¹⁸ Cf. PÉREZ RAMÍREZ, 1994, p. 161.

⁴¹⁹ Amores Pérez afirma que foi nomeado capelão do duque em 1552 (cf. AMORES PÉREZ, 2008, p. 205), mas ele já o era antes (cf. BARANDA, 2006, p. 6).

Salvador, em Torres Novas⁴²⁰. Em 1572, “tornou-se prior de Unhos, por influência da Casa de Bragança”⁴²¹. Não se conhece o ano do seu falecimento.

É a sua irmã Luísa quem nos fornece informações sobre a sua formação. Na última carta enviada ao papa Paulo III, em 1547, Luísa Sigeia afirma que o seu irmão mais velho iniciou os estudos universitários vinte e um anos antes (ou seja, em 1526), consagrando-os à Filosofia e à Teologia, primeiro na universidade de Alcalá de Henares, e, depois, em Coimbra, recebendo, posteriormente, ordens sacras⁴²².

Na universidade de Alcalá de Henares, o único registo que temos de Diogo é uma prova de curso, datada de 1542, atribuindo-lhe o grau de bacharel em Artes⁴²³. Portanto, dezasseis anos depois de iniciar os seus estudos superiores. Se o jovem Sigeu era bacharel em Artes em 1547, por que razão a sua irmã escreveria que se consagrara à filosofia e teologia? Talvez a sua formação em Coimbra se focasse, de uma forma mais sólida, nessas duas matérias.

A 25 de Abril de 1545, nas *Actas da «oposição» à substituição do Dr. Bartolomeu Felipe lente de cânones*, surge, pela primeira vez, “ho licenciado diogo sigeo”⁴²⁴ como conselheiro da Universidade. Até quase ao final desse ano, a grafia varia pouco. Em dois documentos de Novembro, desponta o apelido com a partícula ‘de’ (“de syge” e “de sige”)⁴²⁵. Contudo, defendemos que se trata da mesma pessoa, pois, no ano seguinte, em Fevereiro de 1546, numa reunião de deputados e conselheiros, “apresentaram [-se] o licenciado Diogo de sigis e o licenciado pero machado os / quais disseram que se queriam fazer mestres em artes em a qual faculdade eram licenciados / que pediam que os amitsem os quais foram admitidos”⁴²⁶.

Em Novembro de 1546, Diogo é eleito conselheiro para o ano lectivo de 1546/1547, mas poderá não ter tomado posse do lugar, visto não ter feito juramento,

⁴²⁰ Cf. ALVES, 1990, p. 59; PÉREZ RAMÍREZ, 1994, p. 161; GOMES, 2003, p. 1105; AMORES PÉREZ, 2008, p. 205; MAREÑÀ, 2014, p. 119.

⁴²¹ ALVES, 1990, p. 59. A historiadora diz que foi beneficiado na mesma igreja (cf. *ibidem*, p. 59). J. Gomes segue a mesma ideia (cf. GOMES, 2003, p. 1105).

⁴²² Cf. “Excerto de Carta ao Papa Paulo III em Julho de 1547” in ANASTÁCIO, 2013, p. 435.

⁴²³ Cf. “Sigeo, Diego” in AHN: UNIVERSIDADES, L.476,Fol.170.

⁴²⁴ “Actas da «oposição» à substituição do Dr. Bartolomeu Felipe lente de cânones” (25.04.1545) in BRANDÃO, 1941-1969, vol. 1 (1941), p. 125. Foi este documento que Matos usou para sustentar a sua tese de que pai e filho assinariam de maneiras distintas.

⁴²⁵ Cf. “Conselho em que se designaram substitutos dos conselheiros ausentes” e “Conselho em que se elegeram os conselheiros para servirem no ano lectivo de 1545-1546”, ambos datados de 23 de Novembro de 1545, in BRANDÃO, 1941-1969, vol. 1 (1941), p. 174.

⁴²⁶ “Conselho de deputados e conselheiros reunido para determinar quem deveria dar os graus aos bachareis em cânones, etc.” (21.02.1546) in *Ibidem*, p. 211.

nem surgir mais na documentação relativa aos anos seguintes. Só em 1549, na lista dos conselheiros para o ano de 1549/1550, é que volta a aparecer, agora como “o mestre diogo de sigij”⁴²⁷. É assim designado, com uma ou outra excepção (onde desaparece o grau académico) até inícios de 1551, onde recebe a designação de bacharel, na eleição de deputados do Conselho para o ano corrente⁴²⁸, terminologia que se estende até 14 de Maio de 1551, último registo da sua actividade no Conselho da Universidade⁴²⁹. Em Abril de 1550, havia concluído o bacharelato em Teologia⁴³⁰.

Se se tratar sempre da mesma pessoa, então, o irmão mais velho de Luísa teria uma educação superior variada. Façamos uma exequível cronologia dos acontecimentos. Em 1542, Diogo terminou o bacharelato em Artes, na universidade de Alcalá de Henares. Entre 1542 e 1545, terá feito a licenciatura em Artes na Universidade de Coimbra, onde foi eleito conselheiro. Em 1546, iniciou o mestrado em Artes, na mesma universidade, que, provavelmente, findaria em 1549. Pelo meio, terá iniciado o bacharelato em Teologia, que concluiu a 23 de Abril de 1550. Em 1552, foi nomeado vigário da igreja de São Salvador de Pinhel, sendo capelão dos duques de Bragança. É uma cronologia muito emaranhada, tendo em conta as diferentes titulaturas apresentadas na documentação, mas não impossível.

A possibilidade de se tratar de pessoas distintas e, por isso, de pai e filho frequentarem a mesma universidade, talvez devesse ser considerada, mas o facto de Diogo Sigeu, na sua *Relación*, escrever que serviu o ducado de Bragança durante vinte anos, terminando esse tempo em 1549/1550, não compreendemos como poderá ter tido lições em Coimbra, exceptuando se tivesse feito o curso com o aval do duque, ao mesmo tempo que o servia. Além disso, Luísa diz-nos que o irmão estudara “na Universidade Complutense, e agora [em 1547] na de Coimbra”⁴³¹, confirmando parte da

⁴²⁷ “Relação dos conselheiros e taxadores do ano de 1549-1550” (11.11.1549) in BRANDÃO, 1941-1969, vol. 2, t. I (1951), p. 161.

⁴²⁸ Surge na lista dos não-lentes, como “o bacharel diogo de sigij” (“Conselho em que se elegeram os deputados para servirem no ano corrente” (03.02.1551) in *ibidem*, p. 248). Curiosa e estranhamente, aparece na mesma data, mas num documento diferente, “o mestre diogo de sigij” (“Conselho em que se elegeram os conselheiros e taxadores para servirem no ano corrente” (03.02.1551) in *ibidem*, p. 224). Talvez os dois Conselhos se tenham reunido no mesmo dia.

⁴²⁹ Cf. “Conselho acerca da data de uma procissão ao Mosteiro de Santa Cruz; da autorização do rei para D. António, filho do Infante D. Luís, e condiscípulos poderem fazer os exames para licenciados e mestres em artes e tomarem graus naquele convento; de assuntos relativos ao Colégio das Artes; etc.” in *ibidem*, p. 253.

⁴³⁰ Cf. AUC, Actos e Graus, 1550-1554, vol. 4, fl. 2v. Ver **Anexo Documental nº 10**.

⁴³¹ “Excerto de Carta ao Papa Paulo III em Julho de 1547” in ANASTÁCIO, 2013, p. 435.

cronologia que propomos. Portanto, as informações de que dispomos sobre Diogo Sigeu (filho) são confusas e difíceis de interpretar, o que não nos impediu de as apresentar.

Sobre o segundo filho do casal Sigeu-Velasco, António, os dados são mais claros e corpóreos, o que nos permite uma construção cronológica do texto. Este outro irmão de Luísa, nascido em 1517⁴³², acompanhou Gaspar Barreiros (1515-1574) na primeira das suas estadias na cúria romana, em 1545⁴³³, segundo as palavras da sua irmã, na epístola para o Papa.

Em 1551, foi oficialmente nomeado escrivão da câmara de D. João III⁴³⁴, cargo que provavelmente já ocupava antes (talvez desde o regresso de Gaspar Barreiros de Roma, em 1549). Em 1556, esteve presente numa reunião do Conselho da Universidade de Coimbra, onde também esteve presente Baltasar de Faria, desembargador do paço⁴³⁵. É provável que Faria tivesse conhecido previamente o irmão de Luísa, quando ambos estiveram em Roma, em 1545, sendo o primeiro, na altura, embaixador de Portugal nessa cidade⁴³⁶. Após a morte de D. João III, António foi escrivão da rainha-regente D. Catarina, que o nomeou secretário de Baltasar de Faria para a empresa de visitaçao e reforma da Universidade, em 1559⁴³⁷, e de D. Sebastião⁴³⁸, podendo ter estado, muito

⁴³² Cf. PÉREZ RAMÍREZ, 1994, p. 161.

⁴³³ E não em 1555, como escreveram Serrano y Sanz (cf. SERRANO Y SANZ 1903-1905, t. II (1905), p. 395), Pérez Ramírez (cf. PÉREZ RAMÍREZ, 1994, p. 161) e Amores Pérez (cf. AMORES PÉREZ, 2008, p. 205). Este erro deve-se ao facto de a carta-resposta de Luísa ao Papa, assinada em 1547, ser datada, pela historiografia anterior a 1970, em 1557. Luísa diz-nos que o irmão estava em Roma (a acompanhar Gaspar Barreiros) desde há dois anos, o que, fazendo as contas, daria então 1555. Como a data da carta foi adiantada em 10 anos, tem que se retirar uma década a esses dois anos antes, resultando em 1545. Contudo, segundo Bourdon e Sauvage, Gaspar Barreiros (1515-1574) só chegou a Roma em 1546, onde permaneceu até 1549. Os autores franceses, que se apoiaram em Diogo Barbosa Machado, esclarecem que Gaspar Barreiros esteve por duas vezes em Roma: a primeira, entre os anos 1546 e 1549, a mando do infante D. Henrique, recém-nomeado cardeal, e a segunda entre 1561 e 1564 (cf. BOURDON e SAUVAGE, 1970, p. 50, n. 81). Se a datação da carta fosse comprovada em 1547, e confiando nas palavras da erudita, então, a ida de Gaspar Barreiros para Roma teria de ser corrigida para 1545. Em alternativa, há também a possibilidade de a carta ser de 1548, e não de 1547, sabendo-se certa a data da estadia de Gaspar Barreiros em Roma.

⁴³⁴ Cf. ANTT, Chancelaria de D. João III, *Doações e Mercês*, lv. 66, fl. 248v. Ver **Anexo Documental nº 1**.

⁴³⁵ Cf. “Conselhos, l. 2.º, 1553-1557, 4.ª parte, cad. de 1556-57, fl. 2v-4” in DIAS, 1964, p. 61. Ver **Anexo Documental nº 11**.

⁴³⁶ Baltasar de Faria desempenhava estas funções desde 1542 e até 1551 (cf. *Corpo Diplomático Português*, 1862-1891, vol. V (1874), vol. VI (1874) e vol. VII (1874); MARQUES, 1976; e GOMES, 2000). Também a rainha comunicou com o embaixador português, por outro motivo que não a diplomacia: “[A rainha] Protege Francisco de Holanda, por indicação de quem escreve, em Janeiro de 1545, ao embaixador de Portugal em Roma, Baltasar de Faria, transmitindo-lhe uma pormenorizada encomenda de materiais de pintura” (JORDAN, 1994, pp. 13-14).

⁴³⁷ Cf. “Registo das provisões, t. 1º, fl. 196v-197” in DIAS, 1964, p. 50. Ver **Anexo Documental nº 12**.

⁴³⁸ Cf. ALVES, 1990, p. 59.

provavelmente, ao serviço do cardeal-infante D. Henrique, durante a menoridade do rei-menino.

Em 1564, em meados do período de regência do cardeal-rei, D. Henrique, foram publicadas três leis escritas com a sua pena⁴³⁹: a *Ley das patacas*⁴⁴⁰, *que se costumam laurar & bater em Alemanha*, de 9 de Fevereiro⁴⁴¹; *Ley de como se am de mondar os pães*, de 12 de Fevereiro; e *Ley da passagem dos gados pera castela*, de 17 de Julho⁴⁴². Terá falecido no primeiro semestre de 1575⁴⁴³, pois Isabel Carreira⁴⁴⁴, sua mulher, de quem nada sabemos a não ser o nome, começou a receber os 8.000 reais anuais, a respeito dos serviços cortesãos do marido, a 10 de Agosto desse ano⁴⁴⁵.

Antes de analisarmos a carta em si, perscrutemos a forma como a erudita refere os seus parentes de berço. Para tal, teremos de observar a carta no seu conjunto⁴⁴⁶:

“Tenho dois irmãos, um mais velho, que sob idênticos auspícios foi comigo instruído em diversas línguas, consagra-se, depois, ao longo de 21 anos à Filosofia e à sagrada Teologia na Universidade Complutense, e agora na de Coimbra, tendo recebido ordens sacras em confirmação da sua piedade e costumes. Tenho um outro irmão, mais novo, o qual, já há dois anos a residir na cúria de Vossa Santidade nos aposentos de nobre Gaspar Barreiros, um cavalheiro muito meritório pelas letras e pelas qualidades; moço não só moderadamente versado nas letras latinas e nas artes das Musas mas também na arte de escrever, foi enviado para aprender em profundidade os assuntos da Cúria. Que a este se digne Vossa Santidade mandar admitir na Sua Família, assegurando uma condição de vida que conviria ao irmão da Poliglota Sigeia; que ao outro, na verdade, se digne Vossa Santidade em plenitude da autoridade apostólica distinguir e cumular com benefícios eclesiásticos por qualquer meio que lhe aprouver.

Pois que se [Vossa Santidade] me tiver sido concedido isto, um homem provido pelas letras e pelas qualidades será levado a servir muito ferverosamente a Deus,

⁴³⁹ Cf. ANSELMO, 1926, p. 324 (n.ºs 1162, 1163 e 1165).

⁴⁴⁰ Moeda de prata.

⁴⁴¹ Disponível em <http://purl.pt/14673>.

⁴⁴² Esta lei contou com duas edições distintas, cujas diferenças passam pela grafia e pela decoração da capitular. A Biblioteca Nacional de Lisboa tem as duas edições disponíveis *online* e catalogadas com títulos ligeiramente diferentes: “Ley da pasagem dos gados pera castela” (<http://purl.pt/14567>) e “Lei da passagem dos gados para fora destes reinos” (<http://purl.pt/21961>).

⁴⁴³ Pérez Ramírez diz que António tinha sido notário da Misericórdia de Lisboa, mas não há qualquer registo da ocupação desse cargo (cf. PÉREZ RAMÍREZ, 1994, p. 161).

⁴⁴⁴ Cf. VITERBO, 1903, pp. 74-79.

⁴⁴⁵ Cf. ANTT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, *Doações*, lv. 33, fl. 244v. Ver **Anexo Documental n.º 13**.

⁴⁴⁶ Note-se que o que chegou até nós é apenas um excerto da epístola de resposta ao Sumo Pontífice. Não se conhece a carta completa, onde se incluiria a data da sua redacção/emissão, mas este fragmento revela-se precioso para conhecer a vida dos irmãos da poliglota. Infelizmente, não há referências à irmã, Ângela.

e como muitas outras vezes antes, a [fama] da generosidade de Vossa Santidade estender-se-á bastante longe, e logo que nos tiver tornado felizes a mim e aos meus, dia algum nos arrependemos nem do trabalho nem do sacrifício dedicado às artes liberais”⁴⁴⁷.

Exceptuando os traços que evidenciam a excessiva confiança – que roça a sobranceira – da personalidade humanista desta jovem mulher, é possível denotar a diferença de tratamento afectivo entre os três irmãos. Se observarmos com atenção, Diogo, o irmão mais velho, poderia ser, aparentemente, o elo mais próximo de Luísa (ou com quem ela mais se identificava). Ele, que aprendeu as línguas clássicas «sob idênticos auspícios» que ela, e que, durante anos, se consagrou ao estudo, tal como ela. Para ele, ela apenas pedia um qualquer benefício eclesiástico que lhe pagasse todo aquele esforço que o consumira durante anos; numa palavra: uma recompensa (algo que ela iria sempre ambicionar).

António parece surgir como um irmão mais novo. De facto, Luísa refere que ele é mais novo, mas não há maneira de perceber se é o mais novo dos dois varões ou se é mais novo do que ela. Este, que vivia em Roma por esta altura, tinha conhecimentos das línguas clássicas, de música e de caligrafia, mas Sigeia pretendia, para ele, uma qualquer condição digna de atribuir a um «irmão da Poliglota Sigeia»⁴⁴⁸. Portanto, para ela, António tinha qualidades apreciáveis, ainda que moderadas, mas era a sua ligação genética com Luísa que imperava no momento de alcançar um determinado objectivo. Em poucas palavras, Diogo tinha mérito, António era um irmão com alguns conhecimentos. Ângela não é, sequer, mencionada⁴⁴⁹.

Não há, por isso, uma forma de estabelecer (e, por isso, de compreender) as relações afectivas que, verdadeiramente, os quatro mantinham – ou não mantinham. Mais do que os dados biográficos dos irmãos, Luísa elucida-nos sobre a sua própria personalidade, sedenta de reconhecimento. O seu auto-elogio faz dispersar a humildade que usa para pedir favores para os irmãos, como se essas indulgências fossem mais fogo-de-vista do que uma verdadeira vontade de melhorar a sua condição (condição que, note-se, era muito favorável para ambos). Pondo de lado esta constatação, importa

⁴⁴⁷ “Excerto de Carta ao Papa Paulo III em Julho de 1547” in ANASTÁCIO, 2013, pp. 435-436.

⁴⁴⁸ É esta afirmação que nos faz pensar que, talvez, António fosse mais novo do que Luísa, mas são apenas suposições.

⁴⁴⁹ Abordamos a vida desta personagem na Segunda Parte desta tese.

apenas referir que esta carta foi a primeira epístola de Luísa que não obteve qualquer tipo de resposta⁴⁵⁰, algo que se iria repetir mais tarde, nos últimos anos da sua vida⁴⁵¹.

⁴⁵⁰ Cf. PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 62.

⁴⁵¹ Sobre estes assuntos, cf. subcapítulo 3.4.: «De volta a Espanha: uma nova família e os últimos anos de vida».

3. Luísa: percursos de uma mulher humanista

3.1. A mudança da família Sigeia para terras lusas

A vinda da família Sigeia para Portugal está também envolta em incertezas. O ano de 1542 foi – e tem sido – durante anos, um dos pontos-chave na (re)construção da vida de Luísa. Acompanhando o de 1530, o segundo ano da década de quarenta legitimava a imagem da menina-prodígio erguida em torno da erudita, alimentando (erradamente) a ideia de que Luísa entrara ao serviço da infanta D. Maria com apenas 12 anos, mas já com grande fama de excelente latinista.

Sendo a historiografia sigeiana feita de hipóteses, essas hipóteses podem ser assimiladas, debatidas sem se chegar a um consenso ou, até, postas de lado, sem receberem as atenções que, por vezes, deveriam⁴⁵². Apesar de se terem lançado novas luzes (e mais realistas) sobre os anos da mudança da família para Portugal, a padronização do ano de 1542 obscureceu essas luminescências, que brotaram sem dar fruto. Repetido vezes sem conta, fixou-se o ano da mudança da família em 1542, mesmo com olhares diferentes e novas perspectivas a nascerem por entre estes campos minados. Nem o marco historiográfico assinalado em 1970⁴⁵³ gerou o mesmo efeito que desencadeou, por exemplo, a nova datação do nascimento de Luísa. Ora vejamos.

Até 1970, o ano da mudança da família Sigeia para Portugal era 1542. Esta era uma certeza⁴⁵⁴. Contudo, com a publicação do excerto da *Relación* de Diogo Sigeu, por Luís de Matos⁴⁵⁵, alguns autores (poucos) assumiram que, de facto, Diogo teria vindo para terras portuguesas em 1522, acompanhando D. María Pacheco, mas que a família só se lhe juntou mais tarde, não considerando um ano exacto para essa reunião. São os estudos de Léon Bourdon e Odette Sauvage, publicados, precisamente, em 1970, que

⁴⁵² Concordamos com Nieves Baranda, quando esta reconhece que:

“Escribir la biografía de Luisa Sigea condena a emplear constantemente los términos *antes y después*, no por su vida, sino por lo que los estudiosos han ido aprendiendo sobre la misma, cambiando los datos a medida que se añadían referencias, documentos, deducciones” (BARANDA, 2008, p. 132).

⁴⁵³ Referimo-nos ao estudo conjunto de Léon Bourdon e Odette Sauvage (cf. BOURDON e SAUVAGE, 1970).

⁴⁵⁴ Carolina Michaëlis de Vasconcelos ainda sugere o ano de 1543, mas a sugestão é fruto de uma contradição que a própria, muito provavelmente de forma inconsciente, faz (cf. VASCONCELOS, 1994 [1902], pp. 39, 89-90, n. 157). Em 1958, García Rámila apontava o ano de 1532 para o ano de mudança de toda a família, mas não apresentava qualquer justificação para a sua ideia (cf. GARCÍA RÁMILA, 1958-1959, nº 144 (1958), p. 312).

⁴⁵⁵ Cf. MATOS, 1956, pp. 39-41. A *Relación* já tinha sido publicada antes, por Rodríguez Villa, mas essa edição era anónima, não permitindo, portanto, nenhuma alteração à cronologia sigeiana.

sugerem uma nova data⁴⁵⁶. A sua proposta é simples: Diogo veio, efectivamente sozinho, em 1522, para Portugal, acompanhando a sua senhora no exílio, mas a sua família juntou-se-lhe quando este conseguiu estabilizar a sua situação financeira em Portugal, o que ocorreu em 1530, ao integrar a corte dos duques de Bragança, e não 12 anos depois, em 1542, na corte régia. Só assim fariam sentido as palavras de Luísa ao rei Filipe II de Espanha: “Aunque soy toledana de nacimiento, no obstante, crecí entre los lusitanos y tengo mis ancestros entre los galos. Gracias a mi padre y a mis otros preceptores tengo un conocimiento nada mediocre de las lenguas latina, griega, hebrea, caldea y árabe”⁴⁵⁷.

A importância das palavras de Luísa é notória. A erudita, nesta carta endereçada ao filho de Isabel de Portugal e Carlos V, resumiu a sua vida, naquilo a que Prieto Corbalán chamou verdadeiro *curriculum vitae*, e a primeira competência que opta por apresentar é a educação linguística pela mão do seu próprio pai, ao lado de outros preceptores, que, note-se, não são enunciados. Confiando nas suas palavras⁴⁵⁸, e conhecendo os princípios educacionais seguidos no século XVI, então a jovem teria passado os seus primeiros anos de ensino (normalmente, por volta dos seis anos⁴⁵⁹) junto do pai, que lhe ensinou não só as primeiras letras clássicas, como também a introduziu nas línguas orientais. Para tal, Luísa, nascida até 1522, não poderia juntar-se ao pai em 1542, quando tinha já 20 anos, para iniciar a sua educação. Essa teria que começar, no mínimo, em 1528, quando a futura poliglota contava seis anos. Mas, como a situação financeira de Diogo só se estabilizou em 1530, a filha só se poderia reunir com o pai nesse ano, quando tinha oito anos, idade não muito tardia para a aprendizagem das letras clássicas. Caso se confirmasse que o convite para integrar a

⁴⁵⁶ Cf. BOURDON e SAUVAGE, 1970, pp. 45-46. Sauvage, na sua edição do *Colloquium*, resume a ideia a um parágrafo, destacando-se o seguinte: “En 1530, il [Diogo Sigeu] acepta de devenir précepteur des fils de D. Jaime, duc de Bragance, et la sécurité matérielle que lui assure cet emploi lui permet de faire venir auprès de lui sa femme et ses quatre enfants dont Louise était la cadette. L’enfant [Luísa] était, à son arrivée au Portugal, âgée de huit ans [...]” (SIGEA, 1970, p. 16).

⁴⁵⁷ “Carta dirigida a Felipe II (año 1559)” in PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 119. Sublinhado nosso. Luísa até poderia apelidar-se «toledana» como forma de resistência sob a pressão da sociedade de corte em que se inseria. Toledo foi a última cidade da resistência comunera e o pai, Diogo, também só começou a usar o epíteto de «toledano» quando se exilou em Portugal. Portanto, o facto de Luísa usar a derivação feminina do mesmo epíteto que o pai pode ter que ver com a transmissão da sua memória – foi ele o homem que a tornou naquilo que ela era – e, ao mesmo tempo, com a melancólica rebeldia que nela sobrevivia.

⁴⁵⁸ Luísa já referira, numa outra carta, esta a Alonso de Cuevas, seu cunhado, a proximidade educacional que mantinha com o pai: “[...] mi padre [...] quien fue mi preceptor en muchos de mis estudios [...]” (“Carta enviada a Alonso de Cuevas (años 1554-1555)” in *Ibidem*, p. 107).

⁴⁵⁹ Entre outros, veja-se parte do prefácio de Américo da Costa Ramalho à segunda edição da obra de Carolina Michaëlis de Vasconcelos (cf. VASCONCELOS, 1994 [1902], pp. XV-XVI).

Casa de Bragança tivesse sido aceite por Sigeu em 1529, então, faria sentido a mudança física em 1530. Por outras palavras, Sigeu aceitaria o cargo em 1529, ano em que chamaria a família, e todos se mudariam para Vila Viçosa, onde assentariam raízes, em 1530. Parece-nos um exercício lógico muito plausível.

Portanto, de acordo com Bourdon e Sauvage, a família Sigeia (mãe e quatro filhos) juntar-se-ia ao pai, Diogo, em 1530, em Vila Viçosa, na corte dos duques de Bragança, cujo titular era, então, D. Jaime. Por estes anos, os corredores do Paço Ducal eram palmilhados não só pelos dois descendentes do primeiro casamento do duque (D. Teodósio e D. Isabel), mas também pelos filhos do segundo matrimónio (D. Joana, D. Jaime, D. Constantino, D. Fulgêncio e D. Teotónio), enlace celebrado uma década antes, em 1520⁴⁶⁰. Luísa e os irmãos cresceriam, por isso, numa corte humanista, educados por um pai humanista, ao lado de preceptores humanistas, num ambiente de cultivo das letras, música e demais saberes humanistas.

Esta hipótese, singular e inovadora, não causou, como já referimos, nenhuma reacção em cadeia, como acontecera com a nova proposta de datação do nascimento da Sigeia, despontada pelas penas dos mesmos autores. A nova hipótese apenas pontilhou, muito timidamente, alguns textos, onde, por vezes, surgiu de forma muito subtil; 1530 não se impôs como 1542, que se tornara, como vimos, a data-padrão⁴⁶¹. Curiosamente, em vez de introduzir e ponderar esta nova proposta⁴⁶², a historiografia lançou uma outra, afirmando que a mudança da família Sigeia para Portugal teria acontecido entre os anos de 1536 e 1538. Esta segunda hipótese foi sugerida por Prieto Corbalán⁴⁶³. Um dos motivos que levaram esta autora a ponderar estes anos prendem-se com um

⁴⁶⁰ Não são conhecidas as datas de nascimento das outras três filhas de D. Jaime e D. Joana de Mendonça: D. Eugénia (†1559), D. Maria (†1586) e D. Vicência (†1603) (cf. GONÇALVES, 2013).

⁴⁶¹ Excluem-se os textos de Paul Teyssier (cf. TEYSSIER, 1984, p. 823), J. Pereira Gomes (cf. GOMES, 2003, p. 1105) e Maria Teresa Santos (cf. SANTOS, 2017, p. 233, n. 5), que expõem a data de 1530 sem hesitar. Gabriel de Paiva Domingues (cf. DOMINGUES, 1975-1976, p. 57) e Ana Maria Alves (cf. ALVES, 1990, p. 59), não identificando o ano de 1530, sugerem que a família se reuniu em Portugal nos anos depois de Diogo aceitar o cargo na Casa de Bragança.

⁴⁶² Destaque-se, como excepção, as considerações de Nieves Baranda, que, depois de afirmar que a reunião familiar acontecera pós-1530, escreve: “Estas afirmaciones [sobre a infância e educação de Luísa, proclamadas no excerto da carta para Filipe II que já citámos] solo podemos entenderlas si la familia Sigea se reunió en Portugal poco tiempo después de la marcha del padre. Eso le permite a Luisa decir que había crecido entre los lusitanos, lo que no sería aceptable de haber llegado a ese país con más de diez años” (BARANDA, 2008, p. 133). Portanto, Nieves Baranda não segue, incontestavelmente, o ano de 1530, mas dá um prazo limite para a mudança da família: 1532.

⁴⁶³ Cf. PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 48.

testemunho prestado por Pedro Cano de Pernía, aquando das provas de limpeza de sangue de um neto de Luísa, D. Gonzalo Ronquillo⁴⁶⁴, que:

“dijo que «al capitán Juan Cano, tío suyo, le oyó decir muchas vezes ser [Luisa Sigea] de jente honrada y calificada, y por serlo tanto pretendió casarse con ella y ansimismo es mui notorio aver sido vezina y natural desta dicha villa la dicha Doña Luisa Sigea de Velasco»”⁴⁶⁵.

Como não tivemos acesso ao documento, não conseguimos perceber se esta proposta de casamento, referida por alguns autores, aconteceu mesmo no período de tempo compreendido entre os anos de 1536 e 1538, como nos diz Prieto Corbalán, visto não haver referência a nenhuma destas datas. A autora acrescenta ainda que a vinda da família teria acontecido após a morte do duque D. Jaime, sendo que o novo titular da Casa de Bragança, D. Teodósio, se comprometeria a manter Sigeu no seu círculo humanista (isto é, mantinha-lhe o emprego), o que o levou a chamar a família para junto de si⁴⁶⁶. Esta segunda hipótese de datação foi seguida e aprofundada por Amores Pérez⁴⁶⁷, que refere, até, o casamento de D. Isabel de Bragança (a.1512-1576) com o infante D. Duarte (1515-1540), em 1537, como a altura em que a família Sigeia se juntou ao pai, em Portugal⁴⁶⁸, e por Sofia Frade, que evoca um “around 1536”⁴⁶⁹ para datar esta reunião.

Sendo (ainda) uma questão em aberto, esta não é, porém, muito discutida. Talvez a profunda lacuna documental, que se atesta temporalmente entre 1522 e 1543, seja uma das razões para a ausência de um tão necessário debate. As únicas certezas documentadas que existem para esse período cronológico podem ser resumidas apenas numa frase: Sigeu entrou em Portugal em 1522, mudou-se para Vila Viçosa em 1530 e as filhas, Luísa e Ângela, venceram o primeiro assento na corte régia em 1543. Sentindo que esta é uma questão importante para compreender a vida destas duas “hermanas y doctíssimas”⁴⁷⁰, assim como as circunstâncias em que se desenvolveu a personalidade eternamente inconformada de Luísa, e que seriam certamente as mesmas em que se mapeou a vida de Ângela, propomo-nos, aqui, aprofundar a hipótese sugerida por

⁴⁶⁴ Já fizemos referência a este D. Gonzalo, no capítulo 1: «O ano e lugar de nascimento de Luísa Sigeia, uma revisão necessária».

⁴⁶⁵ *Ibidem*, p. 56. Note-se que, neste testemunho, o nome de Luísa inclui o apelido materno, Velasco.

⁴⁶⁶ Cf. *ibidem*, p. 56.

⁴⁶⁷ Cf. AMORES PÉREZ, 2008, p. 224. Mareñà segue Amores Pérez, no capítulo biográfico de Luísa (cf. MAREÑÀ, 2014, p. 120).

⁴⁶⁸ Cf. AMORES PÉREZ, 2017, p. 31. O casamento celebrou-se em Vila Viçosa, em 1537.

⁴⁶⁹ Cf. FRADE, 2016, p. 51.

⁴⁷⁰ PACHECO, 1675, lv. II, fl. 94v.

Bourdon e Sauvage, de que D. Francisca de Velasco e os seus quatro filhos – Diogo, António, Luísa e Ângela – vieram juntar-se ao marido e pai, Diogo Sigeu, em Vila Vilosa, em 1530.

Relembremos as razões apresentadas pelos autores franceses que sustentam esta hipótese. Antes de voltar para Espanha, em 1555, Luísa escreveu uma carta ao cunhado, Alonso de Cuevas, lamentando que o seu estatuto de “*mujer destinada a un destino poco común*”⁴⁷¹, filha de um pai que foi seu preceptor, não seja uma vantagem para o marido, Francisco⁴⁷². Em 1559, numa carta desesperada para o monarca espanhol, Filipe II, Sigeia volta a frisar a importância e primazia que o pai teve na sua educação humanística⁴⁷³. Se o papel de Diogo, na primeira instrução da filha, foi, dessa forma, tão preponderante, então, esta teria que estar sob a sua tutela numa idade bastante jovem. Nieves Baranda, que, como já referimos, segue subtilmente esta linha de pensamento, esclarece que, para este tipo de ensinamentos, a criança, que teria nascido em 1522, não poderia estar apartada do progenitor mais do que dez anos⁴⁷⁴. Portanto, e coligando estas reflexões, faria todo o sentido Luísa juntar-se ao pai-preceptor numa altura em que este estivesse numa situação desafoçada – a sua integração no Paço Ducal de Vila Viçosa poderia ser a materialização dessa estabilidade, o que justificaria a partida da sua família de Espanha ao encontro do patriarca, em terras alentejanas.

Assim, se tivesse chegado a Vila Viçosa em 1530, com apenas oito anos, Luísa poderia escrever, sem hesitações, que crescera em Portugal, “*entre los lusitanos*”⁴⁷⁵. Essa firmeza de palavras só faria sentido se a erudita tivesse vindo muito jovem para terras portuguesas, como aconteceria neste caso. Aliás, o termo «lusitanos» referir-se-á, muito presumivelmente, ao universo brigantino. As ligações que existem entre os membros da família Sigeia e a Casa de Bragança são próximas⁴⁷⁶ e prolongam-se no tempo⁴⁷⁷. Essas ligações seriam, naturalmente, resultado de uma convivência imediata, pautada por uma infância e adolescência passadas num dia-a-dia ducal, que transpirava

⁴⁷¹ “Carta enviada a Alonso de Cuevas (años 1554-1555)” in PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 107.

⁴⁷² Cf. *ibidem*, p. 107.

⁴⁷³ Cf. “Carta dirigida a Felipe II (año 1559)” in *Ibidem*, p. 119.

⁴⁷⁴ Cf. BARANDA, 2008, p. 133.

⁴⁷⁵ “Carta dirigida a Felipe II (año 1559)” in PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 119.

⁴⁷⁶ Relembremos que o pai das Sigeia foi mestre do duque e dos seus irmãos, tendo ensinado também os seus sobrinhos, D. Catarina e D. Duarte (e, talvez também, D. Maria). Posteriormente, o irmão mais velho, Diogo, tornar-se-ia capelão dos duques.

⁴⁷⁷ Esta continuidade personifica-se no matrimónio e descendência de Ângela Sigeia, de quem falaremos na Segunda Parte. Referiremos, a título de exemplo, a correspondência intensa que a música trocava com D. Catarina, filha da duquesa D. Isabel, e futura candidata ao trono, na crise sucessória de 1580.

um ambiente de etiqueta, influência e poder, componentes essenciais de uma corte que secundava a da Casa real⁴⁷⁸.

Contudo, a reunião de Luísa com o pai em 1530 não significa que, durante os anos que permaneceu em Tarancón, a criança não tenha tido qualquer espécie de contacto com as letras, antes pelo contrário. Muito provavelmente, os seus irmãos, principalmente o mais velho, teriam ao seu cuidado, em substituição do próprio pai (quando este entrou ao serviço de D. María Pacheco⁴⁷⁹), mestres como Juan de Vergara, por exemplo, a quem Luísa terá enviado uma carta aquando da sua integração na Casa da rainha D. Catarina, recebendo copiosos elogios em resposta⁴⁸⁰. Além disso, quando ainda sem mestres, provavelmente a sua mãe ter-lhe-á dado a conhecer as primeiras letras, fosse de forma lúdica, fosse com o intuito de a introduzir nos estudos (ou ambos), papéis de que a progenitora também terá sido legatária⁴⁸¹.

Assim, considerando estes argumentos e reflectindo sobre estas eventualidades, defendemos que esta é uma hipótese muito plausível e, por isso, susceptível de uma ponderação atenta. Existem, todavia, outras condicionantes que nos levam a crer nesta possibilidade, e essas prendem-se com a mudança para a corte régia. Julgamos que a família Sigeia se reuniu em Vila Viçosa em 1530 e que, aquando do casamento de D. Isabel e D. Duarte, realizado, precisamente, no Paço Ducal, em 1537, Luísa e Ângela terão sido integradas no séquito da noiva e com ela se terão mudado para Lisboa (1537/1538). Posteriormente, e talvez com provas dadas na corte, teriam sido transferidas para a Casa da rainha, em definitivo, pelo menos, em 1543, segundo atesta a documentação. Este encadeamento dos acontecimentos poderá ser uma alternativa interessante à proposta que ainda hoje vigora, e que se prende com a reputação de Luísa, que desenvolveremos mais adiante.

⁴⁷⁸ Apesar de ser referente ao rei e à corte régia, as palavras de Francisco de Monçon também podem ser aplicadas neste caso: “assim nos demonstra a experiência: que os príncipes e grandes senhores não têm por seus privados a quem mostram amor e fazem crescidas mercês senão aos que se criaram e andam com eles” (MONÇON, 1544, cap. XIV, fl. 41v. Cit. por BUESCU, 2007a, p. 242).

⁴⁷⁹ Provavelmente, em 1518, como já considerámos no subcapítulo 2.1.: «O pai, Diogo Sigeu».

⁴⁸⁰ Cf. “Carta de un escolástico toledano a Luisa Sigea (1542)” in PRIETO CORBALÁN, 2007, pp. 147-149. Falaremos sobre esta carta mais adiante.

⁴⁸¹ Mesmo que a hipótese da ascendência materna que desenvolvemos no subcapítulo 2.2. não se verifique, é quase certo que a mãe das Sigeia tivesse uma educação humanista, ainda que pouco expressada, pois o seu apelido carregava um peso linhagístico que lhe permitiria essas asas.

3.2. A vida na corte: Vila Viçosa e Lisboa

Terá sido nos inícios da década de 30 do século XVI que, pela primeira vez, Luísa Sigeia contactou com uma materialização do conceito de *corte*. Como vimos, o seu pai fora chamado a ensinar os filhos do duque de Bragança, D. Jaime, em Vila Viçosa, para onde terá chamado a família, que se mantinha a residir em Espanha. Sabemos que Luísa já desenhava as letras clássicas, muito provavelmente ensinada pelos mestres dos irmãos mais velhos, quando viajou com a mãe, irmãos e irmã para terras alentejanas, a fim de se reunir com o pai. A erudição e os estudos humanísticos faziam já parte do seu universo de menina, rodeada de saberes que lhe adivinhavam um destino pouco comum.

A sua presença na corte brigantina não terá, certamente, causado um impacto desmedido no dia-a-dia ducal; mas o inverso terá seguramente acontecido. Com oito anos, Luísa envolvia-se num ambiente privilegiado, repleto de conhecimento, que protegia e incentivava o cultivo dos saberes. Enquanto adquiria um conhecimento excepcional das letras clássicas e orientais, Luísa crescia na convivência de mulheres (e alguns homens) superiores à sua condição social, incorporados num ambiente protocolar que traduzia poder. A sua ligação com os filhos de D. Jaime, nomeadamente com D. Isabel (a.1512-1576), ter-se-á revelado próxima, o que lhe terá proporcionado um lugar no séquito da noiva, aquando do casamento de D. Isabel com o infante D. Duarte (1515-1540), em 1537⁴⁸².

O casamento de D. Isabel, irmã de D. Teodósio, com o infante D. Duarte, irmão do rei D. João III, celebrou-se no Paço Ducal de Vila Viçosa em Abril de 1537, com muita pompa e circunstância. Nele, esteve presente a mais alta figura do reino, que se destacou pelo traje incomum, mas majestático, para a ocasião⁴⁸³. Mas a rainha D. Catarina não esteve presente, tal como a irmã do rei, a infanta D. Maria⁴⁸⁴. Ao momento de festa, de celebração da vida, juntava-se um outro momento, o do luto e da perda. No início desse ano, morrera o infante D. Dinis, com menos de dois anos, e, três meses depois, precisamente em Abril, faleceria o príncipe D. Manuel, criança de quase cinco

⁴⁸² Sobre o casamento da infanta-duquesa D. Isabel e o infante D. Duarte, cf. SOUSA, 1735-1748, t. III (1737), p. 430.

⁴⁸³ Contrariamente ao luxo vangloriado nos trajes dos presentes, o monarca “ia vestido de forma austera, sem qualquer emblema ou insígnia, ostentando apenas uma espada de ouro” (BUESCU, 2007a, p. 262). Provavelmente, transmitindo o sentimento e as preocupações políticas que lhe atravessavam o pensamento, causadas pela morte de mais dois filhos, um deles, o príncipe herdeiro D. Manuel.

⁴⁸⁴ Seria, provavelmente, neste ano que o rei lhe daria Casa apartada da Casa real, “começando, então, a pagar-lhe uma tença anual para seu sustento” (PINTO, 1996, vol. 1, p. 63).

anos e meio, jurada herdeira em 1535. A rainha, grávida de sete meses, daria à luz o infante D. João, no terceiro de Junho, dois meses antes de a corte abandonar Évora⁴⁸⁵. Compreende-se, por isso, a ausência da soberana e da infanta D. Maria, que a acompanhava, ainda – e para sempre – por casar. Desta forma, D. Catarina só conheceu as jovens mulheres da família Sigeia após a deslocação da corte de Évora para Lisboa. Por isso, esta integração no séquito da infanta-duquesa seria o patamar ideal para alcançar uma vida na corte régia. Após o matrimónio, D. Isabel e D. Duarte mudaram-se com a corte para Lisboa, onde a infanta-duquesa deu à luz duas meninas: Maria, nascida a 8 de Dezembro de 1538, e Catarina, a 18 de Janeiro de 1540⁴⁸⁶. O infante faleceu prematuramente em Outubro desse ano e o terceiro e último filho do casal, herdeiro do nome do pai, nasceu póstumo, em Março de 1541, em Almeirim⁴⁸⁷.

Quando revemos a historiografia sigeiana na procura pelas razões que levaram as duas irmãs a integrarem a corte portuguesa, as vozes mais estridentes, unidas em unísono, explicam que a sua erudição era tão afamada que chegou aos ouvidos da rainha, que as convidou a mudarem-se para o Paço da Ribeira. Porém, temos de atentar num aspecto importante: hipoteticamente, a fama de Luísa não seria ainda tão notória nessa altura, pois o momento que a tornaria célebre só aconteceria anos depois, nos primeiros da sua estadia na corte régia, corporizando-se no enaltecimento da carta de cinco línguas enviada ao papa Paulo III (1468-1549)⁴⁸⁸. A carta poliglota endereçada ao Sumo Pontífice foi escrita “na corte do mui invicto Rei de Portugal, no ano do Senhor de 1546”⁴⁸⁹ e o primeiro vencimento na Casa da rainha foi assinado em 1543. Logo, o momento que lhe alcançou a fama ocorreu três anos após a integração na Casa da rainha, o que não justificaria um convite prévio baseado no elogio tecido pelos inúmeros humanistas (portugueses e estrangeiros). Portanto, é muito provável que a soberana já tivesse estabelecido algum contacto com a jovem erudita antes de esta entrar ao seu serviço, serviço esse que Luísa poderia ter claramente iniciado aquando do matrimónio de D. Isabel com D. Duarte e a consequente passagem do casal para Lisboa.

Após a morte do marido, em Outubro de 1540, D. Isabel e as filhas estabeleceram-se na corte, em aposentos contíguos aos da rainha D. Catarina. Segundo

⁴⁸⁵ Para uma cronologia mais detalhada, cf. BUESCU, 2007a; BUESCU, 2008; POLÓNIA, 2005.

⁴⁸⁶ Cf. SOUSA, 1735-1748, t. III (1737), pp. 431 e 441.

⁴⁸⁷ Cf. SOUSA, 1735-1748, t. III (1737), pp. 431, 437 e 441; e GÓIS, 1949-1955, parte III (1954), p. 280.

⁴⁸⁸ O seu pontificado iniciou-se em 1534.

⁴⁸⁹ “Carta enviada ao Papa Paulo III juntamente com o poema *Sintra*” in ANASTÁCIO, 2013, p. 434.

vários testemunhos, as três mulheres “ocupavam lugares de destaque”⁴⁹⁰ junto da consorte, usufruindo de privilégios reservados às figuras mais íntimas da pessoa real, acompanhando a soberana nas suas idas à missa em “dias de festa”⁴⁹¹, possuindo a liberdade de passar “sem avisar do quarto da mãe ao da Rainha”⁴⁹², e assistindo, também, “ao seu vestir e deitar”⁴⁹³. A proximidade de D. Isabel com D. Catarina implicou, num primeiro momento, a criação de ligações entre as damas da Casa da rainha e as damas da infanta-duquesa e, possivelmente, mais tarde, a troca ou incorporação de mulheres de/entre ambos os lados. Assim, D. Isabel teria disponibilizado, para o serviço da rainha e, provavelmente, a pedido da mesma⁴⁹⁴, os conhecimentos de Luísa Sigeia, que venceu assento num livro de moradias de D. Catarina, pela primeira vez, em 1543, como já referimos, recebendo 16.000 reais anuais, pelo seu ofício de *latina*⁴⁹⁵.

Contudo, a passagem para a Casa da rainha poderá ter acontecido antes de 1543 (ou até antes de 1542), pois sabemos que a jovem erudita escreveu a sua primeira carta a Paulo III em 1540, visto que, na carta poliglota enviada ao Sumo Pontífice, em 1546, Luísa refere uma anterior, remetida seis anos antes pelo intermediário Girolamo Britonio:

“[...] incitada também pelo conselho do egrégio poeta e filósofo Britonio, a quem, se bem me recordo, já lá vão seis anos eu, um pouco ousada, incumbira de levar a Vossa Beatitude as minhas ainda imaturas primícias”⁴⁹⁶.

É possível que a integração na Casa da rainha só tenha sido oficializada em 1543, o que não impede o exercício de funções em momentos anteriores, pois inúmeros

⁴⁹⁰ JORDAN, 1994, pp. 73-74.

⁴⁹¹ MELO, 1944, p. 137.

⁴⁹² *Ibidem*, p. 137.

⁴⁹³ *Ibidem*, p. 137.

⁴⁹⁴ Alfonso García Matamoros, na sua *Apología*, publicada em 1553, refere, explicitamente, que foi a rainha – e não a infanta D. Maria – que acolheu Luísa na corte portuguesa: “¿Qué de la toledana *Luisa Sigea*, a la que la reina de Portugal, admirada por sus conocimientos del griego, del latín y del hebreo, hospedó en su palacio y la agregó a las ilustres mujeres de su Corte, con las que honesta y amistosamente departía?” (GARCÍA MATAMOROS, 1943 [1553], p. 229).

⁴⁹⁵ “*item* Luisa de Sygea latina com dezaseis mill *reaes* por ano” in ANTT, Casa Real, *Núcleo Antigo*, 143C, fl. 18.

⁴⁹⁶ “Carta enviada ao Papa Paulo III juntamente com o poema *Sintra*. Datada do início de 1546” in ANASTÁCIO, 2013, p. 433. Segundo o tom desta carta, parece ter havido uma resposta por parte da Cúria à carta de 1540, ou Luísa poderá estar a referir-se a Britonio: “Ainda há pouco com sabedoria numa determinada carta banii completamente de mim o pudor um tanto ou quanto rústico, [...]” (*Ibidem*, p. 433). Há, também, uma passagem que parece fazer alusão ao decorrer dos trabalhos de Trento, pois o Concílio começara no ano anterior, em 1545: “Mas para não fatigar com tamanho número de epístolas os ouvidos de Vossa Santidade já desgastados com os mais graves assuntos desta época [...]” (*Ibidem*, p. 434).

eram os casos de pessoas que não venciam moradia nos primeiros períodos de serviço cortesão⁴⁹⁷.

De facto, temos registo de uma carta sem data, enviada para Luísa, a partir de Toledo, por um “scholasticus toletanus”⁴⁹⁸. Esta epístola seria a resposta a uma outra que Luísa terá enviado para quem se pensa ser Juan de Vergara, humanista que frequentou a universidade de Alcalá de Henares nos mesmos anos que Diogo Sigeu, pai da erudita, de quem seria próximo. São várias as passagens que se referem ao pai de Luísa. Logo no início da epístola, o autor caracteriza Sigeu da seguinte forma: “en otro tiempo un niño de excelentes aptitudes naturales, después un adolescente nacido enteramente para el estudio de las letras”⁴⁹⁹. Mais adiante, esclarece que a carta que lhe enviou Luísa “me parece hastal el punto admirable que, a no ser por la confianza que desde siempre le he tenido y le tengo a tu excelente padre, hubiera desconfiado de que la carta la hubieras escrito realmente tú”⁵⁰⁰. Essa admiração pela erudição da jovem mulher é algo que o escolástico volta a frisar, mencionando o seu pai e o seu irmão mais velho (supomos):

“Por lo demás, yo felicito de todo corazón a tu padre por una descendencia tan afortunada, un hombre excelente e íntimamente ligado a mí por la amistad. Y felicito también a tu hermano, un noble joven, por tan amable hermana. Y en verdade que falta poco para que mire con envidia a tu Lusitania, por la gloria conseguida gracias a nosotros”⁵⁰¹.

Por fim, o remetente termina a carta com um “Saludo a tu padre y a tu hermano con mis palabras más atentas”⁵⁰². É muito possível que Vergara tenha sido um dos mestres de Luísa, pois, como vimos, percebe-se que o foi do primogénito Diogo, se atentarmos na maneira como a ele se refere, o que pode pressupor uma relação de proximidade e afectividade, de que seria exemplo a actividade de preceptor.

⁴⁹⁷ Ou que podiam servir um membro da família real e, ao mesmo tempo, ter assento no livro de moradias de outro. É o caso, por exemplo, de Domingos Leitão, que “tem um percurso muito ligado à Infanta [D. Maria], apesar de se encontrar ao serviço da coroa portuguesa desde 1544” (PINTO, 1996, vol. 1, p. 67). Outro caso é o de Pedro Mártir de Anghiera, que ocupava o cargo de mestre dos moços-cavaleiros da corte de Isabel a Católica desde 1492, mas que só foi oficialmente nomeado como tal em 1502 (cf. ARRANZ MÁRQUEZ, Luis, “Pedro Mártir de Anglería” in *Real Real Academia de la Historia: Diccionario electrónico*; <http://dbe.rah.es/biografias/10770/pedro-martir-de-angleria>).

⁴⁹⁸ “Carta de un escolástico toledano a Luisa Sigea (1542)” in PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 147, n. 1. Para a carta, cf. *ibidem*, pp. 147-149.

⁴⁹⁹ *Ibidem*, p. 147.

⁵⁰⁰ *Ibidem*, p. 148.

⁵⁰¹ *Ibidem*, p. 148.

⁵⁰² *Ibidem*, p. 149.

Nesta carta-resposta, percebemos que Luísa lhe dera a novidade de que havia sido integrada na corte régia, pois o humanista escreve-lhe o seguinte: “Por lo demás, con respecto a tu admisión en la corte (lo que me cuentas al final de tu carta) te felicito por el favor que te han concedido tan grandes príncipes”⁵⁰³. A historiografia data esta epístola em 1542 com base nas informações dos livros de moradia, que registam Luísa vencendo assento em 1543, como temos vindo a frisar; mas cremos que o ano da sua redacção poderá ser anterior. A ideia de que a sua presença na corte seria anterior a 1540 ganha substância se tivermos em conta o intermediário que Luísa menciona tê-la encorajado a enviar a sua carta poliglota, seis anos depois, ao Sumo Pontífice: Girolamo Britonio (c. 1491-d.1550)⁵⁰⁴.

Britonio era um humanista menor que produzia para algumas cortes senhoriais da Península Itálica, em que se compreendia a cúria papal. No seu pequeno leque de mecenas, incluía-se uma família de nobres castelhanos radicados em Nápoles, os Ávalos, nas pessoas de Constanza de Ávalos (a velha e a jovem) e Francisco Ferrante, marquês de Pescara⁵⁰⁵, casado com Vittoria Colonna. O filósofo⁵⁰⁶ Britonio produziu, principalmente, para as mulheres que o patrocinaram: a *Gelosia del sole*, uma obra poética impressa em Nápoles, em 1519⁵⁰⁷, que foi dedicada à marquesa de Pescara, Vittoria Colonna (1490-1547)⁵⁰⁸; e o seu poema mais ambicioso, *Del Britonio, i Cantici e i Ragionamenti*, impresso em Veneza, em 1550, dirigido a Constanza de Ávalos, a

⁵⁰³ *Ibidem*, p. 149.

⁵⁰⁴ Para os dados que apresentamos sobre este poeta, seguimos ASENSIO, 1972. Contudo, faça-se menção às duas páginas a ele dedicadas por Américo da Costa Ramalho (cf. RAMALHO, 1983, pp. 193-194).

⁵⁰⁵ Filho do marquês de Pescara, Alfonso de Ávalos e de Diana de Cardona, Francisco era sobrinho, pela parte do pai, de Constanza de Ávalos.

⁵⁰⁶ Como lhe chama Luísa, na sua correspondência.

⁵⁰⁷ Reeditado, numa versão aumentada, em Veneza, em 1531.

⁵⁰⁸ Filha de Fabrizio Colonna e Agnese di Montefeltro, Vittoria Colonna casou, em 1509, com o marquês de Pescara, Francisco Ferrante de Ávalos, matrimónio decidido vários anos antes. O casamento celebrou-se na ilha de Ischia, na costa de Nápoles, sendo que o casal mudou-se, depois, para o campo, onde permaneceu durante um breve tempo, antes de Francisco partir nas múltiplas campanhas militares em que participou. Vittoria voltou a Ischia, onde integrou “the court presided over by her aunt by marriage, Costanza D'Avalos, where the well-stocked library and lively court environment probably helped to encourage her own literary aspirations”. A sua primeira obra foi impressa em Parma em 1538, treze anos depois da morte do marido na batalha de Pavia, em 1525, com o título *Rime della Divina Vittoria Colonna Marchesana di Pescara*. Contudo, conhece-se uma epístola poética para Francisco redigida em 1512, pelo que Vittoria seria uma poetisa activa desde cedo. As suas *Rime* tiveram doze edições enquanto a autora foi viva. Depois do seu falecimento, e até ao fim do século XVI, foram publicadas outras nove edições (BRUNDIN, Abigail, “Vittoria Colonna” in *Italian Women Writers Library*; <https://www.lib.uchicago.edu/efts/IWW/BIOS/A0011.html>). Para um estudo mais aprofundado sobre a poetisa, cf. COX, 2005.

jovem⁵⁰⁹. Em 1535, imprimiu alguns poemas em latim dedicados ao Sumo Pontífice e ao cardeal Sforza.

Por razões desconhecidas, que teriam levado à sua queda em desgraça junto de Paulo III, Britonio abandonou Roma e viajou para a Península Ibérica, onde terá chegado em 1539, ano em que compôs a *Elegiam de morte Augustae*⁵¹⁰, relativa ao falecimento da imperatriz D. Isabel de Portugal, mulher de Carlos V, que soltara o último suspiro no primeiro sol de Maio desse ano. Asensio defende que Britonio terá conhecido Luísa em Toledo, nestes primeiros anos da sua estadia em terras ibéricas. Contudo, achamos que Britonio não se terá demorado em Espanha e terá viajado rapidamente para Portugal, reino cuja corte albergava diversos nomes sonantes do círculo humanista. Aí, teria contactado com a erudita – em Portugal desde 1530 – que, sabendo da ligação do poeta a Paulo III, poderá ter visto neste uma oportunidade para criar um vínculo que a beneficiasse no meio humanista. Britonio terá também contactado com o titular da Casa de Bragança, D. Teodósio, com quem poderá ter desenvolvido um vínculo cultural, visto que, na biblioteca do duque, constam duas das suas obras: a *Gelosia del sole* (provavelmente, a edição de Veneza de 1531 ou outra posterior) e a *Ulysbonae regiae Lusitaniae vrbis, carmen*, de 1546, a que nos referiremos mais adiante⁵¹¹.

Assim, é possível que Luísa tenha escrito as suas “ainda imaturas primícias”⁵¹² na corte régia, de onde Britonio expediria as suas cartas para o pontífice. A forma como a erudita se refere ao filósofo parece traduzir uma proximidade literária entre ambos, cultivada, muito provavelmente, pelo ambiente letrado que os rodeava, visto que

⁵⁰⁹ Apesar de o seu conteúdo glorificar a Igreja, o papa Paulo III e os seus dois irmãos Farnese.

⁵¹⁰ O original perdeu-se, “aunque está fervientemente loada en los epigramas de 10 y 12 versos insertos en el volumen *Syntra Aloysiae Sygeae Toletanae aliaque aiusdem ac nonnullorum praeterea virorum epigrammata...*, Parisiis, 1566” (ASENSIO, 1972, p. 548). Foi republicada em CERDÀ Y RICO, 1781, pp. 264-265.

⁵¹¹ Cf. BUESCU, 2016, pp. 191-192, n. 848, p. 171, n. 728).

⁵¹² Pensamos que estes primeiros escritos sigeianos seguiram para a corte pontifícia em prosa. O que nos leva a considerar tal suposição é o facto de Luísa, quando envia o poema *Syntra* ao Papa, afirmar que ouvira dizer que o destinatário preferia a poesia à prosa. As três traduções da carta que existem, em francês, espanhol e português, diferem muito entre si: “[...] j’ai fait chanter ma Muse parce que j’ai entendu dire que Votre Béatitude se plaît aux vers plus qu’à la prose” (BOURDON e SAUVAGE, 1970, p. 82); “[...] he añadido ritmos a mi Musa, porque he oído que Vuestra Beatitud se complace más con los versos que con la prosa” (“Carta de Luisa Sigea al papa Pablo III (año 1546)” in PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 99); “[...] apresentei as melodias da minha Musa, dado tenha ouvido dizer que Vossa Beatitude encontra maior deleite nos versos do que na prosa” (“Carta enviada ao Papa Paulo III juntamente com o poema *Sintra*. Datada do início de 1546” in ANASTÁCIO, 2013, p. 434). Tanto na edição francesa como na castelhana, conseguimos perceber que Luísa, desta vez, fez cantar/acrescentou melodia às suas palavras, o que, por nós, é interpretado como escrita poética.

“no reinado de D. João III o lado feminino do palácio ganha uma importância que parece não ter tido em tempos anteriores, e os aposentos da rainha são frequentemente palco de acontecimentos registados pelas fontes”⁵¹³.

Já sabemos que Britonio admirava a vertente literária feminina (recordemo-nos que dedicou dois dos seus trabalhos às suas patronas), por isso não nos surpreenderíamos se o poeta procurasse interceder por Luísa junto de Paulo III, atitude que lhe valeria, certamente, também, algum interesse.

Britonio permaneceu em terras lusas, talvez em Lisboa (ou acompanhando a corte nas suas itinerâncias), pelo menos até 1546, ano em que a sua *Ulysbonae regiae Lusitaniae vrbis carmen* foi impressa em Roma, com o frontispício ornamentado com as armas Farnese de Paulo III. Neste seu regresso à Península Itálica⁵¹⁴, Britonio poderá ter levado a epístola poliglota de Luísa ao Sumo Pontífice, que, no ano seguinte, em 1547, lhe remeteu a resposta, nas mesmas cinco línguas⁵¹⁵. Não nos esqueçamos que a carta da erudita foi escrita “na corte do mui invicto Rei de Portugal, no ano do Senhor de 1546”⁵¹⁶, o que pressupõe uma circulação interna (apesar de limitada) no meio cortesão, e não uma posição estanque, permanente, na Casa da rainha, como se se conservasse à parte do ambiente letrado da corte de D. João III⁵¹⁷. Além do mais, temos registo de uma carta, sem data, de um frei Miguel, enviada em resposta a uma missiva de Luísa, sobre um professor mouro⁵¹⁸. A carta sigeiana solicitava uma petição ao rei – e não à rainha – para que o monarca concedesse mercê a um mourisco para lhe ensinar árabe, o que traduz uma vivência precoce com os círculos cortesãos de ambas as Casas.

⁵¹³ SENOS, 2002, pp. 121-122.

⁵¹⁴ Que pode ter sido feito na companhia de Gaspar Barreiros, que viajou, nesse ano, para a cúria romana, a mando do infante D. Henrique, recém-nomeado cardeal (cf. BOURDON e SAUVAGE, 1970, p. 50, n. 81). Com ele, foi também um dos irmãos de Luísa, António Sigeu de Velasco, “enviado para aprender em profundidade os assuntos da Cúria” (“Excerto de Carta ao Papa Paulo III em Julho de 1547” in ANASTÁCIO, 2013, p. 435). A historiografia sigeiana defende que Barreiros foi o intermediário que levou a carta poliglota ao Papa, mas não há razões para o afirmar veementemente, pelo que abrimos a possibilidade de Britonio ter tido essa função.

⁵¹⁵ O humanista francês Guillaume Postel (1510-1581) redigiu a resposta pontifícia nas línguas orientais (cf. ALVES, 1990, p. 61).

⁵¹⁶ “Carta enviada ao Papa Paulo III juntamente com o poema *Sintra*” in ANASTÁCIO, 2013, p. 434.

⁵¹⁷ Prieto Corbalán faz alusão à carta-dedicatória de Erasmo de Roterdão a D. João III, redigida em 1527, defendendo que Luísa a possa ter lido, devido às semelhanças entre as primeiras linhas da sua carta ao Papa e as primeiras da carta-dedicatória de Erasmo, linhas que reflectem a analogia escolhida para retratar o serviço cortesão: a do agricultor que oferece os seus primeiros frutos aos deuses, a fim de conseguir os seus favores (cf. PRIETO CORBALÁN, 2007, pp. 97-98). Contudo, esse contacto com a epístola de Erasmo poderá ter sido feita na Casa da rainha, pois D. Catarina possuía, na sua biblioteca, várias obras de Erasmo, traduzidas para castelhano (cf. SIGEA, 1970, p. 14; para a carta-dedicatória de Erasmo, cf. SOTTOMAYOR, 1972). Curiosamente, também se contava um *Menosprecio de corte y alabanza de aldea* (1539), de Antonio de Guevara, entre os volumes que formavam parte da biblioteca de D. Catarina (cf. BUESCU, 1996, p. 185).

⁵¹⁸ Cf. PINTO, 1996, vol. 2, pp. 29-30.

Por fim, o último dado que conhecemos sobre a vida de Britonio cinge-se à impressão da sua última obra, em Veneza, em 1550, a que já fizemos referência: *Del Britonio, i Cantici e i Raggionamenti, e quelli del Pontefice in favore della Santissima Romana Chiesa*, dedicada a Constanza de Ávalos, a jovem. Nela, o poeta faz inúmeras referências a humanistas e poetas com quem terá contactado aquando da sua estadia na corte portuguesa. Surgem nomes como o duque de Aveiro (D. João de Lencastre), Simão da Silveira, António Pinheiro, mestre do príncipe D. João, filho de D. João III, ou André de Resende. A Luísa Sigeia (e ao seu pai, Sigeu⁵¹⁹) são dedicados quatro versos:

“Et sia’l Sigeo non lento in questo anchora
Con la Sigea sua si mirabil figlia
Le Muse dal cui petto spiran fora
Lo stil ch’ai latin porge maraviglia”⁵²⁰.

Percebemos, por estas palavras, que a jovem latinista teria uma posição socialmente destacada na corte portuguesa, sob a alçada da Casa da rainha. Assim, Luísa teria criado já alguma reputação entre o meio cortesão português, reputação essa que escalou após 1546 e 1547, anos em que trocou correspondência com o Papa⁵²¹.

A carta poliglota a Paulo III não foi o único elemento escrito que Luísa enviou ao Sumo Pontífice, nesse ano. Juntamente com a epístola, seguia o poema *Syntra*, redigido provavelmente no final de 1545 ou em inícios de 1546⁵²², uma ode às paisagens da vila onde a corte despendia vários momentos do ano⁵²³. O poema, que evoca um dos muitos projectos de casamento destinados à infanta D. Maria, meia-irmã de D. João III, permaneceu manuscrito até 1566, ano em que Jean Nicot o fez imprimir,

⁵¹⁹ Estes versos ajudam a sustentar a nossa ideia de que Diogo Sigeu já servia D. João III em 1550 ou desde o ano anterior, em 1549, visto que a dedicatória desta obra – dirigida a Constanza de Ávalos – foi assinada a 2 de Novembro de 1549 (cf. ASENSIO, 1972, p. 548).

⁵²⁰ *Ibidem*, p. 551.

⁵²¹ Em suma, a carta poliglota de 1546, a resposta do Papa em Janeiro de 1547 e a segunda epístola de Luísa, no mesmo ano (não sabemos em que mês).

⁵²² A carta ao pontífice deverá ter seguido no princípio do ano de 1546, sendo que o poema foi claramente pensado e escrito depois da notícia do falecimento da princesa das Astúrias, D. Maria, filha de D. Catarina e D. João III, mulher do príncipe Filipe de Castela, seu primo, em Agosto de 1545, depois de dar à luz o infante Carlos (1545-1568). Pouco depois, surgiu o projecto de casamento para a infanta D. Maria, irmã de D. João III, com o recém-viúvo herdeiro de Isabel de Portugal e Carlos V. Luísa aproveitou a conjuntura para compor o poema onde referia, precisamente, essa possibilidade matrimonial. Infelizmente, o projecto, que foi arrastado por diversas razões, nunca seria concretizado, tendo Filipe casado com a recém-coroadada rainha de Inglaterra, Maria Tudor, filha de Catarina de Aragão e Henrique VIII, em 1554 (cf. PINTO, 1996, vol. 1, pp. 45-48).

⁵²³ Sobre o poema, cf. SAUVAGE, 1972; e PINTO, 1996, vol. 1, pp. 137-138. A edição portuguesa mais recente data de 1903 e apresenta o poema em latim e em português (cf. SABUGOSA, 1903, pp. 255-257).

em Paris⁵²⁴. Contudo, chegou até nós uma edição manuscrita do *Syntra* de 1552⁵²⁵, integrada no *Duarum virginum colloquium de vita aulica et privata*⁵²⁶. As duas versões, a de Lisboa, de 1552, e a de Paris, de 1566, têm diferenças que aparentam ser correcções, o que sugere que o poema se manteve em circulação ou, pelo menos, foi revisto antes de ser impresso, uma década mais tarde. Na verdade, na versão parisiense (1566), houve repetições que foram suprimidas, comparada com a versão escrita em Lisboa (1552), o que sugere que foi feita uma revisão ao poema. Contudo, não há qualquer indicação de quem poderá ter levado a cabo essas correcções, se Luísa, se o seu pai ou até um qualquer humanista⁵²⁷.

Depois da correspondência com Paulo III, segue-se um imperante silêncio epistolar. Há um lapso de quatro anos entre a última carta ao Papa e a primeira de muitas para todo o tipo de personagens da vida da erudita. É difícil preencher estes vazios temporais e, por isso, é difícil reconstruir o quotidiano da poliglota. Carla Alferes Pinto lançou a hipótese de que Luísa se teria tornado secretária da infanta D. Maria, quando passou a servir na sua Casa em 1546, após a composição do *Syntra*⁵²⁸. Não dispomos de dados para contestar ou corroborar essa hipótese; certo é que Luísa passou estes anos, não de forma permanente, na Casa da infanta⁵²⁹, onde se embrenhou nos estudos, cuja prova material se traduziu no *Duarum virginum colloquium*, terminado em 1552.

⁵²⁴ Nicot ainda redigiu uma carta-resposta a Diogo Sigeu, que iria acompanhada pelo poema impresso, mas não temos conhecimento de que esta tenha seguido para Portugal, como já referimos (cf. “Carta de Jean Nicot a Diego Sigeo (1566)” in PRIETO CORBALÁN, 2007, pp. 152-153). Reproduzimos, em anexo, o frontispício do poema, publicado por P. Allut (cf. **Anexo Iconográfico nº 3**).

⁵²⁵ Este manuscrito, feito em Lisboa e que se encontra na Biblioteca de Castilla-La Mancha, em Toledo, integra, nos primeiros 116 fólios, o *Duarum virginum colloquium*, o *Syntra* nos fólios 119 a 121v, e dois epigramas, um de Jorge Coelho sobre o poema (fólio 124) e outro de Gaspar Barreiros, glorificando Luísa (fólio 125). A fechar o manuscrito, e já depois da palavra “FINIS”, pode ler-se: “In tenui labor est, sed tenuis non gloria” (SIGEA, 1970, p. 63). Reproduzimos, em anexo, os fólios 2 e 11 do manuscrito (cf. **Anexo Iconográfico nºs 4 e 5**).

⁵²⁶ Sobre esta obra, que permaneceu manuscrita, veja-se a edição bilingue assinada por Odette Sauvage (cf. SIGEA, 1970), as contribuições, por exemplo, de Ana Maria Alves (cf. ALVES, 1990) e Isabel Allegro de Magalhães (cf. MAGALHÃES, 1987, pp. 131-139) e a edição portuguesa de excertos do texto por Maria do Rosário Laureano Santos (SANTOS, 2003). Daqui por diante, abreviaremos o título (*Duarum virginum colloquium*).

⁵²⁷ Cf. SAUVAGE, 1972, pp. 563-564.

⁵²⁸ Cf. PINTO, 1996, vol. 1, p. 20.

⁵²⁹ Desenvolveremos esta ideia mais adiante.

3.3. Criações e epistolário: reconstrução de uma vida repleta de sentimentos mistos

A «tempestade epistolar» que sucedeu à silenciosa bonança começou em 1551, com uma carta para Pompeo Zambeccari (1519-1571), núncio papal na corte portuguesa entre 1550 e 1553. Descendente de uma família ligada à velha aristocracia mercantil de Bolonha, Zambeccari era filho de Alfonsina Passamonte e de Giacomo Zambeccari, sobrinho de Pompeo Colonna e, por isso, parente, por afinidade, da poetisa Vittoria Colonna, a quem já aqui nos referimos. Em 1547, com 28 anos, foi nomeado bispo de Sulmona e, em 1550, o papa Júlio III, eleito pontífice nesse mesmo ano, enviou-o para Portugal, para assumir a função de núncio papal na corte de D. João III, apesar de o monarca português não o desejar⁵³⁰.

É neste ambiente que conhece Luísa Sigeia. As palavras da erudita, na carta que lhe escreveu em Lisboa, a 15 de Março de 1551 (e que sai da norma que se ergue nas cartas posteriores), levam-nos a crer que o núncio já conhecia a sua reputação:

“[...] ayer viste cuán indigna me mostré de la opinión que tienes de mí y de mi conocimiento de las lenguas [...] pues todo lo que dije en tu presencia era completamente torpe y vulgar”⁵³¹.

Prieto Corbalán destaca a humildade demonstrada por Luísa nestas suas palavras – uma «verdadeira» humildade comparada com o tom altivo que sentimos nas epístolas enviadas ao Papa, nos anos de 1540⁵³². Esse tom humilde une-se à sonância de uma proximidade afectiva, visível noutras passagens, que, por sua vez, remete para uma ligação humanista que, não estando em pé de igualdade, pretende encurtar a distância entre os interlocutores:

“[...] aunque esté alejada de ti tanto por mis acciones como por mi fama, [...] yo espero que [nuestra amistad] dé como resultado un cierto vigor de tu espíritu [...] y una semejanza de tal clase que me haga cada día más apta para trabajar con ahínco y abarcar obras de mucho más valor que las que he hecho hasta ahora”⁵³³.

⁵³⁰ Sobre Zambeccari, cf. *La Correspondance des Premiers Nonces...*, vol. 2 (1980), pp. 329-357.

⁵³¹ “Carta dirigida a Pompeyo Zambeccari (año 1551)” in PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 101.

⁵³² Cf. *ibidem*, p. 101, n. 23.

⁵³³ Prieto Corbalán interpreta esta frase como uma referência à composição do *Duarum virginum colloquium*, que seria concluído no ano seguinte. Não somos da mesma opinião. Luísa refere-se, explicitamente, a obras terminadas, já escritas. Podemos incluir nelas as primeiras *flores* que enviou a Paulo III, em 1540, escritas, muito provavelmente, em prosa, como já explicámos, e o *Syntra*, enviado ao mesmo pontífice em 1546. Aliás, a tradução francesa é muito clara neste aspecto: “[...] j’espère cependant qu’une certaine vigueur d’esprit [...] me rendra chaque jour plus apte à entreprendre et à accomplir des oeuvres de beaucoup plus grande valeur que celles que j’ai faites jusqu’ici” (BOURDON e SAUVAGE, 1970, p. 88).

[...] Para que sea así, toma bajo tu cuidado mi persona y mis estudios – pues esto es un deber para un hombre como tú – y favorece a ambos, alabando los progresos, si los hubiera, y censurando los defectos, para que yo no falle completamente”⁵³⁴.

A carta de Luísa é recheada de referências à amizade, elo social que esta tanto preza. No final da carta, a erudita agradece ainda a Zambeccari o presente que este lhe levou: “El libro de la divina Vittoria Colonna que me regalaste es y será siempre para mí más querido que la misma luz, tanto por la autora como por el que me ha hecho el presente”⁵³⁵. Se atentarmos nas suas palavras, a poliglota esclarece que a obra poética foi uma oferta (“me regalaste”⁵³⁶) e não uma encomenda, o que sugere um conhecimento prévio do destinatário, por parte de Zambeccari. Contudo, o núncio só chegou a Portugal em 1550, trazendo já consigo o livro de Vittoria Colonna, falecida em 1547. Portanto, as suas ligações teriam de ser anteriores; ou não, visto que havia um outro personagem que percorreria os mesmos lugares, anos antes. Referimo-nos a Girolamo Britonio, o intermediário que encorajou Luísa a enviar a epístola de 1546 a Paulo III, e que dedicou uma das suas obras, precisamente, à marquesa de Pescara⁵³⁷. A ligação entre estas três figuras – Zambeccari, Colonna e Britonio – é, por isso, muito plausível. Quem sabe se Britonio, aquando do seu regresso à Península Itálica, em (pelo menos) 1546, não terá trocado algumas palavras com Zambeccari, sobre Luísa, visto serem ambos relacionados, ainda que de formas distintas, com Vittoria Colonna? Deixemos estes caminhos por trilhar.

Como já referimos, esta carta para o núncio foi firmada em Lisboa, a 15 de Março de 1551, mas não indica efectivamente *onde* foi escrita. Sabemos que Luísa escreveu parte do seu epistolário latino⁵³⁸ na corte régia, visto que as suas cartas, até 1554/1555, são assinadas em Lisboa⁵³⁹, mas não sabemos em que *corte* foram escritas.

⁵³⁴ “Carta dirigida a Pompeyo Zambeccari (año 1551)” in PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 102.

⁵³⁵ *Ibidem*, p. 103. A poliglota refere-se, talvez, à quinta edição das *Rime*, publicada em 1546 com o título *Le rime spirituali della illustrissima signora Vittoria Colonna marchesana di Pescara*, Venezia, Apresso Vincenzo Valgrisi (cf. BRUNDIN, Abigail, “Vittoria Colonna” in *Italian Women Writers Library*; <https://www.lib.uchicago.edu/efts/IWW/BIOS/A0011.html>).

⁵³⁶ Em francês, “que vous m’avez offert” (BOURDON e SAUVAGE, 1970, pp. 88-89).

⁵³⁷ *A Gelosia del sole* (Nápoles, 1519).

⁵³⁸ Até nós, também chegaram cartas em castelhano, que têm sido consideradas apócrifas, embora o discurso nelas presente obrigue a um revisão da sua autoria. Prieto Corbalán, que faz este apontamento, decidiu editá-las no seu estudo crítico do epistolário latino de Luísa, referindo, por exemplo, que um dos conjuntos dessas cartas castelhanas surge com o título “Dos cartas de Doña Luisa de sígea a vn cauallero sobre la soledad”, o que deveria ser levado em conta (cf. PRIETO CORBALÁN, 2007, pp. 86-87). Falaremos destas cartas mais adiante.

⁵³⁹ É difícil datar algumas das cartas da erudita, assim como o é saber onde foram escritas. Para as cartas correspondentes a este fio cronológico, cf. *ibidem*, pp. 101-107.

Luísa poderia auferir moradia da Casa da rainha, pois a poliglota surge nos livros de moradia de D. Catarina de 1550, 1551 e 1552⁵⁴⁰, ao mesmo tempo que desempenhava funções na Casa da infanta D. Maria (1521-1577)⁵⁴¹, visto que ambas as suas obras – o poema *Syntra* e o *Duarum virginum colloquium*, de que falaremos adiante – foram dedicadas à *Sereníssima*, de quem terá sido preceptora, e não mestra, como se pensava⁵⁴².

Aliás, numa carta para o cunhado, Alonso de Cuevas, Luísa escreve que foi “admitida en la corte de los reyes”⁵⁴³, ideia que reforça numa outra carta, desta vez a Filipe II de Espanha (1527-1598), onde esclarece que: “De muy buen grado fui admitida en la Corte Lusitana, y para la Sereníssima Infanta María realicé con honor la función de maestra”⁵⁴⁴. Foi também do tesoureiro da rainha D. Catarina, Álvaro Lopes, que Diogo Sigeu recebeu 25.000 reais de mercê, em Setembro de 1552⁵⁴⁵, pelo casamento da sua filha com o fidalgo burgalês Francisco de Cuevas (1519/20-1599⁵⁴⁶), que tinha

⁵⁴⁰ Cf. BARANDA, 2006, pp. 5-6. Temos dois registos para o ano de 1550 e nenhum para o de 1551. De 1552, data a mercê de 25.000 reais, atribuída aquando do casamento da erudita, o documento mais conhecido e repetido até hoje, relativo à estadia de Sigeia ao serviço da corte portuguesa (cf. “Alvará da rainha D. Catarina para se dar a Diogo de Ligea [*sic*] 25.000 réis para sua filha, Luísa de Ligea [*sic*], além do que houve de seu casamento de moça de câmara” in ANTT, CC, parte I, mç. 88, doc. 100. Ver **Anexo Documental nº 2**). Note-se, também, que Luísa, quando surge em dois livros de moradia de D. Catarina de 1550, o seu nome é acompanhado com a função de *latina*: “Item Luisa sygea Latina avera de todo quartel / a Rezão de dezaseis mill rs por anno / diogo de Syge” (“Pagamentos efectuados pelo tesoureiro Alvaro Lopes” in ANTT, Contos do Reino e Casa, *Núcleo Antigo*, 144), e “Item Luisa sisea [*sic*] latina com dezaseis mill rs por ano [...]” (“Livro de matrícula dos moradores” in ANTT, Casa Real, *Núcleo Antigo*, 143D). Portanto, a erudita era latinista na Casa da rainha D. Catarina.

⁵⁴¹ Relembramos que a infanta recebeu Casa própria por volta de 1537 (cf. PINTO, 1996, vol. 1, p. 59).

⁵⁴² No castelhano, os termos «maestra» e «preceptora», e as suas variantes masculinas, têm o mesmo significado. No entanto, como tal não se verifica na língua portuguesa, realçamos que o termo latino empregue por Luísa nos seus escritos é «praeceptoris», isto é, “preceptora de” (cf. BOURDON e SAUVAGE, 1970, p. 115). Acrescentamos, ainda que a infanta D. Maria tinha já uma mestra antes de Luísa ser integrada na corte portuguesa: a latinista Joana Vaz, que pertencia, sem dúvida, à Casa da rainha, desde, pelo menos, 1529 (cf. PINTO, 1996, vol. 1, pp. 19-20).

⁵⁴³ “Carta enviada a Alonso de Cuevas (años 1554-1555)” in PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 107.

⁵⁴⁴ “Carta dirigida a Felipe II (año 1559)” in *ibidem*, p. 119.

⁵⁴⁵ Cf. “Alvará da rainha D. Catarina para se dar a Diogo de Ligea [*sic*] 25.000 réis para sua filha, Luísa de Ligea [*sic*], além do que houve de seu casamento de moça de câmara” in ANTT, CC, parte I, mç. 88, doc. 100. Ver **Anexo Documental nº 2**.

⁵⁴⁶ Cf. GARCÍA RÁMILA, 1958-1959, nº 144 (1958), p. 315, n. 3. Francisco de Cuevas era filho de Juana García de la Torre e Diego de Cuevas. Tinha, pelo menos, três irmãos: Pedro, que morreu, provavelmente, em 1557, sem deixar herdeiros, Diego de Cuevas, cônego, Francisca, que casou com D. Gabriel de Castro, e Catalina de la Mota, que não deixou descendência. Os irmãos Diego e Catalina, por não terem descendência directa, nomearam como sua única e universal herdeira a sua sobrinha, Juana, filha de Luísa Sigeia e de Francisco de Cuevas (cf. GARCÍA RÁMILA, 1950, pp. 97-98, n. 1; *idem*, 1958-1959; e BARANDA, 2007, p. 6).

assento nos livros de moradia da rainha Juana (1479-1555), mãe de Carlos V, como *ajuda de copa*⁵⁴⁷.

É precisamente no ano do seu casamento, em 1552, que Luísa termina o *Duarum virginum colloquium*⁵⁴⁸, dedicado à infanta D. Maria, a quem a erudita declara que: “É seu autor esta vossa aia, lugar de redacção a vossa biblioteca e, mais ainda, foram os vossos excelentes livros os auxiliares para produzir a obra”⁵⁴⁹. Portanto, durante o seu serviço na corte da infanta (ainda que recebesse moradia da Casa da rainha), Luísa teve à sua disposição, como local de trabalho, a biblioteca da *Sereníssima*, e os volumes nela presentes como obras de consulta⁵⁵⁰. Porém, a expressão «aia» reflecte, em parte, as dinâmicas vividas no meio cortesão. Independentemente de onde exercia a sua ocupação humanista – se na Casa da rainha, se na corte da infanta – Luísa ocupava uma posição subordinada.

A historiografia sigeiana declara que, depois de escrever o *Syntra*, em 1546, Luísa passou para o serviço da infanta D. Maria. Contudo, e como vimos, o seu nome surge nos róis de moradia da rainha e não dos da infanta, “facto a que também não será alheio o desaparecimento dos livros da *casa* da Infanta D. Maria”⁵⁵¹. Não nos alongaremos nesta questão; referiremos apenas que esta complexifica-se porque a maior parte das fontes literárias (e outras), ao mencionar os *serões* dados no paço da infanta, na sua *academia feminina*, incluem Luísa e Ângela Sigeia, ao lado de Joana Vaz⁵⁵² e Paula Vicente⁵⁵³. Talvez o facto de D. Maria acompanhar a rainha nas diferentes

⁵⁴⁷ Após a morte da rainha titular, em 1555, o rei-imperador atribuiu a Francisco de Cuevas uma mercê de 10.000 mrs como pensão vitalícia pelo seu serviço na Casa de Juana de Castela (cf. BARANDA, 2006, p. 6). Nieves Baranda é, talvez, a primeira estudiosa da época contemporânea a chamar à atenção para a necessidade da desconstrução da ideia de que Francisco de Cuevas era um nobre pobre, baseando-se nos dados de Sira Garrido Marcos (cf. BARANDA, 2006; *idem*, 2008, pp. 138-139).

⁵⁴⁸ Recorde-se que esta obra permaneceu manuscrita até 1970, ano em que foi editada por Odette Sauvage, numa edição bilingue (latim e francês) (cf. SIGEA, 1970).

⁵⁴⁹ “À Sereníssima Infanta D. Maria, filha do divino Manuel, rei todo poderoso de Portugal, dedicado por Luísa Sigeia de Toledo, poliglota” in ANASTÁCIO, 2013, p. 294. As primeiras palavras da dedicatória também são de destacar: “Entre os inúmeros benefícios com que sempre me haveis honrado, Sereníssima princesa, existe um, fruto da generosidade do vosso espírito divino, que, porquanto viva, permanecerá gravado em primeiro lugar no meu coração; pois, sempre que cuidados mais importantes vos apartavam dos agradabilíssimos estudos para os quais haveis recorrido aos meus serviços, vós me haveis concedido, sem que eu jamais o solicitasse, um ócio para o cultivo das letras e um local para me dedicar a este, onde pude retomar o estudo de diversas línguas e de outras matérias aprendidas com muito esforço e incansáveis vigílias e tornar cada dia mais enriquecedor deste provento” (*ibidem*, p. 293).

⁵⁵⁰ Odette Sauvage dedica um longo parágrafo a esta questão, sugerindo algumas das obras que Luísa poderia ter consultado na biblioteca da Sereníssima (cf. SIGEA, 1970, p. 49). Sobre a biblioteca da infanta D. Maria, cf. PINTO, 1996, vol. 1, pp. 150-155.

⁵⁵¹ *Ibidem*, p. 20, n. 32.

⁵⁵² Sobre Joana Vaz, cf. VASCONCELOS, 1994 [1902], pp. 37-38; PINTO, 1996; RAMALHO, 1997.

⁵⁵³ Sobre Paula Vicente, cf. VASCONCELOS, 1994 [1902], p. 43; PINTO, 1996.

ocasiões explique, em parte, esta questão: “As infantas parecem seguir sempre a rainha, até ao casamento. Mesmo D. Maria, a *Sempre-Noiva*, é sistematicamente referida nas ocasiões a que está presente D. Catarina”⁵⁵⁴. À parte disso, as relações entre as Casas femininas – e até entre estas e as masculinas – ainda se caracterizavam por uma imiscuição própria dos indivíduos que a elas pertenciam, tendo sempre em vista o melhor caminho para a ascensão social, tal como acontecia, por exemplo, na Casa da rainha em Castela, no final do século XV⁵⁵⁵.

Sem pretensões de empreender uma análise profunda da obra, quer a nível formal, quer a nível de conteúdos, importa referir que uma das principais características deste diálogo passa por este se inserir num discurso amplamente cultivado na época: o discurso anticortesão⁵⁵⁶. A obra contrapõe duas visões existenciais diferentes: a da vida na corte e a da vida retirada, defendidas, respectivamente, por Flamínia e Blesila⁵⁵⁷. A discussão, que se prolonga por três dias, repleta de citações em latim, grego e hebraico, não impede Flamínia de se manter a viver na corte, apesar de Blesila lhe aconselhar o contrário, visto que, na corte, prevalece um ambiente de vaidade, egoísmo e ingratidão por parte dos nobres. Américo da Costa Ramalho resumiu, de forma simples, esta particularidade do diálogo de Sigeia:

“Esta atitude crítica aberta ao procedimento dos príncipes, ao seu egoísmo, tirania e ingratidão não a conseguem disfarçar as citações bíblicas, patrísticas ou pagãs, sobretudo as duas primeiras, com que tenta escudar-se a incisiva Blesila, tão franca quanto imprudente. Com efeito, embora Flamínia seja criação da humanista, não menos que Blesila, e Flamínia exalte a realeza e a vida na corte, Blesila está mais de acordo com o que as cartas de Sigeia nos revelam, e representa certamente a sua verdadeira forma de pensar”⁵⁵⁸.

De facto, Blesila surge como uma personificação de Luísa, se atendermos ao conteúdo do seu epistolário, que analisamos mais adiante. Apesar de a única forma de sustento que Sigeia tem para sobreviver, e o único local onde pode cultivar os seus conhecimentos ser a corte, é também a corte que lhe atormenta o espírito, não a compensando da maneira que ela considera proporcional aos seus anos de estudos. De forma mais ou menos explícita, Luísa refere-se ao tempo no serviço das mulheres da

⁵⁵⁴ SENOS, 2002, p. 47.

⁵⁵⁵ Cf. PELAZ FLORES, 2017, pp. 145-177.

⁵⁵⁶ Também chamado discurso anti-áulico. Sobre esta temática, cf. ALVES, 1990, p. 64; e BUESCU, 1996, principalmente pp. 204-208.

⁵⁵⁷ Inês Rada apresenta uma perspectiva muito interessante sobre o *Duarum virginum colloquium* (cf. RADA, 1994, pp. 345-348).

⁵⁵⁸ RAMALHO, 1983, p. 189.

Casa real portuguesa com pesar, revelando um vazio que se agrava com os últimos anos em Espanha, anos esses envoltos em silêncios pautados pelo desprezo pelo sangue nobre.

Com o *Duarum virginum colloquium*, Luísa tenta, assim, integrar-se na tradição da “reflexão sobre o «lado nocturno» da corte”⁵⁵⁹, na forma rara de um diálogo feminino⁵⁶⁰, mas fá-lo numa conjuntura e num contexto relativamente perigosos para a sua condição social, visto que a erudita, como tantos outros, e ainda mais como mulher, depende da corte para subsistir. Este género de discurso, que apenas aqui começa a surgir de forma explícita, estará presente nas cartas *privadas* que a poliglota escreve até aos seus últimos dias. É nelas que a erudita «desabafa» sobre o seu descontentamento face aos anos que passou na corte e a tudo o que, com eles, possa estar relacionado. É Prieto Corbalán quem sugere a diferenciação entre *cartas públicas* e *cartas privadas*, na análise do epistolário de Sigeia. Para a autora, a primeira categoria remete para o tipo de carta que Luísa envia a “reyes, príncipes, al papa o a personajes de la corte, [...] en que la Sigea demuestra una asonbrosa erudición, que ella emplea con el fin de obtener un favor o un trabajo”, enquanto a segunda caracteriza as cartas “dirigidas a personas de su entorno, amigos o familiares, donde aparece la Luisa más tierna y más vulnerable”⁵⁶¹.

Apesar de as únicas informações de que dispomos sobre o casamento de Luísa serem a data em que lhe foi atribuída a mercê (por deixar de pertencer ao séquito das donzelas) e o nome do marido, elas são pontos-chave para compreendermos os últimos oito anos da sua vida. A partir de 1552, o epistolário de Luísa surge recheado de referências ao marido, à vida conjugal e até à filha. Essas referências são extremamente úteis e relevantes porque ajudam a organizar cronologicamente as cartas que não estão datadas. Os contextos nelas expostos, auxiliados pelas alusões ao cônjuge e outras figuras de família (como a própria filha), situam-nas no tempo e, por vezes, no espaço, permitindo uma reconstrução da sua narrativa biográfica.

Terá sido, por isso, em 1553, pouco tempo depois de casar, que Luísa responde a uma carta de um primo, Francisco Pérez, que procurou, junto dela, conselhos sobre um possível futuro universitário. A epístola começa da seguinte forma:

⁵⁵⁹ BUESCU, 1996, p. 207.

⁵⁶⁰ Cf. ALVES, 1990, p. 66.

⁵⁶¹ PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 79.

“Tu carta ha sido para mí un gran motivo de alegría, primo mío, porque viene de ti y, sobre todo, porque después de la muerte de tu excelente madre, mi dulcísima tía materna, no había visto ninguna carta tuya ni había oído que nos enviaras ninguna”⁵⁶².

Se entendermos literalmente as palavras de Luísa, Pérez era seu primo pelo lado materno, logo, sobrinho de D. Francisca de Velasco. Contudo, Prieto Corbalán, seguindo Sauvage⁵⁶³, afirma que este primo era parente de Luísa, mas por parte do marido⁵⁶⁴. Sabemos que as relações entre primos nesta época eram sempre relações muito próximas, fossem os indivíduos relacionados entre si pelo parentesco ou através do matrimónio; por isso, é difícil perceber se a ligação entre Sigeia e Pérez era de sangue ou de afinidade.

De qualquer forma, os dois eram parentes próximos e, pelo que se entende, trocariam correspondência mais ou menos assídua. Aliás, Luísa, ao referir-se à frequência com que ocorrem essas trocas epistolares, espera que “no ha de faltar un montón de mensajeros que lleguen hasta nosotros cuantas veces te parezca que ello merzca la pena. Yo ciertamente las recibiré con sumo gusto”⁵⁶⁵. O uso da primeira pessoa do plural traduz o «nós conjugal» por quem Luísa escreve, o que sugere que esta era já casada com Cuevas, ajudando a datar a carta. No entanto, na despedida, Sigeia apenas fala por si, daí que induzimos que a relação entre os dois seja directa, e não pelo matrimónio com Cuevas: “Adiós desde Lisboa, y entre tanto, saluda de mi parte a tu padre y a tus hermanos y a tu poco común madrastra”⁵⁶⁶.

Quanto aos conselhos que Pérez procura receber (matricular-se ou não na Universidade de Salamanca), a poliglota recomenda-lhe que aguarde um pouco mais, pois seria nefasto que “en una edad sujeta a tantos peligros vayas a estar privado de la censura paterna”⁵⁶⁷. Pérez deveria ser um rapaz bastante jovem, pois a prima aconselha-o a aproveitar os “maestros públicos [que] enseñan asiduamente las bellas artes”⁵⁶⁸, para evitar o ingresso na universidade “antes de [cumplir] los veinte años”⁵⁶⁹. Podemos, portanto, observar um lado íntimo de Luísa ao mesmo tempo que percebemos a sua experiência humanista. A escritora aprendeu tudo o que sabe através dos seus mestres –

⁵⁶² “Carta dirigida a Francisco Pérez (año 1553)” in *ibidem*, p. 103.

⁵⁶³ Cf. BOURDON e SAUVAGE, 1970, p. 69.

⁵⁶⁴ Cf. “Carta dirigida a Francisco Pérez (año 1553)” in PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 103, n. 35.

⁵⁶⁵ *Ibidem*, p. 103.

⁵⁶⁶ *Ibidem*, p. 103. Os sublinhados são da nossa responsabilidade.

⁵⁶⁷ *Ibidem*, p. 103.

⁵⁶⁸ *Ibidem*, p. 103.

⁵⁶⁹ *Ibidem*, p. 103.

onde se inclui o seu pai – e, talvez por isso, esteja preocupada com a ideia de que o jovem estudante se possa apartar do progenitor antes de completar a sua formação-base.

Terá sido também neste ano (ou no que se seguiu, em 1554) que Luísa dirigiu uma epístola a Ludovico Pannonia, “legado real ante el rey de Portugal”⁵⁷⁰. Este destinatário seria possivelmente o embaixador do rei da Hungria, Fernando I (1503-1564), irmão de Carlos V, rei-imperador, que estaria em Portugal para fazer uma proposta de casamento à infanta D. Maria⁵⁷¹, que vira fracassar, sentido com indisfarçável ressentimento na corte portuguesa, o seu projecto de casamento com Filipe de Espanha, precisamente em 1553⁵⁷². Pannonia teria perguntado a Sigeia “si existían en la Biblioteca de mi Sereníssima Princesa retratos de hombres ilustres”⁵⁷³, prometendo enviar-lhe “representaciones de hombres tales que eleven el espíritu hacia el amor de la verdadera gloria”⁵⁷⁴, ao que Luísa teria respondido que o culto da imagem seria reprovador num espaço como aquele (o da biblioteca da infanta), desviando as atenções dos preceitos que realmente interessavam: os estudos.

Curiosamente, o parágrafo que sucede a este sugere um serviço prestado à infanta, que repreendeu Sigeia pela recusa que apresentou ao embaixador. A expressão poderia confirmar, de facto, a ideia desenvolvida por Carla Alferes Pinto, de que Luísa teria sido integrada na corte da infanta como sua secretária⁵⁷⁵. Nele, Luísa confessa que a *Sereníssima* reprovou o seu gesto, tendo-lhe ordenado que “con diligente habilidad y rapidez te pida [a Pannonia] que seas fiel a tus promesas”⁵⁷⁶, acrescentando que “te harás acreedor de nuestra gratitud si nos envías medallas o retratos de hombres”⁵⁷⁷. Poderiam ser tiradas diversas conclusões destas palavras, mas a parte que mais nos interessa é a que fecha a epístola, pois é nela que a erudita reconhece o seu lugar perante o círculo humanista – e até social – em que se insere:

“Complacerás así a mi Princesa [...], y a mí me ofrecerás los estímulos necesarios para compararme, al menos en mi pensamiento, con la gloria de esos insignes varones, ya que de ninguna manera puedo hacerlo en la realidad”⁵⁷⁸.

⁵⁷⁰ “Carta enviada a Ludovico Pannonia (años 1553-1554)” in PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 104.

⁵⁷¹ Cf. *ibidem*, p. 104, n. 37.

⁵⁷² Como já referimos, Filipe casaria com Maria Tudor (cf. PINTO, 1996, vol. 1, pp. 47-48).

⁵⁷³ “Carta enviada a Ludovico Pannonia (años 1553-1554)” in PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 104.

⁵⁷⁴ *Ibidem*, p. 104.

⁵⁷⁵ Cf. PINTO, 1996, vol. 1, p. 20.

⁵⁷⁶ “Carta enviada a Ludovico Pannonia (años 1553-1554)” in PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 104.

⁵⁷⁷ *Ibidem*, p. 104.

⁵⁷⁸ *Ibidem*, p. 105. Os sublinhados são da nossa responsabilidade.

Este negativismo contrasta com a forma carinhosa com que a poliglota se despede: “Adiós, que seas feliz y recuérdanos donde quiera que estés. Tu muy devota amiga, desde Lisboa”⁵⁷⁹. A expressão que destacámos é o reflexo do mal-estar que Luísa sente na corte portuguesa e é um sentimento que veremos repetir-se noutras cartas, depois de abandonar o ambiente áulico.

Em 1555, provavelmente pouco depois do falecimento, em Abril, de Juana de Castela, mãe de Carlos V, Sigeia e o marido mudaram-se para Burgos, cidade que veria nascer, dois anos mais tarde, a primeira e única filha do casal, Juana (1557-1593)⁵⁸⁰. Antes dessa passagem para Espanha, Luísa escreveu ao cunhado, Alonso de Cuevas, uma carta que parece anunciar a despedida de Portugal, especialmente pelo uso dos verbos no passado. Nesta carta, que, na realidade, é apenas um fragmento⁵⁸¹, Luísa mostra-se desalentada por ser “una carga para mi marido, cuando debería ser una ventaja”⁵⁸². As razões para esse aparente desalento são apresentadas pela própria:

“Apesar de haber trabajado desde mis tiernos años con fatiga y desvelo en el estudio de tantas lenguas y de otras artes, y de haber sido admitida en la corte de los reyes, antes por las súplicas de los príncipes [...] tras trece años de celosa servidumbre, ahora veo que se me niega la recompensa más que merecida por mis estudios y por el penoso vasallaje en aquella corte”⁵⁸³.

A menção à desproporcionalidade que Luísa considera existir entre os anos de estudo e a falta da «recompensa» devida pelo meio cortesão português é recorrente nas suas cartas e tinha sido já sentida em 1552, no seu *Duarum virginum colloquium*, como já fizemos notar. Contudo, é também nesta epístola que encontramos uma das melhores representações da personalidade humanista que Luísa constrói de si mesma. A vantagem a que se refere quando escreve que é um encargo para o marido é uma vantagem que “conviene a una mujer destinada a un destino poco común”⁵⁸⁴; a erudita já fizera uma

⁵⁷⁹ *Ibidem*, p. 105.

⁵⁸⁰ O seu nome surge nas tenças testamentárias, datadas de 1590, da infanta D. Maria, falecida em 1577 (cf. BRITO, 1907-1910). Juana casaria, em 1580, com Rodrigo Ronquillo, neto do famoso alcaide Ronquillo (cf. GARCÍA RÁMILA, 1958-1959). Falaremos mais sobre ela no subcapítulo 3.4.: «De volta a Espanha: uma nova família e os últimos anos de vida».

⁵⁸¹ A historiografia sigeiana data esta epístola de finais de 1554, supondo-a escrita, portanto, ainda em Lisboa (cf. BOURDON e SAUVAGE, 1970, p. 69; e “Carta enviada a Alonso de Cuevas (años 1554-1555)” in PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 107, n. 47).

⁵⁸² *Ibidem*, p. 107.

⁵⁸³ *Ibidem*, p. 107.

⁵⁸⁴ *Ibidem*, p. 107.

alusão semelhante quando escrevera a Paulo III, requisitando um ofício para cada um dos irmãos⁵⁸⁵.

Em Burgos, Sigeia escreveu a carta mais longa do seu epistolário⁵⁸⁶, endereçada a Giovanni Francesco Cannobio, em Outubro de 1555. Cannobio era camareiro do papa Júlio III, pontífice entre 1550 e 1555. Esteve na corte portuguesa como comissário e colector apostólico do mesmo príncipe romano, tendo chegado em 1553, encarregue da entrega da bula papal que atribuía a legacia *a latere* ao cardeal-infante D. Henrique⁵⁸⁷. A carta de Luísa era uma resposta a uma epístola que Cannobio lhe havia enviado anteriormente, resposta essa que a erudita atrasara propositadamente⁵⁸⁸. Nela, a poliglota agradeceu os largos elogios que o colector apostólico lhe teceu, razão pela qual ela demorou a responder-lhe⁵⁸⁹. Conseguimos quase reconstruir a carta que lhe remeteu Cannobio, pois Luísa parece organizar a sua carta-resposta pelos temas presentes na epístola que recebera. Depois de agradecer os elogios e argumentar os motivos do seu atraso, a poliglota regista o seguinte:

“Pero en cuanto a que en el principio de tu carta lamentaras que el país lusitano esté totalmente privado de buenos talentos (argumentando que eso sucede porque yo no estoy allí), te diré que ciertamente haces un juicio equivocado sobre esa tierra, puesto que los gérmenes de la erudición se multiplican cada día en ella y se desarrollan en fecundísimos árboles de la ciencia, de tal modo que podrás ver, hablar e incluso entablar amistad con muchos hombres doctísimos de los que este país está lleno.

No hay, créeme, por qué lamentar la escasez de buenos talentos; compadécete más bien de aquellos que desde sus más tiernos años hasta ahora se han dedicado al servicio de las bellas artes, [...]”⁵⁹⁰.

Portanto, os elogios de Cannobio passavam por engrandecer Luísa, apresentando uma imagem denegrida da corte portuguesa, ao que a poliglota respondia que, pior do que não existirem eruditos – que os havia – era o desprezo com que estes seriam tratados, depois de tantos anos de estudo e dedicação às artes. Por outras palavras, Luísa estava a falar de si mesma. Ela, que embelezara a corte do Paço da Ribeira com a sua

⁵⁸⁵ Cf. subcapítulo 2.3.: «Os irmãos, Diogo e António».

⁵⁸⁶ Pelo menos, a mais longa do conjunto das cartas que chegaram até nós.

⁵⁸⁷ Cf. *Corpo Diplomático Português*, 1862-1891, vol. VII (1884), pp. 258-260; vol. VIII (1884), pp. 389-395, 398-400; e POLÓNIA, 2006, p. 84.

⁵⁸⁸ “Hace ya tiempo recibí la carta que tú, hombre honorabilísimo, me remitiste. Hace tiempo también, velando por mi fama, aplacé la respuesta [...]” (“Carta dirigida a Juan Francisco Canobio (año 1555)” in PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 107).

⁵⁸⁹ Entre várias passagens, destaque-se a seguinte: “Cuantas veces me disponía a responderte, abandonaba, temiendo ciertamente mostrarme a mí misma tal cual soy” (*ibidem*, p. 108).

⁵⁹⁰ *Ibidem*, p. 108.

erudição, sentia-se desprezada pelos *príncipes*, não obtendo as recompensas que considerava ter direito. Esse sentimento transformou-se, claramente, numa visão negativa da corte, repleta de vícios e, principalmente, de desdém em relação aos estudos. Sigeia acrescenta, ainda, que:

“ [...] porque ahora se piensa que las alegrías sólo se encuentran en la posesión de los bienes materiales y se han perdido los valores de la vida, y todas las artes que se llaman por su mayor bien liberales están en una grave decadencia. [...] Pues una monstruosa y perniciosa convicción ha invadido la mente de los hombres, a saber, que los príncipes no deben entregarse a los estudios de filosofía, de donde los doctos deberían recibir los premios de su trabajo, o bien que han de libarse con la punta de los labios, como en un juego, para ostentación del cultivo más de su ingenio que de su alma”⁵⁹¹.

Voltamos a observar aqui a crítica feroz ao ambiente cortesão, exposta, primeiramente, no *Duarum virginum colloquium*. A acompanhar esta crítica, surge uma confissão: “Te confesaré [...] que prefiero de buena gana esta casa, mis estudios y la diversión de mis libros y, en una palabra, la paz de mi espíritu, a los palacios de los reyes, a los honores públicos y a los vientos inconstantes de la curia”⁵⁹². Luísa não poderia ser mais transparente: a sua relação com a corte, num sentido amplo, é paradoxal, porque, ao mesmo tempo que lhe permitia o cultivo do conhecimento, característica que a poliglota elogiava sem precedentes, obrigava-a a subsistir num ambiente que cultuava a dissimulação e as aparências, peculiaridades que a erudita repudiava.

A carta para Cannobio termina com um simples «adeus», precedido por um pedido que demonstra a amizade próxima entre os interlocutores: “Tú, mientras tanto, alábame con mesura, pero ámame sin moderación”⁵⁹³. Infelizmente, não conseguimos encontrar uma relação directa entre Luísa e o camareiro papal. Não foi possível discernir se se conheceram apenas na corte ou se já haviam trocado algumas palavras antes da ida de Cannobio para Portugal. Se se conheceram na corte, que será, certamente, a hipótese mais provável, terão desenvolvido uma relação especial, se atendermos ao conteúdo da carta, mas não nos é possível aprofundar esta hipótese.

Percebemos por esta longa epístola, que a corte era, para Luísa, um local de ilusões, com quem ela construiu uma relação paradoxal, mas também, e sobretudo,

⁵⁹¹ *Ibidem*, p. 109.

⁵⁹² *Ibidem*, p. 109.

⁵⁹³ *Ibidem*, p. 110.

tóxica, porque a consumia, e venenosa, porque a enganava. Aliás, sobre esta ilusão, a poliglota aconselha, em 1556⁵⁹⁴, e ainda sem uma ocupação remunerada, uma jovem nobre chamada Magdalena de Padilla, com quem terá tido um contacto próximo. Magdalena seria, talvez, parente de D. María Pacheco e Juan de Padilla, e serviria na corte da infanta D. Maria, onde teria conhecido Luísa, segundo sugere a historiografia⁵⁹⁵.

Contudo, e uma vez que a datação da carta é discutível, lançamos a hipótese de Magdalena ser uma das mulheres que integrava o séquito de Juana de Áustria (1535-1573), a infanta castelhana, filha de D. Isabel de Portugal e Carlos V, que casara, em 1552, com o príncipe D. João (1537-1554), filho de D. Catarina e D. João III. No início de Janeiro de 1554, o herdeiro morreu prematuramente; Juana estava já com a gravidez muito avançada e “auia catorze ou quinze dias que era passada ao aposento da Rainha nossa senhora para auer de parir nelle”⁵⁹⁶. Nuno Senos esclarece que esta passagem para a Casa da rainha constituía uma questão simbólica, mais do que pragmática:

“Nesta mudança da princesa, dos seus aposentos para a alçada física da rainha, adivinham-se razões mais simbólicas do que pragmáticas. A sobrinha/nora desloca-se para os aposentos da tia/sogra, circulando sempre no interior de um universo feminino, delimitando, com a sua deslocação, o espaço do *gineceu* que, como vimos, ainda marca o quotidiano do palácio. Depois da morte sucessiva de todos os infantes, até mesmo do seu marido, a princesa transporta a esperança do País. Estamos, portanto, perante um momento importante na vida nacional, episódio que a rainha chama a acontecer sob a sua égide e controlo *físicos*”⁵⁹⁷.

Por outras palavras, a infanta estava instalada junto da rainha e seria sob a sua alçada que, dias depois de perder o marido, daria à luz o único herdeiro do trono, D. Sebastião (1554-1578). Tal significa que as Casas de ambas – e a da infanta D. Maria – mantinham um contacto directo, o que tornaria possível a ligação entre Sigeia e a jovem

⁵⁹⁴ A datação desta carta não é historiograficamente unânime. Bourdon e Sauvage sugerem que terá sido escrita em Lisboa, tendo em conta o conteúdo da epístola, mas que, como está explicitamente datada de Valladolid, teria sido escrita em meados de 1558, quando Luísa já estaria ao serviço de Maria da Hungria (cf. BOURDON e SAUVAGE, 1970, p. 70). Contudo, Prieto Corbalán, que sublinha que os historiadores trabalham com cópias das cartas e não com originais, comprovando que são vários os erros do copista, defende que o facto de Sigeia não mencionar a regente dos Países Baixos na sua carta, indica que ela ainda não estaria ao seu serviço; pois se no momento em que escreveu a epístola, estivesse, efectivamente, a trabalhar na corte de Maria da Hungria, ela teria feito referências a tal (cf. “Carta dirigida a Magdalena de Padilla (año 1556)” in PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 113, n. 74).

⁵⁹⁵ Cf. BOURDON e SAUVAGE, 1970, p. 70; e “Carta dirigida a Magdalena de Padilla (año 1556)” in PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 113, n. 74.

⁵⁹⁶ ANDRADA, 1796, Parte IV, Cap. CVIII, p. 454. Cit. por SENOS, 2002, p. 125, n. 31.

⁵⁹⁷ SENOS, 2002, pp. 125-126.

Padilla, pelo menos até Setembro de 1552, mês em que se terá celebrado o matrimónio de Luísa.

Se assim for, a carta poderá ser de 1554, ano em que Juana de Áustria regressou a Castela, em Maio, com parte do seu séquito, ou até de um ano anterior, entre 1552 e 1554, tempo que a infanta permaneceu em terras lusas. Além disso, se observarmos com atenção algumas passagens da carta, como “Así yo, que casi he completado mi servicio en el campamento de las Musas, mientras te observaba hace dos días en los aposentos de la Serenísima Princesa [...]”⁵⁹⁸ ou “[...] y cada día me lo pareces más [...]”⁵⁹⁹, Sigeia dá a entender que está ainda em Lisboa, sabendo que, em breve, abandonaria a corte portuguesa⁶⁰⁰.

O conteúdo da carta assemelha-se a um conjunto de conselhos que Luísa, uma mulher de corte mais experiente, oferece a Magdalena, uma jovem aparentemente iniciante nesse mundo. Ao mesmo tempo que, subtilmente, a elogia, Sigeia dá-lhe o seu parecer sobre um possível aprofundamento dos estudos, caso ela estivesse interessada e se ainda não tivesse sido contaminada pelos vícios da corte:

“Así, yo, que casi he completado mi servicio en el acampamento de las Musas, mientras te observaba hace dos días en los aposentos de la Serenísima Princesa, te examinaba con gran interés a ti que, ora negabas tener conocimientos en la lengua latina ora reconocías tener sólo un poquito y, con unas agudezas graciosillas, fingías ante mí ser absolutamente ignorante de las letras. Entonces a mí me parecías – y cada día me lo pareces más – que obtendrías con gran felicidad, si quisieras, el conocimiento de las Bellas Artes y, en tanto que quisieras, lo abrazarías muy atentamente si, con todo, con la convivencia en la Corte no has bebido de aquella perniciosa y monstruosa persuasión que ha invadido hace ya tiempo las mentes de los hombres⁶⁰¹ [...]”⁶⁰².

Por isso, e de acordo com a sua experiência, Sigeia procura orientar Magdalena pelos meandros do mundo cortesão:

⁵⁹⁸ “Carta dirigida a Magdalena de Padilla (año 1556)” in PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 113.

⁵⁹⁹ *Ibidem*, p. 113.

⁶⁰⁰ Prieto Corbalán tem a opinião contrária e esclarece que “esos *dos días* nos indican que Luisa había abandonado hacía poco tiempo la corte portuguesa” (*ibidem*, p. 113, n. 74).

⁶⁰¹ Curiosamente, Luísa repete, aqui, as mesmas palavras que dirigiria na carta para Cannobio: “Pues una monstruosa y perniciosa convicción ha invadido la mente de los hombres, a saber, que los príncipes no deben entregarse a los estudios de filosofía, de donde los doctos deberían recibir los premios de su trabajo, o bien que han de libarse con la punta de los labios, como en un juego, para ostentación del cultivo más de su ingenio que de su alma” (“Carta dirigida a Juan Francisco Canobio (año 1555)” in *ibidem*, p. 109).

⁶⁰² “Carta dirigida a Magdalena de Padilla (año 1556)” in *ibidem*, p. 113.

“Cuídate, ilustre Magdalena, pues los venenos se ofrecen siempre envueltos en miel y se quieres saborear completamente el fruto de las Musas y entrar en sus aposentos [...] ante todo arranca la sobrebia de tu alma y renuncia a la arrogancia [...]. Cuando te ocupes de los asuntos de la Corte no hables de las Musas, y cuando trates de las Musas no hables de la Corte”⁶⁰³.

A estas últimas palavras, seguem-se mais conselhos sobre como se deve estar na corte, os comportamentos a ter e, sobretudo, a maneira de ser, ensinamentos que partem de “una mujer que ha enseñado a príncipes y princesas, y que no ha tenido miedo de tratar libremente con reyes sobre la ordenanza de sus estudios”⁶⁰⁴.

3.4. De volta a Espanha: uma nova família e os últimos anos de vida

Tendo deixado a corte portuguesa, Luísa irá procurar sustento junto da Coroa espanhola, primeiramente sob a protecção de Maria da Hungria, regressada dos Países Baixos em 1556⁶⁰⁵. Chegaram até nós três cartas de Luísa para a antiga regente. Como já tivemos oportunidade de referir, é difícil fazer uma datação da correspondência da poliglota, visto que ela não data grande parte das suas cartas. A historiografia procurou situar cada uma delas, tendo em conta os seus conteúdos. Léon Bourdon e Odette Sauvage, na sua edição completa e pioneira do epistolário de Luísa, apresentaram propostas de datação importantes para as três cartas destinadas a Maria da Hungria: inícios de 1557, Verão de 1557 e Março de 1558, respectivamente. Para tal, basearam-se, entre outros, no planeamento da ida da infanta D. Maria a Castela, para visitar a sua mãe, Leonor de Áustria, mencionada por Luísa na primeira epístola⁶⁰⁶; e na referência à gravidez da erudita, feita na terceira carta⁶⁰⁷. Contudo, o assento de baptismo da filha de Sigeia, Juana, está firmado em 25 de Agosto de 1557⁶⁰⁸. Foi esse documento que levou María Regla Prieto Corbalán a questionar as datas propostas por Bourdon e Sauvage,

⁶⁰³ *Ibidem*, p. 114.

⁶⁰⁴ *Ibidem*, p. 114.

⁶⁰⁵ No regresso a Espanha, Maria foi acompanhada pelo irmão, Carlos V, que abdicara do trono imperial a favor de Fernando, irmão mais novo, e do de Castela a favor do filho Filipe, e por Leonor de Áustria, a irmã mais velha de ambos, rainha de Portugal e França. Os três reuniram-se em terras espanholas, onde faleceriam no ano de 1558, com meses de diferença.

⁶⁰⁶ A reunião familiar aconteceria em 1558 (cf. PINTO, 1996, vol. 1, pp. 48-54).

⁶⁰⁷ Cf. BOURDON e SAUVAGE, 1970, pp. 54-56, 70.

⁶⁰⁸ “En la Iglesia de San Llorente, desta ciudad de Burgos, miércoles en 25 días del mes de agosto deste presente año de mill y quinientos y cincuenta y siete, yo el licenciado Juan Martínez de Arroyuelo, cura y beneficiado de la dicha Iglesia, bauticé en ella a Juana, hija legítima de Francisco de Cuevas y de Luisa Exigea portuguesa, su legítima mujer” (“Partida de bautismo de D.^a Juana de Cuevas” in GARCÍA RÁMILA, 1958-1959, n.º 145 (1959), p. 465).

adiantando-as para 1556 e 1557, respectivamente⁶⁰⁹. Esta é a proposta de datação que seguimos.

Na primeira carta, de inícios de 1556⁶¹⁰, segundo as palavras escolhidas por Sigeia, a regente já estaria a planear convidá-la para o seu serviço, pelo que ouvira dizer do seu intendente. A notícia reconfortou a erudita, não só por assegurar uma estabilidade financeira para si mesma, como também para o marido⁶¹¹. A entrada ao serviço de Maria da Hungria seria feita quando se realizasse o encontro entre a infanta D. Maria e a sua mãe D. Leonor de Áustria, rainha de França.

Na segunda carta, escrita “em Burgos no mesmo ano que a carta anterior”⁶¹², Luísa refere duas cartas que recebeu da regente, pelo intermediário Afonso Castilho⁶¹³, uma delas com as ordens para entrar ao seu serviço (não sabemos o que continha a outra). Contudo, a resposta de Sigeia serve apenas para informar que esta não poderá tomar uma decisão “sem consultar o meu marido, que está ausente”⁶¹⁴, pedindo desculpas pelo adiamento. Terá sido depois desta carta, e antes da terceira, que Francisco de Cuevas foi admitido como secretário da rainha da Hungria, ainda em 1556⁶¹⁵.

Em Março do ano seguinte, em 1557, Luísa remete a terceira e última carta para Maria da Hungria, cujas razões para o repetido atraso se deviam, desta vez, aos enjoos e náuseas provocados pela (única) gravidez da erudita, que ia já nos quatro meses, provavelmente⁶¹⁶. É possível que Sigeia estivesse junto da família do marido, que já servia a regente (e, por isso, se terá ausentado depois de visitar a mulher), pois a poliglota escreve o seguinte:

⁶⁰⁹ Cf. PRIETO CORBALÁN, 2007, pp. 110-112. A edição portuguesa destas cartas segue a datação delineada por Bourdon e Sauvage (cf. ANASTÁCIO, 2013, pp. 436-439).

⁶¹⁰ “Carta à Rainha Maria da Hungria datada do início de 1557 [1556]” in ANASTÁCIO, 2013, pp. 436-437. Apesar de seguirmos a datação proposta por Prieto Corbalán, fazemos uso da tradução portuguesa das três epístolas.

⁶¹¹ “[...] e nessa altura aquilo que Vossa Majestade tiver estabelecido relativamente a mim e ao meu marido, será muito mais fácil de cumprir [...]” (“Carta à Rainha Maria da Hungria datada do início de 1557 [1556]” in ANASTÁCIO, 2013, p. 437).

⁶¹² “Carta à Rainha Maria da Hungria datada do Verão de 1557 [1556]” in *ibidem*, p. 438.

⁶¹³ Bourdon e Sauvage chamam-lhe “Alonso Castillo” (BOURDON e SAUVAGE, 1970, p. 109) e Prieto Corbalán traduz “Alfonso Castellano” (“Carta dirigida a la reina María de Hungria (año de 1556)” in PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 111).

⁶¹⁴ “Carta à Rainha Maria da Hungria datada do Verão de 1557 [1556]” in ANASTÁCIO, 2013, p. 438.

⁶¹⁵ São os dados que temos para o serviço de Francisco de Cuevas que nos fazem duvidar do ano em que a sua mulher se tornou dama de Maria da Hungria, pois este, em 1556, é identificado num “libramiento de salario [...] como «secretario spañol de su magestad»”, cuja mercê “librada por 8 meses fue de 92 libras, 13 sueldos y 4 dineros” (BARANDA, 2006, p. 6).

⁶¹⁶ Juana foi baptizada em Agosto de 1557, como já referimos (cf. “Partida de bautismo de D.^a Juana de Cuevas” in GARCÍA RÁMILA, 1958-1959, nº 145 (1959), p. 465).

“Estava precisamente a ponto de me pôr a caminho mal chegou o meu marido [...]; mal acabara de escrever, quando, de imediato, náuseas muito desagradáveis e fortes enjoos, enfim todas as maleitas das gravidezes comesçassem de tal modo a atormentar-me que com dificuldade me permitiam mover até mesmo um pé fora de casa. [...] por este motivo, não posso acorrer de imediato à presença de Vossa Majestade [...]. Fá-lo-ei assim que puder, só poderei, todavia, quando, já restabelecida, vier a ser autorizada pelos irmãos do meu marido, que de modo algum ousam permitir que eu empreenda uma viagem [...]”⁶¹⁷.

Apesar dos inúmeros contratempos, em 1558⁶¹⁸, a erudita entra, efectivamente, ao serviço da regente, em Valladolid, como *dama latina*, sendo que já recebia pensão anteriormente⁶¹⁹. O serviço na corte de Maria da Hungria seria o último meio cortesão que Luísa frequentaria, e duraria pouco tempo. Maria morreria no final desse ano, em Outubro de 1558, deixando uma pensão anual de 56.250 mrs⁶²⁰ à “muger de Francisco de Cuevas, secretario que fue de su magestad”⁶²¹, que, por sua vez, receberia 93.750 mrs pelos seus serviços⁶²².

Ainda em 1558, Luísa escreveu duas cartas⁶²³ a um “doctissimus Alvarus”⁶²⁴, personagem que se pensa ser Alvar Gómez de Castro (1515-1580)⁶²⁵. Este toledano estudou na universidade de Alcalá de Henares (onde também esteve o pai da latinista), obtendo o bacharelato e a licenciatura em Artes nos anos de 1537 e 1538, formando-se também em Teologia, entre 1538 e 1542; ao mesmo tempo, ensinou Grego, sendo oficialmente nomeado apenas em 1542⁶²⁶, ano em que o irmão (mais velho?) de Luísa,

⁶¹⁷ “Carta à Rainha Maria da Hungria datada de Março de 1558 [1557]” in ANASTÁCIO, 2013, p. 439.

⁶¹⁸ Não há certezas quanto a esta data, pois, como vimos, a vida de Luísa mostra-se difícil de retratar.

⁶¹⁹ Em 1557, Luísa recebeu, de forma repartida, um salário anual de 150 ducados (56.250 mrs), como mulher de Francisco de Cuevas, o mesmo valor que lhe seria destinado após o falecimento da regente (cf. BARANDA, 2006, pp. 6-7).

⁶²⁰ O valor do seu salário enquanto esteve ao serviço da sua senhora.

⁶²¹ *Ibidem*, p. 7.

⁶²² Cf. *ibidem*, pp. 6-7. Luísa surge nesta documentação como mulher de Francisco de Cuevas, sempre. Ao que parece, o marido foi também contador de Leonor de Áustria: “[...] le mandaron [Francisco] a servir a la serenísima Reina de Hungría de secretario y a la de Francia de contador [...]” (cf. *ibidem*, p. 7).

⁶²³ A primeira vaga historiográfica datou estas cartas de 1552, porque existem referências ao *Duarum virginum colloquium*. Porém, o *post-scriptum* castelhano de uma delas adianta as cartas para, pelo menos, 1558, pois faz alusão à filha de Luísa, Juana, nascida em 1557. Voltaremos a referir esta questão mais adiante.

⁶²⁴ “Carta dirigida a Alvar Gómez de Castro (año 1558)” in PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 115, n. 78. Para as duas cartas, cf. pp. 115-118.

⁶²⁵ Num primeiro momento, Odette Sauvage pensou que o destinatário destas suas cartas fosse Álvaro Gomes, lente de Teologia em Coimbra entre 1545 e 1546, e, mais tarde, capelão, até 1551, ano da sua morte. Contudo, o facto de surgirem originais resenhados no epistolário de Alvar Gómez de Castro, levaram-na a concluir que seria esse o «doctissimus Alvarus» a quem Luísa escrevia, e não a figura portuguesa (cf. BOURDON e SAUVAGE, 1970, pp. 66-68).

⁶²⁶ Cf. VAQUERO SERRANO, María del Carmen, “Álvar Gómez de Castro” in *Real Academia de la Historia: Diccionario electrónico*; <http://dbe.rah.es/biografias/34879/alvar-gomez-de-castro>.

Diogo, recebeu, da mesma instituição, o grau de bacharel em Artes⁶²⁷. No ano seguinte, o helenista sagrou-se Mestre em Artes. No seu círculo de amigos, formado na universidade, contavam-se, entre outros, os catedráticos de Grego, Juan Pérez e Francisco de Vergara⁶²⁸. Seria o irmão deste último, Juan de Vergara, o possível autor de uma carta-resposta a Luísa, enviada nos inícios da década de 1540, congratulando-a pela admissão na corte portuguesa⁶²⁹. É possível que Gómez de Castro e o irmão das Sigeia se tenham cruzado, em algum momento, na universidade de Alcalá, visto que ambos a frequentaram. Talvez seja essa a ligação entre a poliglota e o helenista.

Apesar de as duas cartas estarem escritas em latim e com um carácter erudito, uma delas tem um *post-scriptum* em castelhano, que remete para o foro íntimo, pessoal, de Sigeia:

“Señor

Si v[uestra] m[erced] quiere un chirrito q[ue] aquí tengo q[ue] no le deje hacer cosa buena a poder de hablar, yo se la enviaré, q[ue] me ha hecho borrar dos o tres veces este escrito y es Juanita por eso v.m. ponga a ella la culpa, y no a mí, q[ue] no la tengo sino en ser muy de v[uestra] m[erced]”⁶³⁰.

O *chirrito* (=periquito/papagaio) a que Luísa faz referência não é outro senão a sua filha, Juana, nascida em 1557. O primeiro a identificá-la foi Gomes de Brito, em 1907, quando publicou as tenças testamentárias de D. Maria⁶³¹. Contudo, essa identificação não foi seguida pelos autores franceses, que traduzem para *perruche* e não desenvolvem⁶³², mas foi destacada por Américo da Costa Ramalho, que exuma a correcta identificação⁶³³. É este *post-scriptum* que permite datar a carta em, pelo menos, 1558, ano em que Juana estaria já a começar a verbalizar os primeiros vocábulos, como esclarece Prieto Corbalán⁶³⁴.

Ambas as cartas demonstram a erudição da sua autora, e, na segunda, é feita uma nova referência à pequena Juana, no encerramento da epístola: “Me despido de nuevo

⁶²⁷ Cf. “Sigeo, Diego” in AHN: UNIVERSIDADES, L.476,Fol.170.

⁶²⁸ Cf. VAQUERO SERRANO, María del Carmen, “Álvar Gómez de Castro” in *Real Academia de la Historia: Diccionario electrónico*; <http://dbe.rah.es/biografias/34879/alvar-gomez-de-castro>.

⁶²⁹ Cf. “Carta de un escolástico toledan a Luisa Sigea (1542)” in PRIETO CORBALÁN, 2007, pp. 147-149. Discordamos da datação da carta, defendendo que o ano da sua redacção é anterior (cf. subcapítulo 3.2.: «A vida na corte: Vila Viçosa e Lisboa»).

⁶³⁰ “Carta dirigida a Alvar Gómez de Castro (año 1558)” in PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 116.

⁶³¹ Cf. BRITO, 1907-1910, vol. V (1907), p. 123, n. 40.

⁶³² Cf. BOURDON e SAUVAGE, 1970, p. 90. Os autores seguiram Allut, que, pioneiramente, fizera o mesmo (cf. ALLUT, 1862, p. 22).

⁶³³ Cf. RAMALHO, 1983, p. 190.

⁶³⁴ Cf. “Carta dirigida a Alvar Gómez de Castro (año 1558)” in PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 116, n. 83.

de ti junto a esta divertida jovencita, o más bien, a este lorito griego”⁶³⁵. É notória a ligação pessoal, mesclada com a relação humanista, que os dois personagens desenvolveram. Essa relação ter-se-á construído ao longo dos anos em que Luísa esteve na corte portuguesa, visto que esta refere uma carta que Gómez de Castro lhe reenviou, com correcções, que ela prefere guardar a enviar de volta⁶³⁶.

Relembramos que, em 1555, Luísa escrevia que preferia a paz doméstica do seu estudo aos “palacios de los reyes”⁶³⁷, mas Sigeia sabe, melhor do que ninguém, que é imperativo estar na corte, pois só dessa forma poderá subsistir por seu próprio mérito (e não à custa do marido). Percebemos, então, a carta-petição que escreve, em 1559, a Filipe II de Espanha, monarca a quem ela e Francisco⁶³⁸ pedem «refugio» para poderem “regresar honorablemente [de Valladolid⁶³⁹] a nuestra patria [Burgos]”⁶⁴⁰. Já aludimos a esta carta anteriormente, para nos referirmos aos anos em que Luísa se terá mudado para Portugal com a família. Já referimos, também, que esta carta, talvez a mais conhecida logo a seguir à carta-poliglota a Paulo III, é a carta que resume a vida profissional de Luísa. Foi nesta epístola que a erudita delineou o seu *curriculum vitae*, como interpretou Prieto Corbalán⁶⁴¹. Além de ter conhecimentos nas cinco línguas em que escreveu ao Papa:

“De muy buen grado fui admitida en la Corte Lusitana, y para la Serenísima Infanta María realicé con honor la función de maestra. [...] habiéndome visto la Serenísima Reina de Hungría, tía materna de Vuestra Magestad, [...] nos tomó por su propia voluntad a su servicio a mí y a mi marido. A él lo empleó como su secretario y a mí por mis estudios entre el número de sus nobles damas mientras vivió. Ahora, tras su muerte, nos ha dejado una suma razonablemente pequeña, aunque nada desdeñable, teniendo en cuenta el tiempo que le servimos”⁶⁴².

Depois de se apresentar formalmente, Sigeia pede ao monarca “que mandéis que se incluya a mi marido entre el número de vuestros servidores con un rango y unas

⁶³⁵ “Carta dirigida a Alvar Gómez de Castro (año 1558)” in *ibidem*, p. 118.

⁶³⁶ Cf. *ibidem*, pp. 115-116.

⁶³⁷ “Carta dirigida a Juan Francisco Canobio (año 1555)” in *ibidem*, p. 109.

⁶³⁸ Cf. “Carta dirigida a Felipe II (año 1559)” in *ibidem*, pp. 118-120. Há uma carta, (dita) escrita por Francisco de Cuevas, em que é feito o mesmo exercício de petição de emprego junto do monarca espanhol (cf. BARANDA, 2006, p. 7).

⁶³⁹ Onde estiveram a servir Maria da Hungria, falecida em Outubro de 1558.

⁶⁴⁰ “Carta dirigida a Felipe II (año 1559)” in PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 119.

⁶⁴¹ Cf. *ibidem*, p. 119, n. 97.

⁶⁴² *Ibidem*, p. 119.

rentas que sean apropiadas a un hombre de entre los elegidos de la Reina María”⁶⁴³, pois embora Francisco fosse um nobre culto, segundo ela, era pouco afortunado⁶⁴⁴. Apesar de não requerer um lugar na corte para si mesma⁶⁴⁵, Luísa caracteriza-se como “una mujer que [...] sobresalió en gran manera entre las demás mujeres de su tiempo en el culto a las Musas”⁶⁴⁶.

Sabemos que o seu marido ingressou na corte filipina, mantendo-se ao serviço da Coroa espanhola; contudo, o registo mais antigo que temos data de 1572, reportando-se ao primeiro assento de pagamento como correio-mor de Burgos, no valor de 4.175 mrs⁶⁴⁷. A confirmar-se a sua identidade, Francisco seria também mercador, mantendo relações com determinados agentes comerciais, como Ventura de Frías. Os dois nomes surgem numa obrigação de pagamento, de Novembro de 1582, que aconteceria em Burgos, sendo que o marido da poliglota é identificado como correio-mor dessa cidade⁶⁴⁸. Nesse caso, o marido de Luísa terá exercido o cargo de correio-mor durante, pelo menos, dez anos. Temos, também, conhecimento de que Francisco recebeu um juro no valor de 3.000 mrs, ainda que não saibamos o ano⁶⁴⁹, e que surgiu como testemunha num expediente de provas para o ingresso de D. García Alvarez Ossorio na Ordem Militar de Calatrava, firmado no ano de 1599, ano da morte do marido da poliglota⁶⁵⁰. No entanto, Luísa não obteve qualquer resposta a esta carta-petição para Filipe II.

A partir deste novo silêncio⁶⁵¹, a poliglota expediu epístolas para o embaixador de França na corte filipina, Sebastian de l’Aubespine⁶⁵², ao preceptor do infante Carlos

⁶⁴³ *Ibidem*, p. 119.

⁶⁴⁴ “Y con respecto a que [Francisco] carece de riquezas [...]” (*ibidem*, p. 119).

⁶⁴⁵ Pensamos que esta lacuna se deve ao facto de a carta ter sido escrita, possivelmente, antes da assinatura do tratado de Catêau-Cambresis, em Abril de 1559, e, por isso, antes do matrimónio de Filipe II com Isabel de Valois (1546-1568), filha de Catarina de Médicis (1519-1598) e de Henrique II de França (1519-1559) (cf. PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 118, n. 94). Filipe, por esta altura, estava, pela segunda vez, viúvo e, como tal, não existiria uma corte feminina que justificasse a integração de damas latinas. É, por isso, possível que Luísa aguardasse que o monarca casasse novamente, para, então, enviar petições à nova rainha.

⁶⁴⁶ “Carta dirigida a Felipe II (año 1559)” in *ibidem*, p. 120.

⁶⁴⁷ Cf. BARANDA, 2006, p. 7.

⁶⁴⁸ Cf. ANTT, ADLSB, 15º Cartório Notarial de Lisboa, caixa 11, lv. 52, fls. 26v-28v. Deixamos aqui expresso o nosso agradecimento à Professora Doutora Ana Sofia Ribeiro, pelas informações, disponibilidade e ajuda na procura de informações sobre Francisco de Cuevas.

⁶⁴⁹ Cf. “Juro a favor de Francisco Cuevas” in AGS: CME, 172,41.

⁶⁵⁰ Cf. GARCÍA RÁMILA, 1958-1959, nº 144 (1958), p. 315, n. 3.

⁶⁵¹ Já em 1547, o Papa Paulo III não lhe havia respondido à sua segunda carta, onde esta fazia petições para os irmãos Diogo e António (cf. PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 62).

⁶⁵² Luísa enviou-lhe duas cartas, na realidade: uma no primeiro dia de Fevereiro, assinada em Toledo (cf. “Carta dirigida a Sebastián de l’Aubespine (año 1560)” in *ibidem*, pp. 120-122) e a segunda sem data (“Carta enviada a Sebastián de l’Aubespine (año 1560)” in *ibidem*, pp. 122-123).

de Espanha, Honorato Juan⁶⁵³, e ao bispo de Burgos, D. Francisco de Mendoza y Bobadilla⁶⁵⁴, todas em 1560⁶⁵⁵, ano em que a erudita viria a falecer, a 13 de Outubro. Todas elas apresentam o mesmo objectivo: conseguir um emprego na corte, nomeadamente, junto da nova rainha de Espanha, Isabel de Valois (1546-1568). Segundo as palavras de Luísa, o embaixador francês e o preceptor do príncipe procuraram interceder por si junto da Coroa, algo pelo qual Sigeia agradece diversas vezes, por escrito⁶⁵⁶. Aliás, a poliglota recebeu a visita de um intermediário para confirmar a mediação do embaixador junto dos monarcas; esse intermediário era Giovanni Francesco Cannobio, o colector apostólico com quem Luísa trocara correspondência em Outubro de 1555, estando já em Burgos⁶⁵⁷.

Destas quatro cartas, escritas de uma forma muito semelhante, aquela que nos dá mais informações sobre o «desespero económico» de Luísa é a segunda missiva remetida ao embaixador francês. Nela, Sigeia confessa ao diplomata que está cansada de esperar por uma resposta da Coroa, visto que:

“Hace veinte días que, siguiendo tu consejo, besé los pies de nuestra señora la Reina. Desde entonces no he visto ningún signo de la voluntad real y no puedo imaginar, ni mucho menos conjeturar, qué va a hacerse con mi persona. Todo está en silencio. No hay quien me haga saber si la Reina ha consultado a su marido sobre este tema, ni tampoco nadie que me diga qué piensa sobre esto el Rey. Entre la esperanza y el miedo fluctúa mi espíritu. Ciertamente la esperanza no me abandona, y con razón, porque fuiste tú el que te encargaste de nuestra solicitud; pero no puedo evitar sentir temor ante la miseria de nuestro tiempo, pues entre nosotros «la honradez es alabada, pero siente frío»”⁶⁵⁸.

Possivelmente, a erudita terá enviado uma carta à rainha Isabel, a terceira mulher de Filipe II, a fim de conseguir uma ocupação remunerada na sua nova corte, mas, até

⁶⁵³ Cf. “Carta enviada a Honorato Juan (año 1560)” in *ibidem*, pp. 123-124.

⁶⁵⁴ Cf. “Carta dirigida a Francisco de Mendoza (año 1560)” in *ibidem*, pp. 124-125.

⁶⁵⁵ Há também duas cartas – na realidade, uma carta e umas linhas de outra – dirigidas a um Juan de Avellaneda, que desconhecemos quem seja. Sem local nem data de redacção, Prieto Corbalán considera que, pelo conteúdo pessimista que apresenta, a primeira carta tenha sido escrita em Burgos, no Outono de 1560, pouco antes de Luísa falecer (cf. “Cartas dirigidas a Juan de Avellaneda” in PRIETO CORBALÁN, 2007, pp.125-126, n. 133). Visto que não encontramos referências a nenhum Juan de Avellaneda que pudesse ser identificado com o destinatário destas cartas, optámos por não aprofundar a sua análise. Prieto Corbalán edita ambas as epístolas: a carta completa e o excerto de uma segunda (cf. *ibidem*, pp. 125-127).

⁶⁵⁶ Por exemplo, ao diplomata francês, a poliglota faz-lhe chegar “mis gracias eternas de todo corazón y mi amor por mis estudios” (“Carta dirigida a Sebastián de l’Aubespine (año de 1560)” in *ibidem*, p. 121).

⁶⁵⁷ “[...] vino a mí Francisco Canobio, varón cuyo nombre no ha de silenciarse nunca, y me aseguró que mis deseos [Luísa refere-se à possibilidade de um emprego na corte] eran una realidad. Y a ti te pintó con los más vivísimos colores, a ti que eres al que todos los sabios deberían solicitar como apoyo y como el único y más seguro patrón” (*Ibidem*, p. 121).

⁶⁵⁸ *Ibidem*, pp. 122-123.

nós, não chegou qualquer registo escrito deste género, exceptuando a referência nesta passagem que acabámos de citar. Quando Luísa afirma que beijou “los pies de nuestra señora la Reina”⁶⁵⁹, esta pode ser interpretada de dois modos: ou Sigeia redigiu à rainha uma epístola idêntica à que enviou a Filipe II (contacto indirecto) ou a poliglota esteve na sua presença (contacto directo), algo exequível, visto que o marido tinha uma permanência na corte filipina⁶⁶⁰. Em ambos os casos, a erudita lamenta-se por não ter recebido respostas aos seus pedidos, silêncios que a deixam bastante fragilizada, a nível profissional e pessoal.

Aquando da sua morte, a 13 de Outubro de 1560, foram-lhe dedicados vários epitáfios, compostos pelas penas de diversos humanistas, que celebraram a sua erudição, destacando, sempre, a carta poliglota enviada a Paulo III. De entre os muitos que assinalaram a sua morte, não queremos deixar de assinalar as palavras do seu marido, que, por motivos óbvios, ganham uma força e densidade particulares:

*“D. O. M. / Loisiae Sigaeae Foeminae / Incomparabili / Cujus Pudicitia cum Eruditione / Linguarum / Qua in ea ad miraculum / Usque fuit / Ex aequo certabat / Franciscus Cuevas Moerentiss / Conjugi B. M. P. / Vale Beata Animula. Conjugi / Dum vivet / Perpetuae lachrymae”*⁶⁶¹.

Ao analisar estas cartas, compreendemos os motivos que levaram os contemporâneos de Luísa – e a própria historiografia – a justificar a sua prematura morte com o desgosto provocado pela permanência na *corte* enquanto espaço de poder, e não apenas numa corte em específico (a portuguesa, entenda-se). Sabemos de outras seis cartas escritas pela erudita, mas desconhecemos os seus destinatários e não temos registo dos locais e datas da sua produção. Estas seis epístolas estão divididas em dois grupos: «Dos Cartas de Doña Luisa de Sigea a un caballero, sobre la soledad», com duas missivas, e «Cartas familiares de Luisa Sigea», com quatro epístolas. O primeiro grupo está inserido num manuscrito do século XVII, na Biblioteca Nacional de Madrid,

⁶⁵⁹ *Ibidem*, p. 122.

⁶⁶⁰ Aliás, Sigeia demonstra, não só, conhecer alguns dos personagens que percorriam os corredores da corte espanhola, como também tem a possibilidade de contactar com eles, pois, na carta para Honorato Juan, surge o seguinte: “Así pués te envío el documento que me habías pedido para que se lo muestres al señor García, al que siguiendo tu consejo escribí una nota. Queda que obtengas de tu Príncipe, por cierto el feliz futuro Monarca de todos, la carta que tú sabes” (“Carta enviada a Honorato Juan (año de 1560)” in PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 124). Está claro que o Príncipe é o herdeiro do trono, Carlos de Espanha, filho da infanta portuguesa D. Maria, a primeira mulher de Filipe II, falecida em 1545; quanto ao “señor García”, este era, segundo Prieto Corbalán, D. García de Toledo, governador da Casa do príncipe e, por isso, um homem influente junto do rei, seu pai (cf. *ibidem*, p. 124, n. 123).

⁶⁶¹ VASCONCELOS, 1994 [1902], p. 91, n. 178.

com o título *Papeles varios*⁶⁶². Nele, incluem-se, além das duas cartas de Sigeia, a «Instrucción del Regente Don Pedro Corseto para el Príncipe Filiberto que fue al Virreinato de Sicilia» ou, entre outros, o «Discurso sobre si los príncipes se deben poner en las elecciones de los Summos Pontífices». O segundo grupo pode ser encontrado, segundo consta, na British Library⁶⁶³. As seis cartas foram publicadas por Prieto Corbalán, que reúne os parcos dados sobre as mesmas⁶⁶⁴.

As razões que nos levaram a não incluir estas epístolas na nossa análise prendem-se com o facto de não ser possível inseri-las no seu próprio contexto, visto que, como já referimos, não estão datadas nem designam o personagem a que se destinam. Digamos, apenas, que todas aparentam ter sido escritas nos anos em que Sigeia esteve na corte e naqueles após a sua saída, ou seja, o universo cronológico a que se reportam delimitar-se-á entre os anos de 1540 e 1558. Apesar de o conjunto epistolar (o total das seis cartas) estar escrito em castelhano, grande parte das missivas exhibe citações em latim (uma delas tem parte de uma frase em italiano⁶⁶⁵), o que sugere, precisamente, uma correspondência composta em ambiente cortesão – ou para figuras desse mundo. Os assuntos das cartas variam entre temas mais abstractos, como a solidão (que providencia o título para o primeiro grupo), a tristeza e o amor, e temas ligados à corte, como “qué libros me parecía que leyesdes para dellos poderos aprovechar en la conversa galana”⁶⁶⁶ e que pinturas deveria ter uma mesa, consoante o propósito da sua criação.

A título de curiosidade, esta última carta, que reflectia sobre qual a pintura mais adequada para uma mesa, dependendo do propósito a que se destinava a referida peça, revela um outro lado de Luísa, o do quotidiano palaciano. A erudita divide as possíveis funções do objecto em seis: para estudar; para “gala”⁶⁶⁷, ou seja, provavelmente, para ser usada em cerimónias; apenas para pôr velas, durante a noite; para comer; para despachar, “como suelen tener siempre los señores”⁶⁶⁸; ou para contemplação⁶⁶⁹.

⁶⁶² O manuscrito está digitalizado e disponível *online* na Biblioteca Digital Hispánica: <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000144999&page=1>. Para as cartas sigeianas, cf. fls. 46-49.

⁶⁶³ Infelizmente, não nos foi possível confirmar o paradeiro destas missivas.

⁶⁶⁴ Apesar de separá-las nos dois grupos que identificámos, Prieto Corbalán não altera a sua titulação, o que significa que existem duas cartas com o número 1 e outras duas com o número 2, sendo que apenas a sua paginação as distingue (cf. PRIETO CORBALÁN, 2007, pp. 129-136).

⁶⁶⁵ Cf. “Carta núm. 1” in *ibidem*, p. 130, n. 6.

⁶⁶⁶ “Carta núm. 1” in *ibidem*, p. 132.

⁶⁶⁷ “Carta núm. 4” in *ibidem*, p. 140.

⁶⁶⁸ *Ibidem*, p. 140.

⁶⁶⁹ Cf. *Ibidem*, pp. 139-141.

Relembremos que Sigeia caracterizou os seus anos de serviço cortesão como “años de celosa servidumbre”⁶⁷⁰, anos pelos quais lhe foi negada “la recompensa más que merecida por mis estudios y por el penoso vasallaje en aquella corte”⁶⁷¹. Esta ideia é repetida em diversas ocasiões pela erudita, por vezes de uma forma muito subtil, sendo maioritariamente usada para se referir à sua estadia na corte portuguesa. Em suma, a opinião da poliglota é a de que a recompensa pelos anos de estudo que empreendeu é desproporcional ao nível do esforço que desempenhou. Claro está que parte dessa recompensa, ao lado do prestígio social que a sua erudição lhe permitiria, está relacionada com as remunerações pelos serviços cumpridos na corte. Sobre eles, reina o silêncio. Não dispomos de prolífera documentação que ateste, com segurança, as palavras que Sigeia tanto reitera⁶⁷². Ao invés disso, temos dados que poderão contestar ou, pelo menos, pôr em causa essas afirmações, reproduzidas acriticamente por grande parte da historiografia sigeiana⁶⁷³. Grande parte desses dados⁶⁷⁴, exumados na década de 50 do século passado por García Rámila, mas raramente consultados pelos estudiosos, pertencem à filha de Luísa, Juana, e reportam-se, sobretudo, ao seu casamento com Rodrigo Ronquillo, em 1580⁶⁷⁵.

Rodrigo Ronquillo era filho de Ana del Castillo y Villegas, filha de María de Villegas e de Pedro Ximénes del Castillo, secretário de Carlos V, e de Gonzalo Ronquillo (†a.1580⁶⁷⁶), filho primogénito de Teresa Briceño Berdugo e do famoso alcaide Ronquillo, de quem já nos pronunciámos a propósito das ligações entre esta família e a família Velasco, por parte da mãe de Luísa, D. Francisca⁶⁷⁷. O sogro de Juana, Gonzalo, havia sido

“Gentilhombre de la Boca del Emperador Carlos V, Caballero profeso de la Orden de Santiago en 1523, Comendador de Santa Cruz de la Zarza de la

⁶⁷⁰ “Carta enviada a Alonso de Cuevas (años 1554-1555)” in *ibidem*, p. 107.

⁶⁷¹ *Ibidem*, p. 107.

⁶⁷² A documentação que sobreviveu até nós sobre os assentos de moradia que Luísa recebeu enquanto esteve na corte portuguesa é muito parca, como já tivemos oportunidade de esclarecer.

⁶⁷³ De que tenhamos conhecimento, as únicas exceções são PÉREZ RAMÍREZ, 1994, pp. 164-165; BARANDA, 2006; PRIETO CORBALÁN, 2007, pp. 74-76; e BARANDA, 2008, pp. 138-139.

⁶⁷⁴ Há uma pequena porção da documentação que se refere a Francisco de Cuevas, a que já tivemos ocasião de nos referir, que foi resgatada por Baranda, a partir da tese de Sira Garrido Marcos, num pequeno artigo que recorrentemente citamos (cf. BARANDA, 2006).

⁶⁷⁵ A documentação é imensa e incluí os assentos de baptismo dos filhos do casal e o testamento de Juana.

⁶⁷⁶ Cf. “Curiosísima escritura otorgada por los esposos Don Rodrigo Ronquillo del Castillo y Doña Juana de Cuevas y Sigea” in GARCÍA RÁMILA, 1958-1959, n° 145 (1959), p. 475.

⁶⁷⁷ Cf. subcapítulo 2.2.: «Uma figura desconhecida: a mãe, D. Francisca de Velasco».

Provincia de Castilla, Capitán de Caballos Corazas en las guerras de Alemania, Corregidor de las Ciudades de Zamora, Écija y Málaga, y segundo Patrono de la Capilla Mayor de la Iglesia de Santa María la Real de Arévalo”⁶⁷⁸.

Rodrigo, por sua vez, foi regedor e alferes-mor de Arévalo, e esteve ao lado de Juan de Áustria (1547-1578), filho ilegítimo de Carlos V e de Bárbara Plumberger, nas Guerras de Granada (1568-1570) e na Batalha de Lepanto (1571)⁶⁷⁹. O marido de Juana tinha, portanto, uma relação próxima (e antiga) com a Casa Real castelhana⁶⁸⁰.

Ora, para o seu matrimónio com o neto do famoso alcaide Ronquillo, celebrado a 30 de Maio de 1580⁶⁸¹, Juana recebeu um dote no valor de “diez y siete mil ducados que valen seis cuentos (millones) y trescientos y setenta y cinco mil maravedís”⁶⁸², dos quais 3.000 ducados seriam pagos em jóias de ouro e prata, vestidos e “menage de casa”⁶⁸³, e, entre outros, 2.000 ducados reservavam-se às rendas e direitos sobre o senhorio de Villanasur, que herdava do pai como sua herdeira universal⁶⁸⁴, senhorio que

⁶⁷⁸ FERNÁNDEZ BÉTHENCOURT, 1897-1920, t. III (1901), p. 92, n. 1. Gonzalo terá sido, também, “Contino de Castilla, desde 1556 hasta, al menos, 1561” (MARTÍNEZ MILLÁN e FERNÁNDEZ CONTI, 2005, vol. 2, p. 397).

⁶⁷⁹ Cf. FERNÁNDEZ BÉTHENCOURT, 1897-1920, t. III (1901), p. 93, n. 1.

⁶⁸⁰ Sobre a família Ronquillo nos círculos de poder castelhanos, cf. FAYARD, 1979, pp. 274-277. O tio de Rodrigo, Luis Ronquillo, entrou ao serviço da Coroa castelhana em 1521, junto de Juana de Castela e Carlos V, tendo-se mantido nesse círculo de poder quando Filipe II herdou o trono. Foi capelão da Casa castelhana entre 1556 e, pelo menos, 1561 (cf. MARTÍNEZ MILLÁN e FERNÁNDEZ CONTI, 2005, vol. 2, p. 398).

⁶⁸¹ Cf. “Matrimonio Ronquillo-Cuevas” in GARCÍA RÁMILA, 1958-1959, nº 145 (1959), p. 492.

⁶⁸² Cf. “Capitulaciones matrimoniales, escritura de esponsales, poderes y otros documentos, referentes al matrimonio de D.^a Juana de Cuevas y D. Rodrigo Ronquillo” in GARCÍA RÁMILA, 1958-1959, nº 145 (1959), pp. 468-469. Portanto, e fazendo as devidas contas, 1 ducado equivaleria a 375 mrs. Rodrigo dar-lhe-ia, em arras, 2.500 ducados (937.500 mrs).

⁶⁸³ Estes 3.000 ducados que recebeu Juana em jóias, vestidos e outros objectos para a sua *casa* equivaleriam a 1.125.000 mrs. A título de curiosidade, e para tentarmos compreender os valores aqui transaccionados, em 1544, cerca de 40 anos antes do casamento de Juana, no inventário do dote da infanta D. Maria, filha de D. Catarina de Áustria e D. João III, princesa das Astúrias pelo seu casamento com Filipe II, um colar de troços, de ouro e esmalte, fora avaliado em 136 cruzados e meio (moeda equivalente ao ducado castelhano), o que perfazia 51.187 mrs e meio (cf. “Quaderno das cousas de ouro, e prata, e joyas, que levou a Princeza D. Maria a Castella, em desconto de seu dote, e da valia, e pezo dellas, e entrega, que se dellas fez ao seu Thesoureiro; e a quitação do Priucipe vay dentro” in SOUSA, 1739-1748, t. III (1744), p. 185). A analogia poderá não ser a ideal, mas é simples o bastante para compreendermos os montantes que eram aqui transaccionados. Caso o valor das jóias não atingisse os 3.000 ducados, o montante que estivesse em falta teria que ser pago em dinheiro (cf. “Capitulaciones matrimoniales, escritura de esponsales, poderes y otros documentos, referentes al matrimonio de D.^a Juana de Cuevas y D. Rodrigo Ronquillo” in GARCÍA RÁMILA, 1958-1959, nº 145 (1959), p. 471).

⁶⁸⁴ Juana foi também herdeira universal de dois dos seus tios paternos: Catalina de la Mota e Diego de Cuevas: “Ytem que la dicha señora doña catalina de la mota, y el señor diego de cuevas canónigo de esta santa yglesia sus hermanos [de Francisco de Cuevas] dejen asi mismo por heredera ha la dicha señora doña juana de todos los bienes que tuvieran al fin y tiempo de su muerte menos el tercio de la dicha su hacienda y de ello harán escriptura bastante” (“Capitulaciones matrimoniales, escritura de esponsales, poderes y otros documentos, referentes al matrimonio de D.^a Juana de Cuevas y D. Rodrigo Ronquillo” in GARCÍA RÁMILA, 1958-1959, nº 145 (1959), p. 469).

seria anexado pela família Ronquillo⁶⁸⁵. O casal teve, pelo menos, sete filhos⁶⁸⁶ (**Árvore Genealógica nº 6**): Ana, a primeira e única filha (1582-a.1593)⁶⁸⁷, Francisco (1584-?)⁶⁸⁸, o primogénito, que sucederia ao seu pai como alferes-mor de Arévalo, Antonio (1588-?)⁶⁸⁹, Gonzalo (1590-1651)⁶⁹⁰, Sancho, Luís e Rodrigo⁶⁹¹.

⁶⁸⁵ Temos, ainda, conhecimento de uma mercê atribuída a Juana no valor de 102.000 mrs. Contudo, não sabemos se essa atribuição foi feita antes ou depois de se ter celebrado o seu matrimónio com Rodrigo Ronquillo (cf. “Juro a favor de doña Juana de Cuevas” in AGS: CME,369,11).

⁶⁸⁶ Também os filhos do casal terão larga descendência, que se manterá, quase sempre, ao lado do poder real (cf., entre outros, FAYARD, 1979, pp. 274-277; AMORES PÉREZ, 2008, pp. 251-256).

⁶⁸⁷ Cf. “Partida de bautismo de Doña Ana Ronquillo y Cuevas” in GARCÍA RÁMILA, 1958-1958, nº 147 (1959), p. 572. Ana não surge no testamento da mãe, firmado em Junho de 1593, o que nos faz supor que teria já falecido aquando da feitura do mesmo; além disso, não temos mais notícias dela para os anos seguintes, ao contrário, por exemplo, do irmão Gonzalo, de quem temos vários registos, largos anos após a morte de Juana.

⁶⁸⁸ Cf. “Expediente de pruebas de nobleza y limpieza de sangre, incoado para el ingreso en la Orden Militar de Santiago de los hermanos D. Francisco y D. Gonzalo Ronquillo de Cuevas” in *ibidem*, p. 578.

⁶⁸⁹ Cf. “Partida de bautismo de don Antonio Ronquillo y Cuevas” in *ibidem*, p. 573. Antonio, cujo nome completo seria Antonio Ronquillo y Cuevas del Castillo y Sixi de Velasco, escolheria a Ordem Militar de Alcántara, ingressando em 1629 (cf. “Ronquillo y Cuevas del Castillo y Sixi de Velasco, Antonio” in AHN: OM-CABALLEROS_ALCANTARA,Exp.1316; e “Expediente de pruebas de nobleza y limpieza de sangre, incoado para el ingreso en la Orden Militar de Alcántara de Don Antonio Ronquillo y Cuevas, hijo de Doña Juana de Cuevas y nieto de Luisa de Sigea” in *ibidem*, pp. 585-593). Segundo consta, este filho de Juana manter-se-ia num círculo muito próximo da família real espanhola: em 1622, era ouvidor da chancelaria de Valladolid; em 1629, quando requereu o ingresso na Ordem, era fiscal do Conselho das Ordens, tornando-se, mais tarde, conselheiro. Foi também Grão-Chanceler de Milão, embaixador de Espanha em Génova e Roma e vice-rei da Sicília (cf. FAYARD, 1979, pp. 276-277). Terá casado com María Briceño em 1629 (cf. “Briceño de Duero, María” in AHN: OM-CASAMIENTO_ALCANTARA,Exp.16); porém, surge na documentação como seu marido em 1626 (cf. “Ejecutoria del pleito litigado por Antonio Briceño Ronquillo, oidor de la Chancillería de Valladolid, como marido de María Briceño de Duero” in ARCV: REGISTRO DE EJECUTORIAS,CAJA 2452,34) e Fayard escreve que o casamento de ambos celebrou-se em 1624 (cf. FAYARD, 1979, p. 276). Além disso, nas suas provas para o ingresso na Ordem, consta que era já casado com María Briceño: “[...] y con esto fenecimos y acabamos las pruebas que tocaban a los Ronquillos y Briceños que son las masculinas del dicho Don Antonio Ronquillo y las masculinas de Doña María Briceño su mujer con que acabamos las pruebas de Arévalo y partimos a la ciudad de Burgos [...]” (“Expediente de pruebas de nobleza y limpieza de sangre, incoado para el ingreso en la Orden Militar de Alcántara de Don Antonio Ronquillo y Cuevas, hijo de Doña Juana de Cuevas y nieto de Luisa de Sigea” in GARCÍA RÁMILA, 1958-1959, nº 147 (1959), p. 591).

⁶⁹⁰ Cf. “Partida de bautismo de D. Gonzalo Ronquillo y Cuevas” in *ibidem*, p. 573. Em 1611, mudou-se para as Filipinas (cf. “GONZALO RONQUILLO” in AGI: CONTRATACION,5322,N.69; e GARCÍA RÁMILA, 1958-1958, nº 144 (1958), p. 320), tendo sido acompanhado por um criado de nome Juan Casado, filho de Juana Serrano e Pedro Casado (cf. “JUAN CASADO” in AGI: CONTRATACION,5322,N.71).

⁶⁹¹ Cf. “Testamento de D.^a Juana de Cuevas” in GARCÍA RÁMILA, 1958-1959, nº 147 (1959), p. 576. Francisco e Gonzalo ingressaram na Ordem Militar de Santiago em 1622 e 1626, respectivamente (cf. “Ronquillo de Cuevas, Gonzalo” in AHN: OM-CABALLEROS_SANTIAGO,Exp.7236; e “Expediente de pruebas de nobleza y limpieza de sangre, incoado para el ingreso en la Orden Militar de Santiago de los hermanos D. Francisco e D. Gonzalo Ronquillo de Cuevas” in GARCÍA RÁMILA, 1958-1959, nº 147 (1959), pp. 577-581). Os irmãos Sancho, Luís e Rodrigo surgem apenas no testamento da mãe, Juana. Segundo García Rámila, Luís tornou-se monge agostinho em 1608, ano em que ingressou na Ordem; foi professor de Teologia e, em 1624, foi enviado para as Filipinas, onde desempenhou várias funções (cf. GARCÍA RÁMILA, 1958-1958, nº 144 (1958), pp. 320-321).

limite da sobrevivência é uma ideia que deveria ser revista pela historiografia, já que apela mais à ‘procura de mercês’ junto da Coroa, exercício tão próprio dos cortesãos, do que à verdadeira necessidade de um sustento.

No entanto, e antes de encerrarmos este capítulo, parece-nos importante aprofundar um dado a que já fizemos referência e que se prende, em parte, com este sentimento de discrepância que Luísa faz questão de realçar inúmeras vezes, nos seus escritos. Quando a poliglota refere os anos de zeloso serviço na corte portuguesa e a consequente negação da recompensa que ela considerava merecida, esta poderá referir-se, também, às ligações de poder que criara nesse meio e que, aparentemente, não conseguira manter (ou das quais não conseguira obter benefícios para proveito próprio). Talvez a personalidade de Luísa não tenha permitido a conservação desses vínculos até aos seus últimos dias, mas a sua filha beneficiou do peso que proporcionava o apelido da mãe após a morte desta.

Como já referimos, Juana de Cuevas surge nomeada nas tenças testamentárias da infanta D. Maria. A Juana, seriam entregues “doze mill rs que tem de tença a cada hũ anno de que mostrara certidão autentica de como he Viva”⁶⁹⁶, uma quantia muito diferente, por exemplo, de Públia Hortênsia de Castro, a quem estavam destinados, anualmente, 6.000 rs⁶⁹⁷. Contrariamente ao que se verifica no caso de Públia, cujo montante da tença se refere ao seu serviço como moça de câmara, o nome da filha de Sigeia – que, note-se, carrega o apelido materno (‘Sigea’), e não o do pai (‘Cuevas’) – não surge acompanhado de qualquer elemento que justifique o valor apresentado. Supomos, por isso, que os 12.000 rs atribuídos a Juana remetam para o passado da sua mãe como *moradora* da Casa real (fosse da rainha D. Catarina, fosse da infanta, que decretou a tença), o que traduz uma memória activa dos feitos da erudita⁶⁹⁸.

Caso se confirmasse esta razão, então, tal poderia significar que, mesmo depois da sua mudança para Burgos, Luísa manteria ligações com a corte portuguesa, talvez carteando-se com as mulheres do meio que frequentara por mais de uma década. A certa altura, a infanta D. Maria terá tomado conhecimento da gravidez da erudita e, talvez após a precoce morte da progenitora, a *Sereníssima* terá incluído o nome da descendente

⁶⁹⁶ BRITO, 1907-1910, vol. V (1907), p. 123.

⁶⁹⁷ Cf. *ibidem*, p. 118.

⁶⁹⁸ Já referimos que as irmãs Sigeia, assim como o pai, são evocados por Jean Sarrazin, embaixador dos Países-Baixos, na sua viagem diplomática à Península Ibérica em 1582 (cf. CAVEREL, 1860 [1582], p. 339). Portanto, mesmo tendo falecido Luísa – ou talvez mesmo por isso – as vidas das duas mulheres ainda se mantinham nas bocas do mundo.

nas suas tenças, por forma a esta receber a recompensa dos serviços prestados pela sua mãe junto daquela figura de poder. Frisamos, novamente, que não é descrita qualquer razão para a atribuição dos 12.000 rs anuais a Juana de Cuevas, nomeada apenas “Dona Joana Sigea”⁶⁹⁹, pelo que este raciocínio é apenas uma hipótese.

A procuração e a prova de vida da filha de Luísa, necessárias para receber a dita tença, foram apresentadas aos testamenteiros da infanta por Ventura de Frías, no primeiro de Março de 1591. Diz-nos Gomes de Brito, baseando-se num outro autor, que este personagem pertence à conhecida família de arquitectos Frías-Salazar, sendo o mais velho de três irmãos, todos dedicados ao comércio, em Lisboa e na Índia⁷⁰⁰. Sobre a sua vida, sabemos pouco; existem, contudo, vários indícios da sua actividade económica. Terá recebido da Coroa uma carta padrão em finais de 1567, à qual renunciou no ano seguinte, sendo esta comprada por D. Luís de Ataíde⁷⁰¹. O «mercador burgalês», como o apelida a documentação, seria também segurador em Lisboa, e um dos melhores, segundo atesta a correspondência comercial do mercador-banqueiro Simón Ruiz⁷⁰². Ana Sofia Ribeiro traçou-lhe o perfil económico-biográfico num recente artigo:

“Ventura de Frias was a Spanish agent of other Spanish merchants in Portugal, such as Simón Ruiz and Francisco de Cuevas. Still, he established in Portugal his own commercial partnerships with other Castilian, such as Inigo de Salazar, with whom he exchanged with Castilian bankers, like Juan Ortega de la Torre in Madrid, one of the main Spanish bankers at the time. In 1589, he was one of the best known and solvable banker operating in Lisbon, currently being an alternative to pay refused bills of exchange. The Portuguese Gregório Gomes refused to pay a bill of exchange of 15 thousand *reais* from Antão da Silva in Ponta Delgada (Azores) and the beneficiary Francisco Álvares Couto tried to find an exchange office that would pay it, despite possible solvency problems with the issuer, in the Lisbon business street, Rua Nova dos Ferros. Ventura de Frias accepted the bill”⁷⁰³.

Assim, a ligação de Luísa ao reino de Portugal prolongou-se na filha que, além de ser lembrada pela infanta à hora da sua morte, conseguiu dispor daquilo que lhe pertencia através deste agente económico em Lisboa (que, possivelmente, seria

⁶⁹⁹ BRITO, 1907-1910, vol. V (1907), p. 123.

⁷⁰⁰ Cf. *ibidem*, p. 310.

⁷⁰¹ Cf. ANTT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, *Doações, ofícios e mercês*, lv. 20, fls. 314-317v e lv. 21, fls. 81v-87v.

⁷⁰² Cf. GOMES, 2012, p. 90.

⁷⁰³ RIBEIRO, 2015, p. 427. Voltamos a expressar o nosso agradecimento à Professora Doutora Ana Sofia Ribeiro, pelas suas contribuições para esta tese. A confirmar-se a possibilidade de o marido de Luísa ser o mesmo Francisco de Cuevas que a historiadora refere, então, seria necessário um aprofundamento e, talvez até, uma revisão historiográfica sobre os anos matrimoniais da poliglota.

conhecido do seu pai, Francisco, como já apontámos). Note-se, também, que a procuração é feita em nome de Juana e não no do seu marido ou de nenhum dos seus progenitores, ao contrário do que se observa na maior parte dos casos (por exemplo: “[...] Margaida persy mulher de luis tauares [...] Anna do Soueral mulher que foi de Belchior monis [...] Anna monis filha do dito belchior monis [...] Dona Britiz de sousa mulher que foi de João Rodriguez de Beya [...]”⁷⁰⁴ e por aí em diante).

⁷⁰⁴ BRITO, 1907-1910, vol. V (1907), pp. 116-117.

PARTE II.
Ângela Sigeia

4. Uma biografia? Reflexões em torno do género biográfico

Pelo meio do turbilhão de narrativas que caracterizam a vida de Luísa Sigeia, caminha uma figura que carece de um lugar próprio nesta história complexa. Referimo-nos a Ângela Sigeia, a irmã (quase) desconhecida da poliglota taranconera. Ângela viveu toda a sua vida na sombra de Luísa. Sempre mencionada a propósito desta, a sua figura tem sido sistematicamente desvalorizada pela historiografia ibérica, esquecida enquanto personalidade autónoma, apenas referida como filha do humanista Diogo Sigeu, preceptor de D. María Pacheco, e irmã da poliglota Luísa, correspondente do papa Paulo III. Desta forma, e apesar dos estudos de vária natureza e alcance já dedicados a esta família, os dotes musicais de Ângela, os seus conhecimentos do latim e do grego, o seu casamento com um dos homens mais ilustres de Santarém, as suas fortes ligações à Casa de Bragança e a sua numerosa prole que vingaria nas cortes portuguesa, espanhola e brigantina, nunca foram objecto de uma investigação sistemática nem de uma leitura interpretativa aprofundada por forma a conhecer esta figura feminina de Quinhentos.

Contudo, não foi – nem é – nossa intenção classificar esta segunda parte da nossa tese como uma biografia. Apesar de apresentar e até mesmo seguir algumas características identificadas no género biográfico, este segundo bloco da nossa investigação surge mais como uma «sublevação» historiográfica, no sentido de recuperação de uma figura que nunca teve um lugar assumido na historiografia portuguesa. Não foi nossa preocupação organizar a vida de Ângela com base na cronologia histórica e pôr de lado toda a conjuntura que a rodeou. O nosso objectivo sempre foi inserir a sua vida no seu próprio tempo e espaço, escrutinando a sua existência sem ignorar os contextos.

O debate historiográfico sobre as vantagens e desvantagens da biografia mantém-se aceso, mesmo após os inúmeros textos apologéticos ou depreciadores do género, escritos ao longo das últimas décadas, com o propósito de apresentarem a forma ideal de biografar, questionando, mesmo, se existe uma⁷⁰⁵. Por um lado, existe o perigo da exaltação de uma figura – ou da sua menorização –, distinguindo-a, deslocando-a, do seu contexto. Por outro lado, há a complexa questão da moral, da ética, da parcialidade

⁷⁰⁵ Para um estudo mais aprofundado sobre estas questões, veja-se, por exemplo, LEVI, 1989 e MARTINS, 2004.

e do juízo feito pelo historiador ao eleger o modelo biográfico. As teias do poder e não dever, do dever e não poder atribuir juízos de valor ao personagem a que nos dedicámos; o risco de penetrar na vida daquela figura, de nos apoderarmos dela, são discussões polémicas que, muito provavelmente, se conservarão activas. Tudo porque, do outro lado, temos um género que nos pode “ajudar a compreender a articulação entre os níveis cultural, social e material”⁷⁰⁶. A biografia afirma-se, nesse caso, como um instrumento que permite o conhecimento de uma vida por dentro, ou seja, de uma aplicação prática do funcionalismo, das teorias e contextos vividos na época em que viveu o biografado.

Ler uma biografia de alguém que viveu no século XVI dá-nos a sensação de ficarmos a saber como é que se vivia *efectivamente* no século XVI, compelindo-nos a lançar um novo olhar (prático) sobre todas as leituras dedicadas à política, economia, cultura e sociedade que já conhecêramos. Por outras palavras: “As a prism of history, biography attracts and holds the reader's interest in the larger subject. People are interested in other people, in the fortunes of the individual”⁷⁰⁷. É certo que ficamos condicionados à perspectiva de vida de determinada pessoa – o biografado – que é alvo de estudo por, exactamente, se destacar da dita normalidade, o que surge como um paradoxo da aplicação prática dos conhecimentos teóricos. Esse condicionamento envolve não só a «paisagem» geral, pois é-nos dada a conhecer a vida de alguém que não se inseria no panorama comum, como também o próprio discurso adoptado para se fazer essa apresentação, carregado, consciente ou inconscientemente, de elementos linguísticos que destaquem, de alguma maneira, a figura. No entanto, esta condição é aceite a partir do momento em que é o próprio biógrafo quem explicita este condicionamento:

“É comum a justificação de um projecto de biografia começar pela afirmação de que o biografado é uma personalidade incontornável na sua época. Na verdade essa é a pior razão a apresentar. O grande desafio, em termos de biografia, é ter a possibilidade de estudar personagens que não se distinguiram na sua época”⁷⁰⁸.

Voltaremos a esta questão mais adiante.

As razões para as desvantagens surgirem em primeiro (e, por vezes, único) lugar no debate historiográfico baseiam-se, maioritariamente, na cientificidade do género e na

⁷⁰⁶ PINHEIRO, 2009, p. 221.

⁷⁰⁷ TUCHMAN, 1983, p. 81.

⁷⁰⁸ PINHEIRO, 2009, p. 222.

autoridade do biógrafo. Relativamente à cientificidade ou, de outra maneira, em que área se deve inserir o género biográfico – se na literatura, se na história – não nos alongaremos em apresentar as diferentes teorias seguidas por diversos autores. Deixaremos, apenas, o apontamento de que, do ponto de vista em que nos colocamos e desenvolveremos a nossa investigação e escrita, a biografia faz parte dos dois universos, pois alia o conhecimento histórico (autêntico, metódico, enfim, «científico») à narrativa complexa, que atrai e seduz, e onde se é quase obrigado a escrever com uma maior fluidez, onde se deve adoptar uma linguagem «literária» para evitar cair nas amarras do discurso «técnico». Essa obrigatoriedade de simplificar deve-se à “multiplicidade de planos de análise da acção individual, bem como a pluralidade de planos de relação social [...] que se cruzam nesse ponto que é o biografado”⁷⁰⁹.

A questão principal deve-se, de facto, à autoridade que o biógrafo detém para escrever a vida do biografado e as barreiras que isso acarreta. Para António Manuel Hespanha,

“na biografia, a tentação é grande de pensar que estamos a tocar em nós mesmos, que mantemos com o biografado uma familiaridade para-incestuosa, que nos transformámos nele e que podemos por isso esquadriñar todos os recantos da sua interioridade e dar conta de todos os detalhes dos seus comportamentos. É coisa de que nos damos frequentemente conta ao falar com os autores de biografias. Possuíram o seu objecto ou estão possuídos pelo que julgam ser ele”⁷¹⁰.

Também Barbara Tuchman afirma algo de semelhante, explicando que sentia que o personagem por ela biografado lhe pertencia, mas que, ou talvez por isso mesmo, não se via na obrigação de revelar pormenores pessoais que a figura poderia querer manter privados⁷¹¹. E é aqui que se insere o problema da moral e da ética. Se o biógrafo toma o biografado como seu, este tem ou não o direito (senão mesmo o dever) de o julgar, seja de que forma for? A imparcialidade impõe-se, mais do que tudo, mas a realidade é que,

⁷⁰⁹ HESPANHA, 2009, p. 218.

⁷¹⁰ *Ibidem*, p. 220.

⁷¹¹ “I now felt he [biografado] was my personal property and became seized by the fear that someone else would surely see his possibilities and publish something in the years before my book [...] could appear. Novelists, I suppose, are free of this fear, but it haunts the rest of us from the moment we have found an exciting and hitherto untreated subject” (TUCHMAN, 1983, p. 83). “I feel no great obligation to pry into a subject’s private life and reveal – unless it is clearly relevant – what he would have wanted to keep private” (*ibidem*, p. 90). Porém, entre estas duas afirmações, Tuchman contradiz-se, escrevendo que, para ela, “the historian – whether or not the biographer – needs distance” e que “in the subjects I have used I am not personally involved” (*ibidem*, p. 88).

“embora não sejamos capazes de traçar a curva exacta da vida de cada indivíduo com os dados de que dispomos e as leis que pretendemos ter descoberto, em princípio, se fossemos omniscientes, poderíamos fazê-lo; e que, por consequência, mesmo esse resíduo mínimo de juízo de valor que nenhuma auto-disciplina consciente e auto-«apagamento» pode eliminar por completo, que matiza e faz parte da própria escolha do material histórico, do ênfase dado, por mais tentativo, a determinados eventos e personalidades como sendo mais importantes, interessantes ou invulgares do que outros, tem de ser ou o resultado do nosso condicionamento «inelutável» ou o fruto da nossa irremediável vaidade e ignorância; e em ambos os casos, continua a ser inevitável, na prática – o preço do nosso estatuto humano, parte da imperfeição do homem; e tem de ser aceite apenas porque pode não ser literalmente rejeitado, na medida em que os homens e as suas perspectivas são o que são, e os homens julgam como julgam; porque são finitos, esquecem ou não podem enfrentar o facto de serem assim”⁷¹².

Por outras palavras, nenhum biógrafo – ou qualquer outro «cientista social» – é imparcial, pois cada um de nós é um sujeito diferente, que possui uma individualidade característica e que se expressa segundo a sua personalidade. Qualquer texto é parcial pelo simples facto de ser escrito por um sujeito. A própria escolha de certas palavras em detrimento de outras é um exercício de parcialidade que se realiza naturalmente, sem nos darmos conta; ou a opção de destacar determinado momento da vida do biografado ou de ignorar um outro. A questão é que a imparcialidade é vista como sinónimo de cientificidade, o que nos leva a abraçar a ilusão de que, ao sermos imparciais, estamos a cumprir a nossa função de transmitir os factos tal como eles aconteceram. Não que isso seja negativo. Aliás, é exactamente o contrário. Essa ilusão serve para mantermos a nossa sanidade intelectual, para não nos questionarmos, constantemente, se estamos ou não a julgar determinada decisão tomada pelo nosso objecto de estudo ou se estamos, de facto, a apresentar a verdadeira perspectiva de vida do biografado. É uma ferramenta perfeitamente legítima, tal como o tão apetecível factor «distância»⁷¹³. Resumindo, uma biografia, que se reporta à vida do biografado, tem tanto dele como do próprio biógrafo, pois é o último que nos introduz o primeiro; por outras palavras, o texto biográfico é o resultado da leitura que o biógrafo fez dos dados que detinha do biografado. Como escreveu Paul Murray Kendall,

“a biography is a work of interpretation. A succession of facts does not create a life or reveal a character. The accuracy of my portrait of Richard [III] depends,

⁷¹² BERLIN, 1998, p. 194.

⁷¹³ Predominantemente, existe um maior à-vontade quando se estuda um personagem que viveu e faleceu há mais de cem anos, pois a responsabilidade (e até as consequências) de o fazer de certa forma parece menor. Mas não discutiremos esta questão.

in the last analysis, on the validity of the imaginative judgments that I have drawn from the facts”⁷¹⁴.

São estas as razões que nos levam a não classificar a segunda parte da nossa investigação (e, de certa forma, também a primeira) como uma biografia. O «peso» desta palavra e as polémicas que o seu significado acarreta não nos permite usá-la para nomear este estudo. Em vez disso, optámos por classificá-lo como um discurso de carácter biográfico. Porque, de facto, ele incide sobre a história de vida de alguém que viveu há mais de quatro séculos. Porém, e ao contrário da tese defendida por Magda Pinheiro, que referimos no início deste tópico, não diremos que Ângela foi uma figura incontornável no seu tempo. Aliás, e como já afirmámos várias vezes, Ângela foi sempre preterida em relação à irmã, Luísa. Ela não ficou *mundialmente* conhecida pela carta em cinco línguas que escreveu ao Sumo Pontífice⁷¹⁵. Se apresentarmos Ângela como uma figura «incontornável», estaremos a trazer à ribalta alguém que desempenhou um papel fora do comum, de destaque, mas que nunca foi biografado; e esse não é o nosso objectivo. O propósito é trazer para a nossa realidade alguém que, não sendo assim tão «importante» (visto que era Luísa quem se destacava), precisa de ser conhecido pela sua diferença. Ângela não viveu directamente a corte; ela viveu os bastidores, sem dar nas vistas. Portanto, o que aqui fazemos é desviar a cortina da vida desta música, e não apresentá-la ao mundo como alguém que teve um papel decisivo na vida política, cultural ou social de um reino.

⁷¹⁴ KENDALL, 1965, p. xii.

⁷¹⁵ Luísa também ficou conhecida por outros feitos, mas foi a carta poliglota que lhe deu notoriedade, como vimos.

5. Silêncios sobre uma figura ausente.

5.1. Ângela nas fontes.

Nas escassas linhas que até hoje lhe foram dedicadas⁷¹⁶, Ângela não é mais do que a irmã música de uma grande e famosa erudita, que dominava mais oito idiomas além da sua língua materna e que escreveu ao papa em cinco dessas línguas; ou filha do humanista Diogo Sigeu, mestre de D. María Pacheco, preceptor dos filhos de D. Jaime, IV duque de Bragança, e professor dos moços-fidalgos na corte portuguesa, além de secretário de D. João III para as cartas latinas. Ângela foi, apenas e até agora, uma alusão inevitável nos estudos sobre a irmã – principalmente – ou sobre o pai. Porém, ela foi muito mais que uma mera referência na vida de Luísa ou de Diogo. Falante do português e do italiano, conhecedora das duas principais línguas clássicas, Ângela terá exercido o ofício de *música* na corte da infanta D. Maria (1521-1577), ao lado de Paula Vicente, destacando-se na harpa e no órgão, podendo concorrer com os melhores mestres desta arte, segundo testemunham algumas fontes.

Contudo, no epistolário da irmã, os silêncios sobre Ângela são curiosos. A única irmã de Luísa não surge em momento algum nas várias cartas da erudita, nem mesmo na missiva ao Papa, quando pede favores para os irmãos varões⁷¹⁷. Não há marcas da sua presença ao lado da irmã, na corte portuguesa. Talvez fosse por ser mulher, talvez fosse por não ter uma educação singular tão extraordinária como a da poliglota, Ângela não se vislumbra neste universo epistolar. Não sabemos e não pretendemos alongar-nos aqui sobre este nosso desconhecimento. Talvez as duas, apesar de irmãs e, mais que tudo, mulheres, não se dessem bem ou não tivessem uma ligação muito forte entre elas. Talvez fosse mesmo a questão de género que não permitia a Luísa interceder pela irmã – ou talvez ela não precisasse. Não sabemos. Sabemos, no entanto, o que algumas fontes proclamavam sobre elas⁷¹⁸.

Na descrição da sua viagem diplomática à Península Ibérica, em 1582, Jean Sarrazin refere-se assim às irmãs Sigeia:

⁷¹⁶ Há algumas (raras) exceções, que apresentaremos mais adiante.

⁷¹⁷ Cf. “Excerto de Carta ao Papa Paulo III em Julho de 1547” in ANASTÁCIO, 2013, pp. 435-436.

⁷¹⁸ Não incluímos, neste universo que agora apresentamos, obras de autores em latim, que raramente referem Ângela, privilegiando a sua irmã, Luísa. Destaquemos, apenas, Andreas Schott, que apresenta Ângela primeiro do que Luísa (cf. SCHOTT, 1603, p. 593) ou Nicolau Antonio, que, apesar de escrever primeiro sobre Ângela, apelida-a de “irmã de nossa Sigeia” referindo-se, claramente, a Luísa (cf. ANTONIO, 1963 [1672], p. 72). No entanto, este autor também nos fornece informações sobre o seu casamento com Antão Mogo de Melo (a quem ele chama “Antonio de Mello Mogo”) e o seu local de falecimento (cf. *ibidem*, p. 90).

“Vaseus [humanista belga] certifie mesme les filles de Didacus Sigeus, nourries en Portugal, avoir esté [*sic*] enseignées avec telle diligence du père, que la plus jeune avoit le latin, le grec et la musique fort à commandement [Ângela], et l’aisnée [Luísa] encoire l’hébreu, le syriaque et l’arabique”⁷¹⁹.

O embaixador dos Países-Baixos escrevia, então, nos primeiros anos da união dinástica entre Portugal e Espanha, onde, aparentemente, havia ainda ecos da erudição das duas irmãs.

No século XVII, quando se refere a Diogo Sigeu, Francisco de Pisa escreve que, para além da erudita Luísa, o humanista “[...] tuuo outra hija, llamada Angela, bien enseñada en las lenguas Latina y Griega, y tan cuplidamente instruyda en la sciencia de musica, que pudo competir con los mas eminentes que professan aquella arte”⁷²⁰. Quase dez anos depois, Frei Luís dos Anjos dizia-nos que Ângela igualou a sua irmã em erudição “e excedeu-a na música de muitos instrumentos que sabia, pelo qual era mui accepta à sereníssima infante [D. Maria, filha de D. Manuel]”⁷²¹. António de Sousa Macedo expressava a mesma opinião em castelhano: “su hermana [Ângela] la yguale en las lenguas, Latina, y Griega, y la excedió en la Musica, y muchos instrumentos que sabia”⁷²². Frei Miguel Pacheco acrescenta (poucos) dados sobre a estadia de Ângela na corte portuguesa, esclarecendo que a música foi “diestríssima en tocar todos los instrumentos, acompañada de grande modestia y virtud”⁷²³, principalmente no que respeitava à “Arpa, Horgano, y otros deste genero”⁷²⁴, além de “bien enseñada en las lenguas Latina, y Griega”⁷²⁵.

Nos inícios do século XVIII, António Carvalho da Costa publicava os seus três volumes da *Corografia Portuguesa e Descriçam Topografica do famoso Reyno de Portugal*, em que dedica cinco longas páginas à família de Ângela Sigeia, ou seja, aos seus descendentes pelo seu matrimónio com Antão Mogo de Melo (†1592⁷²⁶), de Torres Novas. Sendo o primeiro a referenciar Ângela como uma personagem autónoma de Luísa ou do seu pai, Costa volta a referir os conhecimentos que esta tinha em línguas e

⁷¹⁹ CAVEREL, 1860 [1582], p. 339.

⁷²⁰ PISA, 1617, fl. 61v.

⁷²¹ ANJOS, 1999 [1626], p. 241.

⁷²² MACEDO, 1631, fl. 69v.

⁷²³ PACHECO, 1675, cap. III, fl. 95.

⁷²⁴ *Ibidem*, fl. 97.

⁷²⁵ *Ibidem*, cap. IV, fl. 98v.

⁷²⁶ Cf. GONÇALVES, 1933, p. 405.

música⁷²⁷, mas introduz um novo dado: Ângela corresponder-se-ia com a duquesa de Bragança, D. Catarina (1540-1614), filha da infanta-duquesa D. Isabel (a.1512-1576) e do infante D. Duarte (1515-1540):

“por sua muyta nobreza, & raras partes foy Dama muyto querida das senhoras, a Infanta D. Maria, filha del-Rey D. Manoel, & D. Catherina Duqueza de Bragança, que de sua virtude, & orações muyto fiava, como consta de suas cartas; & não menos eraõ estimados desta Infanta, & Casa de Bragança seu illustre marido, & filhos”⁷²⁸.

Costa afirma ainda que podia ver-se a “sua effigie com a de sua irmã [Luísa] ao natural em Torres Novas na Casa de seu terceyro neto João de Mello Carrilho & Velasco”⁷²⁹, uma referência iconográfica que seria reproduzida por outros estudiosos e reiterada pela historiografia. O autor terá recebido esta informação quando esteve em Torres Novas, e terá contado com a ajuda do:

“Doutor Ioaõ Barreto Borges com toda a miudeza, & exacção, & das cartas da senhora D. Catherina, & dos papeis authenticos, que nos communicou, & de algumas obras da dita Angela Sigéa de Velasco, & de Luiza Sigéa sua irmã, & de outros que ajuntou o Doutor Mattheus Peyxoto Barreto, Conego na Sé de Lisboa”⁷³⁰.

Sem aludir primeiro a Luísa, Diogo Miguel Aires de Azevedo, em 1734, escreve que Ângela foi uma mulher discreta, conhecedora do latim, do grego e do italiano, e “com acto positivo recuzou sempre aprender a Franceza, dando por razão, que [...] os vocabulos pela mayor parte eraõ pouco expressivos dos seus significados”⁷³¹. Não sabemos onde terá encontrado esta informação, mas, certamente, Ângela saberia também o francês, visto que o seu pai era oriundo de França, como vimos⁷³². Damião de Fróis Perim explica que Ângela “floreceo em Lisboa no felice reinado de Dom Manoel o primeiro deste nome, e Dona Leonor sua terceira mulher, e no serviço da Infanta Dona Maria”⁷³³ e que “igualou a sua Irmã Luiza Sigea [em línguas]; porém na Musica, e nos instrumentos, que tangia, a excedeo”⁷³⁴.

⁷²⁷ Cf. COSTA, 1706-1712, t. III (1712), p. 286.

⁷²⁸ *Ibidem*, p. 285.

⁷²⁹ *Ibidem*, pp. 286-287. O padre Ignácio da Piedade e Vasconcelos copia a maior parte das ideias de António Carvalho da Costa, por vezes, *ipsis verbis* (cf. VASCONCELOS, 1740, pp. 326-330).

⁷³⁰ COSTA, 1706-1712, t. III (1712), p. 287.

⁷³¹ AZEVEDO, 1734, p. 72.

⁷³² Cf. subcapítulo 2.1.: «O pai, Diogo Sigeu».

⁷³³ PERIM, 1736, t. I, p. 102. O uso do verbo «florescer» nesta citação é por nós interpretado como «crescer»; no entanto, Perim não está certo quando diz que Ângela cresceu no reinado de D. Manuel e de

António Caetano de Sousa inspira-se nas mesmas ideias escritas pelos estudiosos anteriores. Tal como a irmã, Luísa, também Ângela era conhecedora das línguas clássicas “e tão instruída na Arte da Musica, e instrumentos, que podia competir com os mais eminentes professores della, e por isso também muito aceita à dita Infanta”⁷³⁵. Segundo o *Anno Histórico* do Padre Francisco de Santa Maria, Ângela “foi muy parecida a sua irmã Luiza Sigéa na erudição das sciencias e lingoas, e a excedeu na destreza dos instrumentos musicos”⁷³⁶, esclarecendo que também ela “deu lições á mesma Senhora Infanta Dona Maria, de quem foi criada, e por suas boas partes singularmente estimada”⁷³⁷. Frei Francisco Monforte faz uma breve referência a Ângela a propósito do marido, Antão Mogo de Melo, e de uma doação que o casal fez, em 1589, para a trasladação do Convento de Nossa Senhora do Egipto, que estava debilitado:

“Logo Antão Mogo de Mello, Fidalgo da Casa de Sua Magestade, casado com Angela Sigéa, insigne na arte da Musica, irmãa de Luiza Sigéa, e ambas Damas da Senhora Infante Dona Maria, nos fez doação a 3 de Janeiro do anno de 1589 de hum terra, que tinhaõ no mesmo sítio [do Berlê]”⁷³⁸.

Nos finais do século XIX, Pinho Leal também se refere a Ângela a propósito do marido, Antão Mogo de Melo e Carrilho⁷³⁹, “fidalgo da casa real, [...] casado com a famosissima *D. Angela Sigéa de Velasco*⁷⁴⁰”. Infelizmente, afirma que a música veio para Portugal no séquito de Maria de Aragão, segunda mulher de D. Manuel, o que sabemos não ser verdade. Refere as suas ligações com a infanta D. Maria e a duquesa de Bragança, D. Catarina, e o seu falecimento em Torres Novas, para além de que Ângela era tão erudita como a irmã, mas mais versada do que ela na música⁷⁴¹. Por fim, o conde de Sabugosa apenas comenta que a irmã de Luísa “juntamente com Paula Vicente, a

D. Leonor, visto que, quando veio para Portugal com a família, em 1530, o primeiro tinha já falecido havia nove anos e a rainha mudara-se para França, para ocupar a posição de consorte de Francisco I.

⁷³⁴ *Ibidem*, pp. 102-103, nº 38.

⁷³⁵ SOUSA, 1735-1748, t. VI (1739), p. 3.

⁷³⁶ MARIA, 1744, t. III, p. 166.

⁷³⁷ *Ibidem*, p. 166.

⁷³⁸ MONFORTE, 1754, p. 715.

⁷³⁹ Este terceiro apelido surge poucas vezes na documentação relativa ao marido de Ângela, mas teria, também, alguma importância, visto que acompanha o apelido dos Melo na carta de brasão de armas atribuída pela rainha-avó D. Catarina (cf. GONÇALVES, 1933, pp. 404-405. Ver **Anexo Documental nº 15**).

⁷⁴⁰ LEAL, 1873-1890, t. IX (1880), p. 627.

⁷⁴¹ *Ibidem*, pp. 627-628.

Tangedora, eram as almas da musica na Côrte, enquanto não passaram á casa da Infanta”⁷⁴².

Resumindo todas estas referências, Ângela é sempre caracterizada como a irmã de Luísa, sendo conhecedora das línguas clássicas, mas excedendo os dotes musicais da irmã erudita; como a outra filha de Diogo Sigeu, humanista que dotou a sua prole feminina de uma erudição vasta; ou ainda como a mulher de Antão Mogo de Melo, fidalgo torrejano⁷⁴³. Em suma, Ângela era, por isso, uma mera acompanhante da irmã, por onde quer que ela passasse. Contudo, enquanto indivíduo historiográfico, Ângela parece também não existir.

5.2 Ângela na historiografia

Estudar uma figura omissa na historiografia impele à reconstrução de todo um universo (inter)pessoal. Trata-se de fragmentar uma imagem pré-concebida, com características gerais e superficiais, encontrar uma figura com uma densidade existencial própria e reconstruí-la como uma entidade individual, com uma personalidade exclusiva e apropriada dos seus atributos caracterizadores. Trata-se, portanto, de recuperar uma vida ofuscada por determinadas vicissitudes que a cobriram, ocultando-a. Neste caso, o desafio é, essencialmente, encontrar uma mulher (Ângela) no meio da vida de outra (Luísa), libertando-a também dos seus laços familiares masculinos (o pai Diogo) e colocando-a no centro de uma esfera social e interpessoal onde, do ponto de vista historiográfico, nunca teve um lugar autónomo e próprio. Para tal, é fundamental retirar a Ângela os epítetos de «filha» e «irmã» que a etiquetam, positiva e negativamente.

Portanto, o caminho para transformar Ângela numa personagem própria, independente da sombra da irmã e do apelido do pai, seria focarmo-nos na sua imagem. A sombra da irmã parecia pesar demasiado sobre o nome da jovem música e as características genealógicas transmitidas pelo pai surgiam como uma marca de nascença impossível de ultrapassar. Claro que a associação com dois nomes tão sonantes naquela época trazia as suas vantagens, mas, para a historiografia, a individualidade de Ângela

⁷⁴² SABUGOSA, 1903, p. 108.

⁷⁴³ Exceptuando raríssimas excepções, como António Carvalho da Costa (cf. COSTA, 1706-1712, t. III (1712), p. 286).

fora ultrapassada por esses conjuntos de letras que a rotulavam. É certo que seria erróneo referenciá-la como irmã de Luísa ou filha de Diogo, mas seria também infundado ignorar esses laços familiares que, desde sempre, manteve.

Porém, ao centrarmo-nos em Ângela, Luísa e Diogo seriam, assim, os agentes secundários. A substituição das expressões «irmã de Luísa» e «filha de Diogo» por «a irmã Luísa» e «o pai Diogo», à primeira vista, não aparentam trazer uma grande alteração, nem sequer uma mudança significativa, mas o certo é que estamos a colocar Ângela em primeiro lugar, ao invés de a manter como uma referência superficial e lateral. Em termos práticos, Ângela deixa de ser irmã de Luísa e filha de Diogo; passa a ser Luísa, a irmã de Ângela, e Diogo, o seu pai. A alteração é mais visível no caso pai/filha do que na questão fraterna, como se pode compreender, mas é uma transformação concreta que ajuda a incutir a noção de uma existência condicionada pela positiva, mais autónoma e menos limitadora. Numa linguagem menos formal, Ângela passa a ser uma figura que teve uma irmã erudita e um pai humanista. A personalidade de Luísa e Diogo passam assim a situar-se em segundo plano, permitindo, desta forma, a ascensão da individualidade de Ângela.

Seria problemático afirmarmos que tal objectivo foi seguido sem hesitações nem dificuldades de percurso. Por fruto das muitas leituras orientadas para Luísa, foi, por vezes, difícil «recuperar» a figura da música que “excedia a todos daquela Arte”⁷⁴⁴, como resultado de uma assimilação que, afinal, sempre aconteceu. De facto, a historiografia tem um método de representação simples, no que respeita a Ângela. A sua primeira menção surge no contexto do nascimento de Luísa, quando se refere que o pai, humanista, casou com D. Francisca de Velasco, da nobreza castelhana, e de quem teve quatro filhos: Diogo, o mais velho, António, Ângela e, claro está, Luísa. Depois, o seu nome aparece quando os estudiosos dão a data da vinda de Luísa para Portugal, para servir na corte portuguesa, ela como latina e a irmã como música. Por último, a figura de Ângela torna-se um pouco mais complexa quando se menciona a transferência do pai e das duas filhas para Torres Novas, esclarecendo-se que casou, viveu e faleceu nessa vila, onde está sepultada. Apesar de se seguir uma mesma linha de pensamento, existem discrepâncias em relação a, pelo menos, duas questões: a posição na hierarquia genealógica (se é mais velha ou mais nova que Luísa, visto que não se conhece a data

⁷⁴⁴ *Ibidem*, p. 286.

do seu nascimento), e o nome do marido. Façamos um breve balanço do que diz grande parte da historiografia sobre a irmã da erudita.

A Ângela, Allut dedica uma linha, com respectiva nota de rodapé⁷⁴⁵. Ao mencionar a prole de Diogo Sigeu, desconhecendo quem seria a mãe⁷⁴⁶, o autor refere os dois filhos (“dont l’aîné fut appelé Jacques, comme son père”⁷⁴⁷), Luísa, nascida perto de 1530⁷⁴⁸, e, por último, Ângela, o que pode significar que a considerava mais nova que a poliglota. Porém, não apresenta nenhum argumento que sustente ou contradiga esta opção, ao contrário do que fez para os dois irmãos, onde se apoia numa das cartas que Luísa enviou ao papa Paulo III⁷⁴⁹. De Ângela, escreve, entre outras informações, que casou em Torres Novas com António de Melo Mogo, filho de Pedro Anes, que era filho natural de Pedro Vaz de Melo, conde da Atalaia, e que lá faleceu, em ano que desconhece, sendo enterrada na capela de Cristo da igreja paroquial de Santiago⁷⁵⁰.

Silvestre Ribeiro, em 1880, segue a mesma cronologia e apresenta Luísa em primeiro lugar, apontando, também, 1530 como o ano de nascimento da erudita⁷⁵¹, mas nada mais adianta sobre a irmã. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, por seu turno, sustenta igualmente que Luísa teria nascido antes de Ângela⁷⁵², mas talvez seja mais por organização textual do que propriamente convicção de que a primeira seria mais velha. Sobre Ângela, escreve um parágrafo, onde refere que casou com “Antonio Mogo de Mello e Carrilho, prole de um filho natural do Conde da Atalaia”⁷⁵³, em Torres Novas, onde foi sepultada. Numa das três notas de rodapé que complementam o parágrafo, menciona que a família do marido tinha jazigo na igreja paroquial de Santiago⁷⁵⁴.

Escrevendo no início do século XX, Sousa Viterbo apenas regista o seguinte: “Foi elle o pae da celebrada Luisa Sigeia, de tão viva intelligencia poetica e de tão solida erudição polyglotta. Luisa, assim como a sua irmã Angela, estiveram ao serviço

⁷⁴⁵ Cf. ALLUT, 1862, p. 8.

⁷⁴⁶ Allut não conhece o nome da esposa de Sigeu, mas, na nota referente a Ângela, escreve que, numa obra por si consultada, a tangedora é nomeada “Angela Sygea de Velasco” (*ibidem*, p. 8, n. 1), considerando que o último apelido seria certamente da parte da sua mãe.

⁷⁴⁷ *Ibidem*, p. 7.

⁷⁴⁸ Allut aceita as informações presentes na maioria das fontes, ao apresentar Luísa como nascida “vers 1530” (*ibidem*, p. 6), o que hoje sabemos não estar certo.

⁷⁴⁹ Cf. *ibidem*, pp. 7-8.

⁷⁵⁰ Cf. *ibidem*, p. 8, n. 1.

⁷⁵¹ Cf. RIBEIRO, 1880, p. 9.

⁷⁵² Cf. VASCONCELOS, 1994 [1902], p. 88, n. 157.

⁷⁵³ *Ibidem*, p. 42.

⁷⁵⁴ Cf. *ibidem*, p. 92.

da Infanta D. Maria, [...]”⁷⁵⁵. Serrano Y Sanz, que, claramente, se socorreu da obra de Allut, diz, também em nota de rodapé, que desconhece a data e o local de nascimento, assim como a data da sua morte, mas sabe que casou em Torres Novas, com “D. António de Mello, cuyo padre, Pedro Annes, era hijo natural del Conde de la Atalaya”⁷⁵⁶. Foi sepultada nessa vila, numa capela da igreja de Santiago, pertencente à família do marido. Referindo-se ao casamento de Diogo Sigeu com D. Francisca de Velasco, Serrano y Sanz escreve que tiveram duas filhas, Luísa e Ângela, e dois filhos, Diogo e um outro “que era más joven”⁷⁵⁷, sem o nomear. Em 1924, Teresa Leitão Barros é a primeira a separar *fisicamente* Ângela de Luísa, dedicando-lhe um curto capítulo de duas páginas⁷⁵⁸, em que confessa que a figura da música “vive diluída no clarão de fama que rodeia o seu nome de família”⁷⁵⁹, explicando que pouco se sabe de Ângela: “apenas se pode dizer que também não lhe foi estranho o convívio das letras, e que cultivou e ensinou música nos paços da Infanta D. Maria”⁷⁶⁰. Sobre os dados biográficos, Barros acrescenta que Ângela “desposou Antonio Mogo de Mello e Carrilho, descendente dum ramo bastardo duma ilustre familia portuguesa, e, em data desconhecida, foi sepultada na igreja de S. Thiago, da vila de Torres Novas”⁷⁶¹.

Artur Gonçalves, em 1933, num capítulo exclusivamente dedicado à família Sigeia, apresenta Ângela como tendo nascido antes de Luísa. Ao longo de quase cinquenta páginas, Gonçalves trata, primeiro, da figura de Diogo Sigeu, por ser pai de ambas, depois de Ângela e, por fim, de Luísa. Quando refere as irmãs, nas páginas dedicadas ao pai, a ordem em que as apresenta varia conforme a base historiográfica (e/ou documental) que acompanha no momento⁷⁶². Porém, no segundo parágrafo que compõe sobre Ângela, afirma, sem remissões: “Não se conhece a data do seu nascimento, mas sabe-se que, com pequena diferença, era mais nova que sua irmã nascida em 1530”⁷⁶³. Acrescenta que casou em Torres Novas, com Antão Mogo de

⁷⁵⁵ VITERBO, 1903, p. 76.

⁷⁵⁶ SERRANO Y SANZ, 1903-1905, vol. 2 (1905), p. 395, n. 1.

⁷⁵⁷ *Ibidem*, p. 395.

⁷⁵⁸ Cf. BARROS, 1924, pp. 71-72.

⁷⁵⁹ *Ibidem*, p. 71.

⁷⁶⁰ *Ibidem*, p. 71.

⁷⁶¹ *Ibidem*, p. 71.

⁷⁶² No que respeita aos irmãos, Gonçalves di-los mais velhos que as irmãs, sendo que o primogénito se chama Diogo e o segundo António (cf. GONÇALVES, 1933, pp. 220-222).

⁷⁶³ *Ibidem*, p. 235. Mais à frente, na página 250, reforça esta hipótese, apoiando-se no *Portugal Ilustrado*, de Diogo Miguel Aires de Azevedo, de 1734: “Pois no meio desta verdadeira academia feminina brilhavam Luísa Sigéa e sua irmã Ângela Sigéa, um pouco mais nova, não desmerecendo os seus créditos de erudição e de talento poético [...]”. Porém, ao verificarmos a fonte (cf. AZEVEDO, 1734, pp. 71-72),

Melo Carrilho, a quem variados autores “por lapso chamam António”⁷⁶⁴, e, pela primeira vez, determina uma data para o seu falecimento: 1608⁷⁶⁵. Júlio de Castilho nem menciona a música, apesar de referir o pai e a irmã⁷⁶⁶. Anselmo Braamcamp Freire apenas nos diz que Ângela era uma “excelente música”⁷⁶⁷, uma versão abreviada do que escreveria, anos mais tarde, María Dolores Gomez Molleda:

“Su padre, Diego Sigeo, era hombre de profundos conocimientos clásicos y fué el formador de Luisa y de su hermana Angela, la cual ha pasado a la posteridad por su talento extraordinario para la música”⁷⁶⁸.

Em 1970, os estudos decisivos de Léon Bourdon e Odette Sauvage vêm trazer novas perspectivas e os dados tornam-se mais abundantes. Os autores afirmam o seguinte: “Bien qu’on n’en possède pas la preuve formelle, tout indique que Diogo, António et même Ângela étaient les aînés de Luisa”⁷⁶⁹. Esta nova convicção prende-se, entre outras razões, com o facto de os dois autores fixarem a data de nascimento de Luísa em 1522, em vez do até então consensual e sucessivamente reproduzido ano de 1530⁷⁷⁰. No entanto, e como os próprios referem, não há qualquer documentação que sustente esta hipótese. Sobre Ângela, acrescentam: “après avoir épousé Antão Mogo de Mello e Carrilho, «fidalgo da casa real», se retira à Torres Novas où son mari possédait un domaine”⁷⁷¹. A propósito da vinda de Diogo Sigeu para Portugal, Manuel Gonçalves Cerejeira menciona as irmãs Sigeia de uma forma muito breve: “Com ele [Diogo] trazia as duas filhas, Luísa e Ângela, meninas ainda tenras, mas já prodígios de erudição que, entretanto na corte, onde acabaram de se educar [...]”⁷⁷².

em momento algum, Azevedo refere que Ângela seria mais nova que Luísa, o que nos leva a perguntar quais os motivos que levaram Gonçalves a defender esta hipótese.

⁷⁶⁴ GONÇALVES, 1933, p. 239. O autor remete para nota de rodapé o seguinte: “Êste *lapsus calami* é motivado, sem dúvida, pelo facto de todos êstes escritores basearem seus estudos na obra de Mr. P. Allut, já citada, que assim lhe chama pela simples razão de o *Antoine* francês traduzir nessa língua tanto o nosso António como Antão” (*ibidem*, p. 239). Porém, esta afirmação não faz muito sentido quando confirmamos a obra de Allut e vemos que ele escreve «Antonio» e não «Antoine».

⁷⁶⁵ Cf. *ibidem*, p. 242. Para uma cronologia da estadia de Ângela em Torres Novas, cf. GONÇALVES, 1986, pp. 39-42.

⁷⁶⁶ Cf. CASTILHO, 1934-1938, vol. XII (1938), pp. 192, 194, 257, 260.

⁷⁶⁷ FREIRE, 1944, p. 330.

⁷⁶⁸ GOMEZ MOLLEDA, 1955, pp. 192-193.

⁷⁶⁹ BOURDON e SAUVAGE, 1970, p. 41, n. 32.

⁷⁷⁰ Cf. *ibidem*, p. 39. Sobre esta questão, cf. subcapítulo 3.1.: «A mudança da família Sigeia para terras lusas».

⁷⁷¹ BOURDON e SAUVAGE, 1970, p. 53. Na sua edição bilingue do *Duarum virginum colloquium*, Sauvage dedica apenas algumas palavras a Ângela: “très cultivée elle aussi et excellente musicienne” (SIGEA, 1970, p. 18).

⁷⁷² CEREJEIRA, 1974-1975, vol. 2, pp. 117-118.

Américo da Costa Ramalho, em 1983⁷⁷³, segue Bourdon e Sauvage, mas não clarifica nada em relação a Ângela⁷⁷⁴. Artur Gonçalves é o primeiro a recuperar a informação que Monforte fornecera em 1754, sobre a doação, no início de 1589, de um terreno, no sítio do Berlé, que Ângela e Antão possuíam, doação feita aos frades franciscanos para a construção de um novo Convento de Nossa Senhora do Egipto, que, mais tarde, se consagrou a Santo António⁷⁷⁵. Isabel Allegro de Magalhães apenas nos diz que Ângela era irmã de Luísa⁷⁷⁶. Joaquim Rodrigues Bicho também refere a doação do terreno⁷⁷⁷, acrescentando que o casal repousa na capela do Senhor Jesus dos Lavradores da Igreja de Santiago, “embora sem lápide que localize a sua sepultura”⁷⁷⁸. Por último, adita uma informação curiosa: “[...] na outra extremidade da rua [General José de Vasconcelos Correia] e flectindo para a de Miguel de Arnide, foi a casa das Irmãs Sigeas”⁷⁷⁹.

Ana Maria Alves, por sua vez, explicita: “Luísa é o membro mais novo de uma família de humanistas”⁷⁸⁰, sendo que o mais velho é Diogo. Depois, seguem-se António e Ângela. Alves não nos dá qualquer informação sobre a idade da música, comparando-a com a irmã⁷⁸¹. Sobre o seu casamento, remete para nota de rodapé o seguinte: “Ângela casou com Antão Mogo de Melo Carrilho, neto por linha natural do Conde de Atalaia”⁷⁸². Eduardo Bento apenas nos elucida sobre a sua vinda para Portugal⁷⁸³ e Joaquim de Oliveira Caetano di-las “aias da Infanta D. Maria”⁷⁸⁴, mas pouco mais acrescenta, tal como Rodrigues Bicho, que somente refere os locais de sepulcro de Antão, Ângela e o pai, Diogo⁷⁸⁵.

⁷⁷³ Cf. RAMALHO, 1983. Acerca de Ângela, refere apenas o retrato e escritos que existiriam na casa de um trinetto da música, em Torres Novas (cf. *ibidem*, pp. 186-187).

⁷⁷⁴ O mesmo acontece no artigo escrito por Maria Teresa Nascimento (cf. NASCIMENTO, 1995).

⁷⁷⁵ Cf. GONÇALVES, 1985, p. 293.

⁷⁷⁶ Cf. MAGALHÃES, 1987, p. 131.

⁷⁷⁷ Cf. BICHO, 1987/8, p. 131.

⁷⁷⁸ *Ibidem*, p. 114.

⁷⁷⁹ *Ibidem*, p. 157. Fomos à procura desta «casa», em Torres Novas. Graças às iniciativas culturais da Câmara Municipal da cidade, que afixou placas identificativas de zonas históricas, encontramos o edifício onde, segundo este autor, viveram Ângela e Luísa Sigeia. Optámos por reproduzir, em anexo, duas fotografias do mesmo (cf. **Anexo Iconográfico n.ºs 6 e 7**).

⁷⁸⁰ ALVES, 1990, p. 59.

⁷⁸¹ A autora escreve: “Ângela, que estudou línguas como Luísa, veio a ter renome na corte portuguesa pelo seu talento musical e, tal como a irmã, faz parte do grupo de damas cultas incluídas no «Livro de Moradias» da Infanta Dona Maria” (cf. *ibidem*, p. 59).

⁷⁸² *Ibidem*, p. 80.

⁷⁸³ Cf. BENTO, 1991, pp. 30-31.

⁷⁸⁴ CAETANO, 1992, p. 48.

⁷⁸⁵ Cf. BICHO, 1992, caps. 14.1 e 15.3.

Em Espanha, Pérez Ramírez dedicou algumas páginas à família “Sigeo de Velasco”. Depois de enunciar, com alguma profundidade, os outros membros da família, isto é, o pai, a mãe e os irmãos, o autor refere-se às duas irmãs, explicando que:

“dieron señales desde pequeñas de aptitudes poco comunes para ele estudio de las letras e las artes, por lo cual Diego Sigeo [...] les procuró una esmerada preparación en estas materias, sobresaliendo Luisa en el estudio y conocimiento de los clásicos y Angela en el de la música”⁷⁸⁶.

Baseando-se em Garrido Marcos, Pérez Ramírez escreve que Luísa foi transferida pela rainha D. Catarina da sua Casa para a Casa da infanta D. Maria, a meia-irmã do rei, a fim de servir como secretária, e que Ângela a acompanhou, sendo que ambas participavam nos saraus organizados na corte da infanta⁷⁸⁷. Para a biografia de Ângela, Pérez Ramírez dedica dois parágrafos, em que menciona a sua educação ao lado da irmã, sobressaindo na música, “en especial en el tañer el arpa y la vihuela”⁷⁸⁸, o seu serviço na Casa da infanta, o seu casamento com Antão Mogo de Melo (o autor chama-lhe “Antonio Mello”⁷⁸⁹) e a sua mudança em Torres Novas, onde viria a falecer. A novidade nestes dois parágrafos surge logo na primeira linha, em que Pérez Ramírez escreve que: “Angela Sigea de Velasco nació en Tarancón un año o dos después de su hermana Luisa”⁷⁹⁰. Ao apresentar a data de nascimento de Luísa em 1527, o estudioso define, então, que o ano de nascimento de Ângela seria em 1528 ou 1529. Compreendemos este raciocínio, mas, como sabemos, Luísa nasceu até 1522, ano em que o pai abandona Castela, e a família só se reencontra em 1530, pelo que a data de nascimento da música teria que ser adiantada ou atrasada. Deixamos esta questão em aberto, a fim de a debatermos num futuro próximo.

Rocha Pereira escreve apenas: “Da irmã, Ângela Sigea, conhece-se, pelo testemunho de Vaseu, a sua formação *in utraque lingua* e o seu talento musical, que lhe permitiu ensinar essa arte no Paço da Infanta”⁷⁹¹. Mónica de Almeida também só nos indica que, no círculo de mestres da infanta D. Maria, destacavam-se “Ângela Sigeia e Paula Vicente no ensino da música”⁷⁹².

⁷⁸⁶ PÉREZ RAMÍREZ, 1994, p. 161.

⁷⁸⁷ Cf. *ibidem*, p. 162.

⁷⁸⁸ *Ibidem*, p. 165.

⁷⁸⁹ *Ibidem*, p. 165.

⁷⁹⁰ *Ibidem*, p. 165.

⁷⁹¹ PEREIRA, 1995, p. 68.

⁷⁹² ALMEIDA, 1996, p. 17.

No seu estudo sobre a infanta D. Maria, Carla Alferes Pinto, por seu turno, faz inúmeras referências a Luísa Sigeia e à irmã Ângela. Apesar de raramente as mencionar em conjunto, quando o faz, refere Luísa em primeiro lugar, provavelmente por uma questão de composição textual, tal como Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Relativamente a Ângela, regista “o seu casamento com António Mogo de Mello e Carrilho”⁷⁹³ e a data do seu falecimento, apoiando-se em Artur Gonçalves⁷⁹⁴.

Na sua obra sobre a toponímia de Torres Novas, Joaquim Rodrigues Bicho, depois de se referir ao pai e à irmã, declara que Ângela era “um pouco mais nova que Luísa”⁷⁹⁵, sendo também erudita nas línguas e exímia na arte da música, dedicando-se sobretudo à harpa e ao órgão. Seguindo Artur Gonçalves, Bicho menciona o casamento com Antão Mogo de Melo e a vida em Torres Novas, onde faleceu⁷⁹⁶.

Num primeiro artigo publicado em 2003, Nieves Baranda inclui no grupo de “maestras o compañeras [da infanta D. Maria] a famosas *puellae doctae*: las portuguesas Joanna Vaz, Paula Vicente y las españolas Luisa y Ângela Sigea”⁷⁹⁷, esclarecendo que também as filhas do infante D. Duarte e de D. Isabel – D. Maria e D. Catarina – receberam uma educação “esmerada”⁷⁹⁸, que abrangia “materias tan poco «femeninas» como filosofía, matemáticas y astrología”⁷⁹⁹. Baranda acrescenta, ainda, que D. Maria casou com Alexandro Farnese, tornando-se princesa de Parma, enquanto D. Catarina, “casada con su primo, el 6.º Duque de Bragança, permaneció en Portugal, en el lujoso palacio de Villaviçosa, carteándose con Ângela Sigea”⁸⁰⁰. Paulo Gregório refere a doação do terreno que possuíam Ângela e Antão, em 1589, e apresenta-nos uma pequena biografia do marido da música, “aia da infanta D. Maria”⁸⁰¹, registando que “D. Antão Mogo de Melo Carrilho foi outra figura emblemática da vila, secretário de D. Jaime de Lencastre, juiz dos órfãos em Torres Novas e cavaleiro fidalgo da Casa Real”⁸⁰². Carlos Carreira faz uma genealogia invertida de Antão, referindo o seu

⁷⁹³ PINTO, 1996, vol. 1, p. 153.

⁷⁹⁴ Porém, usa as duas versões do nome do marido de Ângela: António e Antão.

⁷⁹⁵ BICHO, 2000, p. 107.

⁷⁹⁶ Cf. *ibidem*, p. 107.

⁷⁹⁷ BARANDA, 2003, p. 235.

⁷⁹⁸ *Ibidem*, p. 235.

⁷⁹⁹ *Ibidem*, p. 235.

⁸⁰⁰ *Ibidem*, p. 235.

⁸⁰¹ GREGÓRIO, 2003, p. 19.

⁸⁰² *Ibidem*, p. 19.

casamento com Ângela⁸⁰³. Vera Lúcia Peixoto não acrescenta nada de novo, na sua edição crítica da obra de Frei Miguel Pacheco⁸⁰⁴.

No entanto, a historiografia parece ignorar os avanços feitos pela história da arte, a respeito de Ângela. Esses avanços tornaram-se uma novidade inevitável para esta área de estudo e deveriam ter sido incorporados, pelo menos, na corrente historiográfica portuguesa, incorporação que (ainda) não aconteceu⁸⁰⁵.

Portanto, e em síntese, existem duas hipóteses possíveis (ambas sem base documental sólida) em relação à ordem de nascimento das duas irmãs. Por um lado, a historiografia mais antiga defende que Ângela seria mais nova do que Luísa. Por outro, e explicitamente a partir de 1970, surge uma proposta que argumenta o contrário, alegando que a música seria mais velha do que a escritora/poliglota. Mas é no livro de estudos coordenado por Miguel Ángel Pérez Priego, *Melchor Cano y Luisa Sigea: dos figuras del Renacimiento Español*, dado à estampa em 2008, que as duas posições se demarcam com clareza. Nieves Baranda⁸⁰⁶ e Amores Pérez assinam dois dos artigos incluídos na obra dedicada àquelas duas grandes figuras da Espanha do século XVI e ambos têm posições e argumentos diferentes em relação a esta questão.

Baranda inclina-se para a segunda hipótese: “Del matrimonio nacieron cuatro hijos: Diego, Antonio, Ángela y la pequeña Luisa”⁸⁰⁷. Pelo contrário, Amores Pérez segue a primeira vertente, escrevendo: “El matrimonio tuvo cuatro hijos: Diego, Antonio, Luisa y Ángela”⁸⁰⁸, referindo, em nota de rodapé, que “L. Bourdon dice que Luisa era la menor de los cuatro, pero no lo argumenta”⁸⁰⁹. Sobre o matrimónio de Ângela, apenas Amores Pérez identifica o marido como “Don Antonio Mogo de Mello

⁸⁰³ Cf. CARREIRA, 2005, pp. 16-18. Não concordamos com as datas que o autor apresenta, mas não conseguimos elaborar alternativas, visto que a escassez de fontes é um poderoso factor impeditivo. Contudo, Carreira menciona a existência de documentação sobre Antão, no cartório notarial de Torres Novas, que poderá ter respostas para estas lacunas. Num futuro próximo, procuraremos averiguar esses indícios.

⁸⁰⁴ Cf. PEIXOTO, 2007, vol. 1, pp. 63-64.

⁸⁰⁵ Abordamos esta questão no capítulo biográfico que se segue (cf. capítulo 6: «Primeiras linhas para a construção de uma figura»).

⁸⁰⁶ Num artigo de 2005, onde aborda diversas escritoras/autoras renascentistas, dedica vários parágrafos a Luísa Sigeia, referindo Ângela apenas uma vez, como irmã da erudita (cf. BARANDA, 2005, p. 220).

⁸⁰⁷ BARANDA, 2008, p. 132. Sobre Ângela, e a propósito de Luísa, numa nota da página 134, Baranda escreve o seguinte: “No se puede olvidar que también su hermana Ángela recibió una excelente educación y fue admitida al igual que Luisa al servicio de la Infanta María. Los autores afirman que Ángela era mejor música que Luisa, mientras que la erudición de la pequeña no tenía parangón” (*ibidem*, p. 134, n. 9). Também María Prieto Corbalán diz que Ângela nasceu primeiro que a irmã (cf. PRIETO CORBALÁN, 2007, p. 44).

⁸⁰⁸ AMORES PÉREZ, 2008, p. 205.

⁸⁰⁹ *Ibidem*, n. 75. Esta nota é, decerto, irónica, pois Amores Pérez também não apresenta argumentos para a sua escolha.

e Carrilho, cuyo padre, Pedro Annes de Melo, era hijo natural del Conde la Atalaya, Pedro Vaz de Mello y de D^a Catalina Carrilho, hija del Marqués de Villena”⁸¹⁰.

Pedro Álvarez-Cifuentes declara, explicitamente e mais do que uma vez, que Ângela era mais nova do que Luísa: “Diego Sigeo proporcionó una esmerada educación a sus cuatro hijos, entre los que se destacaron Luisa y su hermana menor Ángela, cuyas habilidades musicales despertarían la admiración de sus contemporáneos”⁸¹¹ ou “También allí [em Torres Novas] se desposó Ángela con António Mogo de Melo Carrilho, si bien su fama ha quedado velada por la de su hermana mayor”⁸¹². Em 2012, Paulo Drumond Braga, no seu estudo biográfico sobre a infanta D. Maria, a propósito de Ângela, diz apenas o seguinte:

“Instruída em latim e grego, excelente música, ensinou esta arte à infanta D. Maria, e é possível que tenha mesmo composto algumas peças, que não chegaram até nós. Tendo casado com um descendente por linha bastarda do conde da Atalaia, Antão Mogo de Melo e Carrilho, passou a viver em Torres Novas, onde morreu”⁸¹³.

Para o nome do marido, temos, assim, também duas posições distintas. Alguns autores apresentam-no como «António»⁸¹⁴ e outros como «Antão». De facto, a forma correcta é «Antão», como se pode observar pelo documento que concede o brasão de armas ao marido ou pelo assento de óbito de Ângela, ambos publicados por Artur Gonçalves⁸¹⁵ e que aqui recuperamos⁸¹⁶.

No entretanto, a historiografia parece ignorar os avanços feitos pela história da arte, a respeito de Ângela. Esses avanços tornaram-se uma novidade inevitável para esta área de estudo e deveriam ter sido incorporados, pelo menos, na corrente historiográfica portuguesa, incorporação que (ainda) não aconteceu. Esses avanços

⁸¹⁰ *Ibidem*, p. 207. Baranda nem menciona o casamento da música.

⁸¹¹ ÁLVAREZ-CIFUENTES, 2009, p. 47.

⁸¹² *Ibidem*, p. 49. Não se pronunciam sobre este assunto Carlos Margaça Veiga (cf. VEIGA, 2011, pp. 26, 41, 43) ou Cristina Borreguero Beltrán (cf. BORREGUERO BELTRÁN, 2011, p. 92), sendo que nenhum dos dois apresenta novos dados que permitam outras perspectivas.

⁸¹³ BRAGA, 2012, p. 46.

⁸¹⁴ Mesmo quando as suas bases remetem para obras onde ele é nomeado como “Antão”, o que se revela, no mínimo, curioso.

⁸¹⁵ Cf. GONÇALVES, 1933, pp. 404-405 e 242, respectivamente.

⁸¹⁶ Cf. **Anexo Documental n.ºs 15 e 16**, respectivamente. Para o brasão de armas, cf. também **Anexo Iconográfico n.º 8**.

6. Primeiras linhas para a construção de uma figura

São muito poucos os dados que temos que nos permitam delinear uma cronologia para a vida de Ângela. Grande parte deles foi trazido à luz por Artur Gonçalves, que, como já referimos, dedicou todo um capítulo a esta família⁸¹⁷ e aos seus descendentes. Na iminência de recuperar alguns desses dados, lançamo-los aqui de novo, conjugados de forma a comporem um quadro homogéneo e, assim, retirá-los da paisagem-mosaico em que estão inseridos. No entanto, restringir-nos-emos apenas àqueles que se reportam à primeira geração (filhos), pois parece-nos essencial para reconstruir a figura de Ângela enquanto mulher – ainda que seja só pela faceta maternal⁸¹⁸.

Relativamente à idade de Ângela, intrinsecamente ligada à sua data de nascimento, não há certezas se esta era mais velha ou mais nova do que a irmã, visto não conhecermos os seus assentos de baptismo. A segunda hipótese seria, talvez, a mais plausível, se tivermos em conta que a música faleceu já nos inícios do século XVII⁸¹⁹ e que o assento de baptismo mais tardio que temos para uma das suas filhas data de 1576⁸²⁰, o que faria de Ângela mãe aos 54 anos, caso tivesse nascido em 1522 – e adiantando-se o ano de nascimento de Luísa para 1521 (ou mesmo 1520). Claro está que essa maternidade não seria impossível, mas seria, certamente, improvável, visto que Agostinha terá sido uma das últimas filhas fruto daquele casamento – isto se considerarmos o ano de baptismo coincidente com o de nascimento.

Nieves Baranda recupera um documento que integra a tese de Sira Garrido Marcos, e que, segundo o título, corresponde ao assento de baptismo de “Catrina, hija de Anton Moguo y Angela de Velasco, su mujer”⁸²¹. Este teria sido firmado em 1554, ano perfeitamente aceitável para uma (possível) primeira gravidez. Apesar de não termos consultado o original, discordamos desta datação, sendo que explicaremos os motivos mais adiante.

⁸¹⁷ Cf. GONÇALVES, 1933, pp. 219-267.

⁸¹⁸ Artur Gonçalves compôs a rede de ligações entre as várias gerações da família Mogo de Melo/Sigeia de Velasco. Visto que o nosso objectivo aqui é dar novos dados e, por conseguinte, desenvolver novas linhas, para permitir um estudo aprofundado sobre a vida de Ângela, e não «fechá-lo» sobre si mesmo, então, parece-nos adequado fazer essa omissão.

⁸¹⁹ Cf. ANTT, ADLSB, Registos Paroquiais, Paróquia de Santiago (Torres Novas), Mistos nº 4 (1596-1628), fl. 43v. Cf. **Anexo Documental nº 16**.

⁸²⁰ Cf. ANTT, ADLSB, Registos Paroquiais, Paróquia de Santiago (Torres Novas), Baptismos nº 1 (1575-1587), fl. 9v.

⁸²¹ BARANDA, 2006, p. 6.

Há uma terceira hipótese, muito remota, que talvez ainda não tenha sido equacionada (e que não iremos desenvolver mais do que o necessário). Luísa e Ângela Sigeia poderiam ser gémeas. A única base que sustenta esta aparentemente rebuscada e improvável hipótese é a (única) representação iconográfica das duas irmãs. Os seus retratos⁸²², cópias setecentistas de originais do século XVI, estão expostos na sala de leitura da biblioteca provincial de Toledo (Biblioteca de Castilla-La Mancha)⁸²³ e patenteiam a incrível semelhança entre as duas mulheres: o contorno do rosto, os traços dos olhos e do nariz, o queixo e os recantos dos lábios. Entre as duas, as únicas diferenças imediatamente visíveis estão escudadas nos trajes que envergam, além do facto de Ângela ser (curiosamente) retratada de frente e Luísa em três quartos, escondendo, do mundo, o par esquerdo do seu pequeno brinco dourado. No entanto, estaremos, neste campo, a jogar com a genética, porque as semelhanças podem ocorrer mesmo em casos em que os irmãos não sejam gémeos; portanto, independentemente de quem seria a mais velha ou a mais nova, Ângela e Luísa eram mulheres muito parecidas, ambas com um semblante gracioso, diríamos.

Não sabendo em que ano nasceu Ângela, sabemos que terá sido criada, tal como a irmã, no Paço Ducal de Vila Viçosa, desde 1530, e com ela terá seguido para a corte régia, depois do casamento da infanta-duquesa D. Isabel com o infante D. Duarte, em 1537. Ao contrário de Luísa, não temos registo da música nos (poucos) livros de moradia que chegaram até nós⁸²⁴.

Temos conhecimento de que terá trocado intensa correspondência com a duquesa de Bragança, D. Catarina⁸²⁵, mas, infelizmente, e após uma busca exaustiva, o seu paradeiro é, por nós, desconhecido. Contudo, apesar de termos poucas referências a esta correspondência⁸²⁶, esta informação não deverá ser desvalorizada. Ângela, tal como

⁸²² Reproduzimo-los em anexo (cf. **Anexo Iconográfico nº 10**). Aproveitamos para deixar um especial agradecimento à Biblioteca de Castilla La-Mancha, na pessoa de Carmen Toribio, por nos ter enviado fotografias dos mesmos.

⁸²³ Serrano y Sanz e Odette Sauvage incluíram-nos nos seus estudos, ambos a preto e branco. O primeiro reproduz os dois retratos (cf. SERRANO Y SANZ, 1903-1905, vol. 2 (1905), p. 394), enquanto Sauvage apenas apresenta o de Luísa, com uma pequena legenda, em que remete para a reprodução feita pelo estudioso espanhol (cf. SIGEA, 1970, p. 6). Ambos os caracterizam como cópias, mas é Sauvage quem nos esclarece que estas cópias setecentistas foram, de facto, fruto de uma encomenda feita pelo cardeal de Sorezana, arcebispo de Toledo, para embelezarem a sua biblioteca pessoal (cf. *ibidem*, p. 6).

⁸²⁴ Felizmente, temos para Paula Vicente, filha de Gil Vicente, que, segundo atestam as fontes e a historiografia, aparece mencionada num rol da infanta D. Maria de 1543 (cf. ANTT, Casa Real, *Núcleo Antigo*, 143C in PINTO, 1996, vol. 2, p. 120).

⁸²⁵ Cf. COSTA, 1706-1712, t. III (1712), p. 285.

⁸²⁶ Artur Gonçalves faz questão de mencioná-la por duas vezes (cf. GONÇALVES, 1933, pp. 235, 243). Também Nieves Baranda a refere (cf. BARANDA, 2003, p. 235).

Luísa, permaneceu mais de uma década na corte régia, na Casa da rainha. Após a morte do infante D. Duarte, em 1540, a infanta-duquesa D. Isabel passou a ter aposentos contíguos aos de D. Catarina⁸²⁷. As suas filhas, D. Maria (1538-1577) e D. Catarina (1540-1614), cresceram, por isso, rodeadas das damas da rainha, onde se incluíam as irmãs Sigeia. Seria perfeitamente plausível que a jovem duquesa, D. Catarina, tivesse desenvolvido uma relação de amizade próxima com Ângela, dados os contextos em que ambas as personagens se inseriam. Criada essa ligação, seria natural a conservação do contacto após o afastamento de ambas, de que seriam provas as referidas cartas. Compreende-se, assim, a ligação que os descendentes de Ângela terão, mais tarde, com a corte brigantina.

Sabendo que Luísa casou em 1552, não temos uma data para o matrimónio de Ângela com Antão Mogo de Melo (†1592). Apenas sabemos que, depois de casar com o fidalgo, a música ter-se-á mudado com ele para Torres Novas⁸²⁸. Antão Mogo era oriundo de uma família nobre antiga, que descenderia, por linha ilegítima, do conde da Atalaia, Pedro Vaz de Melo⁸²⁹. Sabemos que Antão, filho de Catarina Rodrigues de Beça, foi escudeiro fidalgo do monarca, tal como o seu pai, Manuel Mogo de Melo, auferindo 800 reais de moradia mensalmente⁸³⁰. D. João III tê-lo-ia tomado da alçada de D. Jaime, bispo de Ceuta⁸³¹, de quem Antão seria secretário⁸³². À morte do rei, em 1557, a rainha D. Catarina, como regente do reino, em nome de D. Sebastião, transferiu-o para a Casa do rei-menino, sob as mesmas condições⁸³³. Em 1560, pela mão da rainha-avó, recebeu o brasão de armas dos Melo e Carrilho⁸³⁴. Portanto, os nubentes ter-

⁸²⁷ Cf. JORDAN, 1994, pp. 73-78.

⁸²⁸ Em Março de 1575, Ângela foi madrinha de baptismo de Francisco, filho de Luciana Terneira e Belchior Mogo, que talvez fosse cunhado da música: “*francisco filho de belchior mogo, e de Luciana / terneira foi baptizado por mim diogo / dalmada cura aos [?] de março de 75 / foram padrinhos o Senhor prior desta igreja / baltasar da foncequa e Angela de / balhasques / a) Diogo d almada*” (ANTT, ADLSB, Registos Paroquiais, Paróquia de Santiago (Torres Novas), Baptismos nº 1 (1575-1587), fl. 1v).

⁸²⁹ Cf. GONÇALVES, 1933, pp. 402-405. Sabemos que a família seria grande e com vários ramos; pelo menos, é o que atesta o livro de registos mistos de Santiago, concernente aos anos entre 1531 e 1567, onde encontrámos vários membros da família Mogo, tanto homens como mulheres (cf. ANTT, ADLSB, Registos Paroquiais, Paróquia de Santiago (Torres Novas), Mistos nº 1 (1531-1567), fls. 7, 10v, 44 [baptismo de um criado de Francisco Mogo], 44v, 45, 45v, 48, 51v, 56, 69, 76, 77, 84v, 85v, 146v, 150v).

⁸³⁰ O que, anualmente, perfazia 9.600 reais.

⁸³¹ Este D. Jaime era D. Jaime de Lencastre, filho de D. Jorge (1481-1550), I duque de Coimbra, filho bastardo de D. João II (1455-1495).

⁸³² Cf. GONÇALVES, 1933, p. 405. Existe um documento datado de 1542 que atesta que Antão Mogo de Melo integrava o corpo de criados de D. Jaime – “[...] e Antão Moguo, criados do dito Senhor [D. Jaime] [...]” (SANTOS, 2009, p. 29) – confirmando assim a antiguidade da ligação entre o futuro marido de Ângela e os círculos cortesãos que este frequentava (cf. *ibidem*, pp. 28-30).

⁸³³ Cf. GONÇALVES, 1933, p. 406. Ver **Anexo Documental nº 14**.

⁸³⁴ Cf. GONÇALVES, 1933, pp. 404-405. Ver **Anexo Documental nº 15**.

se-iam conhecido em ambiente cortesão, estando Ângela na Casa da rainha e Antão na Casa do rei.

Foi também neste meio que a música conheceu um pintor a quem terá feito uma encomenda artística. Referimo-nos a António Campelo⁸³⁵, pintor maneirista da segunda metade do século XVI, que tinha como mecenas a infanta D. Maria, mulher a quem Luísa dedica as suas composições literárias:

“Seria, pois, ela [a infanta D. Maria] a até agora ainda não identificada mecenas do pintor miguelangelesco português [António Campelo]: uma hipótese tanto mais plausível quanto sabemos que subsidiou os estudos de outros pintores em Roma e que Campelo trabalhou para uma criada de sua casa, a música Ângela Sigeia, irmã da célebre humanista Luísa Sigeia (fal. 1560)”⁸³⁶.

A encomenda a que aludimos trata-se de um quadro retabular, intitulado *Adoração dos Pastores*⁸³⁷, e foi pintada entre os anos de 1565 e 1580⁸³⁸. A obra embeleza, hoje, uma das paredes subterrâneas do Museu Municipal Carlos Reis, tendo, anteriormente, sido oferecida ao Convento de Santo António pelo I Visconde de Gião, que detinha o quadro no oratório da casa dos Pessoa de Amorim⁸³⁹.

Visto que Ângela e Campelo circularam no mesmo círculo de poder, muito provavelmente, a obra terá sido encomendada em ambiente cortesão, na Casa da *Sereníssima*. Tendo em conta as datas de produção da mesma, e sabendo que Campelo era protegido da infanta, surge, então, a hipótese de que Ângela não estaria em Torres Novas nesses anos e, por isso, não teria abandonado fisicamente a corte pouco depois do casamento (como fez Luísa). Por outras palavras, a música não teria abandonado Lisboa antes dos anos de 1580. Contudo, se tomarmos os anos de baptismo dos seus filhos como coincidentes com os anos de nascimento, então, a obra terá sido empreendida antes de 1570, vistos que os sacramentos foram celebrados na vila torrejana precisamente nessa década. Há também a possibilidade de ambos se terem

⁸³⁵ Sobre António Campelo, cf. SERRÃO, 1980; *idem*, 1991; *idem*, 2016.

⁸³⁶ MOREIRA, 1992, p. 36. Esta ideia é reforçada num estudo sobre as tapeçarias de D. João de Castro (cf. MOREIRA, 1995, pp. 81-87).

⁸³⁷ Reproduzimo-lo em anexo (cf. **Anexo Iconográfico nº 9**). Desta *Adoração dos Pastores* e da sua ligação com Ângela, fazem menção, além dos que já referenciamos: LOPES, 1996, pp. 78-81; CORREIA, 2000, pp. 102-105; SERRÃO, 2009, p. 20; *idem*, 2012, p. 130; *idem*, 2016, p. 14.

⁸³⁸ A datação não é consensual, variando entre 1565-1570 e 1570-1580. Faça-se menção à actuação da infanta D. Maria entre os anos de 1564 e 1571 em Santarém (cf. BEIRANTE, 1981, pp. 86-87).

⁸³⁹ Cf. BICHO, 1987/8, p. 132; SERRÃO, 1991, p. 317, n. 37.

conhecido na corte e Campelo ter seguido Ângela para a sua nova morada, a fim de materializar a encomenda, regressando, depois, para executar outras obras⁸⁴⁰.

Independentemente do local onde a obra terá sido encomendada (ou produzida), o certo é que Ângela teve, pelo menos uma vez, um acto mecenático, o que pressupõe influência e uma posição muito favorável junto da corte (mesmo que permanecesse em Torres Novas). O seu papel enquanto dama da infanta não se extinguia, portanto, na sua singular existência como música da *Sereníssima*. Os vínculos com António Campelo, protegido de D. Maria, e com a infanta-duquesa D. Catarina (ainda que mais difícil de comprovar) revelam, assim, uma personalidade activa nos círculos do poder cortesão, construindo redes de influência, corporizadas nas cartas que trocava com a futura candidata ao trono, e patrocinando as artes como forma de auto-promoção. Assim, mesmo quando se mudou para Torres Novas, em data que desconhecemos, Ângela manteve-se ligada ao ambiente cortesão, fosse da Casa real, fosse da Casa de Bragança, ao contrário da irmã Luísa, que escreveu incessantemente para a corte espanhola, nos anos finais da sua vida (1559-1560), sem ter obtido desígnios favoráveis (quando recebia respostas às suas cartas).

Como já tivemos ocasião de referir, em 1589, o casal doou um terreno que possuía no Berlé, a fim de se erigir o novo convento de Santo António, que viria substituir o Convento de Nossa Senhora do Egípto, dos frades franciscanos da vila⁸⁴¹. Não temos mais informações acerca de ambos, seja individualmente, seja enquanto casal. Temos apenas notícia da sua morte: Antão faleceu a 29 de Julho de 1592⁸⁴² e Ângela a 15 de Junho de 1608⁸⁴³, estando o casal sepultado no jazigo da família Mogo, na capela do Senhor Jesus dos Lavradores, na igreja de Santiago⁸⁴⁴.

Do casamento entre Ângela e Antão Mogo, nasceram sete raparigas (das quais apenas uma casou) e três rapazes (cf. **Árvore Genealógica nº 7**): Aurélia, Francisca,

⁸⁴⁰ Cf. SERRÃO, 2016, pp. 14-17.

⁸⁴¹ Cf. entre outros (que já tivemos oportunidade de referir), GONÇALVES, 1933, p. 406.

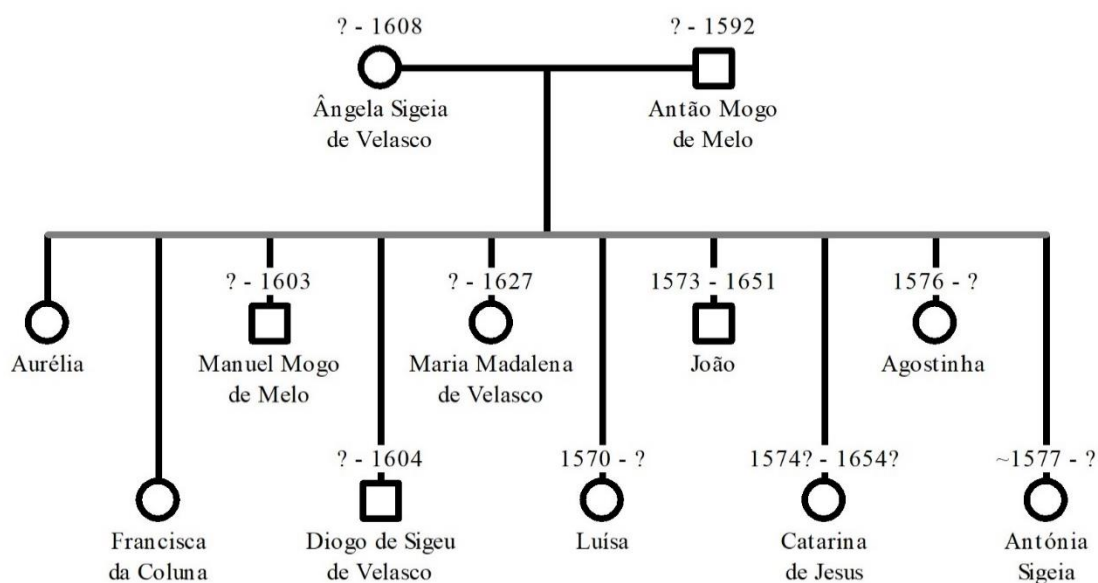
⁸⁴² *Ibidem*, p. 405. No livro de moradias do infante D. Luís, surge um António Mogo, filho de João Rodrigues Mogo, que poderá ser um familiar próximo do marido de Ângela (cf. ANTT, Casa Real, *Núcleo Antigo*, 177).

⁸⁴³ Cf. ANTT, ADLSB, Registos Paroquiais, Paróquia de Santiago (Torres Novas), Mistos nº 4 (1569-1628), fl. 43v. Ver **Anexo Documental nº 16**.

⁸⁴⁴ Cf. GONÇALVES, 1933, pp. 242, 405. Tivemos oportunidade de consultar o espólio de Artur Gonçalves, guardado no Arquivo Municipal de Torres Novas, mas pouco mais encontramos em relação a Ângela. Aproveitamos para deixar aqui expressos os nossos profundos agradecimentos às Dr.^{as} Helena Domingues e Cláudia Plácido, do Arquivo Municipal de Torres Novas, por toda a ajuda e apoio prestados para o desenvolvimento desta tese.

Manuel, Diogo, Maria Madalena, Luísa, João, Catarina, Agostinha e Antónia. Desconhecendo a idade de Ângela, que influenciaria, como é óbvio, a datação dos nascimentos dos seus filhos, achamos, por bem, justificar a ordem de apresentação destes nomes. Optámos por indicar, em primeiro lugar, os filhos (neste caso, as filhas) para quem não temos nenhuma data que permita elaborar uma linha cronológica (Aurélia e Francisca), seguido daqueles em que conhecemos o ano de morte (caso de Manuel, Diogo e Maria Madalena). Deixámos em último lugar aqueles para quem temos um ano de nascimento – ou de baptismo, visto não sabermos em que altura estes cinco filhos receberam o sacramento (Luísa, João, Catarina, Agostinha e Antónia).

Não pretendemos repetir as informações compendiadas por Artur Gonçalves no estudo que tão proximamente seguimos. No entanto, achamos necessário coligir essas informações, que se apresentam de forma um pouco dispersa, ligando-as com outras que encontrámos, fornecidas por outros autores.



Árvore Genealógica nº 7: os filhos de Ângela Sigeia e Antão Mogo.

Sublinhamos que, apesar das lacunas documentais, que não permitem conhecer as datas de nascimento e/ou de morte, temos dados sobre as vidas de quase todos os filhos de Ângela, principalmente no que respeita aos varões, sobretudo sobre os cargos e ofícios que estes desempenharam ao longo dos anos.

Manuel (†1603⁸⁴⁵), que seria, possivelmente, o varão primogénito, foi desembargador (do Paço?)⁸⁴⁶, desembargador da Relação de Goa e, mais tarde, desembargador da Relação e Casa do Porto, sendo estas últimas posições desempenhadas já no período da união dinástica, sob o governo de Filipe III (II de Portugal)⁸⁴⁷. Havia tomado o hábito de clérigo, exercendo o cargo de beneficiado na igreja do Salvador, em Torres Novas, mas mantendo-o por pouco tempo, renunciando, em 1583, a favor do irmão, Diogo de Sigeu de Velasco (†1604), que seria mais novo⁸⁴⁸. Deste Diogo, apenas se sabe que foi beneficiado da igreja do Salvador, onde está sepultado⁸⁴⁹.

Em 1582, Manuel começou a estudar Leis na Universidade de Coimbra, onde fez o exame de bacharel em 1597, formando-se no ano seguinte, em 1598⁸⁵⁰. Depois de renunciar a favor do irmão, Manuel casou-se, em 1587, com D. Maria Caldeira de Sá, “fidalga ilustre de Coimbra”⁸⁵¹, com quem teve, pelo menos, um filho, João de Melo Mogo, nascido em 1591⁸⁵².

João (1573⁸⁵³-1651) foi secretário do infante D. Duarte (1541-1576), irmão da duquesa D. Catarina (1540-1614), com quem Ângela se carteava intensamente⁸⁵⁴, cartas que permanecem perdidas, tendo sido, também, comendador da Ordem de Cristo⁸⁵⁵.

⁸⁴⁵ “Item a 30 de Março de 1603 anos / falleço o Licenciado Manuel Mogo de Melo / Jaz dentro na Jgreja na Capella de Jesu” (ANTT, ADLSB, Registos Paroquiais, Paróquia de Santiago (Torres Novas), Mistos nº 4 (1596-1628), fl. 31v).

⁸⁴⁶ “O Desembargador Manuel Mogo de Mello” (MATOSO, 2008 [1745-1746], p. 98).

⁸⁴⁷ Cf. GONÇALVES, 1933, p. 482. Ver **Anexo Documental nº 17**.

⁸⁴⁸ Cf. *ibidem*, p. 481.

⁸⁴⁹ Cf. *ibidem*, p. 240.

⁸⁵⁰ Pelo menos, pensamos que pertença a este filho de Ângela a entrada “Manuel Mago, vide Melo”, no Arquivo da Universidade de Coimbra (Código de Referência: PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/M/009117). A documentação poderá ter sido mal interpretada, confundindo-se «Mogo» por «Mago». O facto de, na filiação, constar o nome de António Mago (entendamos, Antão Mogo) e a sua naturalidade se reportar a Torres Novas, leva-nos a creer que este indivíduo seja o filho de Ângela. Além disso, na mercê atribuída por Filipe III a Manuel Mogo de Melo, em 1603, para assumir as funções de desembargador da Relação e Casa do Porto, o já desembargador da Relação de Goa surge como “Bacharel Manoel Mogo de Mello” (GONÇALVES, 1933, p. 482. Ver **Anexo Documental nº 17**).

⁸⁵¹ *Ibidem*, p. 481.

⁸⁵² Cf. *ibidem*, p. 415. Deste filho, teve um neto, chamado Manuel Mogo de Melo, que foi matemático, tendo redigido uma obra sobre essa matéria, intitulada *Methodo facil para fazer contas*. Segundo Barbosa Machado, este Manuel terá escrito também um *Tratado de Synonimos, e Epitectos*, composto em ordem alfabética (cf. MACHADO, 1741-1759, t. III (1752), p. 313).

⁸⁵³ “Aos cinco dias d abril de 1573 annos / bautizei joane filho de antam moguo / e de angela de ualhasquos, forão padri-/ nhos antónio figueiroa e joana / [?], e o assinei dia mês” (ANTT, ADLSB, Registos Paroquiais, Paróquia de São Salvador (Torres Novas), Mistos nº 2 (1569-1588), fl. 17).

⁸⁵⁴ Cf. GONÇALVES, 1933, p. 408.

⁸⁵⁵ Cf. COSTA, 1706-1712, t. III (1712), p. 284.

Quanto às filhas, sabemos que Antónia (a.1577⁸⁵⁶-?), que a documentação apresenta como “Antónia Sigéa de Velasco Carrilho”⁸⁵⁷, segundo Artur Gonçalves, “casou com Manuel Peixoto de Mendonça, filho de António Peixoto, senhor do morgado das Lapas, em Tôres Novas”⁸⁵⁸, mas não conhecemos descendência. Maria Madalena de Velasco (†1627)⁸⁵⁹ foi terceira da Ordem da Nossa Senhora do Carmo, tendo sido sepultada no jazigo dos avós Diogo Sigeu e D. Francisca de Velasco⁸⁶⁰. Professaram no Convento do Espírito Santo as restantes irmãs: Agostinha (1576⁸⁶¹-?), Aurélia, Luísa (1570⁸⁶²-?), Catarina e Francisca. Das primeiras três, apenas se sabe o que já apresentámos (que, no caso de Aurélia, é apenas o nome). Quanto a Catarina e Francisca, a documentação é mais generosa.

Francisca ficou conhecida como Francisca da Coluna⁸⁶³, “senhora de singular talento, & muy sciente na Poesia”⁸⁶⁴, tendo composto e impresso, pelo menos, um soneto, inserido numa obra de Francisco Lopes sobre Santo António⁸⁶⁵, o que levou vários autores a sugerir que a sua mãe, Ângela, a terá instruído com desvelo, ideia com a qual concordamos. Foi várias vezes abadessa do Convento do Espírito Santo, onde, a

⁸⁵⁶ Sabemos que Antónia terá nascido antes de 1577, pois, nesse ano, juntamente com o pai, Antão Mogo, foi madrinha de baptismo de uma rapariga chamada Branca: “branca filha de *Rodrigo d andrada e de Anna de millas* [?] / foi baptizada por *mym baltazar da fONSEQUA prior / padrinho Antão mogo madrinha Antonja Sygéa* / a 15 de outubro de 1577” (ANTT, ADLSB, Registos Paroquiais, Paróquia de Santiago (Torres Novas), Baptismos nº 1 (1575-1587), fl. 27v). Há uma Antónia Sigeia ligada ao Convento do Carmo de Torres Novas, entre 1626 e 1629, mas não conseguimos apurar se é a filha de Ângela, apesar de termos fortes indícios de que se trataria dela: “A capela de Maria Moga [derivação de «Mogo»] e de sua irmã Antonia Sizêa [*sic*] de 5 missas rezadas que deixarão «10 alqueires de trigo de foro a retro na Chancelaria»” (SANTOS, 2006, p. 52).

⁸⁵⁷ GONÇALVES, 1933, p. 240.

⁸⁵⁸ *Ibidem*, p. 240.

⁸⁵⁹ Poderá ser a “Maria Moga” que surge como a irmã de “Antonia Sizêa”, numa capela do Convento do Carmo (cf. SANTOS, 2006, p. 52).

⁸⁶⁰ Cf. GONÇALVES, 1933, pp. 240, 496.

⁸⁶¹ “Agostinha filha d antão Mogo e de An-/gella de Valhasco foy baptizada / por my balthasar da fONSEQUA prior / desta igreja de Sanctiago domingo / oito de Abril de 1576 annos foraõ / padrinhos *pero de serpa e jsabel de mello* /” (ANTT, ADLSB, Registos Paroquiais, Paróquia de Santiago (Torres Novas), Baptismos nº 1 (1575-1587), fl. 9v).

⁸⁶² Cf. ANTT, ADLSB, Registos Paroquiais, Paróquia de São Salvador (Torres Novas), Mistos nº 2 (1569-1588), fl. 6. Ver **Anexo Documental nº 9**.

⁸⁶³ Sobre ela, cf. AZEVEDO, 1734, p. 74; MACHADO, 1741-1759, t. II (1747), pp. 81-82; GONÇALVES, 1933, pp. 153-154. A Câmara Municipal de Torres Novas atribuiu o seu nome a uma rua perpendicular à da sua mãe, Ângela, e tia, Luísa (cf. **Anexo Iconográfico nºs 11 e 2**, respectivamente).

⁸⁶⁴ COSTA, 1706-1712, t. III (1712), p. 284.

⁸⁶⁵ O *ESCRITORAS*, catálogo *online* que reúne informação sobre escritoras portuguesas cuja produção literária é anterior a 1900, referencia a poesia de Francisca: “«Soneto de Francisca da colvna Religiosa Professa no Mosteiro do Espirito Santo de Torres Nouas» in.: Francisco Lopes, Sancto Antonio de Lisboa: Primeira e Segunda parte, do seu nascimento, creação, vida, morte e milagres, Lisboa, Of. Pedro Craesbeeck, no ano de 1610” (“Francisca da Coluna, Soror” in *ESCRITORAS*; <http://www.escriptoras-em-portugues.eu/1402845028-Cent.-XVI/2015-0723-Francisca-da-Coluna>).

18 de Julho de 1616, foi nomeada discreta»⁸⁶⁶, tendo, também, desempenhado funções na biblioteca conventual⁸⁶⁷.

A sua irmã, Catarina (1574?⁸⁶⁸-1654?), surge na documentação como Catarina de Jesus, madre soror no mesmo convento, tendo vivido, pelo menos, até 1654, razão pela qual discordamos da sua data de nascimento se fixar em 1554, sugerindo, por isso, o ano de 1574, depois do nascimento de João, em 1573, e antes do de Agostinha, em 1576. Catarina de Jesus terá recebido, por parte da sua mãe, uma educação letrada, tal como Francisca (e, muito provavelmente, as suas outras irmãs e irmãos), desempenhando, frequentemente, a função de escritã no dito convento. Segundo consta nos *Anais do Convento do Espírito Santo*, a «madre soror Catarina de Jesus» foi escritã entre 1607 e 1609, vigária entre 1623 e 1625, abadessa entre 1627 e 1629, discreta entre 1629 e 1634⁸⁶⁹, novamente abadessa entre 1636 e 1638⁸⁷⁰, novamente vigária entre 1639 e 1641⁸⁷¹, e, por fim, novamente discreta entre 1649 e 1654⁸⁷², último registo que dispomos dela.

Não adiantaremos mais informação sobre a descendência de Ângela, que sobreviveu até às primeiras décadas do século XX⁸⁷³. Acrescentemos, apenas, que essa descendência embrenhou-se nos corredores do poder da Coroa (tanto no período de união dinástica, como nos anos de governo independente) e da Casa de Bragança, maioritariamente, nas pessoas dos filhos varões (para quem Artur Gonçalves exuma mais informações). Essa construção dinástica valeu a um tetraneto de Ângela, Manuel Mogo de Melo Carrilho de Sousa e Vasconcelos, uma nova carta de brasão de armas,

⁸⁶⁶ “Discreta – madre soror Francisca da Coluna” (“Anais do Convento do Espírito Santo de Torres Novas” in SANTOS, 2009, p. 77).

⁸⁶⁷ “Para a Biblioteca / A Madre Francisca da Columna Religiosa no Convento desta Vila / filha de Antão Mogo de Mello” (MATOSO, 2008 [1745-1746], p. 100).

⁸⁶⁸ Cf. BARANDA, 2006, p. 6. Lançamos a hipótese de ser 1574, e não 1554, tendo em conta as outras datas que temos para dois dos seus irmãos.

⁸⁶⁹ Neste ano de 1634, era escritã uma madre soror D. Catarina de Velasco Paiva, provavelmente aparentada com Catarina de Jesus (cf. “Anais do Convento do Espírito Santo de Torres Novas” in SANTOS, 2009, p. 85).

⁸⁷⁰ Surge, como escritã, nestes anos, novamente, a madre soror Catarina de Velasco Paiva (cf. “Anais do Convento do Espírito Santo de Torres Novas” in SANTOS, 2009, pp. 86-87).

⁸⁷¹ Há duas mestras de noviças, em momentos diferentes, muito presumivelmente ligadas à família de Ângela Sigeia, pois carregam o apelido Velasco (cf. “Anais do Convento do Espírito Santo de Torres Novas” in *ibidem*, pp. 87-88).

⁸⁷² Em 1654, “Estava recolhida para ser freira D. Ana de Brito, irmã de Manuel Mogo de Melo, mancebo solteiro, menor de 25 anos e maior de 14, ambos filhos de João de Melo Mogo e de sua mulher, Isabel Fróis, já defuntos. Paga o irmão um dote de 350 mil réis” (“Anais do Convento do Espírito Santo de Torres Novas” in *ibidem*, p. 92). Este João de Melo Mogo, casado com Isabel Fróis, era neto de Ângela Sigeia (cf. GONÇALVES, 1933, pp. 415-416).

⁸⁷³ Cf. GONÇALVES, 1933, pp. 409 e 436.

assinada em 1766, pelo rei D. José, onde é explicitada a sua ascendência nobre (e humanista)⁸⁷⁴.

É curioso constatar que, de facto, apesar de Luísa ter recebido os elogios e epitáfios dos humanistas, conquistando um lugar no seu tão restrito círculo, foi Ângela quem fez vingar o seu nome por várias gerações, principalmente o ramo feminino. Temos, por exemplo, o caso de uma trineta sua, chamada Luísa Sigea de Melo e Velasco, que casou, em 1695, com Tomé de Lemos de Castro⁸⁷⁵, e que herdou os dois apelidos da música ('Sigeia' e 'Velasco'), tal como "D. Ana de Sousa Alvim Coutinho de Melo Sigéa de Velasco, filha de Luís de Sousa Alvim Coutinho e Melo"⁸⁷⁶, que casou, em 1776, com um seu primo, tetraneto de Ângela, e falecendo em 1789⁸⁷⁷. Se o seu apelido, principalmente o patronímico, se mantinha em uso, tal poderia significar que o seu nome exerceria influência ou remetia para uma memória histórica importante. Por isso, embora Luísa se mantenha sob os holofotes historiográficos, o papel de Ângela enquanto mulher humanista, conhecedora de línguas e música, mãe de personagens que desempenharam cargos de topo e avó de outros tantos, figura interessantíssima pela sua alteridade, deveria ser revisto, revisitado e explorado em profundidade, a fim de se conhecer a sua essência, mais do que "igual nas partes a sua irmã"⁸⁷⁸.

⁸⁷⁴ Cf. *ibidem*, pp. 433-436. Ver **Anexo Documental nº 18**.

⁸⁷⁵ Cf. *ibidem*, p. 481.

⁸⁷⁶ *Ibidem*, p. 436.

⁸⁷⁷ Cf. GONÇALVES, 1985, p. 447.

⁸⁷⁸ COSTA, 1706-1712, t. III (1712), p. 286.

CONCLUSÃO

Chegar aqui não é chegar à finitude de um longo caminho. Pelo contrário, esse caminho vai ainda longe de terminar. Mesmo com objectivos muito específicos, os frutos desta dissertação revelam-se agridoces. Por um lado, compreendemos o que foi feito ao longo dos anos, suplantámos o que estava gasto e vislumbrámos aquilo que falta fazer. A vida das irmãs Sigeia está, ainda, muito por explorar. A sua actuação enquanto figuras históricas e a sua representação enquanto mulheres permanecem distanciadas do debate historiográfico e, por consequência, também da crescente corrente da História das Mulheres e de Género.

Luísa Sigeia (1522-1560) nasceu em Tarancón (Toledo), filha do humanista francês Diogo Sigeu e da nobre castelhana D. Francisca de Velasco. Irmã de Diogo, António e Ângela, foi na corte portuguesa que alcançou a fama. Esteve como *latina* na Casa da rainha D. Catarina de Áustria, mulher de D. João III, e serviu a infanta D. Maria, meia-irmã do rei. Conhecedora do latim, grego, hebraico, caldeu (isto é, sírio) e árabe, pertenceu ao círculo humanista, muito restrito quanto à presença feminina, tendo sido aclamada pelos seus pares como a «Minerva do seu tempo».

Em 1546, escreveu o poema *Syntra*, que enviou ao papa Paulo III, acompanhado de uma carta poliglota, e, em 1552, a obra *Duarum virginum colloquium de vita aulica et privata*, ambos dedicados à infanta D. Maria. Nesse ano de 1552, casou com Francisco de Cuevas e, em 1555, mudou-se para a terra natal do marido, em Burgos, onde, em 1557, deu à luz a sua única filha, Juana. Foi mestra latina na Casa de Maria da Hungria, regente dos Países-Baixos, nos últimos meses da sua vida, em 1558, onde também o seu marido foi admitido como secretário. Após a morte da rainha, Luísa procurou trabalho na corte de Filipe II, mas nunca obteve resposta. Escreveu mais de duas dezenas de cartas latinas e castelhanas a homens e mulheres dos grandes círculos cortesãos do seu tempo. Faleceu a 13 de Outubro de 1560, em Burgos.

A relação da historiografia portuguesa com a figura de Luísa Sigeia é uma relação ambígua. Por um lado, temos o factor da ‘excepcionalidade’, exaltado por diversos autores, exclamando a necessidade de um estudo aprofundado, que, afinal, nunca veio a surgir. Por outro, não encontramos avanços substantivos no conhecimento da trajectória de vida desta erudita, salvo raras excepções. Esta ausência transformou-se

numa lacuna historiográfica que afectou, não só a reconstrução da vida desta jovem mulher, como também a descoberta de novos horizontes, representados pelas figuras de Diogo Sigeu e Ângela Sigeia, respectivamente pai e irmã da erudita.

Acima de tudo, impunha-se a necessidade de uma revisão historiográfica sobre a figura de Luísa. Mais do que manter a narrativa biográfica que imperava, os discursos, de que aqui fizemos uma revisão sistemática, mostraram-se repetitivos e, em última análise, ultrapassados. Era preciso voltar às fontes, descobrir novos dados, procurar os silêncios. Sem novas fontes (quase sem fontes algumas), aquilo que já sabíamos teria que ser reanalisado, dissecado, despido das várias camadas que o compunham; o estudo aprofundado dos conteúdos do epistolário da erudita, tão rico e tão pobre ao mesmo tempo, fez a diferença, nesse sentido. Tudo o que não sabíamos – mas supúnhamos – teria de ser muito bem sustentado. A oportunidade para desenvolver (novas) hipóteses surgia a cada esquina, mas a escassez de fontes não permitia afirmações assertivas, imbuindo o nosso trabalho de um carácter hipotético.

Em termos práticos, redefinimos algumas linhas cronológicas da vida de Luísa. A sua vinda para Portugal, acompanhada pela mãe, irmãos e irmã, terá acontecido em 1530, como primeiramente sugeriram Léon Bourdon e Odette Sauvage⁸⁷⁹, e não em 1542, como se tem perpetuado; a *casa portuguesa* onde a jovem cresceu e se educou seria o Paço Ducal de Vila Viçosa, ou seja, junto da Casa de Bragança, a quem o seu pai, Diogo, servia como mestre dos filhos e irmãos dos duques. Também propusemos um novo âmbito cronológico para a integração *física* e *oficial* na corte régia. 1537 foi o ano em que rei, rainha e restante corte abandonaram Évora, em direcção a Lisboa, acompanhados dos recém-casados, D. Isabel, irmã do duque de Bragança, e D. Duarte, irmão do rei. No séquito da infanta-duquesa viriam as irmãs Sigeia. *Fisicamente*, foram integradas na corte régia logo nesse ano, movendo-se pela Casa de D. Catarina e pela da infanta D. Maria, meia-irmã do monarca. *Oficialmente*, tornaram-se damas da rainha em 1543, primeiro ano em que o nome de Luísa surge firmado num assento de moradia da soberana.

A sua presença na corte ter-se-á feito ao serviço de D. Catarina, mas nada impediria as passagens informais para a Casa da infanta D. Maria, a quem Luísa dedicou as suas principais obras, e onde terá servido oficiosamente. As suas cartas demonstram-no, mas outras fontes não (neste caso, os livros de moradia da infanta). A

⁸⁷⁹ Cf. BOURDON e SAUVAGE, 1970, pp. 45-46.

ocupação que Luísa desempenhou na Casa da infanta terá sido, assim, financiada pela da rainha. Esta é outra das hipóteses que lançámos em debate, acompanhada pela tentativa de desmitificação de uma vivência desconsolada em Espanha, depois de deixar a corte portuguesa.

Inconscientemente, Ângela (†1608) manteve-se em segundo plano. Foi, de facto, difícil desviarmos os holofotes de Luísa e concentramo-nos na música. Essa dificuldade reflecte as narrativas que inevitavelmente absorvemos, em torno da imagem da poliglota. No entanto, foi nelas que, primeiro, procurámos Ângela; foram essas narrativas que permitiram uma primeira aproximação à sua figura, que, curiosamente, nunca é mencionada pela irmã em nenhuma das suas cartas. A narrativa biográfica de Ângela acompanhava aquela de Luísa: ambas estiveram em Tarancón até se reunirem com o pai, em Vila Viçosa, na corte da Casa de Bragança, onde construíram relações de proximidade com figuras como a infanta-duquesa, D. Isabel. Ambas se mudaram para Lisboa, onde desempenharam funções na Casa da rainha, tendo, por lá, casado⁸⁸⁰, e juntas permaneceram até a poliglota regressar a Espanha, fixando-se em Burgos, cidade de onde era natural o marido.

A partir desta separação, torna-se complicado cartografar a vida de Ângela. Sabemos que, a certa altura, se mudou para Torres Novas, com o marido, onde teve os seus filhos. A sua ligação à *corte*, enquanto rede de influências, ter-se-á mantido, visto que se carteava intensamente com a duquesa de Bragança, D. Catarina, a filha de D. Isabel e D. Duarte, que cresceu na Casa da rainha, onde as irmãs Sigeia prestaram os seus serviços. Além disto, apenas conhecemos a doação de um terreno de família em 1589 e a data do seu falecimento, a 15 de Junho de 1608. Para adensarmos esta narrativa, seria preciso embrenharmo-nos em vários fundos dos arquivos nacionais e procurar referências à música, uma tarefa que levaria mais tempo do que aquele de que dispúnhamos para concretizar esta investigação.

Assim, com esta dissertação, pensamos ter alcançado os dois principais objectivos que nos propusemos. Primeiro, inserir a figura de Luísa na historiografia portuguesa, procurando desconstruí-la, «decapar» a sua figura de muitas incertezas e erros, em particular cronológicos, do seu percurso de vida, que se repercutiram na fixação não tanto da sua excepionalidade, que a teve, mas da sua aclamada precocidade intelectual. Por fim, trazer algumas luzes à figura de Ângela, permitindo um esboço

⁸⁸⁰ Luísa com Francisco de Cuevas e Ângela com Antão Mogo de Melo.

biográfico que possibilitasse reconstruir a sua vida. Não pretendemos, porém, fechar o ciclo; preferimos, antes, abrir o debate, lançar a discussão historiográfica sobre estas duas irmãs. Pois tal como escreveu Ana Hatherly: “A escrita é muda mas a leitura exige muitas vozes”⁸⁸¹.

⁸⁸¹ HATHERLY, 1995, p. 195.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1. Fontes

1.1. Fontes manuscritas

Archivo de la Real Chancillería de Valladolid (Valladolid)

REGISTRO DE EJECUTORIAS,CAJA 2452,34: “Ejecutoria del pleito litigado por Antonio Briceño Ronquillo, oidor de la Chancillería de Valladolid, como marido de María Briceño de Duero”.

Archivo General de Indias (Sevilha)

CONTRATACION,5322,N.69: “GONZALO RONQUILLO”.

CONTRATACION,5322,N.71: “JUAN CASADO”.

Archivo General de Simancas (Simancas)

CCA,CED,4,125,2: “Ayuda de casamiento para María y Catalina de Lugo”.

CCA,CED,4,31,1: “Quitaciones a María de Velasco y sus hijas, damas de la casa de la Reina”.

CCA,CED,5,332,2: “Ayuda de casamiento a Isabel, dama de la Reina, y merced a María de Velasco”.

CCA,CED,6,74,4: “Ayuda de vestuario a Isabel Velázquez y a María de Guevara, damas de la reina”.

CCA,CED,7,184,4: “Atrasos debidos a María de Velasco”.

CCA,CED,9,140,3: “Merced a Arnao de Velasco”.

CCA,CED,9,176,1: “Exención de derechos a la merced hecha a los hijos de Juan Velázquez”.

CME,131,29: “Juro a favor de Ana de la Vega”.

CME,158,20: “Juro a favor de Catalina de la Mota”.

CME,171,13: “Juro a favor de Catalina de la Mota”.

CME,208,22: “Juro a favor de Catalina de Cuevas y de la Mota”.

CME,8,9: “Juro a favor Agustín Velázquez”.

CME,87,28: “Juro a favor de don Miguel Velasco, aposentador mayor del Príncipe”.

Archivo Histórico Nacional (Madrid)

OM-CABALLEROS_ALCANTARA,Exp.1316: “Ronquillo y Cuevas del Castillo y Sixi de Velasco, Antonio”.

OM-CABALLEROS_SANTIAGO,Exp.7236: “Ronquillo de Cuevas, Gonzalo”.

OM-CASAMIENTO_ALCANTARA,Exp.16: “Briceño de Duero, María”.

UNIVERSIDADES, L.476,Fol.170: “Sigeo, Diego”.

Arquivo Municipal de Torres Novas (Santarém)

Espólio Particular de Artur Gonçalves, caixas nº 1838-1840, 1841-1843, 1844-1846, 1847-1851, 1852, 1853-1858.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa)

Arquivo Distrital de Lisboa

15º Cartório Notarial de Lisboa, caixa 11, lv. 52.

Registos Paroquiais

Paróquia de Santiago (Torres Novas), Baptismos nº 1 (1575-1587).

Paróquia de Santiago (Torres Novas), Mistos nº 1 (1531-1567).

Paróquia de Santiago (Torres Novas), Mistos nº 4 (1596-1628).

Paróquia de São Salvador (Torres Novas), Mistos nº 2 (1569-1588).

Casa Real

Núcleo Antigo, 143C.

Núcleo Antigo, 143D.

Núcleo Antigo, 177.

Corpo Cronológico, Parte I, mç. 88, doc. 100.

Chancelaria de D. João III, Doações e Mercês, lv. 66.

Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, Doações, lv. 33.

Contos do Reino e Casa, Núcleo Antigo, 144.

Gavetas, Gav. 2, mç. 4, nº 33.

Arquivo da Universidade de Coimbra (Coimbra)

Actos e Graus, 1550-1554, vol. 4.

1.2. Fontes impressas

ANDRADA, Francisco de (1976 [1613]), *Crónica de D. João III*, introdução e revisão de Manuel Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão.

ANJOS, Frei Luís dos (1999 [1626]), *Jardim de Portugal em que se da noticia de algumas Sanctas, & de outras mulheres illustres em virtude, as quais nascerão, ou viverão, ou estão sepultadas neste Reino, & suas Cõquista*, Coimbra, Nicolau Carvalho, ed., introd. e notas de Maria de Lurdes Correia Fernandes, Porto, Campo das Letras.

ANTONIO, Nicolau (1963 [1672]), *Bibliotheca Hispana Nova*, 2 vols., presentazione di Mario Ruffini dell' Università di Torino, Torino, Bottega d'Erasmus.

AZEVEDO, Diogo Miguel Aires de (1734), *Portugal Illustrado pelo sexo feminino, notícia histórica de muytas heroínas portuguesas, que florescerão em virtudes, letras e armas*, Lisboa, Pedro Ferreira.

BARROS, João de (1943 [1655]), *Panegíricos (Panegírico de D. João III e da Infanta D. Maria)*, texto restituído, prefácio e notas de Manuel Rodrigues Lapa, Lisboa, Sá da Costa.

BLUTEAU, Rafael (1712-1728), *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portugueses, e latinos...*, 10 vols., Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus.

BONILLA Y SAN MARTIN, Adolfo (1901), *Clarorum Hispaniensium espistolae ineditae*, Paris, Alphonse Picard et fils.

BRANDÃO, Mário (1937-1941), *Documentos de D. João III*, 4 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade.

— (1941-1969), *Actas dos Conselhos da Universidade de 1537 a 1557*, 5 vols., Coimbra, Publicações do Arquivo da Universidade de Coimbra.

BRANTÔME, Pierre de (1868), *Vie des Dames Illustres Françaises et Etrangères*, nouvelle édition avec une introduction et des notes par Louis Moland, Paris, Librairie Garnier Frères.

CARNEIRO, Pero de Alcáçova (1937), *Relações de [...] Conde da Idanha, do Tempo em que Ele e Seu Pai, António Carneiro, Serviram de Secretários (1515 a 1568)*, publicação, revisão e notas por Ernesto de Campos de Andrada, Lisboa, Imprensa Nacional.

CARVALHO, Joaquim de (org.) (1937-1944), *Noticias cronológicas da Universidade de Coimbra que compreende os anos que discorrem desde o de 1228 até princípios do de 1537*, 2ª edição, 4 vols., Coimbra, por ordem da Universidade.

CASTRO, Luis de Salazar e (1716), *Indice de la Glorias de la Casa Farnese o Resumen de las Heroicas Acciones de sus principes*, Madrid, Imprensa de Francisco del Hierro.

CAVEREL, Philippe de (1860 [1582]), *Relation du voyage et l'ambassade de Jean Sarrazin en Espagne et en Portugal (1582)*, Vande Casteele-Werbrouck.

CERDÀ Y RICO, Francisco (1781), *Clarorum Hispanorum Opuscula Selecta et Rariora tum latina, tum hispana, magna ex parte nunc primum in lucem edita*, Madrid, António de Sancha.

CHORIER, Nicolas (1661-1672), *Histoire générale de Dauphiné*, 2 vols., Valence, Chenevier et Chavet.

— (1885 [1680]), *Aloisiae Sigae Toletanae Satyra Sotadica de Arcanis Amoris et Veneris. Aloisa Hispanice scripsit, Latinitate donavit Joannes Meursius (re vera auctore Nicolao Chorier)*, Paris, s.n..

CONCEIÇÃO, Frei Cláudio da (1818-1831), *Gabinete Histórico*, 17 tomos, Lisboa, Imprensa Régia.

Corpo Diplomático Português Contendo os Actos e Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potências do Mundo desde o século XVI até aos nossos dias (1862-1891), 16 vols., Lisboa, Academia Real das Sciencias.

Corpus Documental de Carlos V (1973-1981), edición crítica dirigida, prologada y anotada por Manuel Fernández Álvarez, 5 vols., Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca.

Correspondance (La) des Premieres Nonces Permanents au Portugal (1532-1553), edição crítica e notas por Charles-Martial de Witte, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1980-1986.

Correspondance d'un ambassadeur castillan au Portugal dans les années 1530: Lope Hurtado de Mendoza (2001), edición par Aude Viaud, Lisboa/Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

COSTA, António Carvalho da (1706-1712), *Corografia Portuguesa e Descripçam Topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contêm; Varões illustres, Genealogias das Familias nobres, fundações de Conventos, Catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observações*, 3 tomos, Lisboa, Officina Real Deslandesiana.

Documentos referentes a las Relaciones con Portugal durante el Reinado de los Reyes Catolicos (1958-1963), edición preparada y anotada por Antonio de la Torre y Luis Suarez Fernandez, 3 vols., Valladolid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

FERNÁNDEZ BÉTHENCOURT, Francisco (1897-1920), *Historia genealógica y heráldica de la monarquía española, Casa Real y Grandes de España*, 10 tomos, Madrid, Establecimiento Tipográfico de Enrique Teodoro.

FERNÁNDEZ DE MADRID, Alonso (1932 [1561]), *Silva palentina*, 3 vols., edição anotada por Matías Vielva Ramos, Palencia, Imprensa de 'El Diario Palentino'.

GARCÍA MATAMOROS, Alfonso (1943 [1553]), *Apología: Pro adserenda Hispanorum eruditione*, edición, estudio, traducción y notas de José López de Toro, Madrid, C.S.I.C..

Gavetas (As) da Torre do Tombo (1960-1977), introdução de António da Silva Rego, 12 vols., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

GÓIS, Damião de (1949-1955), *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, nova edição conforme a primeira de 1566, 4 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade.

GUEVARA, Frei Antonio de (1539), *Libro llamado menosprecio de corte y alabanza de aldea. Dirigido al muy alto y poderoso señor de Portugal, don Juan tercero deste nombre. Compuesto por el ilustre señor don Antonio de Guevara, obispo de Mondoñedo, predicador y cronista y del consejo de su Magestad*, Valladolid, Juan de Villquirán.

LEAL, Augusto Soares de Pinho (1873-1890), *Portugal Antigo e Moderno: Dicionario Geographico, Estatistico, Chorografico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias*, 12 vols., Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia.

LEÃO, Duarte Nunes do (2002 [1610]), *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa.

Letters of John III King of Portugal 1521-1557 (1931), texto português, com edição e introdução por J. D. M. Ford, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.

Letters of the Court of John III King of Portugal (1933), texto português, com edição e introdução por J. D. M. Ford e L. G. Moffat, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.

Lettres des Souverains Portugais à Charles Quint et à l' Impératrice (1528-1532), suivies en annexe de lettres de D. Maria de Velasco et du Duc de Bragançe (1994), édition présentée et commentée par Aude Viaud, Lisboa, Centro Cultural Calouste Gulbenkian.

MACEDO, António de Sousa (1631), *Flores de España, Excelencias de Portugal*, Lisboa, Jorge Rodrigues.

MACHADO, Diogo Barbosa (1741-1759), *Bibliotheca Lusitana: historica, critica e cronologica na qual se comprehendea noticia dos authores Portuguezes, e das Obras, que compuzeraõ desde o tempo da promulgação da Ley da Graça até o tempo prezente*, 4 tomos, Lisboa, Antonio Isidoro da Fonseca (t. I); Ignacio Rodrigues (t. II e III); Francisco Luiz Ameno (t. IV).

MARIA, P^e Francisco de Santa (1744), *Anno Historico Diario Portuguez: notícia abreviada de pessoas grandes, e cousas notaveis de Portugal*, 3 tomos, Lisboa, Domingues Gonçalves.

MATOSO, Luís Montês (2008 [1745-1746]), *Memórias para a história da vila de Torres Novas (1745-1746)*, apresentação e notas por Maria Elvira Marques Teixeira, Torres Novas, Município de Torres Novas.

MELO, D. Francisco Manuel de (1944), *D. Theodósio II, duque de Braganza, e o codice 51-III-30 da Biblioteca da Ajuda*, ed. de Augusto Casimiro, Lisboa, Civilização Editora.

MONÇON, Francisco de (1544), *Libro Primero del Espejo del Principe Christiano, que trata como se ha de criar um Principe o niño generosos des de su tierna niñez cõ todos los Exercicios & virtudes que le convienen hasta ser varon perfecto. Contiene muy singulares doctrinas morales y apazibles*, Lisboa, Luís Rodrigues.

— (1997 [1544?]), *O Libro Primero del Espejo de la Princesa Christiana de Francisco de Monzón. Imagens da princesa e da dama na corte modelar de D. João III*, 2 vols., ed. crítica de José Manuel Marques da Silva, dissertação de Mestrado em História da Cultura Portuguesa (Época Moderna) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MONFORTE, Frei Francisco (1754), *Espelho de Penitentes e Crónica da Província de Santa Maira da Arrábida*, Lisboa, s. n..

OSÓRIO, Jerónimo (1571), *De rebus Emmanuelis Regis Lusitaniae inuictissimi virtute et auspicio gestis libri duodecim*, Lisboa, Antonium Gondisaluum.

PACHECO, Frei Miguel (1675), *Vida de la Serenissima Infanta Doña Maria hija del Rey D. Manoel, fundadora de la insigne Capilla mayor del Cõuento de N. Señora de la Luz, y de su Hospital, y otras muchas casas dedicadas al culto diuino*, Lisboa, Juan de la Costa.

—, (2007 [1675]), *Vida de la Sereníssima Infanta Doña María*, ed. crítica de Vera Lúcia Peixoto, dissertação de Mestrado em Culturas Ibéricas (Época Moderna) apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

PERIM, Damião de Fróes (1736), *Teatro Heroico: abededário histórico e catálogo das mulheres illustres em armas, letras, acções heróicas e actos liberais*, Lisboa, na Officina da Musica de Theotonio Antunes Lima.

PINTO, Abílio Augusto da Fonseca (1879), *A flor de Mármore: carta familiar*. Syntra, Coimbra, Imprensa da Universidade.

PISA, Francisco de (1617), *Descripcion de la imperial ciudad de Toledo y historia de sus antigüedades y grandeza y cosas memorables*, Toledo, Diego Rodriguez.

POSTEL, Guillaume (1553), *Les Très-Merveilleuses Victoires des Femmes du Nouveau Monde, et comment elles doibvent à tout le monde par raison commander, & même à ceux qui auront la Monarchie du Monde vieil*, Paris, Jehan Ruelle.

Rainhas de Portugal. Contratos Matrimoniais dos Séculos XV e XVI (1992), edição do texto latino e tradução de Aires A. Nascimento, Maria Filomena Andrade e Maria Teresa Rebelo da Silva, Lisboa, Cosmos.

RESENDE, André de (1597), *De Antiquitatibus Lusitaniae Libri Quattuor*, Roma, Bernardo Basa.

SALVÁ, D. Miguel, e SAINZ DE BARANDA, D. Pedro (1851), *Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España*, 113 tomos., Madrid, Imprenta de la Viuda de Calero, tomo XVIII.

SANDOVAL, Frei Prudêncio (1681), *Historia de la Vida y Hechos del Emperador Carlos V*, 2 tomos, Amberes, Geronymo Verdussen.

SCHOTT, Andreas (1603), *Hispaniae illustratae seu rerum vrbiumq. Hispaniae, Lusitaniae, Aethiopiae et Indiae scriptores varii*, Frankfurt, Claudium Marnium e Iohannis Aubrij.

SIGEA, Luísa (1970), *Dialogue de deux jeunes filles sur la vie de cour et la vie de retraite (1552)*, présenté, traduit et annoté par Odette Sauvage, Paris, Presses Universitaires de France.

SIGEU, Diogo (1560), *De ratione accentuum, commatum, colorum, sectionum, ac diversorum apicum: quibus Regiae Portugalliae Capellae libri denuo recogniti, atque emendati, in lucem prodeunt, Diego Sygaeo Toletano observatore*, Lisboa, João Blávio.

— (1563), *Sacerdotale volumen ad ritum Sanctae Romanae Ecclesiae scriptum. In quo habentur CXL Missae: quibus Portugal. Reges interesse soleniter consuevere prae Epistolas, et Evangelia quae separatim sunt de industria excripta, ad faciliorem Subdiacc. ac Diaconor usum, emendata omnia exactiss. Pientiss. Iohãnis III Regis Ductu atque imperio*, Lisboa, s. n..

SOUSA, António Caetano de (1735-1748), *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 12 tomos, Lisboa, José António da Silva.

— (1739-1748), *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, 6 tomos, Lisboa, Sylviana.

TOSCANO, Francisco Soares (1733), *Paralellos de príncipes e varoens illustres*, Lisboa, Oficina Ferreiriana.

VASCONCELOS, Padre Ignácio da Piedade e (1740), *História de Santarem Edificada*, 2 vols., Lisboa, s. n..

VIEIRA, Ernesto (1900), *Dicionário Biográfico de Músicos Portugueses*, 2 tomos, Lisboa, Matos Moreira e Pinheiro.

2. Bibliografia

2.1. Obras de referência/Catálogos/Dicionários/Websites

AMORES PÉREZ, Raúl, *Luisa Sigea de Velasco*: disponível em <https://luisasigeadevelasco.blogspot.com/>

ANASTÁCIO, Vanda (org.) (2013), *Uma Antologia Improvável. A Escrita das Mulheres (Séculos XVI a XVIII)*, Lisboa, Relógio D' Água.

ANSELMO, António Joaquim (1926), *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, Lisboa, Biblioteca Nacional.

ARRANZ MÁRQUEZ, Luis, “Pedro Mártir de Anglería” in *Real Academia de la Historia: Diccionario electrónico*; <http://dbe.rah.es/biografias/10770/pedro-martir-de-angleria>.

ÁVILA SEOANE, Nicolás, “Rodrigo Ronquillo” in *Real Academia de la Historia: Diccionario electrónico*; <http://dbe.rah.es/biografias/5178/rodrigo-ronquillo>.

BRUNDIN, Abigail, “Vittoria Colonna” in *Italian Women Writers Library*; <https://www.lib.uchicago.edu/efts/IWW/BIOS/A0011.html>.

CAMMARATA, Joan (1991), “Luisa Sigea de Velasco” in WILSON, Katharina M. (ed.), *An Encyclopedia of Continental Women Writers*, Nova Iorque / Londres, Garland Publishing, vol. 1, p. 313.

DE SALAZAR Y ACHA, Jaime, “Germana de Foix” in *Real Academia de la Historia: Diccionario electrónico*; <http://dbe.rah.es/biografias/10658/germana-de-foix>.

DIAS, João José Alves, MARQUES, A. H. de Oliveira, e RODRIGUES, Teresa F. (1987), *Álbum de Paleografia*, Lisboa, Editorial Estampa.

FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, Manuel (1979), *La España del emperador Carlos V*, 2ª edição, *Historia de España*, dir. por Ramón Menéndez Pidal, vol. 20, Madrid, Espasa-Calpe.

— (1989), *El siglo XVI. Economía, sociedad, instituciones, Historia de España*, dir. por Ramón Menéndez Pidal, vol. 19, Madrid, Espasa-Calpe.

FLORES, Conceição, DUARTE, Constância Lima, e MOREIRA, Zenóbia Collares (2009), *Dicionário de Escritoras Portuguesas: das origens à atualidade*, Florianópolis, Editora Mulheres.

GARCÍA CASAR, María Fuencisla, “Alonso de Zamora” in *Real Academia de la Historia: Diccionario electrónico*; <http://dbe.rah.es/biografias/6393/alonso-de-zamora>.

GOMES, J. Pereira (2003), “Sigeia (Luísa)” in *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa / São Paulo, Editorial Verbo (edição Século XXI), tomo 26, pp. 1105-1106.

JIMÉNEZ CALVENTE, Teresa, “Hernán Núñez de Guzmán” in *Real Academia de la Historia: Diccionario electrónico*; <http://dbe.rah.es/biografias/21505/hernan-nunez-de-guzman>.

LOPES, João Carlos (coord.) (1996), *Imagens do Homem, Idades de Deus*, catálogo de exposição, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.

MARTÍN BAÑOS, Pedro (2014), *Repertorio bibliográfico de las «Introducciones Latinae» de Antonio de Nebrija (1481-1599) o Hilo de Ariadna para el Teseo perdido en el laberinto de la gramática latina nebrisense*, Vigo, Editorial Academia del Hispanismo.

PARADA Y BARRETO, Diego Ignacio (1881), *Escritoras y eruditas españolas: o apuntes y noticias para servir a una historia del ingenio y cultura literaria de las mujeres españolas, desde los tiempos más remotos hasta nuestros días, con inclusión de diversas escritoras portuguesas e hispano-americanas*, Madrid, M. Minuesa.

PÉREZ, Joseph, “Francisco Maldonado” in *Real Academia de la Historia: Diccionario electrónico*; <http://dbe.rah.es/biografias/12972/francisco-maldonado>.

—, “Juan Bravo” in *Real Academia de la Historia: Diccionario electrónico*; <http://dbe.rah.es/biografias/9121/juan-bravo>.

QUILIS, Antonio, “Elio Antonio de Cala y Jarana” in *Real Academia de la Historia: Diccionario electrónico*; <http://dbe.rah.es/biografias/6934/elio-antonio-de-cala-y-jarana>.

RAMALHO, Américo da Costa (2003a), “Sigeu (Diogo)” in *Verbo. Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Lisboa/São Paulo, Editorial Verbo (edição Século XXI), tomo 26, pp. 1107-1108.

RAMOS SANTANA, María del Carmen, “Lucio Marieno Sículo” in *Real Academia de la Historia: Diccionario electrónico*; <http://dbe.rah.es/biografias/11677/lucio-marineo-siculo>.

SERRANO Y SANZ, Manuel (1903-1905), *Apuntes para una biblioteca de escritoras españolas desde el año 1401 al 1833*, 2 vols., Madrid, Establecimiento tipográfico “Sucesores de Rivadeneyra”.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis, “Alfonso de Aragón” in *Real Academia de la Historia: Diccionario electrónico*; <http://dbe.rah.es/biografias/9239/alfonso-de-aragon>.

VAQUERO SERRANO, María del Carmen, “Álvar Gómez de Castro” in *Real Academia de la Historia: Diccionario electrónico*; <http://dbe.rah.es/biografias/34879/alvar-gomez-de-castro>.

—, “Hernando Dávalos” in *Real Academia de la Historia: Diccionario electrónico*; <http://dbe.rah.es/biografias/127835/hernando-davalos>.

VIÑAS, Carmelo, e PAZ, Ramón de (1963), *Relaciones histórico-geográfico-estadísticas de los Pueblos de España hechas por iniciativa de Felipe II. Reino de Toledo*, 2 vols., Madrid, C. S. I. C..

2.2. Estudos

AAVV (2008), *Freguesia do Salvador – Torres Novas*, Salvador/Torres Novas, Junta de Freguesia de Salvador/Gráfica Almondina.

ALLUT, Paul (1862), *Aloysia Sygea et Nicolas Chorier*, Lyon, N. Scheuring.

ALMEIDA, Mónica da Anunciata Duarte de (1997), *O Programa Artístico da Capela-Mor da Igreja de Nossa Senhora da Luz de Carnide*, 2 vols., dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

ÁLVAREZ-CIFUENTES, Pedro (2009), “Juego de damas: una corte femenina en el quinhentismo português” in GONZÁLEZ DE SANDE, Estella, CRUZADO RODRÍGUEZ, Angeles (eds. lits.), *Las Revolucionarias: literatura e insumisión femenina*, Sevilha, Arcibel Editores, pp. 41-58.

ALVES, Ana Maria (1986), *As Entradas Régias Portuguesas. Uma visão de conjunto*, Lisboa, Livros Horizonte.

— (1990), “Comunicação e Silêncio num Diálogo Humanista (A propósito de Luísa Sigea)” in *Comunicação e Silêncio. Textos de História, Política e de Circunstância*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 57-84.

AMORES PÉREZ, Raúl (2008), “Biografía de Luisa Sigea Toledana. Una taranconera del siglo XVI en la corte portuguesa y española” in PÉREZ PRIEGO, Miguel Ángel (coord.), *Melchor Cano y Luisa Sigea: dos figuras del Renacimiento Español*, Tarancón, Ayuntamiento de Tarancón – UNED, pp. 167-265.

— (2017), “Luisa Sigea de Tarancón y la Infanta Doña María de Portugal: «amiticia» entre desiguales, aprendizaje en común”, in GARRIDO DE LA TORRE, Virginia (trad.), AMORES PÉREZ, Raúl, e GARRIDO GALLEGU, Jesús, *Catálogo de Obras de Luisa Sigea de Velasco*, Tarancón, Ayuntamiento de Tarancón, pp. 11-42.

ARCELUS ULIBARRENA, Juana María (2005), “La desconocida librería de Isabel la Católica que perteneció al príncipe don Juan (1486-1497)” in *Actes del X Congrès Internacional de l'Associació Hispànica de Literatura Medieval*, Alacant, Institut Interuniversitari de Filologia Valenciana, vol 1, pp. 295-320.

ASENJO BARBIERI, Francisco (1890), “Una obra de Diego Sigeo” in *Boletín Histórico*, nº 4, pp. 53-55.

ASENSIO, Eugenio (1972), “El italiano Britonio, cantor de la ‘Lisboa de D. João III’” in *Arquivos do Centro Cultural Português*, V, Paris, Fundação Gulbenkian, pp. 546-559.

BACKER, Stephanie Fink de (2004), “Rebel with a Cause: The Marriage of María Pacheco and the Formation of the Mendoza Identity” in NADER, Helen (ed.), *Power and Gender in Renaissance Spain. Eight Women of the Mendoza Family, 1450-1650*, Urbana and Chicago, University of Illinois Press, pp. 71-91.

BARANDA, Nieves (2003), “Mujer, escritura y fama: la *Hespaña Libertada* (1618) de Doña Bernarda Ferreira de Lacerda” in *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, nº 0, pp. 225-239.

— (2003-2004), “Mujeres y escritura en el Siglo de Oro: una relación inestable” in *Litterae: Cuadernos de cultura escrita*, anos III-IV, nº 3-4, pp. 61-83.

— (2005), “Escritoras sin fronteras entre Portugal y España en el Siglo de Oro (con unas notas sobre dos poemas femeninos del siglo XVI)” in *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, nº 2, pp. 219-236.

— (2006), “De investigación y bibliografía. Con unas notas documentales sobre Luisa Sigea” in *Lemir*, nº 10; disponível em <http://parnaseo.uv.es/Lemir/Revista/Revista10/Baranda/BARANDA.htm>.

— (2007), “Desterradas del Parnaso. Examen de un monte que solo admitió musas” in *Bulletin Hispanique*, tomo 109, nº 2, pp. 421-447.

— (2008), “Luisa Sigea: la brillante excepción femenina” in PÉREZ PRIEGO, Miguel Ángel (coord.), *Melchor Cano y Luisa Sigea: dos figuras del Renacimiento Español*, Tarancón, Ayuntamiento de Tarancón – UNED, pp. 129-152.

— (2009), “Notas para un cancionerillo de poetas cortesanas del siglo XVI” in *Destiempos. Revista de Curiosidad Cultural*, nº 19, pp. 8-27.

BARROS, Amândio Jorge Morais (2016), “Estrangeiros no Douro nos finais da Idade Média e princípios da Época Moderna (Notas de Investigação)” in *Vindos de Longe. Estrangeiros no Douro. Atas das 4^{as} Conferências do Museu de Lamego/CITCEM - 15 de Julho de 2016*, Museu de Lamego - Direcção Regional de Cultura do Norte, pp. 49-61.

— (2018), “Marinheiros em terra. Um estudo comparado dos quotidianos marítimos atlânticos no final da Idade Média e início da Época Moderna” in *Construção Naval em Madeira. Arte, técnica e património. Atas do Congresso Internacional, 23-25 de maio/2016*, coord. Amélia Polónia e Marta Miranda, Vila do Conde, Câmara Municipal, pp. 205-239.

BARROS, Teresa Leitão (1924), *Escritoras de Portugal: génio feminino revelado na literatura portuguesa*, 2 vols., Lisboa, s.n..

BEIRANTE, Maria Ângela V. da Rocha (1981), *Santarém Quinhentista*, Lisboa, s.n..

BENEVIDES, Francisco da Fonseca (2007 [1878]), *Rainhas de Portugal: estudo histórico*, 10ª edição, Lisboa, Livros Horizonte.

BENNASSAR, Bartolomé (2009), *A Cama, o Poder e a Morte. Rainhas e princesas da Europa do Renascimento ao Iluminismo*, Rio de Mouro, Temas e Debates/Círculo de Leitores.

BENTO, Eduardo (1991), “Luisa Sigéa – Uma presença humanista em Torres Novas” in *Nova Augusta*, nº 5, pp. 29-32.

BERLIN, Isaiah (1998), “A inevitabilidade histórica” in *A Busca do Ideal: uma antologia de ensaios*, Lisboa, Editora Bizâncio, pp. 169-240.

BICHO, Joaquim Rodrigues (1987), *Património Artístico do Concelho de Torres Novas*, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.

— (1992), *Templos do Concelho de Torres Novas*, Torres Novas, Gráfica Almondina.

— (2000), *Toponímia da cidade de Torres Novas*, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.

BOCK, Gisela (1989), “História, História das Mulheres, História do Género” in *Penélope. Fazer e desfazer História*, n.º 4, pp. 158-187.

BORREGUERO BELTRÁN, Cristina (2011), “*Puellae doctae* en las cortes peninsulares” in *Dossiers Feministes*, nº 15, pp. 76-100.

BOURDON, Léon, e SAUVAGE, Odette (1970), “Recherches sur Luisa Sigéa” in *Bulletin des Études Portugaises*, XXXI, Lisboa, Institut Français au Portugal, pp. 33-176.

BRAGA, Isabel Drumond (1996), *Península Ibérica: um Espaço, dois Reinos (interrelações na Época de Carlos V)*, tese de Doutoramento em História Económica e Social (Séculos XV-XIX) apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. V. MENDES, Isabel Ribeiro.

BRAGA, Paulo Drumond (2004), “Leonor de Habsburgo, a terceira mulher de D. Manuel” in *III Congresso Histórico de Guimarães – D. Manuel e a sua Época*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, pp. 117-126.

— (2012), *D. Maria (1521-1577). Uma Infanta no Portugal de Quinhentos*, Lisboa, Colibri / Câmara Municipal de Torres Vedras.

BRITO, Joaquim José Gomes de (1907-1910), “As tenças testamentárias da infanta D. Maria” in *Arquivo Histórico Português*, vols. V (1907), VI (1908) e VIII (1910), Lisboa, Tip. Calçada do Cabra.

BUESCU, Ana Isabel (1996), *Imagens do Príncipe. Discurso Normativo e Representação (1525-49)*, Lisboa, Edições Cosmos.

- (2000), “Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na Época Moderna. Uma sondagem” in *Memória e Poder. Ensaios de História Cultural (séculos XV-XVIII)*, Lisboa, Cosmos, pp. 29-48.
- (2007a), *Catarina de Áustria (1507-1578). Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- (2007b), “Carlos V e o Portugal de Quinhentos. Apontamentos de história política” in COSTA, João Paulo Oliveira e, MENESES, Avelino de Freitas de (coords.), *O reino, as ilhas, e o mar oceano. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, 2 vols., Lisboa/Ponta Delgada, CHAM/Universidade dos Açores, vol. 1, pp. 115-133.
- (2008), *D. João III (1502-1557)*, 2ª edição, Rio de Mouro, Temas e Debates.
- (2010a), “Educar o príncipe no século XVI. Modelos, práticas e representações” in *Na Corte dos Reis de Portugal. Saberes, Ritos e Memórias – Estudos sobre o Século XVI*, Lisboa, Colibri, pp. 11-51.
- (2010b), “D. João III e D. Miguel da Silva, bispo de Viseu: novas razões para um ódio velho” in *Revista de História da Sociedade e Cultura*, nº 10, tomo I, pp. 141-168.
- (2016), *A livraria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2016.
- (2018), “Aspectos da livraria de D. Teodósio: uma grande biblioteca do Renascimento” in HALLETT, Jessica, e SENOS, Nuno (coords.), *De Todas as Partes do Mundo: O património do 5º duque de Bragança, D. Teodósio I. Volume I: Estudos*, Lisboa, Tinta-da-China, pp. 285-299.
- CAETANO, Joaquim de Oliveira (1992), “A pintura em Torres Novas nos séculos XVI e XVII: de Diogo de Contreiras a Bento Coelho da Silveira” in *Nova Augusta*, nº 6, pp. 45-53.
- CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula (2008), “Las Casas de Isabel y Juana de Portugal, reinas de Castilla. Organización, dinámica institucional y prosopografía (1447-1496)” in MARTÍNEZ MILLÁN, José, LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *Las Relaciones Discretas entre las Monarquías Hispana y Portuguesa: Las Casas de las Reinas (siglos XVI-XIX)*, Madrid, Ediciones Polifemo, vol. 1, pp. 9-231.
- CARREIRA, Carlos (2005), *Cerâmicas Modernas do Palácio Mogo de Melo de Torres Novas*, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.
- CASTILHO, Júlio de (1934-1938), *Lisboa antiga: bairros orientais*, 13 vols., 2ª edição, revista e ampliada pelo autor e com anotações do Eng. Augusto Vieira da Silva, Lisboa, S. Industriais da C.M.L..
- CEREJEIRA, Manuel Gonçalves (1974-1975), *O Renascimento em Portugal - Clenardo*, 2 vols., 4ª edição revista, Coimbra, Coimbra Editora.

- CORRÊA, Fernando Calapez (1995), “A imagem da mulher portuguesa em *Flores de España, Excelências de Portugal*, de António de Sousa Macedo” in *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa. Actas do Congresso Internacional*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher, vol. 1, pp. 295-303.
- CORREIA, Sandra (2000), “Convento de Santo António” in *Nova Augusta*, nº 12, pp. 71-128.
- COSTA, João Paulo Oliveira e (2007), *D. Manuel I (1469-1521): um príncipe do Renascimento*, Lisboa, Temas e Debates.
- COX, Virginia (2005), “Women writers and the Canon in Sixteenth-Century Italy: the case of Vittoria Colonna” in KIRKHAM, Victoria, e BENSON, Pamela Joseph (eds.), *Strong voices, weak history: early modern writers and canons in England, France and Italy*, Ann Arbor, University of Michigan Press, pp. 14-31.
- CRUZ, Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo (1992), *As regências na menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma história estrutural*, 2 vols., Lisboa, INCM.
- CUNHA, Mafalda Soares da (2000), *A Casa de Bragança (1560-1640). Práticas senhoriais e redes clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa.
- DE LA TORRE, Antonio (1954), *La Casa de Isabel la Católica*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Patronato «Marcelino Menéndez Pelayo».
- DELUMEAU, Jean (1984), *A Civilização do Renascimento*, 2 vols., Lisboa, Editorial Estampa.
- DESWARTE-ROSA, Sylvie (1989), *Il “perfetto cortegiano” D. Miguel da Silva*, Roma, Bulzone Editore.
- (2012), “Le voyage epigraphique de Mariangelo Accursio au Portugal, printemps 1527” in BERBARA, Maria, e ENENKEL, Karl (eds.), *Portuguese Humanism and the Republic of Letters*, Leyden, Brill, pp. 19-112.
- DIAGO HERNANDO, Máximo (2009), “El Contador Mayor Juan Velázquez de Cuéllar: ascenso y caída de un influyente cortesano en la Castilla de comienzos del siglo XVI” in *Cuadernos de historia de España*, nº 83, pp. 157-185.
- DIAS, José Sebastião da Silva (1969), *A política cultural da época de D. João III*, 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade.
- DOMINGUES, Gabriel de Paiva (1975-1976), “A «Sempre-Noiva». Carta de André de Resende à Infanta D. Maria” in *Humanitas*, vols. XXVII-XXVIII, pp. 53-69.
- FAYARD, Janine (1979), *Les Membres du Conseil de Castille a l'Époque Moderne (1621-1746)*, Genève, Librairie Droz.

FERNÁNDEZ ÁLVAREZ, Manuel (1999), *Carlos V, el César y el Hombre*, 2ª edição, Madrid, Espasa Calpe.

— (2000), *Juana la Loca. La cautiva de Tordesillas*, Madrid, Espasa Calpe.

FERNÁNDEZ MARTÍN, Luis (1991), “La formación preuniversitaria de Iñigo de Loyola” in *Revista Padres y Maestros*, nº 168-169, pp. 11-14.

— (1993), “El incendio de Medina del Campo: 21 de agosto de 1520: Un testimonio inédito” in *Investigaciones históricas: Época moderna y contemporánea*, nº 13, pp. 95-106.

FERREIRA, Manuel Pedro (2008), *Antologia de Música em Portugal na Idade Média e no Renascimento*, 2 vols., Lisboa, CESEM.

FONSECA, Luís Adão da (2007), *D. João II*, 2ª edição, Lisboa, Temas e Debates.

FRADE, Sofia (2016), “Hic sita Sigea est: satis hoc: Luisa Sigea and the Role of D. Maria, Infanta of Portugal, in Female Scholarship” in WYLES, Rosie, e HALL, Edith (eds.), *Women Classical Scholars: Unsealing the Fountain from the Renaissance to Jacqueline de Romilly*, Oxford, Oxford University Press, pp. 48-60.

FREIRE, Anselmo Braamcamp (1944), *Vida e Obras de Gil Vicente “trovador, mestre da balança”*, Lisboa, Revista Ocidente Editora.

GARCÍA RÁMILA, Ismael (1950), “Claros poetas burgaleses: nuevos datos documentales sobre la vida y muerte de Don Antonio de Maluenda, Abad de San Millán” in *Boletín de la Real Academia Española*, tomo 30, caderno nº 129, pp. 87-122.

— (1958-1959), “Nuevas e interesantes noticias, basada en fe documental, sobre la vida y descendencia familiar burgalesa de la famosa humanista, Luisa de Sigea, la «Minerva» de los renacentistas” in *Boletín de la Institución Fernán González*, XXXVIII, nº 144 (1958), pp. 309-321; XXXVIII, nº 145 (1959), pp. 465-492; XXXVIII, nº 147 (1959), pp. 565-593.

GARCÍA-VILLOSLADA, Ricardo (1986), *San Ignacio de Loyola. Nueva Biografía*, Madrid, Editorial Católica.

GARRIDO MARCOS, Sira Lúcia (1955), *Luisa Sigea Toledana*, tese não publicada, Universidad Complutense de Madrid (658 pp., T-7298; <https://ucm.on.worldcat.org/oclc/914511817>).

GEORGE, Edward V. (2002), “Luisa Sigea (1522-1560): Iberian Scholar – Poet” in CHURCHILL, Laurie J. (org.), *Women Writing in Latin: From Roman Antiquity to Early Modern Europe*, 3 vols., Nova Iorque, Routledge, vol. 3, pp. 167-187.

GODINHO, Vitorino Magalhães (2004), *Portugal: a emergência de uma nação: das raízes a 1480*, Lisboa, Colibri.

GOMES, Saul António (2000), “Embaixadores portugueses junto da Santa Sé” in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 4 vols., Lisboa, Círculo de Leitores, vol. 2, pp. 103-110.

GOMEZ MOLLEDA, María Dolores (1955), “La cultura femenina en la época de Isabel la Católica. Cortejo y estela de una reina” in *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, tomo LXI, nº 1, pp. 137-195.

GÓMEZ RODRÍGUEZ, Telesforo (1891), “Levantamiento de Arévalo contra su dación por Carlos V en señorío a Doña Germana de Foix y primera campaña militar de San Ignacio de Loyola” in *Boletín de la Real Academia de la Historia*, tomo 19, pp. 5-18.

GONÇALVES, Artur (1933), *Torrejanos Ilustres em letras, ciências, armas, religião, etc.*, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.

— (1985), *Mosaico Torrejano*, 2ª edição, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.

— (1986), *Anais Torrejanos*, 2ª edição, Torres Novas, Jornal *O Almonda*.

GONÇALVES, Maria Paula Anastácio (2013), *A Senhora Duquesa e o Pajem. Um caso de adultério na aristocracia quinhentista*, Lisboa, Chiado Editora.

GONZÁLES MARRERO, María del Cristo (2008), “Las mujeres de la Casa de Isabel la Católica” in MARTÍNEZ MILLÁN, José, e LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *Las Relaciones Discretas entre las Monarquías Hispana y Portuguesa: Las Casas de las Reinas (siglos XVI-XIX)*, Madrid, Ediciones Polifemo, vol. 2, pp. 841-886.

GONZÁLEZ ARCE, José Damián (2016), *La casa y corte del príncipe don Juan (1478-1497). Economía y etiqueta en el palacio del hijo de los Reyes Católicos*, Sevilla, Sociedad Española de Estudios Medievales.

GREGÓRIO, Paulo Renato (2003), *A Igreja da Misericórdia de Torres Novas: um estudo monográfico (1572-1700)*, Torres Novas, Câmara Municipal de Torres Novas.

HATHERLY, Ana (1995), “Vozes da Leitura” in *A Casa das Musas: uma releitura crítica da tradição*, Lisboa, Editorial Estampa, pp. 195-201.

HESPANHA, António Manuel (2009), “O nó górdio da biografia” in *Ler História*, nº 56, pp. 218-220.

JIMÉNEZ CALVENTE, Teresa (2012), “Las *orationes* de Lucio Marineo Sículo (con unas notas sobre epístolas panegíricas y discursos epistolares)” in *eHumanista*, vol. 22, pp. 537-581.

JORDAN, Annemarie (1994), *Retrato de Corte em Portugal. O legado de António Moro (1552-1572)*, Lisboa, Quetzal Editores.

— (2012), *A rainha colecionadora*, Lisboa, Círculo de Leitores.

KAMINSKY, Amy Katz (ed.) (1996), *Water Lilies/Flores del agua: An Anthology of Spanish Women Writers from the Fifteenth through the Nineteenth Century*, Minneapolis, University of Minnesota Press.

KENDALL, Paul Murray (1965), *Richard the Third*, Nova Iorque, Anchor Books.

KING, Margaret (1994), *A Mulher do Renascimento*, Lisboa, Presença.

LESTRINGANT, Frank (1993), *Écrire le monde à la Renaissance. Quinze études sur Rabelais, Postel, Bodin et la littérature géographique*, Caen, Paradigme.

LEVI, Giovanni (1989), “Les usages de la biographie” in *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 44^e année, n^o 6, pp. 1325-1336.

LLANOS Y TORRIGLIA, Félix de (1923), *Contribucion al Estudio de la Reina de Portugal, Hermana de Carlos V, Doña Catalina de Austria*, Madrid, Imp. de la “Rev. de Arch. Bibli. y Museos”.

LOPES, Paulo Catarino (2016), “Depois de Vós. Duke Jaime de Braganza in the Confidence of King Manuel I” in *Tiempos Modernos*, n^o 32, pp. 35-50.

LOURENÇO, Maria Paula Marçal (2012), “O séquito e a Casa de D. Catarina de Áustria: a Família Real, a Índia e os grupos de poder” in *Rainhas no Portugal Moderno: casa, corte, património*, Lisboa, Colibri, pp. 41-52.

MAGALHÃES, Isabel Allegro de (1987), *O tempo das mulheres. A dimensão temporal na escrita feminina contemporânea: ficção portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

— (2003), “O diálogo de duas jovens mulheres” in *História e Antologia da Literatura Portuguesa*, n^o 27, pp. 17-20.

MANZANO GARCÍA, M. (2002), “Revisión de las noticias sobre libros, imprentas, bibliotecas y archivos, dadas por Antonio Ponz en su obra: viaje [sic] de España” in *Papeles Salmantinos de Educación*, n^o 2, pp. 183-215.

MARENÀ, Immaculada Font (2014), *Luisa Sigea de Velasco: reflexions filosòfiques d’una docta puella espanyola del segle XVI*, dissertação de Doutoramento em Ciências Humanas e da Cultura apresentada à Universitat de Girona.

MARÍAS MARTÍNEZ, Clara (2014), “Luces y sombras de un noble al servicio de Carlos V y Felipe II, el II Marqués de Mondéjar” in SCHOLZ-HÄNSEL, Michael, SÁNCHEZ CANO, David, *Spanische Kunst von El Greco bis Dalí: Ambiguitäten statt Stereotypen (Arte Español desde El Greco a Dalí. Ambigüedades en lugar de estereotipos)*, Berlin, Frank & Timme, pp. 129-158.

MARQUES, Armando de Jesus (1976), “Baltasar de Faria, embaixador em Roma de D. João III. Informação sobre a sua vida. Guimarães, 1535” in *Revista de Guimarães*, n^o 86, pp. 125-141.

- MARTÍNEZ GÓNGORA, Mar (2006), “Poesía, melancolía y subjectividad femenina: la humanista Luisa Sigea” in *Neophilologus*, nº 90, pp. 423-443.
- MARTÍNEZ MILLÁN, José, FERNÁNDEZ CONTI, Santiago (dirs.) (2005), *La monarquía de Felipe II: La Casa del Rey*, 2 vols., Madrid, Fundación Mapfre Tavera.
- MARTINS, Fernando (2004), “Historiografia, biografia e ética” in *Análise Social*, vol. XXXIX (171), pp. 391-408.
- MARTINS, J. V. de Pina (1973), *Humanismo e Erasmismo na cultura portuguesa do século XVI: estudos e textos*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português.
- MATOS, Luís de (1952), *Les Portugais en France au XVI^e siècle. Etudes et Documents*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- (1956), *A Corte Literária dos Duques de Bragança no Renascimento*, Lisboa, Fundação da Casa de Bragança.
- MAZARÍO COLETO, María del Carmen (1951), *Isabel de Portugal, Emperatriz y Reina de España*, Madrid, Escuela de Historia Moderna.
- MENDES, Isabel Ribeiro (1989), *A Casa da Rainha D. Catarina e as dádivas ao Clero*, Braga, s.n..
- (1990), *O «Deve» e o «Haver» da Casa da Rainha Dona Catarina*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. V. BRAGA, Isabel Drumond.
- MENÉNDEZ PELAYO, Manuel (1878), *Estudios poéticos*, Madrid, s. n..
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo (2011), “Casa, casamento e nome: fragmentos sobre relações familiares e individuais” in *História da Vida Privada em Portugal* (dir. José Mattoso), vol. 2 – *A Idade Moderna*, coord. Nuno Gonçalo Monteiro, Lisboa, Temas e Debates, pp. 130-158.
- MOREIRA, Rafael (1992), “«Com antiga e moderna arquitectura». Ordem clássica e ornato flamengo no Mosteiro de Belém” in *Jerónimos: 4 séculos de pintura*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico – Mosteiro dos Jerónimos, vol. 1, pp. 24-39.
- (1995), “D. Álvaro de Castro e a encomenda” in PAULINO, Francisco Faria (coord.), *Tapeçarias de D. João de Castro*, Lisboa, CNCDP – IPM, pp. 81-87.
- NASCIMENTO, Maria Teresa (1995), “Luísa Sigeia: o diálogo no feminino” in *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa. Actas do Congresso Internacional*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher, vol. 1, pp. 287-293.
- NELSON, Bernardette (2018), “Livros de música na biblioteca de D. Teodósio” in HALLETT, Jessica, e SENOS, Nuno (coords.), *De Todas as Partes do Mundo: O património do 5º duque de Bragança, D. Teodósio I. Volume I: Estudos*, Lisboa, Tinta-da-China, pp. 307-315.

OLIVEIRA, Manuela Morilleau (2011), *As mulheres da família real portuguesa e a música: estudo preliminar de 1640 a 1754*, 2 vols., dissertação de Mestrado em Ciências Musicais, variante de Musicologia, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

PELAZ FLORES, Diana (2017), *La Casa de la Reina en la Corona de Castilla (1418-1496)*, Valladolid, Ediciones Universidad Valladolid.

PEREIRA, Maria Helena Rocha (1995), “Presenças Femininas na Época dos Descobrimentos” in *Oceanos*, nº 21, pp. 65-70.

PÉREZ, Joseph (1970), *La revolution des “Comunidades” de Castille (1520-1521)*, Bordeaux, Institut d’ Etudes Théniques et Ibero-Americaines de l’Université.

PÉREZ, Joseph, MARAVALL, Jose Antonio, e VALDEÓN BARUQUE, Julio (1978), “Los comuneros” in *Historia* 16, nº 24, pp. 67-94.

PÉREZ RAMÍREZ, Dimas (1994), *Tarancón en la Historia. I. Desde la Romanización hasta el final del Antiguo Régimen*, Tarancón, Antona.

PETRY, Yvonne (2004), *Gender, Kabbalah and the Reformation: The Mystical Theology of Guillaume Postel (1510-1581)*, Leiden, Brill.

PINHEIRO, Magda (2009), “A Biografia e as Biografias dos Reis de Portugal” in *Ler História*, nº 56, pp. 220-223.

PINHO, Sebastião Tavares de (1984), “Les études de Grec à l’Université de Coimbra (XVIème siècle)” in *L’ Humanisme Portugais et l’ Europe. Actes du XXIe Colloque International d’ Etudes Humanistes*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, pp. 87-110.

PINTO, Carla Alferes (1996), *O Mecenato da Infanta Dona Maria de Portugal (1521-1577)*, 2 vols., dissertação de Mestrado em História da Arte Moderna apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

POLÓNIA, Amélia (2006), *D. Henrique. O Cardeal-Rei*, Lisboa, Círculo de Leitores – Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa.

PORTO, Hugo Filipe Teles (2014), *Os cantores na administração nos reinados de D. Manuel I e de D. João III*, dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

PRIETO CORBALÁN, María Regla (2007), *Luisa Sigea y su mundo: epistolario latino*, Madrid, Akal.

RADA, Inès (1994), “Profil et trajectoire d’une femme humaniste: Luisa Sigea” in REDONDO, Agustín (ed.), *Images de la femme en Espagne aux XVI^e et XVII^e siècles. Des traditions aux renouvellements et à l’émergence d’images nouvelles*, Paris, Éditions de la Sorbonne, pp. 339-349.

- RALLO GRUSS, Asunción (1987), *La prosa didáctica en el siglo XVI*, Madrid, Taurus.
- RAMALHO, Américo da Costa (1983), “A Propósito de Luísa Sigeia” in *Estudos sobre o século XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 185-195.
- (1994), *Latim Renascentista em Portugal*, 2ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- (1997), “Joanna Vaz, femina doctissima” in *Estudos sobre a Época do Renascimento*, 2ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, pp. 346-352.
- (2003b), “A propósito de Luísa Sigeia” in *História e Antologia da Literatura Portuguesa*, nº 27, pp. 15-17.
- REDONDO, Augustín (1994), “Emergence et effacement de la femme politique a la Renaissance: Isabelle la Catholique et María Pacheco” in *Images de la femme en Espagne aux XVIe et XVIIe siècles. Des traditions aux renouvellements et à l’émergence d’images nouvelles*, Paris, Éditions de la Sorbonne, pp. 291-304.
- REUMONT, Alfredo (1892), *Vittoria Colonna, marchesa di Pescara. Vita, fede e poesia nel secolo decimosesto*, versione di Giuseppe Müller ed Ermano Ferrero, 2ª edição, Firenze/Roma, Torino/Ermano Loescher.
- REY HAZAS, Antonio (2008), “Corte y literatura en el XVI peninsular. Un portugués en España y una española en Portugal: Los caminos cruzados de Jorge de Montemayor y Luisa Sigeia” in MARTÍNEZ MILLÁN, José, LOURENÇO, Maria Paula Marçal, *Las Relaciones Discretas entre las Monarquías Hispana y Portuguesa: Las Casas de las Reinas (siglos XVI-XIX)*, Madrid, Ediciones Polifemo, vol. 3, pp. 1685-1709.
- RIBEIRO, Carlos (1994), “Casa Mogo de Melo ‘Utilidade Desconhecida’” in *Nova Augusta*, nº 8, Torres Novas, pp. 83-88.
- RIBEIRO, José Silvestre (1880), *Luíza Sigéa: Breves apontamentos histórico-literários*, Lisboa, Academia Real das Ciências.
- RODRIGUES, Manuel Augusto (1984), “Les études hébraïques à l’Université de Coimbra (XVIème siècle)” in *L’ Humanisme Portugais et l’ Europe. Actes du XXIe Colloque International d’ Etudes Humanistes*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, pp. 111-160.
- RODRÍGUEZ LLOPIS, Miguel (1996), “Poder y parentesco en la nobleza santiaguista del siglo XV” in *Historia agraria: Revista de agricultura e historia rural*, nº 12, p. 57-90.
- RODRÍGUEZ VILLA, A. (1879), “La viuda de Juan de Padilla. Relación histórica del siglo XVI” in *Revista Europea*, nº 255, pp. 33-36; nº 256, pp. 55-58.

ROSA, Maria de Lurdes (1998), “D. Jaime, duque de Bragança: entre a cortina e a vidraça” in CURTO, Diogo Ramada (dir.), *O Tempo de Vasco da Gama*, Lisboa, CNCDP / Difel, pp. 319-332.

RUBIN, Nancy (2005), *Isabel, a Católica. A Primeira Rainha do Renascimento*, Lisboa, Bertrand Editora.

SÁ, Isabel dos Guimarães, COMBET, Michel (2012), *Rainhas consortes de D. Manuel I: Isabel de Castela, Maria de Castela, Leonor de Áustria*, Lisboa, Círculo de Leitores.

SABUGOSA, Conde de (1903), *O Paço de Cintra*, Lisboa, INCM.

SALGADO, Anastásia (2007), *Mulheres portuguesas (séculos XV-XVI) na Europa do seu Tempo*, Chaves, Tartaruga.

SANTOS, António Mário Lopes dos (2006), *O Convento do Carmo (Subsídios para a História do Concelho de Torres Novas)*, Torres Novas, Edição da Misericórdia de Torres Novas, 2006.

— (2009), *O Convento do Espírito Santo de Torres Novas (1536-1799)*, Torres Novas, Gráfica Almondina.

SANTOS, Cândido Augusto Dias dos (2004), “Actividade episcopal de D. Pedro da Costa em Portugal e em Espanha (1507-1563)” in *D. Manuel e a sua época: actas do III Congresso Histórico de Guimarães*, Guimarães, s. n., vol. 2, pp. 11-21.

SANTOS, Maria do Rosário Laureano (2003), “Luísa Sigea – Diálogo de duas Jovens sobre a Vida na Corte e a Vida Particular” in *História e Antologia da Literatura Portuguesa*, nº 27, pp. 65-71.

SANTOS, Maria José Azevedo (2004), *Assina quem sabe e lê quem pode. Leitura, transcrição e estudo de um rol de moradias de Casa da Rainha D. Catarina de Áustria (1526)*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

SANTOS, Maria Teresa Carresco Botto Gonçalves dos (2017), “O estoicismo no pensamento de Luísa Sigea: a dicotomia entre vida pública e via privada” in *Acta Scientiarum*, Maringá, vol. 39, nº 3, pp. 231-242.

SAUVAGE, Odette (1972), “Sintra, poème latin de Luísa Sigea” in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. V, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 560-570.

SENOS, Nuno (2002), *O Paço da Ribeira (1501-1581)*, Lisboa, Editorial Notícias.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1994), *Figuras e caminhos do Renascimento em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

SERRÃO, Vítor (1980), “António Campelo, um pintor do tempo de Camões” in *Revista Camões*, nº 2-3, pp. 19-34.

— (1991), “O Pintor António Campelo e o Triunfo do Maneirismo no Portugal de 1550 a 1580” in *Mare Liberum*, nº 3, pp. 309-319.

- (2009), *A Pintura Maneirista e Proto-Barroca*, vol. 11 col. “Arte Portuguesa. Da Pré-História Ao Século XX”, coord. de Dalila Rodrigues, Porto, Fubu Editores.
- (2012), *As Igrejas do Salvador, São Tiago e São Pedro de Torres Novas. Arquitectura e equipamentos artísticos*, Torres Novas, Gráfica Almondina.
- (2016), “Viaggio a Roma. Campelo e os pintores maneiristas portugueses com presença na Cidade Papal” in PÁRAMO, Jesús Palomero (ed.), *Nicole Dacos: Roma qvanta fvit ipsa rvina docet*, Huelva, Universidad de Huelva, pp. 53-74.
- SILVA, Ana Maduro da Costa e (1995), “A magia do feminino no humanismo português” in *O Rosto Feminino da Expansão Portuguesa. Actas do Congresso Internacional*, vol. 1, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos da Mulher, pp. 281-286.
- SILVA, Augusta Fernanda Oliveira e (1992), *Algumas cartas a portugueses do século XVI (Livro II). Cataldo Parísio Sículo*, dissertação de Mestrado em Literatura Novilatina em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- SOARES, Nair de Nazaré Castro (1994), *O príncipe ideal no séc. XVI e a obra de D. Jerónimo Osório*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra.
- SOTTOMAYOR, Ana Paula Quintela Ferreira (1972), *Carta-dedicatória de Erasmo a D. João III*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- TERRA, José da Silva (1972), “Nouveaux documents sur les Portugais à l’Université de Paris: XVI siècle” in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. V, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 190-260.
- (1975), *Espagnols au Portugal au temps de la Reine D. Catarina. I – D. Julião de Alva (c. 1500-1570)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian.
- TEYSSIER, Paul (1984), “L’Humanisme portugais et l’Europe” in *L’ Humanisme Portugais et l’ Europe. Actes du XXIe Colloque International d’ Etudes Humanistes*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais, pp. 821-845.
- THIEMANN, Susanne (2006), *Vom Glück der Gelehrsamkeit. Luisa Sigea, Humanistin im 16. Jahrhundert*, Wallstein Verlag, s. l..
- TOVAR, Conde de (1932), *Catálogo dos Manuscritos Portugueses ou relativos a Portugal existentes no Museu Britânico*, Lisboa, Academia das Ciências.
- TUCHMAN, Barbara (1983), “Biography as a Prim of History” in *Practising History. Selected Essays*, Londres, Papermac, pp. 80-90.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis (1949), *Notas Vicentinas*, Lisboa, Revista Ocidente Editora.

— (1994 [1902]), *A Infanta D. Maria de Portugal (1521-1577) e as suas damas*, 3ª edição, Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

VEIGA, Carlos Margaça (2011), *D. Maria, uma mulher de cultura (1521-1577)*, Porto, QuidNovi.

VELOSO, José Maria de Queirós (1950), “A Política Castelhana da Rainha D. Catarina de Áustria: o casamento da filha com o filho de Carlos V” in *Estudos Históricos do século XVI*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, pp. 17-133.

— (1953), *O Interregno dos Governadores e o breve reinado de D. António*, Lisboa, Academia Portuguesa da História.

VITERBO, Francisco de Sousa Marques (1903), “Isabel Carreira. A mãe de Fr. Bartholomeu Ferreira. A mulher de Antonio de Sygy de Velasco” in *Arquivo Histórico Português*, Lisboa, Tip. Calçada do Cabra, vol. I, pp. 74-79.

ANEXOS

LISTA DE ÁRVORES GENEALÓGICAS⁸⁸²

1. Francisca de Velasco, descendente de Juan de Velasco prior de Uclés.....	50
2. María de Velasco	52
3. Juan Velázquez de Cuéllar	53
4. Descendência do casal Velázquez-Velasco	61
5. Os filhos do casal Sigeu de Velasco	71
6. A família Cuevas-Ronquillo.....	118
7. Os filhos de Ângela Sigeia e Antão Mogo	147

⁸⁸² Todas as árvores genealógicas apresentadas são de laboração própria.

Obras de Diogo Sigeu

Relación sumaria del comienzo y suceso de las guerras civiles que llamaron las Comunidades de Castilla, de cuya causa se recogió la muy ilustre señora Doña María Pacheco, que fue casada con Juan de Padilla, a Portugal, [1539?-1549/50?]. [Manuscrito anónimo]. Biblioteca do Escorial (Real Biblioteca del Monasterio de El Escorial), Madrid⁸⁸³. Publicada em RODRÍGUEZ VILLA, 1879; AMORES PÉREZ, 2008, pp. 190-202.

Relación sumaria del comienzo y suceso de las guerras civiles que llamaron las Comunidades de Castilla, de cuya causa se recogió la muy ilustre señora Doña María Pacheco, que fue casada con Juan de Padilla, a Portugal, con quien yo Diego de Sygi vino, [1549/50?-1563?]. Museu Britânico, Londres. Cota: Ms Add 20922, fls. 18-22v.. Publicada em MATOS, 1956, pp. 39-41 [excertos].

De ratione accentuum, commatum, colorum, sectionum, ac diversorum apicum: quibus Regiae Portugalliae Capellae libri denuo recogniti, atque emendati, in lucem prodeunt, Diego Sygaeo Toletano observatore, Lisboa, João Blávio, 1560. Publicada⁸⁸⁴ em BARBIERI, 1880 [excertos].

Sacerdotale volumen ad ritum Sanctae Romanae Ecclesiae scriptum. In quo habentur CXL Missae: quibus Portugal. Reges interesse soleniter consuevere prae Epistolas, et Evangelia quae separatim sunt de industria excripta, ad faciliorem Subdiacc. ac Diaconor usum, emendata omnia exactiss. Pientiss. Iohānis III Regis Ductu atque imperio [Lisboa, 1563]. [manuscrito]⁸⁸⁵. Mencionado em MATOS, 1952, pp. 112-113 e PRIETO CORBALÁN, 2007, pp. 50-51.

⁸⁸³ Não conseguimos encontrar a cota do documento.

⁸⁸⁴ Não conhecemos o paradeiro desta obra.

⁸⁸⁵ Não conhecemos o paradeiro desta obra, nem sabemos da existência da sua publicação.

Obras de Luísa Sigeia⁸⁸⁶

Duarum virginum colloquium de vita aulica et privata, [1552]. [Manuscrito]. Biblioteca de Castilla-La Mancha, Toledo. Cota: Ms. 338, fls. 1-116v. Publicado em SERRANO Y SANZ, 1903-1905, vol. 2 (1905), pp. 419-471, e SIGEA, 1970, pp. 65-279 [edição bilingue (francês/latim)]. Disponível em <http://bvpb.mcu.es/es/consulta/registro.cmd?id=397594>.

Syntrae Descriptio Poetica, [1552]. [Manuscrito]. Biblioteca de Castilla-La Mancha, Toledo. Cota: Ms. 338, fls. 119-121v. Publicado em SERRANO Y SANZ, 1903-1905, vol. 2, pp. 404-405. Disponível em <http://bvpb.mcu.es/es/consulta/registro.cmd?id=397594>.

Syntra Aloysiae Sygaeae Toletanae, Denys du Pré, 1566. Publicado⁸⁸⁷ em CERDÀ Y RICO, 1781, pp. 261-264; ALLUT, 1862, pp. 11-14; RIBEIRO, 1880, pp. 45-48; PARADA Y BARRETO, 1881, pp. 140-144; MENÉNDEZ PELAYO, 1878, pp. 95-110⁸⁸⁸; e SABUGOSA, 1903, pp. 255-257⁸⁸⁹.

“Dos cartas de Doña Luisa de Sigea a un caballero, sobre la soledad”, [1601?-1700?]. [Manuscrito anónimo]. Biblioteca Nacional de España, Madrid. Cota: MSS/10722, fls. 46-49. Publicado em PRIETO CORBALÁN, 2007, pp. 129-131. Disponível em <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000144999&page=1>.

“Cartas familiares de la S. Loysa Sigea”, [s. d.]. [Manuscrito]. British Library, Londres. Cota: Add. 9.939, fls. 135-146; fl. 151v⁸⁹⁰. Publicado em PRIETO CORBALÁN, 2007, pp. 132-141.

⁸⁸⁶ Relativamente ao seu epistolário latino, remetemos para a edição crítica de Prieto Corbalán. A filóloga apresnetou uma análise aprofundada e detalhada das diferentes edições (manuscritas e impressas) das missivas sigeianas, pelo que achámos desnecessário repeti-lo aqui (cf. PRIETO CORBALÁN, 2007, pp. 78-88. Ressalvamos, também, que, tanto quanto sabemos, não sobreviveu nenhum exemplar original do *Syntra* do ano da sua redacção (1546).

⁸⁸⁷ Não conhecemos o paradeiro desta obra.

⁸⁸⁸ Primeira tradução em castelhano.

⁸⁸⁹ Primeira tradução em português.

⁸⁹⁰ Reafirmamos que não nos foi possível averiguar o paradeiro destas cartas, pelo que os dados relativos à cota e à foliação são retirados da edição crítica de Prieto Corbalán (cf. *idem*, p. 87).

CRONOLOGIA

- 1504** Morte de Isabel I de Castela (n. 1451), conhecida como Isabel a Católica. O reino entra numa crise sucessória que culminará na ascensão ao trono de Carlos de Gante, filho mais velho de Juana de Castela (rainha titular), neto de Isabel I.
- 1506** Casamento de Fernando o Católico (1452-1516) com Germana de Foix (1488-1536).
- Morte de Filipe o Belo (n. 1478), rei consorte de Castela, marido de Juana de Castela (1479-1555).
- Morte de D. Beatriz (n. 1429), mãe de D. Manuel, rei de Portugal.
- 1507** Nascimento de D. Catarina de Áustria, filha póstuma da Juana de Castela e de Filipe o Belo.
- 1509** Casamento de Vittoria Colonna (1490-1547) com Francisco Ferrante de Ávalos, marquês de Pescara.
- 1510** Casamento de Diogo Sigeu, pai das irmãs Sigeia, com D. Francisca de Velasco, filha, possivelmente, de D. María de Velasco (†1540), futura camareira-mor da rainha D. Catarina, e de Juan Velázquez de Cuéllar (c. 1470-1517), homem de carreira e membro do conselho de Fernando o Católico e de Juana de Castela.
- 1511** Nascimento de Diogo, filho primogénito de Diogo Sigeu e D. Francisca de Velasco.
- 1512?-1518?** Diogo Sigeu frequenta a Universidade de Alcalá de Henares, sendo aluno de Nebrija, Ducas e Zamora, onde aprendeu as línguas clássicas e orientais.
- 1515** Casamento de D. María Pacheco (n. c. 1496), filha de Francisca Pacheco (†1507) e de Iñigo López de Mendoza (c. 1442-1515), II conde de Tendilla, I marquês de Mondéjar, com Juan de Padilla (n.

1490), filho de Pedro López de Padilla.

1516 Morte de Fernando II de Aragão, conhecido como Fernando o Católico. Sucede-lhe o seu neto mais velho, Carlos (1500-1558), filho de Juana, rainha titular de Castela. As Coroas castelhana e aragonesa unem-se numa só pessoa (união dinástica).

1516/7 Nascimento de Pero López de Padilla, filho único de D. María Pacheco e Juan de Padilla.

1517 Nascimento de António (†1575), segundo filho de Diogo Sigeu e D. Francisca de Velasco.

Morte de Maria de Aragão (n. 1482), rainha de Portugal, segunda mulher de D. Manuel I (1469-1521), mãe do futuro D. João III (1502-1557).

1518 D. María Pacheco e Juan de Padilla mudam-se de Granada para Toledo. Diogo Sigeu entra ao serviço do casal, como preceptor de D. María e, possivelmente, do seu filho, Pero López de Padilla.

Casamento de D. Manuel com Leonor de Áustria (1498-1558), irmã mais velha de Carlos I de Espanha.

1519 Carlos I de Espanha é eleito imperador do Sacro Império Romano-Germânico, como Carlos V.

1520 Início da revolta das *Comunidades*, movimento social (mais tarde, revolta urbana anti-senhorial) caracterizado na sua génese por uma oposição entre várias cidades castelhanas, como Toledo, Valladolid e Segóvia (entre outras) contra Carlos I de Espanha, eleito V do Sacro Império Romano-Germânico em 1519. Os principais líderes das forças revoltosas eram Francisco Maldonado (n. c. 1480) e Juan Bravo (n. c. 1484) e Juan de Padilla, marido de D. María Pacheco.

1521 A 23 de Abril, na Batalha de Villalar, as forças *comuneras* são derrotadas pelos apoiantes de Carlos V.

A 24 de Abril, Juan de Padilla, Francisco Maldonado e Juan Bravo são julgados, condenados e executados pela Coroa castelhana. A mulher de Padilla, D. María, encabeça a resistência de Toledo.

Nascimento, em Junho, da infanta D. Maria, filha de Leonor de Áustria (1498-1558) e de D. Manuel (n. 1469).

Morte, em Dezembro, do rei D. Manuel. Sucede-lhe o primogénito, o príncipe D. João (1502-1557), como D. João III.

- 1522** Derrota da resistência toledana e consequente exílio de D. María Pacheco. No seu séquito de fuga para Portugal, inclui-se Diogo Sigeu.
- Nascimento de Luísa Sigeia, filha de Diogo Sigeu e D. Francisca de Velasco, em Tarancón (Toledo).
- 1523** Morre Pero López de Padilla, filho único de D. María Pacheco e Juan de Padilla.
- 1525** Casamento de Catarina de Áustria (1507-1578), irmã de Carlos V, com D. João III.
- 1526** Casamento de D. Isabel de Portugal (1503-1539), irmã de D. João III, com Carlos V.
- 1529/30** Diogo Sigeu entra ao serviço da Casa de Bragança, cujo titular era, então, D. Jaime.
- 1530** A família Sigeia reúne-se em Portugal: Diogo Sigeu, D. Francisca de Velasco e os quatro filhos mudam-se para Vila Viçosa, onde têm um primeiro contacto com o mundo de corte.
- 1531** Morre D. María Pacheco, no exílio, no Porto.
- Terramoto em Lisboa.
- 1532** Morte do duque de Bragança, D. Jaime. Sucede-lhe D. Teodósio.
- 1537** Casamento, em Abril, da infanta-duquesa D. Isabel (a.1512-1576), filha do duque de Bragança, D. Jaime (1479-1532), com o infante D.

Duarte (1515-1540), irmão de D. João III. O matrimónio, que conta com a presença do rei e da corte, acontece em Vila Viçosa, no Paço Ducal.

No segundo semestre do ano, o casal muda-se, juntamente com o rei e a corte, para Lisboa. No séquito de D. Isabel, vêm Luísa e Ângela. Primeiro contacto das irmãs Sigeia com a Casa da rainha D. Catarina e a da infanta D. Maria, irmã do rei.

1538 Nascimento, em Dezembro, em Lisboa, de D. Maria (†1577), futura princesa de Parma, primeira filha da infanta-duquesa D. Isabel e do infante D. Duarte.

1539 Em Valladolid, são publicadas várias obras de Frei Antonio de Guevara: a primeira parte das *Espístolas Familiares* e um volume de *Las obras del Illustre Señor don Antonio de Guevara predicador y chronista de su Magestad*, onde se incluem *Menosprecio de Corte y Alabanza de Aldea*, *Aviso de privados y doctrina de cortesanos*, *Una década de Césares* e o *Libro de los inventores del arte de marear*.

Morte da rainha-imperatriz D. Isabel de Portugal (n. 1503), irmã de D. João III, mulher de Carlos V e mãe de Filipe das Astúrias (1527-1598).

1539-1549/50 Diogo Sigeu escreve a primeira versão da sua *Relación*, em Vila Viçosa.

1540 Nascimento, em Janeiro, em Lisboa, de D. Catarina (†1614), futura candidata ao trono português, segunda filha da infanta-duquesa D. Isabel e do infante D. Duarte.

Em Outubro, morre o infante D. Duarte, irmão do rei e marido da infanta-duquesa, que esperava o terceiro filho.

Primeira carta de Luísa Sigeia ao papa Paulo III (1468-1549). Nessa epístola, terão seguido escritos em prosa.

1541 Nascimento, em Março, em Almeirim, do infante D. Duarte (†1576),

único varão da infanta-duquesa D. Isabel e do infante D. Duarte.

1542 Diogo Sigeu (filho) terminou o bacharelato em Artes, na Universidade de Alcalá de Henares.

Carta de Juan de Vergara (?) para Luísa Sigeia, congratulando-a pela entrada ao serviço da corte portuguesa.

1542-1545 Diogo Sigeu (filho) frequenta a licenciatura em Artes na Universidade de Coimbra.

1543 Luísa e Ângela são (oficialmente) incorporadas na Casa da rainha. Luísa vence o primeiro assento no livro de moradias da rainha, auferindo 16.000 réis anuais.

Casamento da infanta D. Maria (1527-1545), filha de D. Catarina e D. João III, com Filipe de Espanha (1527-1598), filho de D. Isabel de Portugal e de Carlos V.

Nascimento do duque de Barcelos, D. João (†1583), filho do duque de Bragança, D. Teodósio, e da duquesa D. Isabel de Lencastre.

1545 Nascimento do príncipe Carlos, filho de D. Maria de Portugal (n. 1527) e de Filipe de Espanha (1527-1598).

Morte de D. Maria de Portugal, filha de Catarina de Áustria e D. João III, princesa das Astúrias pelo seu casamento com o príncipe Filipe de Espanha.

Início do Concílio de Trento, que terminaria em 1563.

1545-1546 Diogo Sigeu (filho) é membro do Conselho da Universidade de Coimbra.

1545-1549 Estadia de Gaspar Barreiros em Roma, a mando do cardeal-infante D. Henrique. Com ele, viaja António Sigeu de Velasco, irmão das Sigeia.

1546 Diogo Sigeu (filho) inicia o mestrado em Artes na Universidade de Coimbra. Terminaria em 1549 (?).

Luísa escreve o poema *Syntra* e a carta-poliglota a Paulo III.

- 1547** Resposta de Paulo III à carta-poliglota de Luísa. Nova carta de Luísa ao Papa, desta vez, sem resposta.
- 1549/50** Diogo Sigeu deixa Vila Viçosa e entra ao serviço de D. João III, em Lisboa.
- 1549/50-1563** Diogo Sigeu escreve a segunda versão da sua *Relación*, em Lisboa, que inclui, por escrito, os anos de serviço prestados à Casa de Bragança.
- 1549-1551** Diogo Sigeu (filho) é membro do Conselho da Universidade de Coimbra.
- 1550** A 23 de Abril, Diogo Sigeu (filho) concluí o bacharelato em Teologia, na Universidade de Coimbra.
- Luísa Sigeia surge nomeada em dois livros de moradia de D. Catarina (num deles, o pagamento foi entregue ao pai, Diogo).
- 1551** António Sigeu de Velasco é oficialmente nomeado escrivão da câmara de D. João III.
- Luísa surge nomeada num livro de moradias de D. Catarina.
- Publicação do poema *D. Emmanuelis. P. F. inuicti Filiae. D. Ioannis. III. P. F. Inuicti Sorori Marine, principi eruditissimae*, de André de Resende, dedicado à infanta D. Maria, filha de Leonor de Áustria e de D. Manuel.
- Luísa escreve uma carta a Pompeo Zambeccari, núncio papal.
- 1552** Casamento da infanta Juana de Áustria (1535-1573), filha de D. Isabel e de Carlos V, com o infante D. João (1537-1554), filho de Catarina de Áustria e de D. João III.
- Diogo Sigeu (filho), capelão do duque de Bragança, D. Teodósio, é nomeado vigário da igreja de São Salvador de Pinhel.
- Mercê a Diogo Sigeu (pai), pelo casamento de Luísa com Francisco

de Cuevas (1519/20-1599).

Luísa conclui o *Duarum virginum colloquium de vita aulica et privata*, dedicado à *Sereníssima* infanta D. Maria.

- 1553** Carta de Luísa a um primo, Francisco Pérez, em resposta a uma carta sua.

- 1553/4** Carta de Luísa a Ludovico Pannonia.

- 1554** Nascimento de D. Sebastião (†1578), futuro rei de Portugal, filho dos infantes Juana de Áustria e D. João de Portugal.

Casamento de Filipe de Espanha com Maria Tudor (1516-1558), rainha de Inglaterra, filha de Catarina de Aragão e de Henrique VIII de Inglaterra.

Carta de Luísa a Magdalena de Padilla, jovem nobre (?).

- 1554/5** Carta de Luísa para o cunhado, Alonso de Cuevas.

- 1555** Carlos V abdica da Coroa imperial a favor do seu irmão, Fernando, que governará como Fernando I do Sacro Império Romano-Germânico.

Luísa Sigeia e o marido deixam a corte portuguesa e mudam-se para Burgos.

Carta de Luísa para Giovanni Francesco Cannobio, camareiro do papa Júlio III.

- 1556** Carlos I abdica do trono espanhol a favor do seu filho, Filipe, que governará como Filipe II de Espanha (rei consorte de Inglaterra, pelo seu casamento com Maria Tudor).

António Sigeu de Velasco está presente, como escrivão do rei, numa reunião do Conselho da Universidade de Coimbra, que contou com a presença de Baltasar de Faria, desembargador do paço.

Filipe II faz mercê a Francisco de Cuevas, marido de Luísa Sigeia de uma pensão vitalícia de 10.000 mrs anuais, pelos seus serviços como

criado de Juana I de Castela (1479-1555).

Pagamento de um salário ao mesmo Francisco, como secretário de Maria da Hungria (1505-1558), regente dos Países-Baixos, desde 1531.

Duas cartas de Luísa para Maria da Hungria.

- 1557** Morte de D. João III. O herdeiro do trono, D. Sebastião, tem apenas três anos, pelo que a avó, a rainha D. Catarina, assume a regência do reino até 1562.

Carta de Luísa para Maria da Hungria.

Nascimento de Juana de Cuevas, única filha de Luísa Sigeia e Francisco de Cuevas.

Pagamento de salário a Luísa e a Francisco, ambos ao serviço de Maria da Hungria.

A 15 de Julho, Antão Mogo é nomeado por D. Catarina como escudeiro fidalgo de D. Sebastião, rei-menino.

- 1558** A infanta D. Maria reúne-se com a mãe, Leonor de Áustria, e a tia, Maria da Hungria, em Badajoz.

Morte de Carlos V (sucede-lhe Filipe II), Maria da Hungria e Leonor de Áustria.

Morte de Maria Tudor, rainha de Inglaterra. Sucede-lhe Isabel I.

Duas cartas de Luísa a um “doctissimus Alvarus” (= Alvar Gómez de Castro).

- 1559** A rainha-regente D. Catarina nomeia o seu escrivão da câmara, António Sigeu de Velasco, como secretário de Baltasar de Faria, para a empresa de visitação e reforma da Universidade.

O testamento de Maria da Hungria estabelece uma pensão anual a Luísa Sigeia e ao marido, Francisco.

Luísa Sigeia escreve uma carta-petição a Filipe II de Espanha,

pedindo uma ocupação remunerada na corte.

- 1560** Diogo Sigeu publica o *De ratione accentuum, commatum, colorum, sectionum, ac diversorum apicum: quibus Regiae Portugalliae Capellae libri denuo recogniti, atque emendati, in lucem prodeunt, Diego Sygaeo Toletano observatore*, em Lisboa.

Luísa envia cartas ao embaixador francês na corte filipina (Sebastian de l'Aubespine), ao preceptor do infante Carlos de Espanha (Honorato Juan) e ao bispo de Burgos (D. Francisco de Mendoza y Bobadilla).

A 20 de Junho, D. Catarina concede o brasão de armas a Antão Mogo.

Morte de Luísa Sigeia, a 13 de Outubro.

- 1561** Diogo Sigeu envia uma carta a Jean Nicot, embaixador francês na corte portuguesa entre 1559 e 1561, acompanhada do poema da filha, o *Syntra*, e vários epigramas dedicados à erudita.

- 1562** Diogo Sigeu envia uma carta a Miguel de Cabedo (10 de Fevereiro).

D. Catarina entrega a regência do reino ao cardeal-infante D. Henrique (1512-1580), que a exerce até à maioridade de D. Sebastião, em 1568.

- 1563** Diogo Sigeu conclui o *Sacerdotale Volumen ad ritum san. Romanae ecclesiae scriptum. In quo habentur CXL Missae: quibus Portugal. Reges interesse soleniter consuevere prae Epistolas, et Evangelia quae separatim sunt de industria excripta, ad faciliorem Subdiacc. ac Diaconor usum, emendata omnia exactiss. Pientiss. Iohãnis III Regis Ductu atque imperio*, em Lisboa, iniciado em 1557.

Casamento de D. Catarina de Portugal (1540-1614), filha da infanta-duquesa D. Isabel, com o seu primo direito, D. João (1543-1583), duque de Barcelos, filho do duque de Bragança, D. Teodósio.

Morte do duque de Bragança, D. Teodósio. Sucede-lhe na Casa Ducal, D. João, seu filho.

Possível ano de morte de Diogo Sigeu.

Encerramento do Concílio de Trento, iniciado em 1545.

1564 Publicação de três leis escritas por António Sigeu de Velasco: a *Ley das patacas, que se costumam laurar & bater em Alemanha*, de 9 de Fevereiro; *Ley de como se am de mondar os pães*, de 12 de Fevereiro; e *Ley da passagem dos gados pera castela*, de 17 de Julho. O seu nome surge grafado como «António de Sigi».

1565-1580 António Campelo pinta a *Adoração dos Pastores*, obra encomendada por Ângela Sigeia.

1566 Carta de Jean Nicot a Diogo Sigeu, datada de 1 de Junho, que nunca terá sido enviada.

Publicação do poema *Syntra*, em Paris, por iniciativa de Jean Nicot.

1568 D. Sebastião assume o governo do reino de Portugal.

1570 Baptismo de Luísa, filha de Ângela Sigeia (†1608) e Antão Mogo (†1592).

1572 Diogo Sigeu (filho) é nomeado prior de Unhos.

Primeiro assento de pagamento a Francisco de Cuevas como correio-mor de Burgos.

1573 Baptismo de João (†1651), filho de Ângela Sigeia e Antão Mogo.

Morte de Juana de Áustria (n. 1537), mãe de D. Sebastião.

Morte de André de Resende (n. 1500).

1574? Baptismo de Catarina, filha de Ângela Sigeia e Antão Mogo.

1575 Ângela surge como madrinha de baptismo de Francisco, filho de Luciana Terneira e Belchior Mogo (Março).

Falecimento, no primeiro semestre do ano, de António Sigeu de Velasco. A sua mulher, Isabel Carreira, recebe 8.000 reais anuais pelos serviços cortesãos do marido.

- 1576** Baptismo de Agostinha, filha de Ângela Sigeia e Antão Mogo.
- Morte da infanta-duquesa D. Isabel, tia do duque de Bragança, D. João, mãe de D. Catarina, sua mulher, futura candidata ao trono de Portugal, em 1580.
- Morte de D. Duarte (n. 1541), filho da infanta-duquesa D. Isabel e do infante D. Duarte (1515-1540).
- 1577** .
- 1578** Morte de D. Catarina de Áustria.
- Desaparecimento de D. Sebastião em Alcácer-Quibir. O cardeal D. Henrique, tio do rei-menino, sobe ao trono.
- 1580** Morte do cardeal-rei D. Henrique.
- Casamento de Juana de Cuevas, filha de Luísa Sigeia, com Rodrigo Ronquillo (†1616), recebendo um dote de 17.000 ducados (6.375.000 mrs).
- 1581** Filipe II de Espanha é jurado rei de Portugal, como Filipe I.
- 1582** Baptismo de Ana († a.1593), filha de Juana de Cuevas e Rodrigo Ronquillo.
- 1584** Nascimento de Francisco, primogénito de Juana de Cuevas.
- 1588** Baptismo de Antonio, filho de Juana de Cuevas.
- 1589** Ângela Sigeia e Antão Mogo doam um terreno que possuíam no Berlé, em Torres Novas (em Santarém), para a construção do novo convento de Santo António.
- 1590** Baptismo de Gonzalo (†1651), filho de Juana de Cuevas.
- Juana de Cuevas surge nomeada nas tenças testamentárias da infanta D. Maria (1521-1577). O valor anual era de 12.000 reais. Foi seu procurador em Lisboa o mercador Ventura de Frías.

- 1598** Morte de Filipe I de Portugal, II de Espanha. Sucede-lhe o seu filho, Filipe, como Filipe II de Portugal, III de Espanha.
- 1603** Em Fevereiro, Manuel Mogo de Melo, filho (primogénito?) de Ângela Sigeia e Antão Mogo, é nomeado desembargador da Relação e Casa do Porto, morrendo um mês depois, em Março.
- 1604** Morte de Diogo Sigeu de Velasco, filho de Ângela Sigeia e Antão Mogo.
- 1607-1654** Catarina, filha de Ângela Sigeia e Antão Mogo, desempenha, alternadamente, as funções de escritã, vigária, discreta e abadessa no convento do Espírito Santo de Torres Novas (Santarém), como «madre soror Catarina de Jesus».
- 1608** Morte de Ângela Sigeia.
- 1616** Francisca, filha de Ângela Sigeia e Antão Mogo, conhecida como Francisca da Coluna, é nomeada discreta do convento do Espírito Santo de Torres Novas (Santarém).
- 1627** Morte de Maria Madalena de Velasco, filha de Ângela Sigeia e Antão Mogo.
- 1766** D. José I, rei de Portugal, atribui uma nova carta de brasão de armas à família Mogo, na pessoa de Manuel Mogo de Melo Carrilho de Sousa e Vasconcelos, tetraneto de Ângela Sigeia e Antão Mogo.

Documento nº 1: [sem título] (20 de Agosto de 1551).

“Dom João yo faço saber a quantos esta minha carta virem que *confiando* / eu de antonyo de sygy de vellasco filho de dioguo de sygy mestre dos / meus moços fidalguos que no offiço de meu escriuão da camara me ser-/uia bem *e* fielmente como compre a meu serujço *e* por folguar / de lhe fazer merce vy por bem *e* me praz de lhe fazer do dito offiço / de meu escriuão da camara . asy *e* da maneira que o elle deue ser *e* como / o são os outros meus escriuaes da camara Com o qual offiço / o dito antonjo de sygy avera dous mil cento *e* sesenta *reaes* de / vestyaryá ordenada em cada hũ año *e* todos os proes *e* percalços / que lhe directamente pertencem como todos tem *e* hão os ditos escriuães da camara / E mando aos meus desembargadores do paço que o metão em posse / do dito offiço *e* lhe leixem servir *e* delle vsar *e* aver todo o que / dito he sem lhe njso ser posto duuida nem embargo algũ / por que asy he minha merce E elle Jurara na chancelaria aos sanctos / evangelhos que seruia o dito officio bem *e* verdadeiramente / guardando em todo a my meu serujço *e* as partes seu direito | balthesar / da costa o fez em almeiry m a vinte d agosto ano do nascimento / de nosso *senhor* Jesu christo de mill bc cinquenta *e* hũ | manuel da costa o fez escreuer //”

In: ANTT, Chancelaria de D. João III, *Doações e Mercês*, lv. 66, fl. 248v. Transcrito em VITERBO, 1903, pp. 78-79, e GONÇALVES, 1933, pp. 221-222.

Documento nº 2: Alvará da rainha D. Catarina para se dar a Diogo de Ligea [*sic*] 25.000 réis para sua filha, Luísa de Ligea [*sic*], além do que houve de seu casamento de moça de câmara (3 de Setembro de 1552).

“25 mil reis de mercê a Diogo de Sige pera Luisa de Sigea, sua filha, alem do casamento de sua moça de camara.

Alvaro lopez mando-vos que deis a diogo de Sige / vinte e cinco mil *reaes* de que lhe faço merce / para Luisa de Sigea sua filha, alem do casamento / que ouve de minha moça da camara *e* per / este com conhecimento do dito dioguo de Sige / de como de vos

⁸⁹¹ Seguimos as regras de transcrição propostas por DIAS, MARQUES e RODRIGUES, 1987, exceptuando casos de documentos já publicados.

Reçebem os ditos vinte e cinco / mil *reaes* vos serão Leuados *em* Conta feito / em Lisboa
a iij dias de setembro de Jb^eLij
aleixo de Moraes o fez escrever

Raynha

Recebeo dioguo de siges do thesoureiro Alvaro lopez os vynte e / cinco mill *reaes*
conteudos neste Alvara *em* lxxboa A xiiij de / setembro de Jb^elij

diogo de syge dioguo martjnz

Recebido Aleixo de Moraes”.

In: ANTT, CC, parte I, mc. 88, doc. 100. Transcrito em MATOS, 1952, pp. 322-323;
disponível em <https://digitalq.arquivos.pt/details?id=3778859>.

Documento nº 3: Lista das matrículas dos moços fidalgos que aprendiam a ler, a escrever e a gramática latina (10 de Julho de 1556).

“[fl. 1]

†

Estes são os mocos fidalgos *que* parece / *que* podem aprender do ponto de
bertolomeu d araujo /

Item dom martinho amRiquez filho de dom bras anRiquez /

Item dom manuel amRiquez seu Jrmão /

Item dom luis de meneses filho de dom João de meneses /

Item dom Jorge seu Jrmão /

*⁸⁹² *Item* dom luis de sousa filho de dom pedro de sousa /

Item Amtonyo de melo filho de trystão de mello /

⁸⁹² Na margem esquerda: “ha de vyr daquy / por dyamte”.

Item francisco de melo seu Irmão /

Item João de melo seu Irmão /

*⁸⁹³ *Antonyo de mello filho de gaspar de mello /*

*⁸⁹⁴ *symão de mello seu Irmão /*

Item Antonyo de sampaio filho de myguel de sampayo /

Item bernaldo carvalho filho de Ruy carvalho /

Item dom dioguo de lyma filho de dom amtonyo de lyma /

Item duarte ferreira de Moraes filho de francisco de Moraes de bargamça /

Item dioguo da sylueira filho d amtonyo da silueira /

Item dom dioguo de melo filho de adom [?] gomez /

Item dioguo de mendoça filho de João aRaez [?] /

Item duarte d atayde filho d aires da cunha //

[fl. 1v]

Item esteuão soares de melo filho de francisco de mello /

Item francisco da sylua filho d aires da sylua /

*⁸⁹⁵ *Item Ruy perez*⁸⁹⁶ *de tavora filho de bernaldino / de tavora /*

*Item francisco perez*⁸⁹⁷ *de tavora seu Irmão /*

Item francisco pereira coutinho filho de manuel coutinho /

Item Myguel coutinho seu Irmão /

Item fernam martíz de sousa filho de christouão de / sousa de lameguo /

Item manuel de sousa seu Irmão /

Item francisco de melo filho d amtonyo de melo /

Item gabriel de bryto filho de luis de bryto /

Item gaspar amtunez filho do corregedor felix amtunez /

⁸⁹³ Na margem esquerda: “vem a escola”.

⁸⁹⁴ Na margem esquerda: “vem a escola / contra seu hymão”.

⁸⁹⁵ Na margem esquerda: “[...] vyr e ja /ha muito que nom vem”.

⁸⁹⁶ Ou “pirez”.

⁸⁹⁷ Ou “pirez”.

*⁸⁹⁸ *Item gonçalo falcão filho bastardo de luis falcão /*

Item dom João de lyma filho de dom aluaro de lyma /

*⁸⁹⁹ *Jorge d olyueira de vascomcelos filho de simão / de vasconçelos de tavira /*

Item João de saldanha filho d amtonyo de saldanha /

Item dom João de sousa filho de dom francisco de sousa / que foy vedor //

[fl. 2]

Item Jorge de melo filho de dom bernaldo de melo /

Item dom João d ataide filho de dom aluaro d atayde /

Item dom luys d ataide seu Irmão /

Item lluis machado filho de Ruy boto machado *⁹⁰⁰/

Item manuel soarez filho d amdre soarez /

Item Nuno aluarez de carvalho filho de francisco de carvalho /

Item Nuno vaz d ataide filho de bastiam d atayde / bastardo /

*⁹⁰¹ *Item dom pedro d almeida filho bastardo de dom christouão d almeida /*

Item fernão lobo de bryto filho de Ruy de bryto /

Item Ruy de pina filho de gonçalo de pina /

Item Esteuão de pina seu Irmão /

[signo]

dr. luis Roiz

*⁹⁰² *Item dom fernando filho de dom duarte d almeida /*

Item dom martinho filho de dom afonso monteiro mor /

Item Ruy de melo filho d amtonyo de melo alcaide mor / d elvas /

Item dom João de meneses filho de dom manuel de meneses de caçilhas /

Item dom pedro de meneses seu Irmão /

⁸⁹⁸ Na margem esquerda: “veo huñs dyas / e ja ja muito *que nom / vem*”.

⁸⁹⁹ Na margem esquerda: “veo huñ tempo e / ja ha muito *que nom / vem*”.

⁹⁰⁰ Na margem direita: “Machado”.

⁹⁰¹ Na margem esquerda: “vem a escola”.

⁹⁰² Na margem esquerda: “vem a escola / e seus hyrmãos”.

Item dom pedro manuel filho de dom Jorge manuel //

[fl. 2v]

Item Amtonyo de mendanha filho de pedro de mendanha /

*⁹⁰³ *Item Amdre d albuquerque filho d manuel d albuquerque /*

*⁹⁰⁴ *Item Amtonyo da fONSEQUA filho d amtaõ d da fONSEQUA /*

Item Amtonyo botelho filho de pedro botelho que foy / porteiro mor do yfante que deus tem /

*⁹⁰⁵ *Item Amtonyo Roiz momteiro filho do doutor Rodrigo momteiro /*

*⁹⁰⁶ *Item Francisco momteiro seu Irmão /*

Item Amtonyo de guoes filho de damyão de guoes /

Item dom bernaldo de crasto filho de dom aluaro /

Item dioguo de melo filho de christouão de mello / de alvalade /

Item dom denys de sousa filho de dom amtonyo de sousa /

Item dom francisco de sousa seu Irmão /

*⁹⁰⁷ *Item Jorge da sylua filho d amtonyo da guama /*

Item dioguo aluarez de mancelos filho d amtonyo / de mancelos /

*⁹⁰⁸ *Item francisco de melo filho de simão de melo /*

*⁹⁰⁹ *Item manuel de mello seu Irmão /*

*⁹¹⁰ *Item Jerónimo de saa filho de gaspar gonçalvez /*

Item gonçalo vaz de melo filho d aluaro da cunha /

Item gaspar Nunez filho de simão nunez monteiro /

Item gryguorio marinho filho de João marinho d olueira /

⁹⁰³ Na margem esquerda: “vem a escola”.

⁹⁰⁴ Na margem esquerda: “este [e os] hyr-/ mãos andavom / ja na escola, / agora nom vem”.

⁹⁰⁵ Na margem esquerda: “vem a escola”.

⁹⁰⁶ Na margem esquerda: “vem a escola”.

⁹⁰⁷ Na margem esquerda: “vem a escola”.

⁹⁰⁸ Na margem esquerda: “vem a escola”.

⁹⁰⁹ Na margem esquerda: “vem a escola”.

⁹¹⁰ Na margem esquerda: “vem a escola”.

Item figueira filho de manuel figueira //

[fl. 3]

*⁹¹¹ *Item dom João da costa filho de dom duarte da costa /*

Item dom João de sousa filho de dom lionardo /

Item João de melo filho de christouão de melo /

Item Jorge de bryto filho de damyão de bryto /

Item João de sousa filho de manuel freire /

Item lionel de melo filho de Ruy de melo /

Item lopo de bryto filho de João e bryto dos olyvais /

*⁹¹² *Item Lourenço guedez filho de simão guedez /*

Item dom lopo de moura filho de dom manuel de moura /

Item lluis de guoes filho de fruytos de guoes /

*⁹¹³ *Item manuel de sousa filho de Lourenço de sousa /*

*⁹¹⁴ *Item Martim vaz de sousa seu Irmão /*

Item manuel de sousa filho bastardo de diogo de sousa /

*⁹¹⁵ *Item dom manuel da cunha filho de dom antonyo da cunha /*

Item pedro da fONSEQUA filho d amtão da fONSEQUA /

*Item thomas botelho filho de pedro botelho que foy do / Ifamte que deus tem *⁹¹⁶ /*

Item christouão de bryto filho de lopo de bryto /

Item christouão d amarall filho do Licenciado francisco diaz /

*⁹¹⁷ *seus hyrmãos aquy aprenderom //*

[fl. 3v]

†

⁹¹¹ Na margem esquerda: “veo huñ tempo / e Ja ha muito que / nom vem”.

⁹¹² Na margem esquerda: “este e seus hyr-/mãos andarom [...] na / eschola [...] / [...] e agora nom”.

⁹¹³ Na margem esquerda: “veo [...]”.

⁹¹⁴ Na margem esquerda: “vem”.

⁹¹⁵ Na margem esquerda: “veo algũ tempo / e agora por nom / [...] / nom vem”.

⁹¹⁶ Na margem direita: “este veo muito tempo / e depoy da morte do / Iffante nom veo”.

⁹¹⁷ Segunda mão, que se prolonga até ao final do documento.

Outros moços fidalgos *que andao /na escola, que nom vem neste / Rol*
dos Apontadores /

Item Dom Rodrigo filho menor do Marechal /

Item Dom João [?] da Costa filho de dom gyl eanes e seu hyrmão /

Item Dom gil eanes. Continuarom a eschola algũ tempo /

Item Johão gomez de crasto do Infante e depouys de sua morte nom veo /

Item Bastião da Costa filho de Manoel da costa e seu hyrmão /

Item Anton Nunes mesquita /

Item João [?] Rodrigues de Torres filho d afonso torres o moço /

Item fernan d aluarez d andrade neto de fernan aluarez /

Item Anton de mello filho de francisco de mello sobrinho do Bispo d algarue /

Item Manoel de mello seu hyrmão /

Item sancho de vasconcellos | andou algũ tempo /

Item Lopo de Bayrros filho do feytor João [?] de bayrros /

Item Diogo d almeyda seu hyrmão /

Item Luys de Castilho filho de João [?] de Castilho /

Item Pero de mendoça de Mourão / filho Tristão de mendonça /

os de escreuer que aynda nom aprendem latim /

Item Lourenço Soarez filho de Dioguo soarez /

Item Lopo suarez seu hyrmão /

Item Iohão lopez de sousa filho de braz d araujo /

Item vasco da Sylueira seu hyrmão /

Item Iohão Rodriguez de sousa filho de george de sousa /

Item George de vasconcellos //

[fl. 4]

Outros moços filhos de Cryados de / Suas A. A. *que aynda nom som filhados / item e*
assym algũs moços da Camara e da / Capella, que per seu espiçial mandado / vem a

eschola, os quaes se *nom* nomear / aquy por *que* sua A. o *nom* mamdou / os quaes tem aproueytado muyto / no escreuer *e* no latim | *e per* verdade / o assyney aquy. An. de 1556. / a x. de Julho :

[dr.] diogo de Syge //”.

In: ANTT, *Gavetas*, gav. 2, mç. 4, nº 33. Transcrito sem as anotações originais em SOUSA, 1739-1748, t. II (1742), pp. 382-384.

Documento nº 4: [Carta de Diogo Sigeu para Miguel de Cabedo] (10 de Fevereiro de 1562).

“D. SYGEVS TOLETANVS

Michaeli Cabedio Regio senatori, salutem

Si procrastinatae responsionis nunc studeam purgare culpā mihi ipsi certe sim iniurius vtope bene conscio per me non stetisse, quominus officio fecerim satis: nam nec minus meis obruor munijs, quàm tuorum tute rabularum technis. Dedit tamen hodie velut & foro vestro iustitium, Carnispriuij lupercal, simulq. lienteria, quae me lumen videre non passa est, vt haec possem scribere. Commonstrui sane principibus meis ex praescripto tuo, eo ipso die quo ad me misisti, Latina & Graeca tua carmina, in quibus & ingenij, & eruditionis, & inuenti rarum specimen demirati sunt. Quòd si ex clamoso praetorio, haec, inquiunt, dare potis est ? quid si ex musaeo ? quid si vmbrosa tempe incolat, aut Ascræos latices epotus canat ? imperarunt e vestigio carminum sibi copiam fieri, quae a me ipso fuerunt mox exscripta Graecorum etiam, apposita versione Latina. Ego nec maiore studio, nec diligentiore tibi morem gerere valui, gesturus vbi, voles, quantum cumque potero, optime ergo vale his.

Dat. Olyssipponen. iiij. Idus Febr. ann. salut. M. D. LXII”.

In: RESENDE, 1597, pp. 514-515.

Documento nº 5: Juro a favor de don Miguel Velasco, aposentador mayor del Príncipe (1542)⁹¹⁸.

⁹¹⁸ O documento, com 16 fólios, não está numerado. Assim, a foliação apresentada é da nossa autoria. Apenas transcrevemos algumas passagens que considerámos relevantes.

“[fl. 1]

*⁹¹⁹ Don míguel de *velasco* *apposentador* mayor / Del príncipe *nuestro* señor /

*⁹²⁰ por çiertos recaudos *perteneçieron* L doblas de juro destas c doblas / de juro aqui [...] A francisco de [...] *vecino* y *regidor* de segouía de las *que* les se le dío / *preuilegio* *pera* [...] adelante *questa* su *treslado* en el libro de juro de herdad / *saluº* de la fe por lo qual se baian de aqui las *dichas* L doblas y quedan / otras . L ./

†

diose *preuilegio* nuebo de las *dichas* L doblas al *dicho* don miguel de *velasco* / *questa* su *treslado* antes desto por lo qual se le tiestan de aqui / [...] //

[fl. 6]

“[...] mandamos a don myguel / *nuestro* hijo [...] / [...] adelante / le asignaremos las çient [...] doblas de juro que yo la *dicha* dona maria de / *belasco* tengo situadas por *preuilegio* en la villa de [...] / [...] *et* su partido *et* otrosi los veynte dos myll *maravedis* de Juro que tengo / des[...] por *preuilegio* en la çibdade de burgos [...] / juro los quales *dichos* setenta myll *maravedis* de juro que asi se lo mandamos / [...] queremos que los aya *et* goze por via de *mayorasgo* / el *e* despues de sus legitimos descendientes *e* de / legitimo *matrimonio* nascidos uno en [...] de otro prefe-/riendo *etl* mayor al menos y el uaron a la enbra *et* si la voluntad / de dios *nuestro* senor fuere que el *dicho* don miguel *nuestro* hijo fa-/llesciere sin desçendientes legitimos *et* sus desçendientes falles-/can y sean despues dellos mandamos que aya *et* herede //”.

[fl. 6v]

“por *etl* *dicho* titulo De *mayorasgo* los *dichos* setenta myll / *maravedis* de juro agustín *velazquez* *nuestro* hijo de la *mysma* / manera [...] / [...] Aya *et* herede / de la *mysma* manera antonyo *belaz-/quez* *nuestro* hijo *et* sus descendientes / y en defesa del y de sus deçen-/dientes que tornen *et* vengan los / *dichos* setenta mill mrs de juro al *dicho* gutierre *belazquez* *nuestro* hijo / mayor *et* a sus descendientes *et* se junten con lo *mayorasgo* / prinçipal y en todo se guarde *et* con las condiçiones pro-/ybiçiones *vinculos* *et* *sostetuçiones* *e* *penas* *e* nell *dicho* *nuestro* / *mayorasgo* prinçipal *contenydas* [...] / [...] palabra a palabra y en de[...] del *dicho* gutierre / *belazquez* *et* de sus desçencientes legitimos segundo / se contiene *et* nel *dicho* *mayorasgo* del *dicho*

⁹¹⁹ Na margem esquerda: “c doblas de Juro viejas [...]”.

⁹²⁰ Na margem esquerda: “Año de J U dxLii [...]”.

gutierrez belaz-/quez mandamos que los dichos setenta myll mrs de Juro de / my la dicha dona maria de velasco de que se supo se haze nyngun / que los Aya *et* herede por via y titulo de mayorasgo dona / teresa de velasco hermana de my la dicha dona maria de velasco / en su vida *et* des pues de sus dias *etl* hijo segundo de la dicha / doña teresa my hermana *et* sus descendientes legitimos / preferiendo *etl* mayor al menor y el baron a la enbra [...]”.

In: AGS: CME,87,28.

Documento nº 6: Merced a Arnao de Velasco (22 de Junho de 1504)⁹²¹.

[fl. 99]

“*⁹²² en la [...] al veynte *e* dos djas de Junyo de diiiij años / se dío esta aluala firmada de la Reyna *nuestra* senora [...] / [...] [borrão] su secretario por la su alteza / le [borrão] fijo de Juan velazquez de lx U *quentos* de / [borrão] [...] por vida *que* franca su abuela tenya por quanto [...] / [borrão] [...] le hazo *merced* dellos /

*⁹²³ en la [...] al xxij dias del mes de Junyo de dc diiiij [?] se dio / esta aluala firmada de la Reyna [etc.] / alteza le haze *merced* a arnao de velasco fijo de Juan velazquez / los L U *quentos* de por vida *que* doña maría de velasco su madre / tenya por quanto ella los [...] le haze *merced* / dellos /

La Reyna

*⁹²⁴ mys contadores mayores yo vos mando *que* delos L U *quentos* de *merced* / de por vida de *que* yo fize *merced* a arnao velasco fijo de Juan velaz-/quez de my consejo por [...] que de llos [...] //

[fl. 99v]

me fizo doña maría de velasco su madre muger del dicho Juan / velazquez no le descontedes diez [...] de / tres anos *que* yo avia de aver segundo [...] / por quanto [...] *merced* de lo [etc.] / a veynte *e* dos dias del mes de Junjio de diiiij años yo / la Reyna por mandado de la Reyna [...] / [...]

La Reyna

⁹²¹ O documento apresenta muitos borrões de tinta e caligrafia ilegível.

⁹²² Na margem esquerda: “gutierre velazquez”.

⁹²³ Na margem esquerda: “arnao de velasco”.

⁹²⁴ Na margem esquerda: “yden”.

*⁹²⁵ mys *contadores* mayores yo vos mando de *que* los Lx U *quentos* de *merced* de por / vida de *que* yo fize *merced* a *gutierre velazquez* fijo de *Juan velazques* / del my consejo por Renunçiação [?] dellos [...] fizo franca / su abuela *que* los *primero* [?] tenja *e* no lo descontedes diez [...] / [...] *chançillja* [?] de tres [?] años *que* yo avia de aver segund ela [?] / [...] por quanto yo le fago *merced* de lo *que* en eles / monta *e* [...] hagades [...] / Jorada a veynte *e* dos dias del mes de Junjo de diiiij años / yo la Reyna por mandado de la Reyna gaspar de / [apelido] [...] /

La Reyna /”

In: AGS: CCA,CED,9,140,3.

Documento nº 7: “Quitaciones a María de Velasco y sus hijas, damas de la casa de la Reina” (5 de Março de 1500).

“[...] doña *maria* de *velasco* / muger de *Juan velazquez* de mj consejo nouenta *e* quatro mill *maravedis* [...] / *e* doña ysabel velzquez *e* doña *maria* de gueuara sus fijas de sus *quitaçiones* / *que* de mi tienen *e* [...] doña *maria* de / *velasco* XL U: [= 40.000] *e* las dichas doña ysabel velazquez *e* doña *maria* de gueuara / Sus fijas por damas de mj casa cada [?] xxvij U: [= 27.000] [...] *que* son los dichos / Xciiij U: [=94.000] *e* [...] de la dicha doña *maria* de *velasco* [...] / [...] a Cinco [?] dias del mes de *marcio* de mjll *e* quinientos anos / yo la Reyna por mandado de la Reyna gaspar de grisco /”.

In: AGS: CCA,CED,4,31,1.

Documento nº 8: “Atrasos debidos a María de Velasco” (3? de Maio de 1509).

“[...] a doña *maria* de *velasco* su muger de *Juan belazquez* [...] / [...] de los Años pasados de dv dvj dvij dvij [...] / [...] años [...] / [...] iij [?] de mayo de djx años [...]”.

In: AGS: CCA,CED,7,184,4.

Documento nº 9: [Assento de baptismo de Luísa, filha de Ângela Sigeia] (10 de Janeiro [de 1570?]⁹²⁶).

⁹²⁵ Na margem esquerda: “a *gutierre velazquez*”.

⁹²⁶ O documento não apresenta o ano, mas temos grandes certezas que será de 1570.

“oJe 10 de Janeiro [de 1570] Eu fornão [sic] vozella *vigário* nesta villa / de torres novas baptizei Luiza filha de Antão mogo e / de Angella de ualhasco foi padrinho Symão paez e / madrinha Branca da rocha *⁹²⁷ [a)] Manuel nunes”.

In: ANTT, ADLSB, Registos Paroquiais, Paróquia de São Salvador (Torres Novas), Mistos nº 2 (1569-1588), fl. 6.

Documento nº 10: Diogo de Sigeu (23 de Abril de 1550).

“*diogo de Sigii bacharel formado*

Aos xxiiij d abril de Tb^c çinquenta na çidade de / Coimbra na Salla de theologia onde Seos Semelhantes / autos [...] a fazer eu presença do *senhor* frei / *diogo* de murça Rector, o Doctor *antonio* de prado lente / de prima de theologia deu o grao de *bacharel* formado / na dita faculdade a *diogo* de Sigiis / foi as nove oras / de polla minhã [sic] e forão *testemunhas* o doctor frei martinho / dele desmo [sic] e o doctor Johaõ de frandes e o doctor / naVarro e o doctor belchior Cornego e outros / mujtos e eu *diogo* [...] scriuão do conselho lhe dei Juramento *que* este screvi”.

In: AUC, Actos e Graus, 1550-1554, vol. 4, fl. 2v.

Documento nº 11: [Conselhos, l. 2.º, 1553-1557, 4.ª parte, cad. de 1556-57, fl. 2v-4] (27 de Junho de 1556).

“Aos vinte e sete dias do mês de Junho de 1 b^c L^{ta} e seis annos, na cidade de Coimbra e salla da Rainha dos Paços d’El-Rei noso senhor, sendo hi presente o senhor Baltasar de Faria, fidalgo da casa d’El-Rei nosso senhor, do seu conselho e seu desembargador do Paço, que por seu especial mandado visita esta Universidade e entende na reformação della, e o senhor Reitor, o Douto Afonso do Prado, e o Mestre Dom Jorge d’Ataide, e o Mestre Diogo Roiz, e o Bacharel Francisco Aires, e o Bacharel Bastiam de Madureira, e o Bacharel Yoão de Figueiredo, e o Bacharel Afonso de Guimarães, e o Mestre Francisco Carlos, e o Mestre Afonso Pyres, conselheiros, juntos em conselho e conselho fazendo especialmente pera se tomarem os votos sobre a cadeira de Canones que foi do Doutor James de Moraes, a que estavam oppostos os Doutores Simão de Sá Pereira, e Martim Salvador d’Azpilcueta. E por terem já lidas as suas lições d’oposição, as quaes

⁹²⁷ Na margem direita: “Luiza / de Antão e Mogo / de Mello e Angela / de Vellasco”.

se argumentarão hum ao outro, segundo ordenança dos estatutos, logo começarão de votar e são os seguintes. [...]. E tendo asi todos votado conforme a nova provisão d'El-Rei noso senhor, em que manda que votem os lentes, deputados, e conselheiros, e graduados juristas, logo hi, diante delle, senhor Baltasar de Faria, Reitor e conselheiros, parecerão os ditos doutores oppositores, e sendo lhe perguntado pollo dito senhor Baltasar de Faria se tinham alguns votos que ainda votassem e se os arrenunciavão, e asi todas as exceiões que hum ao outro pudessem ter. Responderão ambos juntamente que elles arrenunciavão todos os mais votos, e asi todas as exceiões, e que pediam por merce a elles senhor Baltasar de Faria, Reitor e conselho que regulem os votos que sam recebidos, e a quem mais votos tiver e cursos, conforme aos estatutos, julguem a dita cadeira e d'o asi dizerem, pedirem e quererem, diserão que se fizesse este asento em que assinarão, de que forão testemunhas Antonio de Sigii, escrivão da camara d'El-Rei noso senhor, e Nuno Fernandez, guarda das escolas. E eu Diogo d'Azevedo o escrevi.

M. Salvador de Azpil[cueta] Doctor Simão de Sá Pereira Antonio de Sigii Nuno Fernandez”

In: DIAS, 1964, pp. 60-61.

Documento nº 12: [Registo das provisões, t. 1º, fl. 196v-197] (29 de Outubro de 1559).

“Eu El-Rey faço saber a vós Baltasar de Faria, do meu conselho, e meu desembargador do Paço, que ora por meu mandado ys visitar e reformar a Universidade da cidade de Coimbra, que confiando eu d'Antonio de Sigi, meu escrivão da Camara, que nas cousas de que o eu caregar me sirvira bem e fielmente como o ate qui fez naquellas de que foi emcaregado, ei por bem que elle seia escrivão d'ante vos de tudo o que tocar a dita visitação e reformação. E portanto vos mando que o deixeis escrever e fazer nella o que for necesario e lhe por bem do dito cargo d'escrivão pertencer, dandolhe primeiro juramento dos Santos Evangelhos que o sirva bem e verdadeiramente, do qual juramento se fara asento nas costas deste alvara asinado por vos e pelo dito Antonio de Sigi. E ei por bem que elle tenha e aia pera seu mantimento com o dito cargo a razão de trezentos reais por dia à custa das rendas da dita Universidade, do dia que de minha corte partir em diante emquanto na dita Universidade convosco servir ate tornar a corte, os quaes trezentos reais por dia lhe vos mandarei dar e pagar por vossos mandados no recebedor ou prebendeiro das ditas rendas o[u] na arca da Universidade em que se

recolhe o dinheiro do rendimento dellas e pollo trelado deste alvara com os ditos vosos mandados e conhecimento do dito Antonio de Sigi mando que lhe seia a contia que niso montar levada em conta. E este não pasara pela chanceleria. Jorge da Costa o fez em Lixboa a 29 dias d'Octubro de 1559. Manuel da Costa o fez escrever. Raynha”

In: DIAS, 1964, p. 50.

Documento nº 13: [sem título] (01 de Setembro de 1575).

“Eu elRey faço saber aos que este alluara virem que avemdo respeito aos seruiços que me fez Amtonio de Syge, ja faleçido, que foy meu scprivão da camara, ey por bem de fazer merce a Isabell Carreira, sua mulher, de biiij⁹²⁸ rs em cada hum anno, em dias de sua vyda, os quaees começara a vencer de dez dias de agosto deste anno presente de b^c lxxb em diamte e lhe serão hasentados e paguos no thesoureiro do hũm por cento he obras pias e por tanto mando ao thesoureiro que ora he he ao diamte for que dos ditos dez dias dagosto deste dito ano em diamte em cada hum ano de e pague a dita Isabel Carreira os ditos biiij⁹²⁹ reaes aos quarteis do ano per este alluara somente sem mais outra prouysão mynha e per o trelado deste que seraa rregystado no L. ° de despesa pelo scprivão de seu careguo e conhecimentos da dita Isabel Careyra mando aos contadores que leuem em comta ao dito thesoureiro do dito hum por cento e obras pias os ditos biiij⁹³⁰ reaes que lhe asy pagar cada ano e esto ey por bem que valha como carta feyta em meu nome per mym hasynada e pasada pela mynha chancellaria sem embargo da ordenação que o contrairo despoem. Lourenço do Ryo o fez em Lixboa ao primeyro de setembro de j⁹³¹ b^c lxxb e eu Amdre Pirez o fiz scpreuer”.

In: ANTT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, *Doações*, lv. 33, fl. 244v. Transcrito em VITERBO, 1903, p. 79.

Documento nº 14: [sem título] (15 de Julho de 1557).

“Eu el-rei Faço saber aos que êste alvará virem que el-rei Meu Senhor e Avô, que Santa Glória Haja por fazer mercê a D. James, Bispo de Seita [*sic*], tinha tomado por

⁹²⁸ Traço por cima para ‘mil’.

⁹²⁹ Traço por cima para ‘mil’.

⁹³⁰ Traço por cima para ‘mil’.

⁹³¹ Traço por cima para ‘mil’.

Escudeiro Fidalgo de Sua Casa a Antão Mógó seu criado, filho de Manuel Mógó, morador na vila de Tôrres Novas, com oitocentos réis de moradia cada mês e alqueire de cevada por dia, segundo se viu duma portaria de Tomé de Sousa, vèdor de sua casa, pôsto que o dito Antão Mógó tivesse um alvará de lembrança por que Sua Alteza Houve por bem de o tomar tanto que se acabasse o tempo da pragmática de cinco anos, e não fôsse acabado, de que se lhe não passou provisão, Pelo que Hei por bem e Me praz de o tomar por Escudeiro Fidalgo de Minha Casa com os ditos oitocentos réis de moradia por mês e alqueire de cevada por dia, quando tivér cabvalo, pago segundo a ordenança. Mando a Francisco de Cerqueira que serve de Escrivão da Matrícula dos Moradores de Minha Casa que o assento no dito livro de Matrícula do Título dos Escudeiros Fidalgos com a dita moradia e cevada e com declaração de que não há de haver casamento, e de como fica assentado passará o Escrivão da Matrícula certidão nas costas dêste, em que declare a quantas laudas do dito livro fica o dito assento e êste lhe será tornado para êle o têr para sua guarda e o dito alvará, que assim tinha feito voto ao assinar dêste. António Vieira o fez em Lisboa a 15 dias de Julho de 1557. — Diogo Lopes o fez escrever.

A Rainha.

Para Vossa Alteza Tomar por Escudeiro Fidalgo de Sua Casa a Antão Mógó, criado de D. James, Bispo de Seita [*sic*], com 800 réis de moradia por mês e alqueire de cevada por dia pago segundo ordenança e não há de haver casamento”.

In: GONÇALVES, 1933, p. 406.

Documento nº 15: [sem título] (20 de Junho de 1560).

“Portugal rei de armas principal de el-rei nosso senhor. Faço saber a quantos esta minha certidão virem, que Antão Mógó de Melo, escudeiro fidalgo da casa do dito senhor, me pediu e requereu, que porquanto êle descendia por parte de seus pais e avós da geração e linhagem dos Melos e Carrilhos que neste reino são fidalgos de cota de armas, que lhe desse um escudo com as armas que às ditas linhagens pertencem e as êle deve trazer; pelo que eu busquei os livros da nobreza, que em meu poder estão e acho que as armas que às ditas linhagens pertencem são estas que nesta certidão lhe dou iluminadas, convém a saber: o escudo esquartelado ao primeiro dos Melos e ao segundo dos Carrilhos; e assim ao contrário, com mais seu paquife e elmo e timbre e por diferença

um trifólio verde, que com elas deve trazer: e por verdade lhe dei êste por mim assinado em Lisboa aos 20 de junho ano de 1560. *Portugal rei de armas*”.

In: GONÇALVES, 1933, pp. 404-405.

Documento nº 16: [sem título] (15 de Junho de 1608).

“Aos 15 de Junho de 608 faleceo Angela / de valhascos *viuva* molher *que* foi de Antão mogo ^{*932} / ias enterrada na capella de Jesu / Heitor Dias”.

In: ANTT, ADLSB, Registos Paroquias, Paróquia de Santiago (Torres Novas), Mistos nº 4 (1596-1628), fl. 43v. Transcrito em GONÇALVES, 1933, p. 242.

Documento nº 17: [sem título] (23 de Fevereiro de 1603).

“Dom Philippe por Graça de Deos Rei de Portugal e dos Algarves, d’aquem e d’alem Mar em África Senhor da Guiné e da Conquista navegação e comercio da Ethiopia, Arabia, Persia e India, etcoetera Faço saber aos que esta minha Carta virem que havendo respeito à boa informação que Me foi dada do Bacharel Manoel Mogo de Mello e a Me hir servir às partes da India no cargo de Desembargador da Relação de Goa e por lhe fazer Mercê, Hei por bem de lha fazer do officio de Desembargador da Relação e Casa do Pôrto, assi e de maneira que o elle deve ser, e como são os outros Desembargadores da dita Casa, com o qual officio o dito Manoel Mogo de Melo haverá o mantimento a elle ordenado, e todos os proes e precalços que lhe diretamente pertencerem. E Mando ao Governador da dita casa, ou a quem a seu cargo servir, que logo lhe dê a posse do dito cargo. E quando tornar da India lho deixe servir, e delle usar, e haver tudo o que dito he sem lhe nisso ser posta duvida nem embargo algum: porque assi he Minha Mercê: E jurará na Chancelaria aos Santos Evangelhos que servirá o dito cargo bem e verdadeiramente, guardando em todo Meu Serviço, e às partes seo direito. E da dita posse se fará Assento assinado pelo Governador nas costas desta carta, a qual por firmeza disso lhe Mande dar por mim Assinada, e assellada de Meu Sello pendente. Manoel Fonseca a fez em Lisboa a vinte e tres de Fevereiro Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil seiscentos e tres. João da Costa a fez escrever”.

In: GONÇALVES, 1933, p. 482.

⁹³² Na margem esquerda: “Angela de valhasco”.

Documento nº 18: [sem título] (19 de Junho de 1766)

“Dom José por Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves d’aquém e d’além mar em África, Senhor de Guiné e da Conquista navegação do comércio da Etiópia Arábia Pérsia e da Índia etc. A quantos esta Minha Carta virem Faço saber que Manuel Mogo de Melo Carrilho, natural e morador na vila de Tôrres Novas Me fez petição dizendo nela que vinha por legítima descendência da nobre geração e linhagem dos Melos e Carrilhos, as quais famílias são neste reino Fidalgos de Linhagem, cota de Armas e de Solar conhecido e Me pedia por mercê que para a memória de seus antepassados se não perder e êle usar e gozar da honra das armas que pelos merecimentos de seus serviços ganharam e lhe foram dadas assim dos privilégios, honras, graças e mercês que por direito e por bem delas lhe pertencem, lhe Mandasse dar Minha Carta das ditas armas que estavam registadas em os livros dos registos das armas dos nobres e fidalgos de Meus Reinos que tem Portugal Meu Principal Rei de Armas. Para o que Me apresentou uma sentença de justificação de sua ascendência e nobreza proferida pelo Doutor José Pereira de Moura, Meu Desembargador e Corregedor do Cível em esta Minha Côrte e Casa da Suplicação escrita por Manuel Lourenço de Carvalho, escrivão do dito juízo em a qual provou o suplicante com testemunhas e documentos sêr filho legítimo de João de Melo Carrilho e de D. Maria Joaquina Josefa de Vasconcelos e Sousa, neto de Manuel Mogo de Melo e de Dona Inês de Castanheda e Brito, bisneto de João de Melo Mogo e de D. Isabel Fróis, terceiro neto de Manuel Mogo de Melo e de Maria Caldeira e quarto neto de Antão Mogo de Melo e de Ângela Velasco, ao qual Antão Mogo de Melo se passou brasão com as armas das referidas famílias dos Melos e Carrilhos no ano de 1560. Os quais ditos seus pais, avós e mais ascendentes, que foram pessoas muito nobres e legítimos descendentes das ditas famílias dos ditos Melos e Carrilhos e como tais se tratavam à Lei da Nobreza com armas, cavalos e criados, servindo na referida vila, onde foram moradores, os primeiros e mais distintos lugares do govêrno civil e militar, sem que nas ditas gerações houvesse raça de judeu, mouro ou mulato nem de outra infecta nação. E porque tudo o sobredito constava da dita sentença e do referido brasão passado ao dito seu quarto avô e dos mais documentos juntos à mesma sentença o dito Meu Rei de Armas buscando os ditos Livros dos Registos das armas da nobreza e fidalguia dêstes Meus Reinos, neles achou as que pertencem às nobrezas e antigas linhagens dos ditos Melos e Carrilhos na fórmula que nesta Minha Carta lhas ordenou e

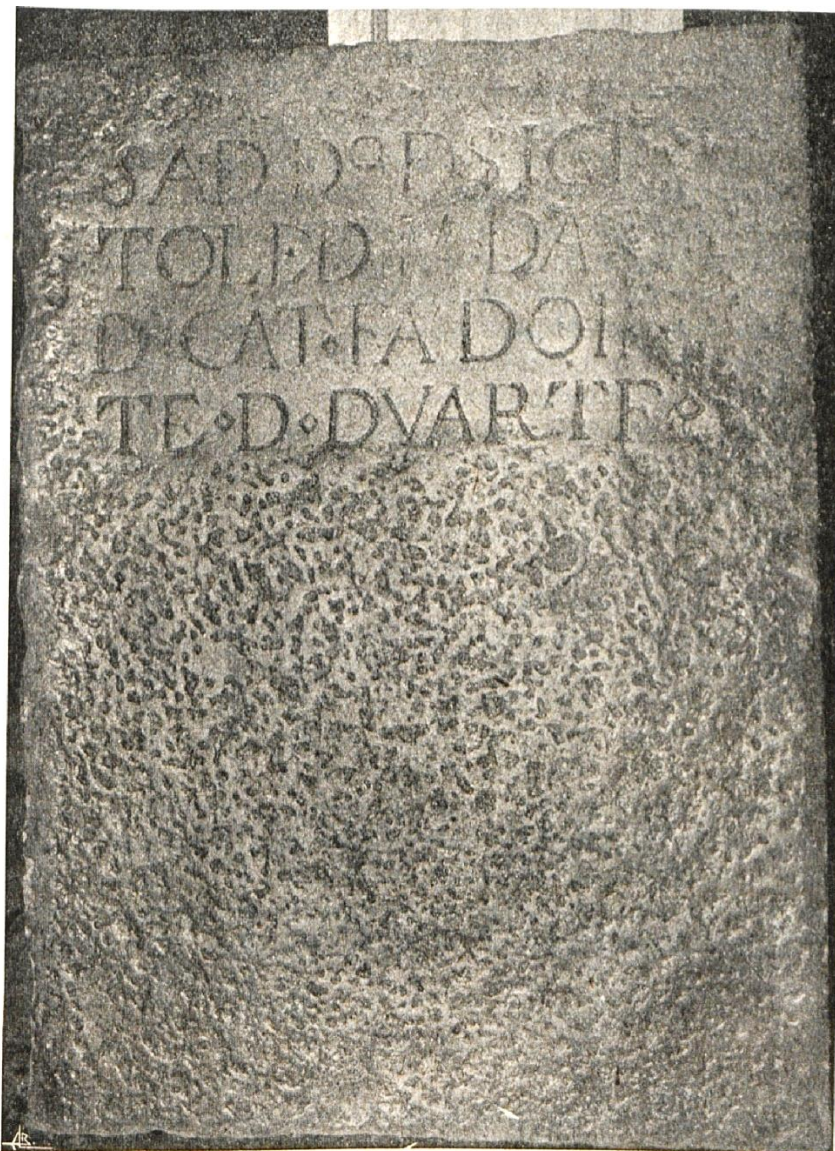
vão iluminadas com figuras, côres e metais segundo o Regimento e Ordenação da Armaria. A saber: Um escudo esquartelado. No primeiro quartel as armas dos Melos, que são em campo vermelho seis besantes de prata nos vãos de uma cruz dobre e bordadura de ouro. No segundo dos Carrilhos, campo azul, cinco flores de lis de oiro postas em santor e assim os contrários. Elmo de prata aberto guarnecido de oiro. Paquife dos metais e côres das armas. Timbre o dos Melos, que é uma águia negra estendida, armada e besantada de prata e por diferença uma brica azul com um farpão de prata. O qual escudo e armas poderá trazer o dito Manuel Mógo de Melo Carrilho, assim como as trouxeram e delas usaram os ditos nobres e antigos fidalgos seus antepassados em tempo dos mui Esclarecidos Reis Meus Antecessores e com elas possa entrar em batalhas, campos, reptos, escaramuças e exercitar com elas todos os outros actos lícitos da guerra e da paz. E assim as poderá trazer em seus firmais, anéis, sinetes e divisas, pô-las em suas casas e edifícios e deixá-las sôbre sua própria sepultura e finalmente se poderá servir, honrar, gozar e aproveitar em tudo e por tudo, como a sua nobreza convém, com o que Quero e Me praz que haja êle tôdas as Honras, Privilégios, Liberdades, graças, mercês, isenções e franquezas que hão e devem haver os Fidalgos e Nobres de antiga linhagem e como sempre de todo usaram e gozaram os ditos seus antepassados. Pelo que Mando a todos Meus Desembargadores, Corregedores, Provedores, Juízes, Justiças, Alcaides e em especial aos Meus Reis de Armas, Arautos e Passavantes e a quaisquer outros oficiais e pessoas a quem esta Minha Carta fôr mostrada e o conhecimento dela pertencer que em tudo lha cumpram e guardem e façam cumprir e guardar como nela é conteúdo sem dúvida nem embargo algum, que em ela lhe seja pôsto, porque assim é minha mercê. El-Rei Nosso Senhor o Mandou por Luís Rodrigues Cardoso, Cavaleiro Fidalgo de Sua Casa e seu Rei de Armas Portugal. Frei Manuel de Santo António e Silva, da ordem de São Paulo a fez em Lisboa aos 19 dias do mês de Junho do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1766. Felipe Rodrigues de Campos a fez escrever. Portugal, Rei de Armas Principal, Luís Rodrigues Cardoso.

Registada no Livro primeiro do Registo dos Brasões da Nobreza dêstes Reinos a fôlhas trinta e uma. Lisboa, 22 de Junho de 1766. Felipe Rodrigues de Campos”.

In: GONÇALVES, 1933, pp. 433-436.

ANEXO ICONOGRÁFICO

Imagem nº 1: Inscrição sepulcral de Diogo Sigeu. Digitalização feita a partir de GONÇALVES, 1933, p. 231.



Legenda: SA DE Dº DE SIGI / TOLEDO M DA / D. CAT. FA DO I [...] / TE D DVARTE. Transliteração: “Sepultura de Diogo de Sigi [de] Toledo Mestre da [...] D. Catarina filha do i[nfan]te D. Duarte”.

Imagem nº 2: Rua Irmãs Sigea, em Torres Novas (Santarém). Fotografia da autora.



Imagem nº 3: Frontispício do *Syntra* (ALLUT, 1862).

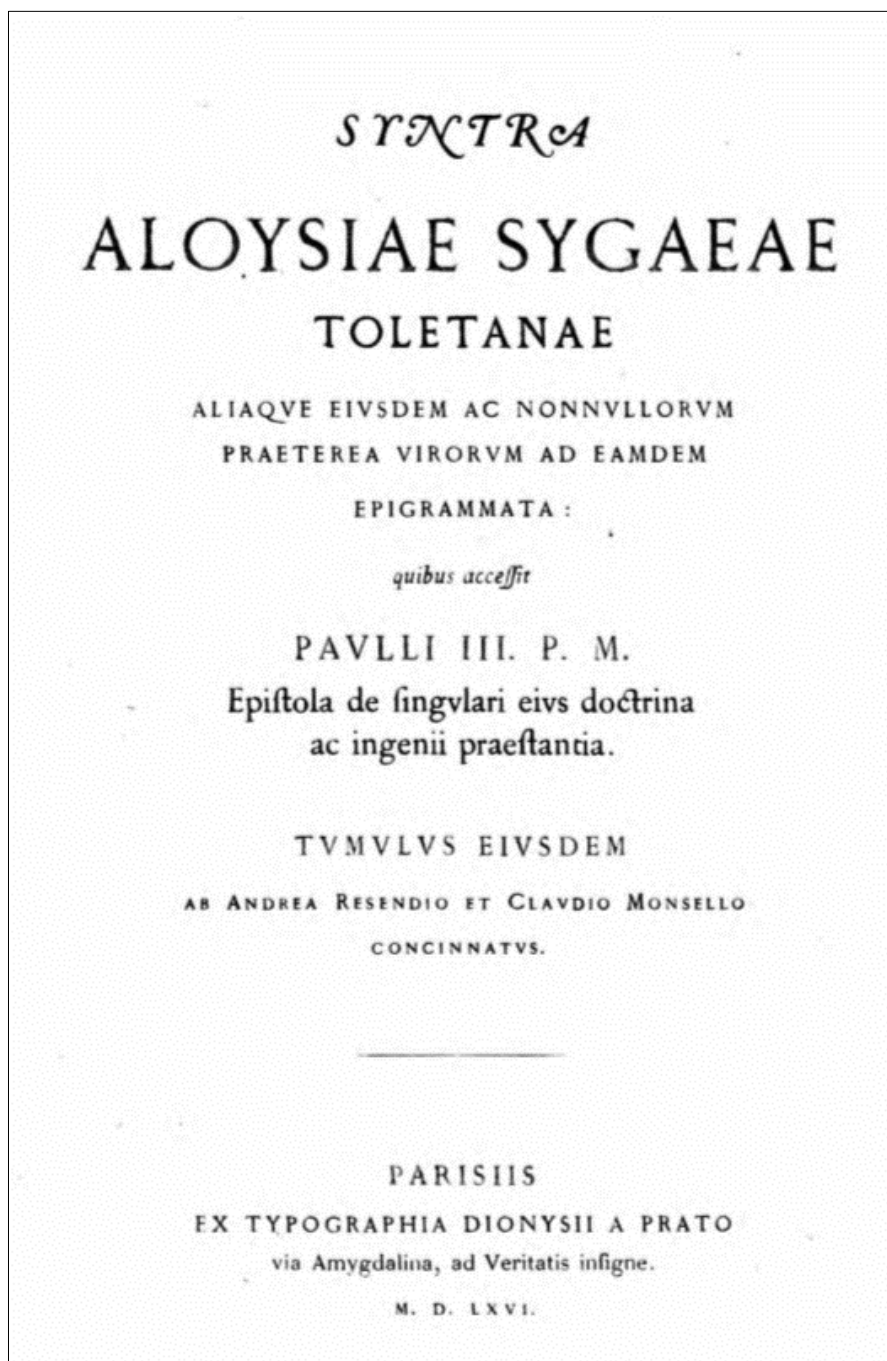


Imagem nº 4: “Fac-similé de la page 2 du manuscrit de Tolède” (SIGEA, 1970).

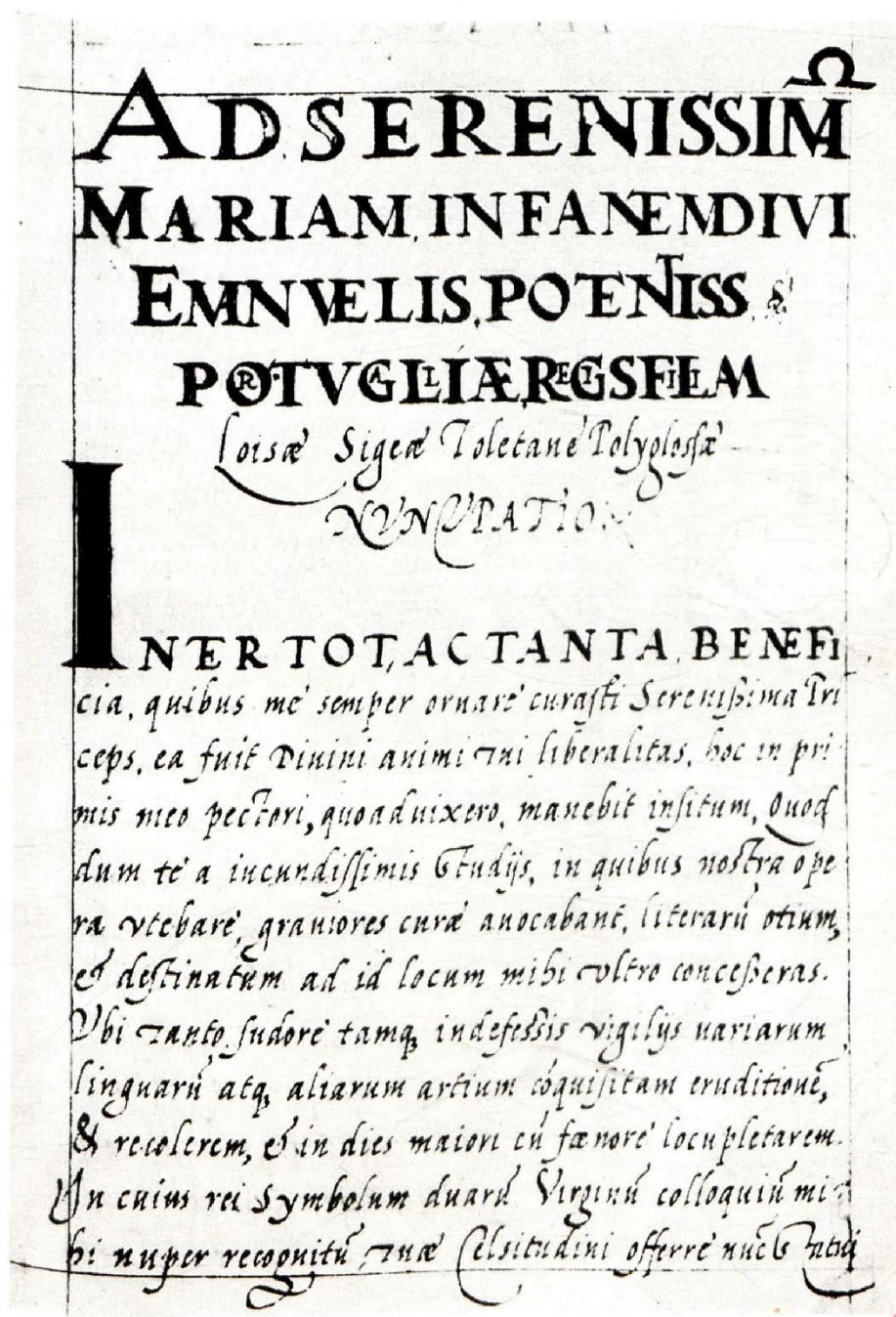


Imagem nº 5: "Fac-similé de la page 11 du manuscrit de Tolède" (SIGEA, 1970).

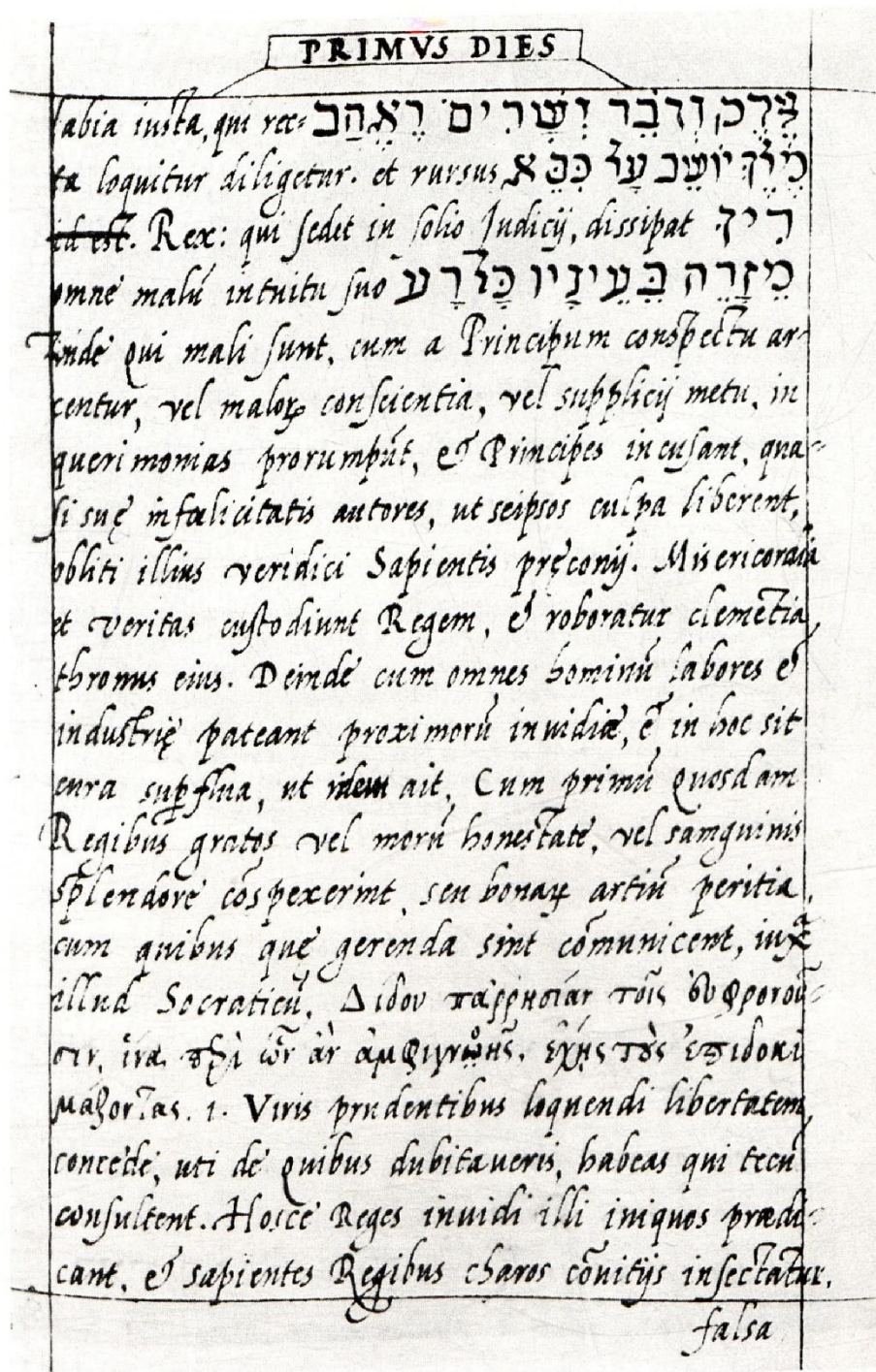


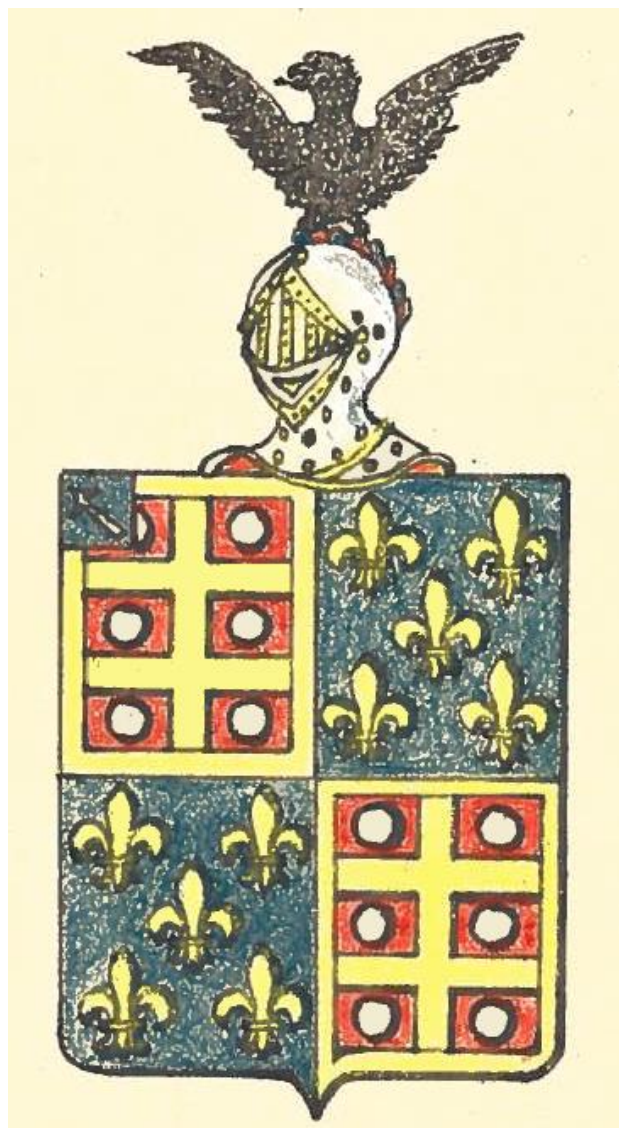
Imagem nº 6: “Casa das Irmãs Sigéas”, em Torres Novas (Santarém). Fotografia da autora.



Imagem nº 7: Placa identificativa da “Casa das Irmãs Sigéas”, em Torres Novas (Santarém). Fotografia da autora.



Imagem nº 8: Brasão de armas dos Melo e Carrilho. Digitalização a partir de um desenho feito por Artur Gonçalves (Arquivo Municipal de Torres Novas, Espólio Particular de Artur Gonçalves, Caixa nº 1851)⁹³³.



⁹³³ Voltamos a expressar os nossos profundos agradecimentos às Dr.^{as} Helena Domingues e Cláudia Plácido, do Arquivo Municipal de Torres Novas, por toda a ajuda e apoio prestados.

Imagem nº 9: António Campelo, *Adoração dos Pastores*, 1565-80 (Museu Municipal Carlos Reis, Torres Novas, Santarém).



Imagem nº 10: Retratos de Ângela e Luísa Sigeia (Biblioteca de Castilla-La Mancha, Toledo).

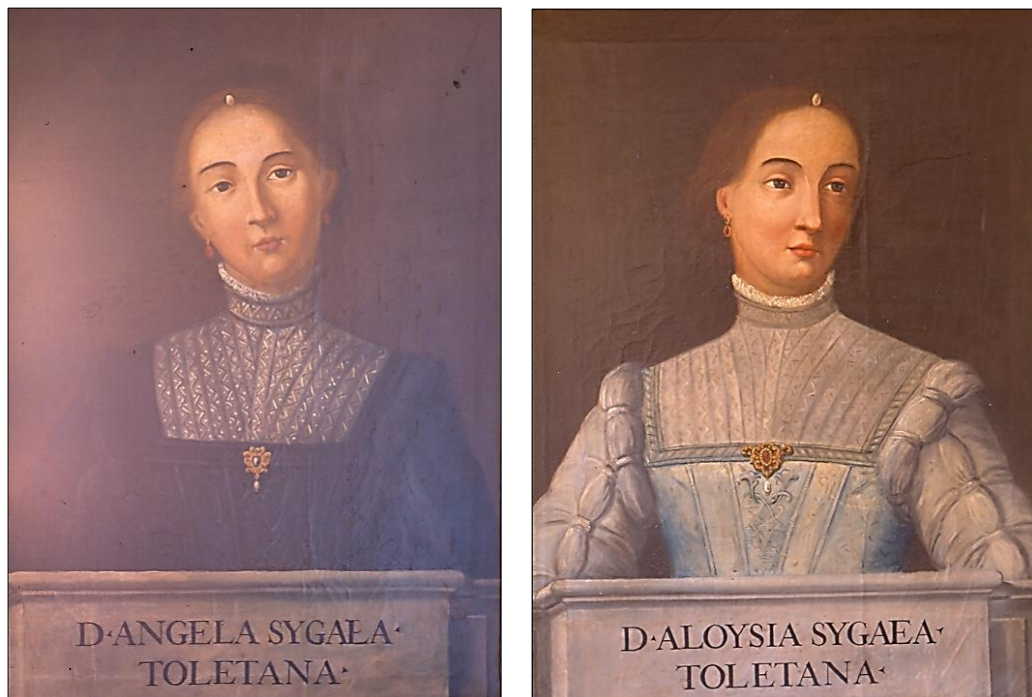


Imagem nº 11: “Rua Soror Francisca da Coluna”, em Torres Novas (Santarém).
Fotografia da autora.

